



**Plano Territorial
Desenvolvimento Rural
Sustentável
Território
LITORAL LESTE**



PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ
Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica Instituto Agropolos
Graça Duarte de Almeida	Coordenador CODET/MDA
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Antonio Marcos Vieira de Castro	Secretario - CEDR
Cleber Leite Pereira	Técnico da SDA/ Agropolos
Josafá Martins	Coordenador Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território
Litoral Leste – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.
352p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO LITORAL LESTE**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral Territorial Litoral Leste

Núcleo Técnico do Território Litoral Leste

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê da Cultura e Turismo

Comitê da Educação

Comitê da Gestão Territorial

Comitê da Infraestrutura

Comitê da Organização Sustentável da Produção

Comitê da Saúde

Comitê do Meio Ambiente

Comitê dos Direitos e Desenvolvimento Social

ASSESSORA TÉCNICA TERRITORIAL

Gracielis Regina de Souza

Socióloga

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Antonio Lacerda Souto

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Catarina Maria Rabelo

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Fabiola de Lima Gonçalves

Florencia Furlotti

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Geórgia Medeiros Paiva

Janaina Carla Farias

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

João Batista Vianey Silveira Moura

Leilamara do Nascimento Andrade

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Maurício Lima de Oliveira

Nahyara Estevam Marinho

Renato Araujo Bezerra

Rosangela Maria Lucas Teixeira

Ruth Helena Linhares Leite

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Pedagoga

Pedagogo

Engº Agrônomo

Ms Sociologia

Ms Políticas Públicas

Enfermeira

Pedagoga

Ms Geografia

Engº Agrônomo

Esp. Saúde da Família

Turismóloga

Ms Engenharia Agrônômica

Geógrafo

Ms. Engenharia de Pesca

Esp Saúde da Família

Geógrafa

Pedagoga

Acadêmico de Agronomia

Ms Sociologia

Administrador

Esp. Meio Ambiente

Bibliotecária

Ms Políticas Públicas

A G R A D E C I M E N T O S

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santanna

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ADAGRI	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
APRECE	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
ASA	Articulação do Semiárido
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CEU	Condomínio Espiritual Uirapuru
CMDS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
CODET	Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza
COFINS	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CONDIRJA	Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Jaguaribana
COOPANEI	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
COOTAP	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
CTM	Companhia de Teatro de Meruoca
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETR	Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes.
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EE	Escolas Estaduais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Escolas Municipais
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FETRAECE	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado do ceará
FME	Fundação Municipal de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IAC	Instituto Agropolos do Ceará
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
ONG	Organização não governamental
pH	Potencial Hidrogênico
PM	Prefeituras Municipais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

LISTA DE SIGLAS

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REP	Reserva Ecológica Particular
R.H	Recursos Hídricos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
DAS	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPE	Saúde e Proteção nas Escolas
SUDEC	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação gráfica do Mapa do Território Litoral Leste	38
FIGURA 2	Elementos de Diagnóstico do Item Aspectos Sociais	51
FIGURA 3	Mortalidade por grupos de Causas no Território Litoral Leste, em 2008	88
FIGURA 4	Situação de nascimento no território do Litoral Leste (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10 – 19 anos) em 2008).	91
FIGURA 5	Percentual do número de leitos por 1000 habitantes no estado do Ceará e Território do Litoral Leste, em 2009.	100
FIGURA 6	Tipos de climas encontrados no Território Litoral Leste.	160
FIGURA 7	Compartimentação geoambiental encontrada no Território Litoral Leste	163
FIGURA 8	Bacias Hidrográficas encontradas no Território Litoral Leste	165
FIGURA 9	Principais Tipos de solos encontrados no Território Litoral Leste	174
FIGURA 10	Representação gráfica do mapa das unidades fitoecológicas do Território Litoral Leste.	178
FIGURA 11	Taxa de crescimento da dimensão IDH – Global, período de 1991-2000.	205
FIGURA 12	Taxa de crescimento da dimensão IDH – Educação, período de 1991 – 2000	205
FIGURA 13	Taxa de crescimento da IDH – Longevidade, período de 1991-2000	206
FIGURA 14	Taxa de crescimento da dimensão IDH – Renda, período de 1991 – 2000	206
FIGURA 15	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – Global, período de 2006 – 2008.	210
FIGURA 16	Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Litoral Leste, 2008.	214
FIGURA 17	Valor da produção das cadeias produtivas prioritárias do Território Litoral Leste.	223
FIGURA 18	Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Leste, 2010.	228
FIGURA 19	Distribuição percentual do numero de propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Leste, 2005.	242
FIGURA 20	Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Leste, 2005.	242
FIGURA 21	Número e área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil	244
FIGURA 22	Número de estabelecimentos agropecuários do Território Litoral Leste	245
FIGURA 23	Distribuição dos recursos do PAA por região, ano de 2009.	247
FIGURA 24	Gráfico com a representação partidária dos municípios entre os anos de 2001 e 2004 do Território Litoral Leste.	287
FIGURA 25	Gráfico com a representação partidária dos municípios entre os anos de 2005 e 2008 do Território Litoral Leste.	288
FIGURA 26	Transferência Fundo de Participação dos Municípios	299
FIGURA 27	Transferência sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	300
FIGURA 28	Transferência sobre Fundo de Desenvolvimento da Educação	300
FIGURA 29	Elementos do Processo da Gestão Social	316
FIGURA 30	Diagrama Organizacional do Colegiado Territorial	319

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território Litoral Leste por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento.	27
TABELA 2	População residente,por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do território Litoral Leste.	28
TABELA 2.1	População residente,por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do território Litoral Leste – 2010.	29
TABELA 2.2	População residente,por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do território Litoral Leste.	30
TABELA 2.3	População residente,por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do território Litoral Leste – 2010.	31
TABELA 2.4	População residente,por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do território Litoral Leste – 2010.	32
TABELA 2.5	População residente,por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do território Litoral Leste – 2010.	33
TABELA 3	População Total, Rural e Urbana, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Litoral Leste, 2010.	34
TABELA 4	Taxa geométrica Total (urbana e rural) do Território Litoral Leste, 2010.	35
TABELA 5	Vias de Acesso, Distância em Km à Capital e área dos Municípios do Território do Litoral Leste	39
TABELA 6	Aspectos Gerais dos municípios do Território Litoral Leste.	42
TABELA 7	Quantidade e Valor dos Benefícios Emitidos, segundo os Municípios do Ceará – 2008 e 2005.	69
TABELA 8	Morbidade proporcional por doenças crônicas no Território Litoral Leste	78
TABELA 9	Morbidade proporcional por doenças transmissíveis no Território Litoral Leste, em 2009.	80
TABELA 10	Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território Litoral Leste	86
TABELA 11	Condições de nascimento do Território do Litoral Leste em 2008.	89
TABELA 12	Tipos de estabelecimentos de atenção básica e especializada no Território Litoral Leste nos anos de 2008, 2009 e 2010.	89
TABELA 13	Oferta de profissionais médicos/especialidades por 1000 habitantes no Território Litoral Leste em 2009.	103
TABELA 14	Oferta de profissionais de saúde por categoria profissional/1000 habitantes no Território Litoral Leste em 2008.	105
TABELA 15	Percentual de domicílio com abastecimento de água e de domicílio com esgotamento sanitário,em 2007.	107
TABELA 16	População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano).	109
TABELA 17	Taxas de alfabetização, taxa de Escolarização, Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território.	110
TABELA 18	Educação Infantil – Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia.	112
TABELA 19	Ensino Fundamental – Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia.	116
TABELA 20	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território I	118
TABELA 21	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território II	119
TABELA 22	Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Território Litoral	120

LISTA DE TABELAS

	Leste.	
TABELA 23	Ensino Médio – Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia.	122
TABELA 24	Matrículas na Educação Especial.	127
TABELA 25	Educação de jovens e adultos – presencial e semi-presencial (Número de matrículas e número de escolas – por dependência administrativa e zona de moradia).	131
TABELA 26	Ensino Fundamental (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratórios de informática, laboratório de ciências) por dependência administrativa e zona de moradia.	133
TABELA 27	Taxa de analfabetismo da população – por gênero e zona de moradia.	134
TABELA 28	Infraestrutura – Bibliotecas Públicas, teatros, Museus, Bandas de Música e Bandas de música do projeto Pró-bandas.	136
TABELA 29	Domicílios com instalação sanitária no Litoral Leste.	185
TABELA 30	População beneficiada com de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo os municípios do litoral leste-Ceará-2008.	185
TABELA 31	Abastecimento de água – 2006.	186
TABELA 32	Esgotamento Sanitário – 2006.	186
TABELA 33	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	199
TABELA 34	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão – educação do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 1991 – 2000.	200
TABELA 35	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão - longevidade e renda do estado do Ceará, território Litoral Leste e seus municípios, 1991 – 2000.	200
TABELA 36	Classificação da tendência de recuo de posições no ranking estadual referente ao índice de Desenvolvimento Humano.	202
TABELA 37	Taxas de crescimento dos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – Global/Educação/Longevidade/Renda e Tendências de recuo de posições no ranking estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, para o período de 1991 – 2000.	204
TABELA 38	Índices de Desenvolvimento Humano (IDM), por grupos de indicadores: global, fisiográficos, fundiários e agrícolas, demográficos e econômicos segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2006 – 2008.	208
TABELA 39	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores: infraestrutura e sociais, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2006-2008.	209
TABELA 40	Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2004-2008.	211
TABELA 41	Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2007-2008.	213
TABELA 42	Produto Interno Bruto per capita, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2004-2008	215
TABELA 43	População economicamente ativa (PEA), segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 1991 – 2000.	216
TABELA 44	Taxa de participação do PEA em relação a população total, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2000.	217
TABELA 45	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	218
TABELA 46	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero,	218

LISTA DE TABELAS

	segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	
TABELA 47	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	219
TABELA 48	Renda per capita e taxa de crescimento da renda per capita, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 1991-2000.	220
TABELA 49	Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o território Litoral Leste, 2006-2009.	221
TABELA 50	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	231
TABELA 51	Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	232
TABELA 52	Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	232
TABELA 53	Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	233
TABELA 54	Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	234
TABELA 55	Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	235
TABELA 56	Quantidade produzida e valor da produção do pescado marítimo e estuarino, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2006.	236
TABELA 57	Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	238
TABELA 58	Número de área de imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, território Litoral Leste e seus municípios 2005.	240
TABELA 59	Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	242
TABELA 60	Distribuição dos empreendimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Ceará, território Litoral Leste e por município do território Litoral Leste.	243
TABELA 61	Assentamento de Trabalhadores Rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.	245
TABELA 62	Resumo do Programa de Aquisição de Alimentos por modalidade e por Espaço Territorial, ano de 2010.	248
TABELA 63	Resumo de comercialização via PAA pelo território Litoral Leste, em 2010.	249
TABELA 64	Relação de produtos e quantidade comercializada via PAA pelo Território Litoral Leste, em 2010.	251
TABELA 65	Mapeamento atual da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PANE.	255
TABELA 66	Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE (até 20/11/2010).	256
TABELA 67	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.	258
TABELA 68	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	259
TABELA 69	Empresas de Serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.	262

LISTA DE TABELAS

TABELA 70	Empresas de Serviços,por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	263
TABELA 71	Cooperativas ativas, por classes,segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	264
TABELA 72	Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios,2008-2009.	265
TABELA 73	Atrativos turísticos, segundo o território litoral leste e seus municípios.	265
TABELA 74	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios,2008-2009.	266
TABELA 75	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	266
TABELA 76	Estabelecimentos comerciais varejistas,por gênero e atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	267
TABELA 77	Estabelecimentos comerciais varejistas,por gênero e atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	267
TABELA 78	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.	268
TABELA 79	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.	269
TABELA 80	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	270
TABELA 81	Consumidores de energia elétrica por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.	270
TABELA 82	Consumidores de energia elétrica por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.	271
TABELA 83	Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do território litoral leste, agosto de 2010.	272
TABELA 84	Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Leste	272
TABELA 85	Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Litoral Leste, 2001-2010.	273
TABELA 86	Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Leste,1996-2008.	274
TABELA 87	Poços construídos pela SOHIDRA no Território Litoral Leste	274

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Ações do MDS em parceria com os municípios do Território – 2010.	54
QUADRO 2	Nº de Famílias e Repasse do Programa Bolsa Família – 2010.	55
QUADRO 3	Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil do PBF	56
QUADRO 4	Programas Complementares ao PBF Articulados em Nível Federal	57
QUADRO 5	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	60
QUADRO 6	Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social – Ano 2010	62
QUADRO 7	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários	64
QUADRO 8	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	65
QUADRO 9	Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	67
QUADRO 10	Número de Promotores, Defensores e Delegacias de Polícia	71
QUADRO 11	Ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional Aspectos Sociais e da Saúde	145
QUADRO 12	Ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional Aspectos Educacionais e da cultura	147
QUADRO 13	Municípios segundo as unidades de conservação, área, administração e ecossistemas	152
QUADRO 14	Características ambientais do Litoral Leste	159
QUADRO 15	Recursos Hídricos do Território do Litoral Leste	166
QUADRO 16	Litoral Leste – Tipos de Solos Características Gerais e distribuição nos municípios.	170
QUADRO 17	Litoral Leste – Tipos de Solos Características Gerais e distribuição nos municípios.	172
QUADRO 18	Formações florísticas, características gerais e interventores que atuam na degradação do ambiente.	176
QUADRO 19	Estratégias políticas desenvolvidas pelas comunidades do Litoral Leste.	190
QUADRO 20	Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental do Território	193
QUADRO 21	Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica	276
QUADRO 22	Nº de eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal	284
QUADRO 23	Representação Partidária da Gestão Municipal/Territorial	284
QUADRO 24	Nº de Habitantes e Representação Partidária do legislativo municipal	286
QUADRO 25	Nº de Habitantes e Representação Partidária do legislativo municipal	286
QUADRO 26	Nº de Habitantes e Representação Partidária do legislativo municipal	287
QUADRO 27	Predominância dos/as vereadores/as por Mandato e Partido	289
QUADRO 28	Instituições Públicas com Atuação mais Presente no território.	293
QUADRO 29	Entidades da Sociedade Civil com Atuação mais presente no território.	295
QUADRO 30	Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública do Território	296
QUADRO 31	Transferência Fundo de Participação dos Municípios	299
QUADRO 32	Transferência Impostos sobre circulação de Mercadorias e Serviços	299
QUADRO 33	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação	300
QUADRO 34	Instituições Públicas com Atuação regionalizada	303
QUADRO 35	Eixos prioritários do PAA 2008-2011 por Secretaria de Estado	307
QUADRO 36	Orçamento PPA 2010-2011 por Secretaria de Estado e Programa	309
QUADRO 37	Programas/Ações do governo federal com Potencial de Integração.	313
QUADRO 38	Ambiente Interno e Externo da dimensão Político institucional.	321
QUADRO 39	Objetivos Estratégicos	329
QUADRO 40	Eixo da Educação, Cultura e Lazer	330
QUADRO 41	Eixo Saúde e acesso a água potável	331
QUADRO 42	Eixo Gênero, Geração, Raça, Etnia e Participação Popular	332
QUADRO 43	Eixo do Meio Ambiente	333
QUADRO 44	Eixo de Ação Fundiária	334
QUADRO 45	Eixo da Organização Sustentável da Produção	335
QUADRO 46	Eixo do Turismo Sustentável	337
QUADRO 47	Eixo da Gestão territorial	338
QUADRO 48	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	339

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO	19
PARTE I	O TERRITÓRIO	23
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	37
5	Formação Histórica	40
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	43
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	47
6	Aspectos Sociais	49
7	Aspectos da Saúde	74
8	Aspectos Educacionais	106
9	Aspectos Culturais	133
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	143
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	147
11	Aspectos Geoambientais	149
12	Aspectos Antrópicos do Território	177
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	190
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	193
14	Aspectos Socioeconômicos	195
15	Aspectos do Setor Produtivo	220
16	Situação Fundiária	238
17	Financiamento e Comercialização	244
18	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria	259
19	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	274
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	277
20	Territorialização e Gestão Pública	279
21	Infraestrutura Institucional	295
22	Governabilidade e Gestão Social	314
23	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	319
PARTE III	PLANEJAMENTO	323
24	Visão de Futuro	327
25	Diretrizes Principais	328
26	Objetivos Estratégicos	329
27	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	330
28	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	339
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	341
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	347
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	349

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulado no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio à gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos

existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território Litoral Leste não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente

em espaços de tempo programados, dada à dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Litoral Leste, utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegura a participação de todos os atores institucionais do território, para que sejam ouvidos, tenham as suas opiniões respeitadas e os dados sejam o mais aproximado possível da realidade.

Os passos metodológicos para a construção do plano seguiram as orientações estabelecidas pelo MDA. A primeira etapa consistiu em cinco fases: a primeira na preparação da ambiência de planejamento que teve como marco inicial a disseminação da estratégia de desenvolvimento territorial que culminou com a realização de um Seminário Territorial no período de dezembro de 2008 em cada Território.

A segunda fase consistiu na sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009.

A terceira fase, em julho de 2009, resultou na mobilização dos atores territoriais em Plenárias Territoriais para constituição dos Colegiados.

A quarta fase objetivou a implantação do Colegiado, a Posse da Plenária, a Eleição do Núcleo Dirigente e a contextualização do Plano Territorial, em outubro de 2009 durante as Oficinas Territoriais.

Na quinta fase ocorre a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da elaboração do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos; o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A 2ª etapa teve como objetivo a construção do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documento orientador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A 3ª etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

Na 4ª etapa ocorreu a reformulação da equipe técnica para a elaboração do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos com a eleição dos três primeiros a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas,

projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I
O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos
Características Estratégicas
Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Litoral Leste correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território Litoral Leste por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento.

Distribuição da População Série Histórica 2007 – 2010 Território Litoral Leste					
MICRO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento (%)
Aracati	66049	68886	69616	69167	4,72
Fortim	14072	14825	15095	14851	5,54
Icapuí	18186	19089	19385	18393	1,14
Itaiçaba	7462	7833	7955	7321	-1,89
Jaguaruana	30965	32134	32352	32239	4,11
TOTAL	136734	142767	144403	141971	3,83
MICRO II					
Beberibe	46155	48201	48760	49334	6,89

Distribuição da População Série Histórica 2007 – 2010 Território Litoral Leste					
Cascavel	63932	67002	67956	66124	3,43
Pindoretama	17143	18022	18322	18691	9,03
TOTAL	127230	133225	135038	134149	5,44

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Litoral Leste destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Tais dados possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Litoral Leste - 2010.

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aracati U	3185	1589	1596	3171	1666	1505	3935	2004	1931
Aracati R	1940	986	954	2090	1104	986	2697	1379	1318
Fortim U	692	353	339	821	425	396	915	465	450
Fortim R	409	209	200	445	215	230	558	275	283
Icapuí U	430	204	226	411	193	218	459	253	206
Icapuí R	1011	554	457	1074	597	477	1161	622	539
Itaiçaba U	284	156	128	305	159	146	340	186	154
Itaiçaba R	161	76	85	208	112	96	308	172	136
Jaguaruana U	1276	649	627	1351	692	659	1750	876	874
Jaguaruana R	907	459	448	1067	546	521	1305	661	644
TOTAL U	5867	2951	2916	6059	3135	2924	7399	3784	3615
TOTAL R	4428	2284	2144	4884	2574	2310	6029	3109	2920

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO II									
Beberibe U	1530	759	771	1819	917	902	2095	1109	986
Beberibe R	2010	1046	964	2330	1174	1156	2897	1484	1413
Cascavel U	4000	2124	1876	4465	2300	2165	5490	2731	2759
Cascavel R	789	392	397	863	444	419	1115	566	549
Pindoretama U	837	427	410	815	401	414	1060	537	523
Pindoretama R	573	299	274	575	297	278	748	380	368
TOTAL U	6367	3310	3057	7099	3618	3481	8645	4377	4268
TOTAL R	3372	1737	1635	3768	1915	1853	4760	2430	2330
TOTAL URBANO TERRITORIO	12234	6261	5973	13158	6753	6405	16044	8161	7883
TOTAL RURAL TERRITORIO	7800	4021	3779	8652	4489	4163	10789	5539	5250

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Litoral Leste.

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Litoral Leste – 2010.

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aracati U	4184	2078	2106	4153	2015	2138	4126	2003	2123
Aracati R	2692	1387	1305	2471	1331	1140	2197	1106	1091
Fortim U	1004	532	472	821	405	416	868	433	435
Fortim R	597	328	269	478	245	233	431	232	199
Icapuí U	496	246	250	568	278	290	548	280	268
Icapuí R	1178	601	577	1283	632	651	1165	630	535
Itaiçaba U	413	213	200	413	203	210	413	203	210
Itaiçaba R	291	160	131	267	146	121	246	123	123
Jaguaruana U	1937	958	979	1913	945	968	1817	922	895
Jaguaruana R	1468	752	716	1257	643	614	1112	596	516
TOTAL U	8034	4027	4007	7868	3846	4022	7772	3841	3931
TOTAL R	6226	3228	2998	5756	2997	2759	5151	2687	2464
MICRO II									
Beberibe U	2114	1097	1017	1821	892	929	1933	962	971

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Beberibe R	2923	1501	1422	2363	1237	1126	2302	1168	1134
Cascavel U	5685	2897	2788	5102	2511	2591	5045	2534	2511
Cascavel R	1138	601	537	878	456	422	810	432	378
Pindoretama U	1121	531	590	1038	538	500	978	477	501
Pindoretama R	754	384	370	681	346	335	626	328	298
TOTAL U	8920	4525	4395	7961	3941	4020	7956	3973	3983
TOTAL R	4815	2486	2329	3922	2039	1883	3738	1928	1810
TOTAL URBANO TERRITORIO	16954	8552	8402	15829	7787	8042	15728	7814	7914
TOTAL RURAL TERRITORIO	11041	5714	5327	9678	5036	4642	8889	4615	4274

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Litoral Leste

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Litoral Leste – 2010.

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aracati U	3726	1799	1927	3342	1633	1709	3036	1454	1582
Aracati R	1898	1025	873	1708	916	792	1531	822	709
Fortim U	755	374	381	712	369	343	622	286	336
Fortim R	388	195	193	350	190	160	292	151	141
Icapuí U	498	243	255	449	223	226	439	218	221
Icapuí R	1080	551	529	881	454	427	887	467	420
Itaiçaba U	309	149	160	304	152	152	295	145	150
Itaiçaba R	208	109	99	181	98	83	183	92	91
Jaguaruana U	1525	744	781	1324	693	631	1288	641	647
Jaguaruana R	977	545	432	857	436	421	824	443	381
TOTAL U	6813	3309	3504	6131	3070	3061	5680	2744	2936
TOTAL R	4551	2425	2126	3977	2094	1883	3717	1975	1742
MICRO II									
Beberibe U	1931	1008	923	1621	803	818	1453	691	762
Beberibe R	2187	1135	1052	1820	945	875	1599	809	790
Cascavel U	4652	2251	2401	4060	1961	2099	3829	1843	1986
Cascavel R	727	371	356	619	333	286	618	331	287

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Pindoretama U	932	455	477	916	442	474	809	403	406
Pindoretama R	574	307	267	514	254	260	472	252	220
TOTAL U	7515	3714	3801	6597	3206	3391	6091	2937	3154
TOTAL R	3488	1813	1675	2953	1532	1421	2689	1392	1297
TOTAL URBANO TERRITÓRIO	14328	7023	7305	12728	6276	6452	11771	5681	6090
TOTAL RURAL TERRITÓRIO	8039	4238	3801	6930	3626	3304	6406	3367	3039

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Litoral Leste.

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Litoral Leste - 2010.

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aracati U	2701	1287	1414	2040	936	1104	1604	698	906
Aracati R	1307	652	655	965	488	477	860	432	428
Fortim U	553	268	285	419	208	211	346	164	182
Fortim R	260	137	123	190	93	97	185	88	97
Icapuí U	303	158	145	270	123	147	241	109	132
Icapuí R	660	321	339	562	287	275	459	235	224
Itaiçaba U	250	105	145	189	88	101	174	78	96
Itaiçaba R	206	105	101	169	82	87	147	69	78
Jaguaruana U	1220	555	665	860	390	470	711	338	373
Jaguaruana R	755	409	346	575	295	280	478	234	244
TOTAL U	5027	2373	2654	3778	1745	2033	3076	1387	1689
TOTAL R	3188	1624	1564	2461	1245	1216	2129	1058	1071
MICRO II									
Beberibe U	1139	552	587	957	448	509	857	435	422
Beberibe R	1456	737	719	1134	574	560	1125	551	574
Cascavel U	3108	1529	1579	2388	1134	1254	2158	999	1159
Cascavel R	525	273	252	393	222	171	355	202	153
Pindoretama U	561	277	284	474	234	240	382	191	191
Pindoretama R	399	220	179	285	140	145	286	150	136
TOTAL U	4808	2358	2450	3819	1816	2003	3397	1625	1772

TOTAL R	2380	1230	1150	1812	936	876	1766	903	863
TOTAL URBANO TERRITORIO	9835	4731	5104	7597	3561	4036	6473	3012	3461
TOTAL RURAL TERRITORIO	5568	2854	2714	4273	2181	2092	3895	1961	1934

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Litoral Leste

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Litoral Leste – 2010.

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aracati U	1559	649	910	1149	520	629	751	312	439
Aracati R	904	441	463	637	316	321	453	245	208
Fortim U	332	156	176	255	128	127	182	85	97
Fortim R	204	100	104	148	75	73	127	65	62
Icapui U	230	129	101	175	88	87	120	52	68
Icapui R	400	212	188	324	161	163	178	88	90
Itaiçaba U	160	57	103	123	52	71	96	35	61
Itaiçaba R	133	62	71	109	57	52	52	27	25
Jaguaruana U	680	288	392	453	210	243	328	146	182
Jaguaruana R	457	246	211	360	185	175	254	122	132
TOTAL U	2961	1279	1682	2155	998	1157	1477	630	847
TOTAL R	2098	1061	1037	1578	794	784	1064	547	517
MICRO II									
Beberibe U	705	333	372	537	242	295	421	198	223
Beberibe R	1053	549	504	834	416	418	596	288	308
Cascavel U	1699	823	876	1365	613	752	1130	509	621
Cascavel R	310	167	143	251	131	120	238	121	117
Pindoretama U	321	141	180	326	143	183	288	138	150
Pindoretama R	236	130	106	216	113	103	184	89	95
TOTAL U	2725	1297	1428	2228	998	1230	1839	845	994
TOTAL R	1599	846	753	1301	660	641	1018	498	520
TOTAL URBANO TERRITORIO	5686	2576	3110	4383	1996	2387	3316	1475	1841
TOTAL RURAL TERRITORIO	3697	1907	1790	2879	1454	1425	2082	1045	1037

Fonte: IBGE, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Litoral Leste e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Litoral Leste – 2010.

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I						
Aracati U	566	223	343	807	293	514
Aracati R	347	164	183	427	194	233
Fortim U	140	62	78	171	77	94
Fortim R	67	33	34	80	35	45
Icapui U	60	31	29	90	36	54
Icapui R	136	59	77	166	79	87
Itaiçaba U	81	34	47	130	53	77
Itaiçaba R	56	29	27	112	55	57
Jaguaruana U	231	89	142	471	175	296
Jaguaruana R	121	56	65	327	137	190
TOTAL U	1078	439	639	1669	634	1035
TOTAL R	727	341	386	1112	500	612
MICRO II						
Beberibe U	283	119	164	395	168	227
Beberibe R	439	207	232	632	303	329
Cascavel U	861	404	457	1120	495	625
Cascavel R	137	71	66	219	116	103
Pindoretama U	193	81	112	229	103	126
Pindoretama R	124	61	63	156	71	85
TOTAL U	1337	604	733	1744	766	978
TOTAL R	700	339	361	1007	490	517
TOTAL URBANO TERRITORIO	2415	1043	1372	3413	1400	2013
TOTAL RURAL TERRITORIO	1427	680	747	2119	990	1129

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Litoral Leste, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	% Urbano	% Rural
MICRO I						
Aracati	69167	44038	25129	56,3	63,7	36,3
Fortim	14851	9627	5224	53,0	64,8	35,2
Icapuí	18393	5779	12614	42,9	31,4	68,6
Itaiçaba	7321	4282	3039	34,9	58,5	41,5
Jaguaruana	32239	19139	13100	37,2	59,4	40,6
TOTAL	141971	82865	59106		58,4	41,6
MICRO II						
Beberibe	49334	21639	27695	30,5	43,9	56,1
Cascavel	66124	56143	9981	78,9	84,9	15,1
Pindoretama	18691	11289	7402	256,6	60,4	39,6
TOTAL	134149	89071	45078		66,4	33,6
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	276120	171936	104184		62,3	37,7

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Litoral Leste, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010 *	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Aracati	1,2	1,2	1,3
Fortim	2,1	1,1	4,2
Icapuí	1,4	2,2	1,0
Itaiçaba	1,1	1,5	0,4
Jaguaruana	0,8	1,4	0,0
TOTAL			
MICRO II			
Beberibe	1,5	0,9	2,0
Cascavel	1,5	1,7	0,3
Pindoretama	2,3	5,2	-0,9
TOTAL			
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	1,5	2,9	1,0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território Litoral Leste está localizado na porção nordeste do Estado do Ceará, composto por oito municípios. Os limites geográficos do território são: ao norte com o Oceano Atlântico; ao leste com o estado do Rio Grande do Norte; ao sul, fronteira com os municípios de Quixeré, Russas, Palhano, Morada Nova (Território Vale do Jaguaribe) e Ocara (Território de Baturité); e a oeste com os municípios de Chorozinho, Pacajus, Horizonte e Aquiraz (Região metropolitana de Fortaleza).

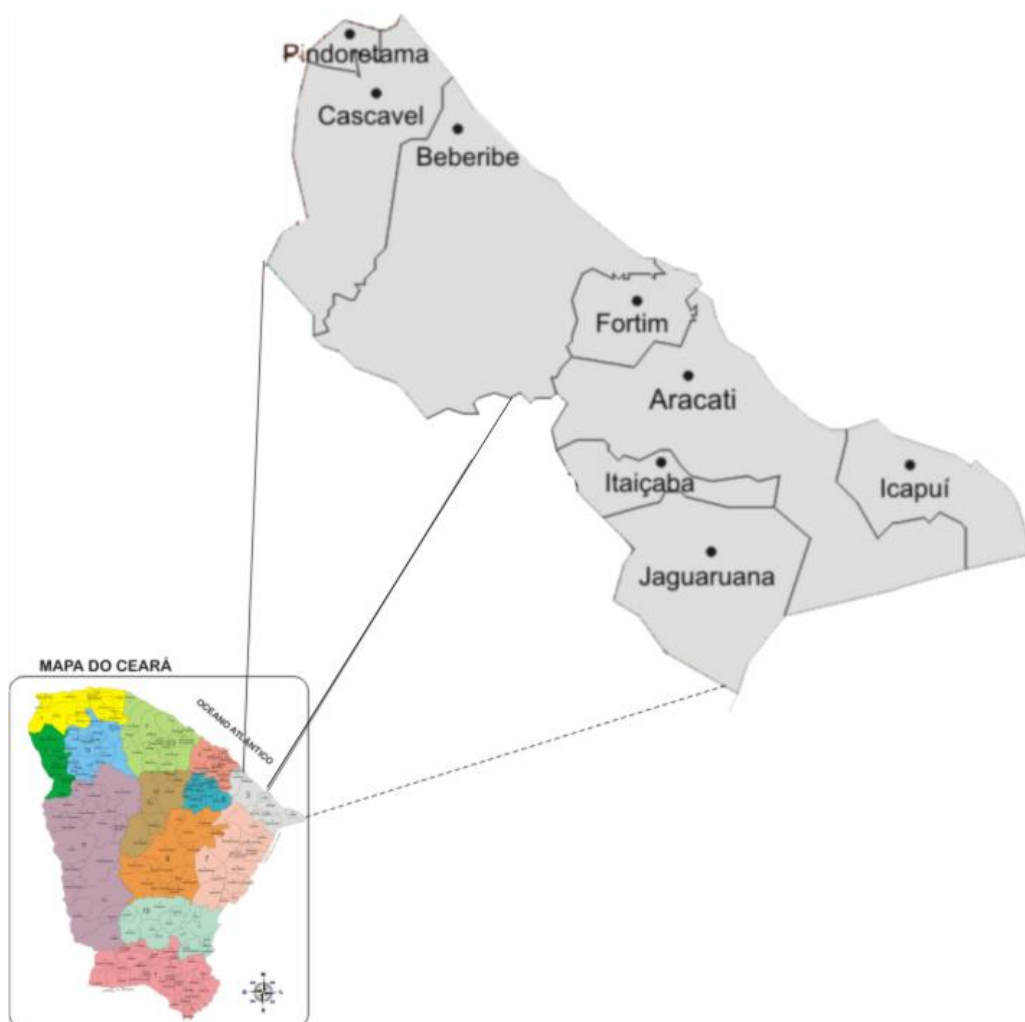


Figura 1: Representação gráfica do Mapa do Território Litoral Leste
Fonte: Adaptação IPECE, 2010.

Os oito municípios do Território Litoral Leste estão subdivididos em dois Micro Territórios:

- Micro I possui uma área de 2.972km² e é composto pelos municípios de Aracati, Fortim, Icapui, Itaiçaba e Jaguaruana;
- Micro II possui uma área de 2.523km² e é composto pelos municípios de Beberibe, Cascavel e Pindoretama.

O principal transporte utilizado pelas populações dos municípios do Território Litoral Leste faz parte do sistema rodoviário, inclusive o chamado "transporte alternativo". A malha rodoviária do território é formada por rodovias federais, estaduais e municipais. A BR-304 é uma das artérias, possuindo entroncamento com a BR-116, ambas da malha rodoviária federal. As CE's 040, 261 e 105 compõem a malha rodoviária estadual (ver tabela 5). O sistema rodoviário municipal funciona em acréscimo e em função das rodovias maiores, sendo dominado por estradas em leito natural, a maioria em condições trafegáveis durante o ano todo, sem definição de pistas de rolamento e sem acostamento.

Tabela 5: Vias de Acesso, Distância em Km à Capital e área dos Municípios do Território do Litoral Leste

Micro Território	Município	Vias de acesso	Distância à capital km	Área km ²
	Aracati	CE – 040/BR - 304	140,7	1.276
	Fortim	CE – 040/121	124,7	279,7
Micro I	Icapuí	CE-040/261/BR-304	194,7	429,4
	Itaiçaba	CE-040/123/371/BR-304	164,7	240,2
	Jaguaruana	CE- 040/ 123/263/BR- 304	175,1	746,4
Total do Micro				2.972
	Beberibe	CE – 040	75,7	1.626,90
Micro II	Cascavel	CE – 040	56,7	820,4
	Pindoretama	CE – 040	41,7	75,7
Total do Micro				2.523
Total do Território				5.495

Fonte: Anuário do Ceará, 2010.

Um sistema aeroviário pode ser acessado em Aracati que possui um campo de pouso, distante 130 Km² de Fortaleza, com uma pista de 1.000 m de extensão e 30 m de largura, sem revestimento, portanto, com condições deficitárias de operação, de propriedade do Ministério da Aeronáutica. Este campo de pouso situa-se pouco além do entroncamento da BR-304 com a CE-040.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

O território Litoral Leste corresponde ao trecho que parte de Pindoretama até o município de Icapuí, divisa com o Rio Grande do Norte. Essa faixa é a mais densamente povoada e uma das mais procuradas pelo fluxo turístico e para o lazer. Essa exposição e valorização fizeram com que este território, que historicamente foi ocupado para fins de proteção da costa brasileira, e posteriormente por comunidade de pescadores, passasse a ser visto como um lugar de habitação, de lazer e de veraneio.

Antes disso, os primeiros habitantes da região foram os índios Potyguara que entraram em contato com europeus desde a época da colonização brasileira. Na época da invasão do Maranhão pelos franceses no século XVII, foi erguido às margens do Rio Jaguaribe o Fortim de São Lourenço, dando origem as primeiras povoações de influência européia. A partir daí foram construídas várias edificações como presídios e outros pontos militares.

Na primeira fase da história cearense, o pouco desenvolvimento regional se manteve na orla marítima, baseado no plantio da cana-de-açúcar. Porém, informados das excelentes pastagens e do bom clima dos sertões do Ceará, aventureiros de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia começaram a conquistar os espaços, expulsando e catequizando os índios ou, quando possível, utilizando aparato bélico, escravizando-os para o trabalho, instalando currais, logo oficializados como sesmarias.

Assim, a partir da última década do século XVII, durante aproximadamente quarenta anos, acelerou-se a interiorização, a partir de uma economia essencialmente pecuarista.

O desenvolvimento da região deu-se principalmente com o ciclo da carne do Ceará. Aracati recebia os produtos provenientes do gado por meio do Rio Jaguaribe, transformando-se inclusive em produtor de carne-de-sol e o principal porto de exportação para as regiões canavieiras. Na cidade é possível observar ainda hoje a herança desse tempo áureo, com casarios cujas fachadas são cobertas por azulejos e inúmeras igrejas construídas pelas

famílias como forma de ostentar a riqueza adquirida pelo comércio dos produtos originados do gado.

No que diz respeito à faixa litorânea do território Litoral Leste, nela destacam-se as comunidades pesqueiras e artesãs que se distribuem nos oito municípios do território. Essas comunidades, cuja formação remonta aos séculos XVIII e XIX, em sua maioria, são marcadas pela descendência negra e indígena e recebem a denominação de comunidades pesqueiras, comunidades litorâneas, comunidades tradicionais ou de povos do mar.

Tabela 6: Aspectos gerais dos municípios do Território Litoral Leste

Município	Município de Origem	Ano da Criação	Lei de Criação	Toponímia	Gentílico
Aracati	Aracati	1747	Resolução	Vento que soprava do norte e refrescava os ardores do estio	Aracatiense
Beberibe	Cascavel	1892	Decreto 67	Do tupi, que significa Lugar Onde Cresce a Cana ou ainda Águas que Vão e Vêm sob o Fluxo e o influxo da Maré.	Beberibense
Cascavel	Aquiraz	1833	Resolução	Proveniente da denominação do sítio de propriedade de Manoel Rodrigues da Costa.	Cascavelense
Fortim	Aracati	1992	11.928	Forma reduzida da palavra Fortinho, antiga denominação do distrito de Canoé.	Sem nenhum esclarecimento histórico
Icapui	Aracati	1985	11.003	Palavra originária do tupi, que significa coisa ligeira.	Icapuiense
Itaiçaba	Jaguaruana	1956	3.338	Palavra originária do tupi, que significa rio das conchas.	Itaiçabebense
Pindoretama	Cascavel	1987	11.413	Palavra originária do tupi, que significa Região das Palmeiras.	Pindoretamense
Jaguaruana	Aracati	1865	1.183	Palavra originária do tupi, que significa Onça Preta.	Jaguaruanense

Fonte: IBGE/IPECE, 2009.

Atualmente, ao longo do Território Litoral Leste são encontradas diversas formas de usos e ocupações. Nas comunidades situam-se núcleos de pescadores, casas de veraneios, pólos de artesanato, infra-estrutura hoteleira, porto de jangadas, barracas, serviços de bares e restaurantes e equipamentos turísticos.

Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL
EDUCACIONAL**

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

Inserido na dimensão Sociocultural Educacional o diagnóstico dos Aspectos Sociais pretende retratar, na forma de ganhos, limites e desafios um conjunto de direitos e garantias fundamentais que estão inscritos na Constituição Federal de 1988, conforme Figura 2.

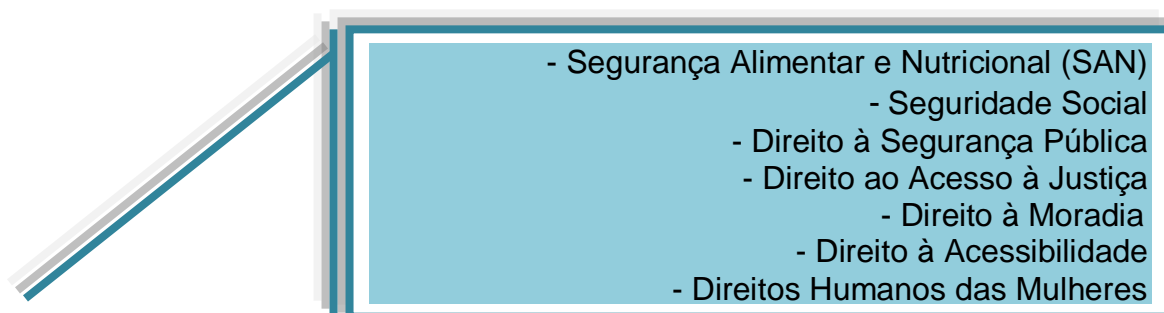


Figura 2: Elementos de Diagnóstico do Item Aspectos Sociais
Fonte: Material Consolidado na Oficina de Validação do PTDRS, 2011.

A referida Constituição, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos fundamentais a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no art. 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. No âmbito das ações de financiamento, reconhece a importância da Educação (art. 205), da Saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas, ou seja, Previdência Social (RGPS), Assistência Social (LOAS),

Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). É importante destacar que o formato jurídico da proteção social que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídicoinstitucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar políticas para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo. Dentro desse propósito, a política pública de SAN deve garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Esta política está voltada a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outros.

Nessa direção, algumas iniciativas estão acontecendo no território Litoral Leste com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade, conforme detalhamento que se segue.

6.1.1 Programa Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva (P1MC)

Resultado da parceria iniciada em julho de 2003, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no Nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), esse programa tem como meta construir ao final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semiárido, assegurando as condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para a produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são desenvolvidas com vistas a possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir deste projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

6.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar e nutricionais da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do MDS, a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando o consumo seguro de alimentos e a melhoria das condições gerais de saúde da população.

O Quadro 1 indica as ações do MDS, em parceria com os municípios no tocante as Cisternas (MDS/ASA), Cozinha Comunitária, Feira/Mercado Popular e Aquisição de Alimentos (PAA Municipal/CONAB).

AÇÕES MDS Municípios	Cisterna		Feira/Mercado Popular Cozinha Comunitária		PAA Agricultores	
	Nº	Valor (R\$ 1,0)	Nº	Valor (R\$ 1,0)	Nº	Valor (R\$ 1,0)
Aracati	408	601.016,00	01	300.000,00	-	-
Beberibe	746	1.098.917,68	-	-	-	-
Cascavel	294	433.085,52	-	-	125	280.899,85
Fortim	52	76.600,16	-	-	-	-
Icapuí	74	109.007,92	-	-	-	-
Itaiçaba	63	92.804,04	-	-	04	17.994,10
Jaguaruana	222	327.023,76	01	109.910,00	21	94.481,66
Pindoretama	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO TERRITÓRIO	1.859	2.738.455,08	02	409.910,00	150	393.375,61

Quadro 1: Ações do MDS em Parceria com os Municípios do Território - 2010

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

6.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O referido Programa atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Diversos estudos apontam

para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza com destaque para o Nordeste brasileiro.

O PBF associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social) para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00/mês.

O Programa possui três eixos principais, ou seja, (1) transferência de renda, (2) condicionalidades e (3) programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O Quadro 2 indica que o volume de recursos do PBF repassado ao Território, até dezembro/2010, ultrapassou o montante de R\$ 44 milhões de reais, o que representa em valor relativo 4,53% do valor total repassado ao estado do Ceará. O número de famílias atendidas pelo Programa representa um total de 37.904 famílias, o que significa 3,74% do total de famílias atendidas no Ceará.

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ DEZ/2010
CEARÁ	1.013.241	101.993.530,00	973.449.044,00
Aracati	8.634	858.335,00	9.813.620,00
Beberibe	7.879	762.390,00	9.135.999,00
Cascavel	8.273	836.509,00	10.028.162,00
Fortim	2.042	208.767,00	2.476.646,00
Icapuí	2.679	257.809,00	3.074.379,00
Itaiçaba	1.126	110.829,00	1.337.949,00
Jaguaruana	5.038	484.580,00	5.703.448,00
Pindoretama	2.233	215.412,00	2.534.328,00
TOTAL DO TERRITÓRIO	37.904	3.734.631,00	44.104.531,00

Quadro 2: N° de Famílias e Repasses do Programa Bolsa Família - 2010

Fonte: MDS em Números – RI Sintético, 2010

Contudo, se comparado a estimativa de famílias pobres inscritas no CadÚnico em relação às famílias pobres inscritas no PBF, pode-se afirmar que

o benefício está longe de atender ao total de famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional.

O Quadro 3 ilustra esta realidade territorial, relacionando-a à realidade do PBF no estado do Ceará, o que significa dizer que o Território tem uma estimativa em torno de 49.027 famílias pobres no CadÚnico, o que representa uma cobertura de 77,63% em relação a estimativa de famílias pobres no perfil do PBF que é de 33.970 famílias. Se examinado sob a ótica dos dados do perfil do PBF, constata-se que esse número foi plenamente atingido, o que significa dizer que alcançou o número de 37.895 famílias, representando, portanto, o percentual de 112,51% do total de famílias atendidas.

MUNICÍPIOS	Estimativa de Famílias Pobres no Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do PBF		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Aracati	11.820	73,05	8.084	8.634	106,80
Beberibe	9.568	82,35	7.016	7.870	112,30
Cascavel	11.029	75,01	7.362	8.273	112,37
Fortim	2.565	79,61	1.770	2.042	115,37
Icapuí	3.481	76,96	2.429	2.679	110,29
Itaiçaba	1.481	76,03	1.005	1.126	112,04
Jaguaruana	6.146	81,97	4.376	5.038	115,13
Pindoretama	2.937	76,03	1.928	2.233	115,82
TOTAL DO TERRITÓRIO	49.027	77,63	33.970	37.895	112,51

Quadro 3: Estimativa de Famílias Pobres no CadÚNICO e no Perfil PBF

Fonte: MDS em Números – RI Sintético, 2010

O sistema CadÚnico cadastra as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implantados pela União, Estados ou Municípios.

É importante salientar que vários Programas utilizam o sistema CadÚnico, entre eles o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família, em nível federal, desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos da administração pública (federal, estadual e municipal) com vistas a atender as necessidades das famílias em diferentes ações e serviços, a exemplo do acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Esta articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, sua vulnerabilidade e potencialidade e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família destaca contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 4.

PROGRAMA	CATEGORIA	OBJETIVO	AGENTE EXECUTOR
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada - Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
CREDIAMIGO E AGROAMIGO	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas	Casa Civil e Ministérios

PROGRAMA	CATEGORIA	OBJETIVO	AGENTE EXECUTOR
		básicos de cidadania	
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA/INCRA

Quadro 4: Programas Complementares ao PBF Articulados em Nível Federal
Fonte: MDS,2010.

6.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa Aquisição de Alimentos (PPA) está inserido no contexto do Programa Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. É um programa do Governo Federal que adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência anual por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que não pode ser superior, nem inferior aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº 6.447, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

Conforme dados apresentados no Quadro 1, o Território por meio do MDS, em parceria com a CONAB e Prefeituras Municipais, atendeu a 150 agricultores familiares com o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), totalizando um valor de R\$ 393.375,61.

6.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955 garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O referido Programa tem caráter suplementar como prevê o art. 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, à medida que coloca que o dever do Estado (União, Estados e Municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE asseguram aspectos importantes, entre eles, (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do executivo, do legislativo e da sociedade (professores e pais de alunos) com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, observando as boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 5 indica que o território Litoral Leste recebeu 2,72% do montante dos recursos do Programa destinado ao estado do Ceará. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 2,72% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 11.109 agricultores/as, o que representa 3,25% do total de agricultores/as familiares do estado do Ceará.

ENTIDADE*	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% (5)
CEARÁ	140.963.880,00	2.194.498	42.289.164,00	341.510	524.410	Leite/DS /CDLAF/ CD/FE	4.699
Aracati	840.060,00	13.096	252.018	1.789	5.853	FE-CD/Leite	28
Beberibe	797.280,00	12.425	239.184	2.793	4.403	PAA Leite/DS	27
Cascavel	898.380,00	14.476	269.514	2.172	3.758	DS	30
Fortim	228.240,00	3.804	68.472	479	1.426	PAA Leite	08
Icapui	318.420,00	4.902	95.526	1.369	1.801	-	11
Itaiçaba	89.520,00	1.448	26.856	137	992	PAA Leite	03
Jaguaruana	394.500,00	6.319	118.350	1.688	1.776	PAA Leite	13
Pindoretama	272.640,00	4.324	81.792	682	532	-	09
TOTAL DO TERRITÓRIO	3.839.040,00	60.794	1.151.712,00	11.109	20.541	-	128

Quadro 5: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e SAF/MDA. Organização das informações SAF/MDA, 2009

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

6.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste

sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente (1) a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; (2) estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo e (3) garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vive em famílias com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde.

6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

6.2.1.1 *Proteção Básica*

- Centro de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centro de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

6.2.1.2 *Proteção Especial*

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para ser beneficiário das ações da PSE é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono,

rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem caráter preventivo, a Proteção Social Especial atua em caráter de proteção. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

O Quadro 6 indica a disponibilização desses serviços para os municípios do Território em 2010, bem como o volume de recursos repassados, que representa 4,71% do total de recursos do estado do Ceará.

Município	Nº CRAS	Nº CREAS	Repasse Mensal Ações Até DEZ/2010	Repasse Total Ações Até DEZ/2010
CEARÁ	354	99	106.700.940,87	933.701.745,15
Aracati	04	01	1.176.574	13.248.181,64
Beberibe	02	01	533.932,08	5.834.690,51
Cascavel	04	01	1.344.267,42	15.301.267,12
Fortim	01	-	114.517,60	1.183.025,29
Icapuí	01	01	183.412,10	2.014.677,39
Itaiçaba	01	-	80.766,40	812.882,03
Jaguaruana	01	01	339.887,67	3.684.711,99
Pindoretama	01	-	187.059,90	1.885.815,36
TOTAL DO TERRITÓRIO	15	05	3.960.417,00	43.965.251,33

Quadro 6: Ações, Beneficiários e Repasses da Assistência Social – Ano 2010
Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

Ainda na perspectiva da cobertura da Assistência Social, dois outros serviços de Proteção Social Especial estão postos para o Território, ou seja, o Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O Quadro 7 detalha o número de benefícios dos referidos serviços e o volume de repasse para o ano de 2010, além de ilustrar o comparativo entre os benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários.

Em relação ao Programa PETI pode-se constatar que o território Litoral Leste detém 4,93% do volume dos recursos repassados ao estado do Ceará.

Em relação ao Programa BCP pode-se constatar que o Território atende a 2.112 idosos e 3.754 pessoas deficientes, o que representa em termos percentuais 3,11% e 3,63% do total dos beneficiários do Estado,

Somando essas fontes de repasse (PETI e PCP) ao repasse do Programa Bolsa Família, o território Litoral Leste obteve, em 2010, um volume de recursos na ordem de R\$ 78.421.154,09

Municípios	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
			IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	Nº	REPASSE até DEZ/2010	Nº	REPASSE até DEZ/2010	Nº	REPASSE até DEZ/2010	Nº	REPASSE até DEZ/2010
CEARÁ	-	6.391.500,00	67.911	304.006.627,47	103.249	457.005.057,45	1.014.225	973.971.394,00
Aracati	-	64.500,00	702	4.130.473,65	1.008	5.709.918,25	8.634	9.813.620,00
Beberibe	-	29.500,00	227	1.298.459,50	573	3.323.669,25	7.879	9.135.999,00
Cascavel	-	43.000,00	855	5.163.306,57	1.221	7.102.459,34	8.273	10.028.162,00
Fortim	-	18.500,00	65	382.193,25	97	528.357,14	2.042	2.476.646,00
Icapuí	-	66.500,00	70	418.197,22	193	1.111.795,52	2.679	3.074.379,00
Itaiçaba	-	48.500,00	30	180.538,58	64	336.598,85	1.126	1.337.949,00
Jaguaruana	-	45.000,00	69	418.709,00	410	2.335.285,97	5.038	5.703.448,00
Pindoretama	-	-	94	529.737,00	188	1.031.424,00	2.233	2.534.328,00
TOTAL TERRITÓRIO		315.500,00	2.112	12.521.614,77	3.754	21.479.508,32	37.904	44.104.531,00

Quadro 7: Comparativo entre os Benefícios Sociais com Cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e o PBF com Repasse Direto aos Beneficiários

Fonte: MDS em Números – RI Sintético, 2010

6.2.1.3 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência. A mesma visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego e tem como leis básicas a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 8 indica a quantidade de benefícios que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Esse quadro revela um crescimento na quantidade de benefícios de 28.393 para 40.469, se comparado os anos de 2000 e 2009, respectivamente.

Municípios	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS NO ANO									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aracati	10.391	10.518	10.789	11.054	11.104	11.063	10.965	11.134	11.487	11.842
Beberibe	4.759	4.973	5.100	5.213	5.338	5.379	5.559	5.760	6.041	6.389
Cascavel	7.259	7.578	7.939	8.376	9.088	9.395	9.770	10.167	10.504	11.084
Fortim	357	380	436	540	726	798	961	1.064	1.189	1.295
Icapuí	591	679	790	871	1.130	1.241	1.447	1.600	1.798	1.998
Itaiçaba	183	218	261	295	450	701	790	846	963	1.027
Jaguaruana	4.188	4.238	4.418	4.457	4.549	4.628	4.674	4.767	4.928	5.091
Pindoretama	665	745	862	924	864	1.030	1.265	1.399	1.557	1.743
TOTAL TERRITÓRIO	28.393	29.329	30.595	31.730	33.249	34.235	35.431	36.737	38.467	40.469

Quadro 8: Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000 a 2009

O Quadro 9 indica o valor de benefícios emitidos pelo INSS entre o período de 2000 a 2009, o que representa uma crescente evolução no total de benefícios pagos, que varia de R\$ 57.375.921 (em 2000) para R\$ 227.845.454 (em 2009).

Municípios	VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS NO PERÍODO 2000-2009 (R\$ 1,00)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aracati	23.181.214	27.120.628	30.881.644	37.072.312	41.475.962	45.001.630	50.379.202	54.561.614	60.213.796	69.922.550
Beberibe	8.845.077	11.203.044	13.019.846	15.740.610	17.795.060	20.120.284	23.177.116	26.152.314	29.262.368	35.239.694
Cascavel	14.131.065	17.648.859	20.637.738	25.650.546	30.476.147	35.282.230	41.163.143	46.657.280	52.531.005	62.099.961
Fortim	651.021	845.729	1.037.338	1.435.308	2.200.262	2.914.876	3.790.491	4.703.993	5.636.091	7.002.927
Icapuí	930.303	1.498.137	1.939.334	2.634.123	3.569.329	4.514.685	5.668.684	7.080.197	8.467.296	10.627.185
Itaiçaba	332.253	472.262	619.260	852.655	1.074.436	2.364.877	3.264.656	3.849.092	4.629.017	5.728.452
Jaguaruana	8.228.521	9.917.633	11.442.983	13.765.610	15.367.172	17.216.423	19.509.750	21.720.370	24.139.429	28.149.630
Pindoretama	1.076.468	1.656.284	2.086.784	2.875.294	2.952.697	3.512.760	4.775.267	6.048.920	7.228.414	9.075.056
TOTAL TERRITÓRIO	57.375.921	70.362.576	81.664.926	100.026.459	114.911.065	130.927.764	151.728.309	170.773.778	192.107.416	227.845.454

Quadro 9: Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS no Período de 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000 a 2009

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou a elevação do nível de renda, principalmente no meio rural. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na (1) melhoria das condições de moradia das famílias; (2) no acesso a bens de consumo e (3) na liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola. Este último item da realidade local tem sido influenciado positivamente pela implantação de outros Programas, a exemplo do PBF e PETI.

De todos os impactos da universalização da previdência social rural a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural, tendo como efeito direto a redução da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para visualizar o impacto gerado na economia dos pequenos municípios é só observar o montante dos recursos repassados ao Território nos anos 2008 e 2009, que se aproximou dos R\$ 419.952 milhões de reais, conforme indica a Tabela 7.

Tabela 7: Quantidade e Valor dos Benefícios Emitidos, segundo os Municípios do Ceará – 2008 e 2009.

Municípios	QUANTIDADE (1)						VALOR ACUMULADO (R\$ 1,00)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
CEARÁ	1.135.953	1.182.213	488.632	513.294	647.321	668.919	6.317.693	7.354.848	3.248.126	3.761.018	3.069.566	3.593.830
Aracati	11.487	11.842	5.047	5.191	6.440	6.651	60.214	69.923	29.844	34.217	30.370	35.706
Beberibe	6.041	6.389	1.238	1.315	4.803	5.074	29.262	35.240	6.667	7.793	22.595	27.447
Cascavel	10.504	11.084	4.152	4.382	6.352	6.702	52.531	62.100	22.897	26.755	29.634	35.345
Fortim	1.189	1.295	279	283	910	1.012	5.636	7.003	1.501	1.778	4.135	5.225
Icapuí	1.798	1.998	528	582	1.270	1.416	8.467	10.627	2.903	3.519	5.564	7.108
Itaiçaba	963	1.027	206	218	757	809	4.629	5.728	1.125	1.384	3.504	4.344
Jaguaruana	4.928	5.091	970	986	3.958	4.105	24.139	28.150	5.303	6.084	18.836	22.065
Pindoretama	1.557	1.743	410	483	1.147	1.260	7.228	9.075	2.169	2.692	5.059	6.383
TOTAL DO TERRITÓRIO	38.467	40.469	12.830	13.440	25.637	27.029	192.107	227.845	72.410	84.222	119.698	143.623

Fonte: Dataprev, Síntese.

(1) Posição em dezembro 2008-2009.

Nota: Quantidade - corresponde a quantidade de créditos emitidos na maciça, que irão gerar pagamento, classificados pelo município do órgão pagador, com distinção de clientela.

Valor - corresponde ao valor líquido dos créditos emitidos na maciça (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos que irão gerar classificados pelo Município do Órgão pagador (onde o segurado recebe seu benefício) e por clientela.

6.3 Segurança Pública

A Constituição Federal no art. 144 se refere aos municípios apenas para atribuir a competência de constituírem guardas municipais destinados à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de guarda patrimonial. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo.

Além desta prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública por meio da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88 ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivizar o princípio democrático estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na instituição dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

6.4 Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações dos direitos humanos no país.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente devem ter (1) polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível e (2) defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com os custos judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas às garantias judiciais do devido processo legal - do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança, adolescentes, idosos e populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assim posto, é fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações e conhecimento da lei que explicita sobre os seus direitos.

O Quadro 10 retrata a realidade do acesso à justiça pela população do Território, sobretudo, dos segmentos mais pobres e vulneráveis, chamando à atenção para os limites dos serviços prestados, principalmente no que se refere à quantidade e acessibilidade aos recursos de defensoria pública.

Município	Nº Promotores de Justiça	Nº Defensores Públicos	Abrangência Delegacias
Aracati	02	03	REGIONAL
Beberibe	01	01	MUNICIPAL
Cascavel	02	02	MUNICIPAL
Fortim	01	-	-
Icapuí	01	-	-
Itaiçaba	-	-	-
Jaguaruana	01	01	-
Pindoretama	01	-	-
TOTAL TERRITÓRIO	09	07	-

Quadro 10: Número de Promotores, Defensores e Delegacias de Polícia
Fonte: MPU,DPGE e SSPDS, 2010.

6.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o gestor municipal pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal deles o Plano Diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a elaboração e implementação do referido Plano, em caráter participativo, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório para municípios (1) com mais de vinte mil habitantes ou conurbados; (2) integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental e (3) que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Em face desta situação foi promulgada a lei 11.673 adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

6.6 Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana(SeMob) foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As

atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam (1) Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; (2) Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor e (3) Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas (1) A priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e (2) O planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

6.7 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW – ONU, 1979) o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Esta convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (CONFERÊNCIA DE VIENA - ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das Nações Unidas.

Em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ – OEA)

estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994 a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (CAIRO-ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a IX Conferência Mundial sobre a Mulher (BEIJING - ONU), por meio da declaração e plataforma de ação, chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999, no Protocolo Facultativo (CEDAW - ONU) foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Estes instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência do Estado (e seus governos) implantar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais e da sociedade, por meio de suas Entidades, acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão crítica na direção do seu aprimoramento.

A pouca divulgação e a insuficiência de dados atualizados sobre a realidade de violência contra a mulher (definida como violência física, psicológica ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada) tem limitado a visibilidade desta problemática no território

Litoral Leste. Outro limite refere-se a atuação e acessibilidade das instituições e/ou órgãos públicos que tem restringido a qualidade e agilidade da intervenção do poder público (Município, Estado e União) na proteção e defesa dos direitos humanos e garantia do exercício da cidadania, bem como na implantação da política pública para as mulheres, hoje formulada no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2008-2011, resultante da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo mais diretamente 18 órgãos da administração pública federal, em parceria com representantes de organismos (de base municipal e estadual) que tratam do tema políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos de validação do PTDRS, a situação de violência contra a mulher é um fator relevante no Território, o que recomenda que o PTDRS defina um conjunto de iniciativas articuladas e negociadas com outros atores institucionais e da sociedade civil com vistas à superação desta problemática.

7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacou-se as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citou-se que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressaltou-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessário uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos municípios de Aracati, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana,

Beberibe, Cascavel e Pindoretama municípios que compõem o Território Litoral Leste.

Os indicadores estão agrupados em seis subconjuntos temáticos morbidade, mortalidade, condições de nascimento e seus fatores de risco, infra estrutura, disponibilidade de profissionais de saúde médicos por especialidade e demais categorias, saneamento e acesso à água – e são apresentados, na matriz, segundo a sua denominação, conceituação, método de cálculo, categorias de análise e fontes de dados. A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

7.1 Análise da situação de saúde

7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (HIPERDIA). O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo do HIPERDIA é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. Avaliou-se as informações referentes à morbidade onde se priorizou algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento

e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas. Outro fato preocupante é que as pessoas que tem uma doença crônica geralmente tem outras morbidades associadas.

Essas informações são essenciais à tomada de decisões, pois o conhecimento sobre a situação de saúde (perfil da morbidade e mortalidade, os principais fatores de risco e seus determinantes, as características demográficas), possibilitam um melhor planejamento dos serviços de saúde.

Tabela 8: Morbidade proporcional por doenças crônicas no território litoral leste.

Nº De Pessoas Acometidas Por Morbidades Crônicas			
Municípios	Doenças Crônicas		
	Ano	Hipertensão Arterial ¹	Diabetes¹
MICRO TERRITORIO I			
Aracati	2002	934	425
Fortim	2007	298	72
Icapuí	2008	400	162
Itaiçaba	2007	205	100
Jaguaruana	2002	1001	318
TOTAL		2838	1077
MICRO TERRITORIO II			
Beberibe	2008	787	350
Cascavel	2007	1671	470
Pindoretama	2007	359	118
TOTAL		2817	938
TOTAL DO TERRITORIO		5655	2015

Fonte: Sala de Situação em Saúde.

¹Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior número absoluto.

De acordo com as doenças crônicas, observou-se que os municípios Cascavel, Jaguaruana e Aracati apresentam um maior número de pessoas portadoras de Hipertensão e Diabetes e os demais municípios também apresentam uma quantidade significativa e relevante com relação a essas patologias, vale ressaltar que as informações cadastradas foram verificadas

pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Com relação aos indicadores de prevalência destas duas morbidades no território, obteve-se para a Hipertensão a prevalência de 3,2 casos para 100 habitantes, já para com relação à Diabetes tem-se para cada 100 habitantes um resultado 0,7 casos da doença. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas pois, estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil, estima-se que 35% da população acima de 40 anos é hipertensa (IBGE, 2004).

Outras morbidades analisadas foram relacionadas as doenças infectocontagiosas como a Dengue por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental. Sobre a Tuberculose por apresentar relação com as condições sócio econômicas e existem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito. Com relação a Sífilis em Gestantes por ser uma morbidade de notificação compulsória está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde, sua resolutividade é na qualidade da atenção ao pré-natal, também por ter implicações severas após o nascimento. Já a Hanseníase é outra morbidade relevante para a avaliação em saúde e a Leishmaniose é uma doença infecto contagiosa que pode ser classificada também como zoonose, pelo fato de ser transmissível dos animais ao homem, e vice e versa. Os animais infectados com maior grau de importância em relação aos humanos são os cães, os roedores e os próprios humanos. Há dois tipos de Leishmaniose: Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea e a Leishmaniose Visceral ou Calazar, portanto os dados podem ser visualizados na Tabela 9 a seguir:

Tabela 9: Morbidade proporcional por doenças transmissíveis no território litoral leste, em 2009.

Nº De Pessoas Acometidas Por Morbidades Transmissíveis						
Municípios	Doenças Transmissíveis					
	Dengue ¹	Tuberculose ¹	Sífilis ² Congênita	Hanseníase *	Leishmaniose Tegumentar *	Leishmaniose Visceral**
MICRO TERRITÓRIO I						
Aracati	17	21	0	2	0	1
Fortim	0	4	0	0	0	0
Icapuí	2	2	0	1	0	0
Itaiçaba	1	3	0	1	0	0
Jaguaruana	8	6	4	0	0	3
TOTAL	28	36	4	4	0	4
MICRO TERRITÓRIO II						
Beberibe	39	5	0	2	0	0
Cascavel	2	22	9	5	1	2
Pindoretama	0	8	1	0	0	0
TOTAL	41	35	10	7	1	2
TOTAL DO TERRITÓRIO	69	71	14	11	1	6

Fonte: Sala de Situação em Saúde, 2009.

¹ Número de casos 2009;

² Incidência em gestante; * Taxa de Detecção 2009 (nº de casos); ** Taxa de Incidência 2009 (nº de casos).

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, na Dengue observou-se no Território Litoral Leste um total de 69 casos notificados no ano de 2009, quando calculou-se o indicador de incidência do território apresentou-se um resultado de 24,69 casos para cada 100.000 habitantes. Vale ressaltar, os municípios de Fortim e Pindoretama não tiveram nenhum caso notificado. É interessante investigar os fatores ambientais que interferem na incidência desta doença nos municípios.

A definição de caso confirmado de Dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

Segundo o Ministério da Saúde, a notificação de Dengue deve ser realizada independentemente da realização/ recebimento do resultado do

exame laboratorial, pois o caso pode ser encerrado por vínculo epidemiológico/clínico e não somente laboratorial.

Portanto, deve-se analisar variações geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de Dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica para prevenção e controle da doença; avaliar e orientar medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*; e, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

Sobre a Tuberculose (TB), apresenta no Território Litoral Leste um dado significativo (71) de casos desta doença. Quando calculou-se a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de 25,41 casos para 100.000 habitantes.

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG que protege contra as formas graves da doença e a infecção concomitante pelo vírus da imunodeficiência humana – HIV que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose, apesar de não ter sido pesquisado, o número de casos da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS.

A Sífilis Congênita no Território Litoral Leste teve como total 14 casos desta morbidade, destacando o município de Cascavel com 9 casos e tiveram municípios como Aracati, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Beberibe que não tiveram nenhum caso notificado.

Quando se calculou o indicador de incidência de sífilis em gestantes, a ocorrência de casos no território encontrado foi de 15,52 casos. Este indicador pode nos revelar as deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. A sífilis trata-se de uma doença sexualmente transmissível (DST) é diagnosticada durante os dois primeiros anos de vida, envolvendo assim uma abordagem ampla estendendo-se ao(s) parceiro(s) e a sensibilização sobre as diversas complicações que podem ser acarretadas se não for tratada adequadamente e caso não seja possível deverá ser feito o acompanhamento das crianças após o nascimento, portanto precisa-se investigar as causas da situação atual de controle deste território.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento; sem esquecer a grande importância do tratamento dos parceiros para o sucesso das ações (OPAS, 2002).

Com relação à Hanseníase, observa-se no Território Litoral Leste 11 casos notificados, com maior índice no município de Cascave, sabendo-se que precisam ser investigadas as causas de incidência desta doença no município.

Portanto, tiveram municípios como Fortim, Jaguaruana e Pindoretama que não tiveram nenhum caso notificado.

A Hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa causada por um bacilo denominado *Mycobacterium Leprae*. Não é hereditária e sua evolução depende de características do sistema imunológico da pessoa que foi infectada. Quando diagnosticado a doença, o paciente sem tratamento eliminam os bacilos através do aparelho respiratório superior (secreções nasais, gotículas de fala, tosse e espirro), sabendo-se que o período de incubação da doença é bastante longo, variando de três a cinco anos. Portanto, a hanseníase tem cura, quanto mais precoce for diagnóstico mais fácil e rápido será a cura e o tratamento é feito nas unidades de saúde e é gratuito.

Observou-se que no Território Litoral Leste, apresenta 6 casos notificados de Leishmaniose Visceral, enquanto tem apenas 1 caso de Leishmaniose Tegumentar. É importante investigar, quais as medidas tomadas de combate ao vetor.

A Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea caracteriza-se por feridas na pele que se localizam com maior frequência nas partes descobertas do corpo. Tardiamente, podem surgir feridas nas mucosas do nariz, da boca e da garganta. Já, a Leishmaniose Visceral ou Calazar é uma doença infecciosa, transmitida somente pela picada de um inseto infectado, conhecido como mosquito-palha. Humanos e várias espécies de animais, inclusive silvestre, podem ser hospedeiros da doença, mas não transmitem por contato direto como mordidas, lambidas etc.

Para prevenir a Leishmaniose Visceral ou Calazar é preciso manter a casa, quintal e arredores limpos e livres de lixo, principalmente orgânico. Aplique repelentes nas paredes, muros e quintais e use telas finas em portas e janelas. Repelentes naturais e baratos, como citronela e óleo de neem, são encontrados em agopecuárias e podem ser usados nos animais e no ambiente.

7.2 Mortalidade proporcional (%)

7.2.1 Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 óbitos por mil nascidos. No território, a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 14,42 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos, conforme podemos observar na Tabela 3. Avaliando a partir do parâmetro referido anteriormente, constatou-se que o território classifica-se em relação a mortalidade infantil como uma taxa baixa, cabendo aos municípios que fazem parte deste território o empenho de criar condições que favoreçam minimamente a manutenção e melhoria do resultado alcançado.

Apenas o município de Pindoretama (20,3) têm uma situação de mortalidade infantil classificada como média, portanto é necessária a intensificação de estratégias de monitoramento e busca das causas para mudança desses resultados.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também

podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. No ano de 2009, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos um resultado um pouco superior ao encontrado no Território Litoral Leste (14,42).

Enfatiza-se que este indicador está diretamente conectado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, intimamente ligado ao desenvolvimento e perfil socioeconômico, além de estar relacionado aos níveis de saneamento os quais serão abordados mais adiante neste documento. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorridas nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8%, em 2008. Portanto, é importante o acompanhamento pré-natal, após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida, observando seu crescimento e desenvolvimento. Segundo Sucupira (2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

7.2.2 Mortalidade proporcional por grupos de causas

A mortalidade proporcional por grupos de causas ocorre pela distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador pode-se contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliou-se as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: doenças do aparelho circulatório, demais causas, neoplasias, doenças do aparelho respiratório, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, doenças infecciosas e parasitárias, e por fim, doenças do período perinatal.

Outro indicador avaliado foi o número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subnotificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

Tabela 10: Mortalidade proporcional por grupos de causas no território do litoral leste em 2008.

Municípios	Mortalidade Proporcional Geral 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos Vivos	% Doenças Infecciosas	% Neoplasia	% Aparelho Circulatorio	% Aparelho Respiratório	% Período Perinatal	% Causas Externas	% Demais Causas
MICRO TERRITORIO I										
Aracati	278	4	16,2	4,2	19,3	33,0	9,5	3,8	6,4	23,9
Fortim	57	3,8	4,9	0,0	11,1	35,2	16,7	1,9	7,4	27,8
Icapuí	74	3,9	12,8	7,2	27,5	29,0	2,9	0,0	11,6	21,7
Itaiçaba	32	4,1	13,2	0,0	16,7	46,7	6,7	3,3	10,0	16,7
Jaguaruana	193	6	16,3	4,3	15,2	29,3	14,1	2,2	14,7	20,1
TOTAL/MEDIA	634	4,36	12,68	3,14	17,96	34,64	9,98	2,24	10,02	22,04
MICRO TERRITORIO II										
Beberibe	208	4,3	13,1	2,9	15,0	38,3	12,6	2,9	14,1	14,1
Cascavel	312	4,7	15,1	4,3	17,3	29,9	14,0	3,0	10,3	21,3
Pindoretama	105	5,8	20,3	6,3	14,6	31,3	8,3	4,2	9,4	26,0
TOTAL/MEDIA	625	4,93	16,17	4,50	15,63	33,17	11,63	3,37	11,27	20,47
TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO	1259	4,65	14,42	3,82	16,80	33,90	10,81	2,80	10,64	21,25

Fonte: Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

**Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional.

No Território do Litoral Leste avaliou-se a mortalidade proporcional por causas definidas relacionadas ao período perinatal (2,8%) tem menos impacto diante das doenças infecciosas (3,82%). As causas com maior representatividade foram relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 33,9% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica o envelhecimento da população, conseqüentemente o aumento da expectativa de vida gerando mais problemas crônicos de saúde e próprios da idade avançada. Alguns municípios apresentam uma situação preocupante e um resultado bem acima da média do Território, como Itaiçaba (46,7%) em que quase metade dos óbitos para o período são por doenças do aparelho circulatório, seguido de Beberibe (38,3%) e Fortim (35,2%).

No entanto, vale destacar os percentuais das demais causas (21,25%), neoplasia (16,8%), aparelho respiratório (10,81%) e causas externas (10,64%) no Território do Litoral Leste no qual é importante investigar os dados destas causas.

Com relação às causas externas segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Uma alteração nas causas de mortalidade no território é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

A informação de qualidade referente aos óbitos por causa externa não pode ser vista, simplesmente, como uma questão técnica senão também como uma ferramenta para a tomada de decisões coerentes. O monitoramento desses eventos constitui elemento importante para o conhecimento de suas tendências e do impacto das intervenções de políticas públicas adotadas para reduzir os índices de violência e melhorar os serviços de saúde (OLIVEIRA e SOUZA, 2007).

No Território do Litoral Leste avaliando a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 a seguinte distribuição, apresentada na Figura 3:

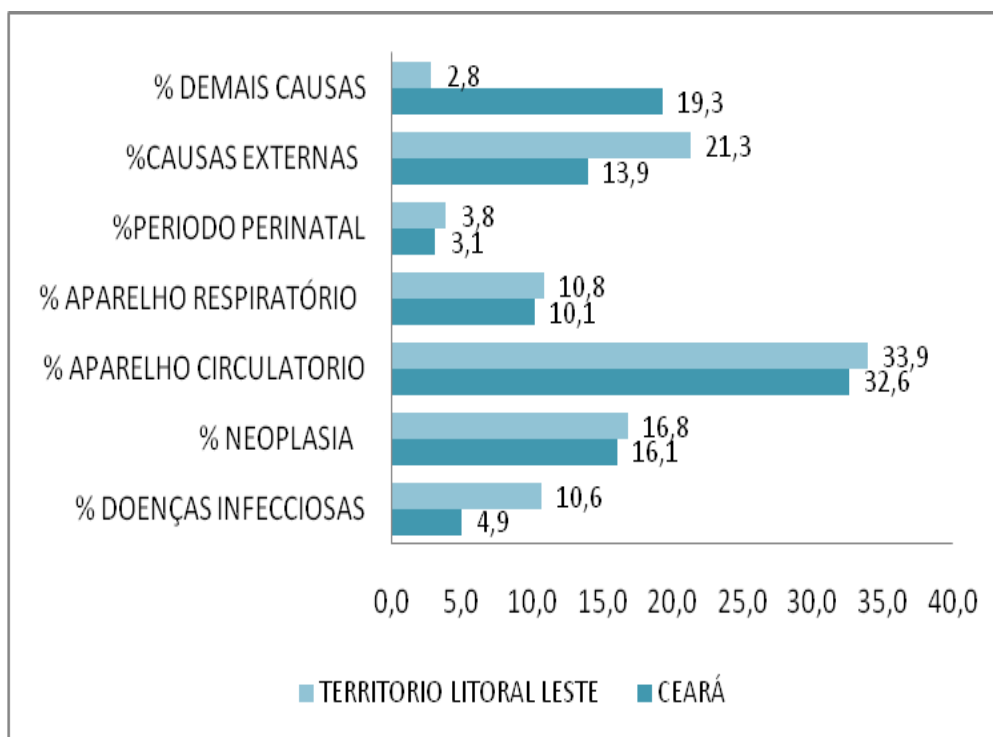


Figura 3: Mortalidade por Grupos de Causas no Território Litoral Leste, em 2008.
Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%) e no Território do Litoral Leste (33,9%) com um percentual um pouco superior.

Outras informações importantes que devem ser pesquisadas dizem respeito a mortalidade é a faixa etária em que estão concentrados os maiores índices de mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Ressalta-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direciona atenção nas proposições a serem apontadas no Plano – PTDRS, a partir desta situação de mortalidade para este segmento da população.

Para atingir a Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil deverá apresentar uma taxa de mortalidade inferior a 15,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. No período de 2000 a 2007, houve redução de 26,9% na taxa de mortalidade infantil no Brasil, de 27,4 para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos.

7.3 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

Tabela 11: Condições de nascimento no Território Litoral Leste em 2008.

Municípios	Informações Sobre Condições De Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesareos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
MICRO TERRITORIO I						
Aracati	985	37,2	62,8	8,6	4,3	22,1
Fortim	204	32,0	68,0	4,9	1,0	27,5
Icapuí	312	38,5	61,5	6,1	3,2	22,8
Itaiçaba	76	55,3	44,7	2,6	2,6	19,7
Jaguaruana	430	33,5	66,5	7,9	6,7	22,6
TOTAL/MEDIA 2007		39,3	60,7	6,02	3,56	22,94
MICRO TERRITORIO II						
Beberibe	689	31,9	68,1	6,2	4,7	17,9
Cascavel	930	36,9	63,1	8,7	5,8	23
Pindoretama	295	37,3	62,7	9,2	8,9	32,5
TOTAL/MEDIA 1914		35,4	64,6	8,0	6,5	24,5
TOTAL/MÉDIA DO TERRITÓRIO	3921	37,3	62,7	7,0	5,0	23,7

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os índices da Tabela 11, os percentuais de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território estão dentro das metas recomendadas pelo Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30%, preconizado pelo Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7% do total dos partos cesáreos. Destacamos que nos municípios de Itaiçaba (55,3%) e Icapuí (38,5%) estão com percentual acima da média do Território do Litoral Leste.

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção materno-infantil e a assistência médico-hospitalar. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Vale ressaltar ainda, a prevalência de partos vaginais (62,7%) ser superior aos partos cesáreos (37,3%), sabendo-se que ainda pode-se melhorar cada vez mais este indicador.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontrou-se uma média de 23,7%, entre as que pariram em 2008 eram adolescentes. O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Apenas dois municípios que fazem parte do Território do Litoral Leste encontram-se acima da média do território são os municípios de Pindoretama (32,5%) e Fortim (27,5%). Relaciona-se este indicador a uma condição socioeducacional que é a escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.

O objetivo de conhecer esta variável é que se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e os fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

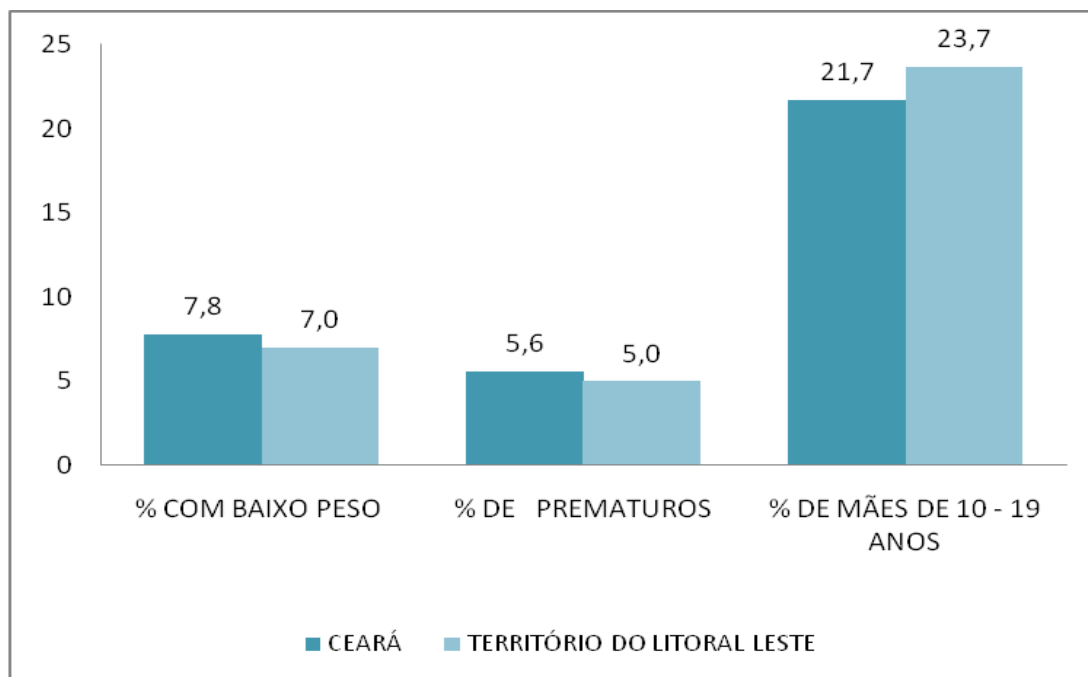


Figura 4: Situação de nascimento no Território do Litoral Leste - percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10-19 anos) em 2008.

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2010.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer, a média no Território do Litoral Leste foi de 5,0% dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi matematicamente bem próximo dos dados do Estado do Ceará (5,6%).

Com relação ao baixo peso ao nascer tem-se uma média de 7,0% dos partos, são de crianças nascem nesta situação. Destaca-se alguns municípios como Pindoretama (9,2%); Cascavel (8,7%); Aracati (8,6%) e Jaguaruana (7,9%) que se encontram acima da média perfazendo cada um quase que 10% de seus nascimentos são de recém nascidos de baixo peso.

A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a mortalidade neonatal e infantil. Esse dado irá contribuir para orientar iniciativas de intervenção nutricional e para avaliar condições orgânicas e condutas de risco da gestante (tabagismo, alcoolismo e outras).

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5 a 6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno infantil.

A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

7.4 Infraestrutura

7.4.1 Critérios e Definições

7.4.1.1 Atenção Básica

➤ **Número de equipes de Saúde da Família e cobertura**

Sobre o total das equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população têm no território 75 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 736. Existem no Território do Litoral Leste alguns municípios que tem um bom percentual de cobertura de atenção básica. No entanto, enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

➤ **Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF**

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da

família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

MODALIDADES - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF tipo I é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. O NASF tipo II funciona em cidades com equipes de até três profissionais. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementação dos núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

NÚCLEO - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.5 Atenção Especializada

➤ Centro Especialidade Odontológicas – CEO

Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia

especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/ adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

➤ Centro de Apoio Psicossocial – CAPS

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção

social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

➤ Farmácia Popular do Brasil

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos

medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

➤ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

➤ Unidades de Pronto Atendimento – UPA

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas

de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

7.6 Tipos de Estabelecimentos

Constatou-se que no Território do Litoral Leste existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade Básica de Saúde (61), seguido de Posto de Saúde (16), Clínica Especializada (15), Hospital (6) e NASF (5). Vale ressaltar, ainda uma pequena quantidade de estabelecimentos de Unidade Mista (4), CAPS (3), Policlínica (2), CEO (1), Farmácia Popular (1) e UPA (1).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5, percebe-se uma inexistência do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) entre os 08 municípios do Território do Litoral Leste, porém os mesmos (com exceção de Jaguaruana) são atendidos pelo SAMU Eusébio. É importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implantação desta política de atenção à saúde da população.

Além disso, é de fundamental importância a ampliação da equipe que compõem o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Atualmente, existe uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois os NASF se ligam às Equipes de Saúde da Família (EqSF) completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima (Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Para atuação do NASF junto com EqSF deve haver uma parceria de atendimento em conjunto, de planejamento de ações entre as equipes do

NASF e de Saúde da Família, um atendimento diferenciado para casos específicos, não pelo encaminhamento como se a atenção dispensada pelo profissional do NASF fosse a outro nível, mas compartilhada e discutida pela equipe de atenção básica.

O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulando com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde de seu município.

Ao analisar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família no Território do Litoral Leste apresenta-se um indicador de 75 equipes completas, sabendo que precisa melhorar ainda mais esse percentual de cobertura.

Tabela 12: Tipos de estabelecimentos da atenção básica e especializada no território do litoral leste nos anos de 2008, 2009 e 2010.

MUNICIPIOS	TIPO DE ESTABELECIMENTO SUS / OUTROS														
	ATENÇÃO BÁSICA					ATENÇÃO ESPECIALIZADA									
	*CENTRO DE SAÚDE/ UNID. BÁSICA DE SAÚDE	*POSTO DE SAÚDE	*Nº EqSF 2010	*/%COBERTUR A ESF 2010	**NASF	**UNIDADE MISTA /PARTO NORMAL	**CEO	**CAPS	**FARMACIA POPULAR	**SAMU ¹	**UPA	*CLINICA ESPECIALIZADA	*POLICLÍNICA	*HOSPITAL	Nº DE LEITOS POR 1000 HAB
MICRO TERRITORIO I															
Aracati	16	0	14	70	1	1	1	1	1	0	1	10	1	1	1,5
Fortim	6	0	5	101	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,8
Icapuí	5	3	7	101	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0,7
Itaiçaba	3	0	3	101	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1,8
Jaguaruana	1	10	8	85	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	1,0
TOTAL	31	13	37	458	1	4	1	2	1	0	1	12	1	2	5,8
MICRO TERRITORIO II															
Beberibe	13	0	12	85	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,5
Cascavel	9	3	18	92	2	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1,2
Pindoretama	8	0	8	101	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0,8
TOTAL	30	3	38	278	4	0	0	1	0	0	0	3	1	4	2,5
TOTAL DO TERRITORIO	61	16	75	736	5	4	1	3	1	0	1	15	2	6	8,3

*Fonte: CNES-DATASUS/MS. Competência Julho/2010 em <www.saladesituacao.com.br>

**Fonte: CNES-DATASUS/MS. Competência Novembro/2010 em www.saladesituacao.com.br

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Nota: Não inclui leitos complementares

¹ Não há SAMU nos municípios, porém os mesmos (com exceção de Jaguaruana), são atendidos pelo SAMU Eusébio.

O Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado é um indicador que mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da Atenção Básica à Saúde.

É para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

No Território do Litoral Leste avaliou-se o percentual de número de leitos hospitalares por mil habitantes comparado ao Estado do Ceará, encontra-se no ano de 2009 a seguinte situação:

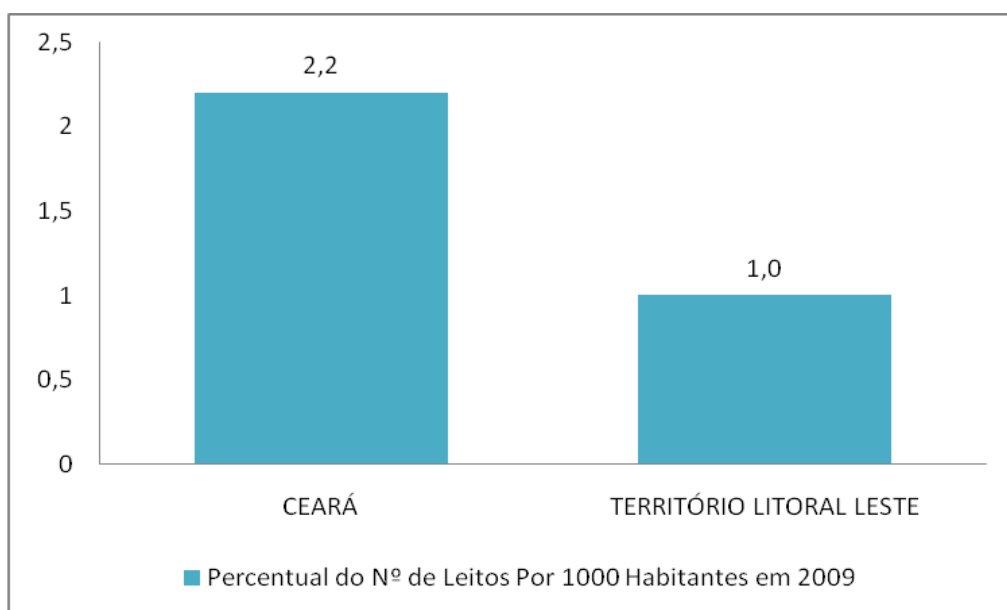


Figura 5: Percentual do número de Leitos por 1000 habitantes no Estado do Ceará e Território do Litoral Leste, em 2009.

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Observou-se na Figura 5, um dado bastante significativo com 1,0 leitos do Território do Litoral Leste em comparação com Estado do Ceará 2,2 leitos em geral do percentual do número de leitos por 1000 habitantes.

7.7 Recursos Humanos

7.7.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes

Número de profissionais de saúde por mil habitantes mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.

No Território do Litoral Leste encontraram várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os dados que mais chamam a atenção são os de Psiquiatra (0,02/ equivale 10 especialistas) e Anestesista (0,04/ equivale 16 especialista). Entretanto, quando se calculou o total de profissionais por 1000 habitantes percebeu-se que esse dado está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico dessas categorias para cada 1000 habitantes. A disponibilidade de médicos, que atende e também não atende ao SUS, atualmente no território no geral é 1,5 de profissionais por 1000 habitantes.

Percebe-se na Tabela 6 que a disponibilidade com relação a estes profissionais praticamente concentra-se nos município de Aracati (2,3), Beberibe (1,9) e Pindoretama (1,9). Com o novo modelo proposto pelo Ministério da Saúde recomenda-se a atuação em redes e linhas de cuidados para que se priorize a presença primordial de alguns especialistas garantindo que a integralidade da atenção seja atendida em todos os níveis de atenção à saúde.

Sobre a Atenção Básica, temos o número de profissionais atuando como médico de família é de 0,36 para cada 1000 habitantes no Território. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nas

mais diversas regiões. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre as causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter a situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Tabela 13: Oferta de profissionais médicos/especialidades por 1.000 habitantes no Território do Litoral Leste em 2009.

Municípios	Oferta De Profissionais Medicos Por Especialidades Por 1000 Hab.									
	Anestesista P/1000	Cirurgião Geral P/1000	Clínico Geral P/1000	Ginecoobstetra P/1000	Medico de Família P/1000	Pediatra P/1000	Psiquiatra P/1000	Radiologista P/1000	Total*	Prof. P/ 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO I										
Aracati	0,1	0,2	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	1,7	2,3
Fortim	0	0,1	0,5	0	0,3	0	0	0	0,9	0,9
Icapuí	0	0	0,2	0,1	0,4	0	0,1	0,1	0,9	0,7
Itaiçaba	0	0	0,6	0,1	0,4	0	0	0,1	1,2	1,5
Jaguaruana	0	0,1	0,5	0,1	0,3	0	0	0	1	1,1
TOTAL/MÉDIA	0,02	0,08	0,46	0,12	0,32	0,02	0,04	0,08	5,70	1,3
MICRO TERRITORIO II										
Beberibe	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0	0,1	1,5	1,9
Cascavel	0,1	0	0,1	0,3	0,3	0,1	0	0,1	1	1,3
Pindoretama	0	0	0,9	0,1	0,7	0,1	0	0	1,8	1,9
TOTAL/MÉDIA	0,07	0,07	0,43	0,23	0,40	0,17	0,0	0,07	4,30	1,7
MÉDIA DO TERRITORIO	0,04	0,07	0,45	0,18	0,36	0,09	0,02	0,07	5,0	1,5

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

* Nº TOTAL DE MÉDICOS.

Esses indicadores serão fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

7.7.2 Ofertas de Profissionais de Saúde por categoria por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. Essas categorias fortemente serão influenciadas pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisar as variações da situação de distribuição dos profissionais de saúde de acordo com a Tabela 7, identificou-se situações de carência em algumas categorias principalmente entre Psicólogo (0,01/ equivale 9 profissionais), Nutricionista (0,02/ equivale 9 profissionais), Fonoaudiólogo (0,04/ equivale 14 profissionais) e Assistente Social (0,05/ equivale 15 profissionais). Nas categorias enfermeiro e dentista ainda encontramos um déficit, apesar de termos um maior número de profissionais para a população. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação nas profissões de saúde e sua inserção no mercado de trabalho, pois existe um amplo espaço a ser ocupado por cada categoria que tem a sua prática já concretizada na área da saúde, principalmente na prevenção de agravos relacionados a saúde mental, uso de drogas, como é o caso do serviço social e a psicologia.

Tabela 14: Oferta de profissionais de saúde por categoria profissional/ 1000 habitantes no Território Litoral Leste em 2008.

Municípios	Oferta De Profissionais De Saúde Por Categoria / 1.000 Hab.								
	Enfermeiro	Cirurgião Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo	Total*
MICRO TERRITORIO I									
Aracati	0,5	0,7	0,1	0	0,2	0,1	0	0,1	1,7
Fortim	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0,9
Icapuí	0,5	0,3	0,1	0	0,2	0,1	0,1	0,1	1,4
Itaiçaba	0,5	0,5	0	0,1	0,3	0	0	0	1,4
Jaguaruana	0,4	0,2	0,1	0	0,2	0,1	0	0	1
TOTAL/MÉDIA	0,44	0,4	0,08	0,04	0,2	0,06	0,02	0,04	6,4
MICRO TERRITORIO II									
Beberibe	0,4	0,3	0,1	0	0,1	0	0	0	0,9
Cascavel	0,4	0,4	0,1	0	0,1	0,1	0	0,1	1,2
Pindoretama	0,8	0,5	0,1	0	0,1	0	0	0	1,5
TOTAL/MÉDIA	0,53	0,4	0,1	0,00	0,10	0,03	0,00	0,03	3,6
MÉDIA TOTAL DO TERRITORIO	0,49	0,4	0,09	0,02	0,15	0,05	0,01	0,04	5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

* Número total de profissionais.

7.8 Saneamento básico e acesso à água

7.8.1. Abastecimento de Água e de domicílio com Esgotamento Sanitário

A cobertura de redes de abastecimento de água é definida como o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água: com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Existe o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA). Dos 184 municípios do estado, 179 (97,3%) alimentaram o SISAGUA, em 2008, com informações de cadastros das diferentes formas de abastecimento de água no município. O cadastramento constitui o primeiro passo para o desencadeamento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que incluem, dentre outros, o monitoramento da qualidade da água e as inspeções sanitárias.

Ao analisar situação da cobertura de abastecimento de água da população, identificou-se um percentual bastante significativo dos domicílios que tem abastecimento de água 80,86% no Território do Litoral Leste, bem acima do percentual encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%.

Observou-se com relação ao percentual de domicílios com esgotamento sanitário um resultado de 6,1% no Território do Litoral Leste, esse

dados é bastante preocupante onde gestores precisam estar avaliando e implantando ações de Políticas Públicas para essa temática. E apenas 20,4% do Estado do Ceará possuem esgoto sanitário através de rede coletora uma cobertura aquém da cobertura ideal. Alertamos ainda as baixas coberturas que favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando se relacionou este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias tem um percentual de 3,82% do total de óbitos no território. Recomendou-se investigação das causas de internamentos para fornecer elementos a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

Tabela 15: Percentual de domicílio com abastecimento de água e de domicílio com esgotamento sanitário, em 2007.

Municípios	% Domicílios com abastecimento de água	% Domicílios com esgotamento sanitário
MICROTERRITORIO I		
Aracati	95,4	3,4
Fortim	63,8	0
Icapuí	100	0
Itaiçaba	88,9	0
Jaguaruana	87,2	0
TOTAL/MÉDIA	87,04	0,7
MICROTERRITORIO II		
Beberibe	60,0	31,2
Cascavel	71,09	3,4
Pindoretama	93,02	0
TOTAL/MÉDIA	74,7	11,5
MEDIA DO TERRITORIO	80,86	6,1

Fonte: Secretaria de infra-estrutura (SEINFRA), 2007.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

No Território de Litoral Leste, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico são referentes aos níveis de escolaridade, dentre eles a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, que levou em conta o número de matrículas em cada modalidade de ensino; a infraestrutura, cujas informações foram relativas ao número de escolas, bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹ e a Formação Docente dos professores, estes dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior foram abordadas as instituições de ensino superior que atuam no Território.

No Território Litoral Leste os municípios são atendidos por diferentes Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, a saber:

- O microterritório I pela CREDE 10, com sede em Russas.
- O microterritório II pelas CREDE 9, com sede em Horizonte.

8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual a cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler, escrever e

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, reúne num só indicador dois conceitos de grande importância para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Indica a qualidade do ensino da escola do seu filho, do seu município e do seu estado. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. O ideal seria que toda escola pública tivesse uma nota igual ou superior a 6.

entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto. No caso do Ceará, fazendo um comparativo entre os anos de 2003 e 2008, é possível observar um crescimento da população alfabetizada: em 2003, a porcentagem relativa à população com idade maior ou igual a cinco anos era de 75,4% e em 2008 subiu para 80,2%.

A Tabela 16 mostra que, considerando a população alfabetizada por faixa etária no Ceará, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

Tabela 16: População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano)

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 a 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 a 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
> 60 anos	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576

Fonte: IPECE, 2009.

Para a definição de estratégias de universalização da educação de qualidade no território, é importante apropriar-se de alguns dados relativos ao acesso e permanência dos alunos na escola. Uma educação de qualidade está relacionada a bons indicadores em relação à distorção idade/série, pois é fundamental para que haja aprendizagem que os alunos estejam presentes na escola na idade certa. Dentro dessa perspectiva, alguns indicadores como as taxas de Alfabetização e Escolarização do Ensino Fundamental e Médio como mostra a Tabela 17, revelam a questão educacional no Território.

Tabela 17: Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território

Município	Taxa de Alfabetização(1)	Taxa de escolarização no Ensino Fundamental (2)	Taxa de escolarização no Ensino Médio (2)
Aracati	73,40%	90,30%	70,20%
Fortim	66,50%	94,70%	69,80%
Itaiçaba	73,50%	82,4 %	76,10%
Jaguaruana	67,40%	82,10%	60,30%
Icapuí	70,20%	91,40%	47,70%
Beberibe	68%	102,70%	78,60%
Cascavel	69,70%	104,90%	74,70%
Pindoretama	72,50%	104,70%	51,20%

Fonte: Indicadores MEC (1) 2000 e (2) 2007.

As taxas de Alfabetização são calculadas pela porcentagem das pessoas alfabetizadas sobre o total da população, já as de escolarização são feitas pelo número de matrículas da faixa etária da etapa sobre a população total do município na mesma faixa etária, o que revela como está a universalização do ensino.

De modo geral, todos os municípios mostram taxas baixas de Alfabetização, sendo o melhor índice o de Itaiçaba com 73,50% e Aracati com

73,40% da população alfabetizada. Já a menor taxa, 66,50% é referente ao município de Fortim.

As taxas de Escolarização do Ensino Fundamental são bem maiores, sendo destaque os municípios de Beberibe, Cascavel e Pindoretama com os melhores índices e Jaguaruana, com a menor porcentagem de 82,10%. As taxas de Escolarização do Ensino Médio mostram uma freqüência menor dos jovens na escola, sendo o maior índice em Beberibe, com 78,60% e o menor em Icapuí, com 47,70% dos adolescentes matriculados na escola.

8.2 Nível de escolaridade

8.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e sua formação cultural na comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) esta educação é promovida em duas fases da infância: a primeira para crianças de quatro meses até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

No Território Litoral Leste, o total de matrículas da Educação Infantil é de 12.030 alunos, dos quais 3.373 estão inscritos nas creches, e 8.657 na pré-escola.

É possível observar a partir da Tabela 18 que as matrículas estão concentradas na rede pública municipal. A rede particular corresponde a somente 11,41% do total de matrículas do Território Litoral Leste e é quase inexistente na zona rural.

Com relação à zona de moradia, as matrículas são concentradas na zona urbana: no Micro I, essa concentração representa 61,86% nas escolas urbanas e, no Micro II, 54,40% do total.

Quanto às modalidades da Educação Infantil, as matrículas estão concentradas na Pré-Escola, representando 71,97% do total. No Micro I, por exemplo, elas correspondem 73,72%, já no Micro II, essa porcentagem cai para 71,1%. Esses dados revelam que a diferença entre as modalidades é maior no Micro I, onde existe também, o maior número de matrículas totais.

Estes números indicam o atendimento precário à faixa etária das creches (de 0 a 3 anos) e uma concentração na pré-escola (de 4 a 6 anos). Isso reflete a falta de prioridade ao longo da história da educação dada a esse nível de ensino, situação mudada desde 2006, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Essas informações apontam para a necessidade de ampliação no atendimento às crianças na faixa etária da Educação Infantil (0 a 6 anos), principalmente nas creches. Essas instituições poderiam auxiliar na guarda e na formação pré-escolar dos filhos daquelas mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho.

Para este nível de ensino, existe a necessidade de infraestrutura adequada, com salas de aula, material didático específico, pátios de recreação e professores com formação continuada. Nos casos das creches, seria interessante instituir e ampliar o tempo integral com recursos adequados, já que a família pode ter dificuldade na locomoção e cuidado das crianças no turno contrário àquele atendido, em caso de escolas de um só turno.

Tabela 18: Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Micro Território	Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
				Creche	Pre-Esc.	Total
MICRO I	ARACATI	Estadual	Urbana	0	0	0
		Municipal	Rural	276	907	1.183
			Urbana	629	669	1.298
		Subtotal		905	1.576	2.481
	Particular	Urbana	16	508	524	

Micro Território	Município	Rede	Zona	Educação Infantil			
				Creche	Pre-Esc.	Total	
	Total:			921	2.084	3.005	
	FORTIM	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	0	160	160	
			Urbana	0	555	555	
		Subtotal		0	715	715	
	Total:			0	715	715	
	ITAICABA	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	0	0	0	
			Urbana	44	235	279	
		Subtotal		44	235	279	
	Total:			44	235	279	
	JAGUARUANA	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	15	291	306	
			Urbana	241	493	734	
		Subtotal		256	784	1.040	
		Particular	Urbana	0	95	95	
	Total:			256	879	1.135	
	ICAPUI	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	251	460	711	
			Urbana	154	189	343	
		Subtotal		405	649	1.054	
	Total:			405	649	1.054	
	Total Micro I			1626	4562	6188	
MICRO II	BEBERIBE	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	560	1.081	1.641	
			Urbana	303	422	725	
		Subtotal		863	1.503	2.366	
		Particular	Rural	6	14	20	
			Urbana	20	45	65	
		Subtotal		26	59	85	
		Total:			889	1.562	2.451
		CASCADEL	Estadual	Urbana	0	0	0
			Municipal	Rural	166	631	797
				Urbana	331	904	1.235
			Subtotal		497	1.535	2.032
			Particular	Urbana	95	443	538
	Total:			592	1.978	2.570	
	PINDORETAMA	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	38	168	206	
			Urbana	182	302	484	
		Subtotal		220	470	690	
		Particular	Urbana	46	85	131	

Micro Território	Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
				Creche	Pre-Esc.	Total
Total:				266	555	821
Total Micro II				1.747	4.095	5.842
Total Territorio Litoral Leste				3373	8657	12030

Fonte: adaptado da tabela da SEDUC, 2009.

Segundo os comitês, existem algumas escolas com boa infraestrutura para o Ensino Infantil, porém é preciso ampliar o número delas em todo o Território para atender a demanda, já que muitas crianças dessa faixa etária ainda não freqüentam sistema forma de ensino.

8.2.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº1, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6º ao 9º ano) Ensino Fundamental II. Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (LDB, 1996).

Além dos aspectos de escolaridade e da infraestrutura educacional serão acrescentados nesta análise as informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a Formação Docente. No entanto, é necessária que a compreensão destes dois itens, somados aos anteriores, seja estabelecida através de seus significados.

O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, o IDEB, foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

O outro item aborda a Formação de Professores da Educação Básica, exigida em nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena na Educação Básica. Na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, porém, os professores podem ter ensino médio completo com magistério. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB), coordena e articula em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da Educação Básica. Os cursos de formação de professores para a educação básica devem se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos, ou seja, a partir do ano de 2004.

Sobre estas considerações iniciais e as informações fornecidas traçou-se o perfil do Ensino Fundamental no Território do Litoral Leste: o número total de matrículas deste nível é de 50.409 estudantes, dos quais 26.518 freqüentam

o Ensino Fundamental I (1° ao 5° ano) e 23.891, o Fundamental II (6° ao 9° ano).

Segundo a LDB, o atendimento ao Ensino Fundamental é prioridade da rede municipal, podendo o governo do estado prestar colaboração na oferta dessa modalidade. Dessa forma, é possível observar algumas matrículas na rede estadual, totalizando 438, a partir da Tabela 17, no Fundamental II na zona urbana nos municípios de Aracati e Jaguaruana do Micro I; e Cascavel do Micro II.

As matrículas do Ensino Fundamental no Território do Litoral Leste estão concentradas na zona urbana, representando 63,41% no Micro I, e 59,16% de matrículas nessa zona de moradia no Micro II.

Contudo, existe uma preocupação atualmente em implantar e ampliar a educação no campo e do campo, voltada para o modo de vida das comunidades aí localizadas. Dessa forma, além das crianças terem acesso ao conhecimento relativo a outras comunidades, também estariam imergindo no processo de aprendizagem por meio das características do ambiente em que elas vivem cotidianamente.

Na Tabela 19, observa-se que mais de 50% das matrículas se concentram no Fundamental I. No Micro-Território I, a diferença entre os dois períodos é em torno de 700 alunos, representando 51,63% de matrículas no Fundamental I, no Micro II a porcentagem sobe para 53,53% de matrículas do 1° ao 5° ano.

Tabela 19: Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Micro Território	Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
				1° ao 5°	6° ao 9°	Total
MICRO I	ARACATI	Estadual	Urbana	0	131	131
		Municipal	Rural	2.648	2.507	5.155
			Urbana	2.179	2.837	5.016
			Subtotal	4.827	5.344	10.171
		Particular	Urbana	939	772	1.711
	Total:		5.766	6.247	12.013	
MICRO II	FORTIM	Estadual	Urbana	0	0	0
		Municipal	Rural	368	220	588
			Urbana	1.092	1.077	2.169

Micro Território	Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental			
				1° ao 5°	6° ao 9°	Total	
		Subtotal		1.460	1.297	2.757	
	Total:			1.460	1.297	2.757	
	ITAICABA	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	194	0	194	
			Urbana	349	608	957	
		Subtotal		543	608	1.151	
	Total:			543	608	1.151	
	JAGUARUANA	Estadual	Urbana	0	203	203	
		Municipal	Rural	950	688	1.638	
			Urbana	1.782	1.391	3.173	
		Subtotal		2.732	2.079	4.811	
		Particular	Urbana	170	158	328	
	Total:			2.902	2.440	5.342	
	ICAPUI	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	863	500	1.363	
			Urbana	1.078	726	1.804	
		Subtotal		1.941	1.226	3.167	
	Total:			1.941	1.226	3.167	
	Total do Micro I			12612	11818	24430	
MICRO I	BEBERIBE	Estadual	Urbana	0	0	0	
		Municipal	Rural	3.681	2.051	5.732	
			Urbana	1.697	2.039	3.736	
		Subtotal		5.378	4.090	9.468	
		Particular	Rural	56	0	56	
			Urbana	147	73	220	
		Subtotal		203	73	276	
		Total:			5.581	4.163	9.744
		CASCAVEL	Estadual	Urbana	0	104	104
			Municipal	Rural	1.882	1.927	3.809
				Urbana	4.011	3.629	7.640
			Subtotal		5.893	5.556	11.449
			Particular	Urbana	487	524	1.011
		Total:			6.380	6.184	12.564
		PINDORETAMA	Estadual	Urbana	0	0	0
		Municipal	Rural	553	458	1.011	
			Urbana	1.159	1.146	2.305	
		Subtotal		1.712	1.604	3.316	
		Particular	Urbana	233	122	355	
	Total:			1.945	1.726	3.671	
	Total Micro II			13.906	12.073	25.979	
	Total Territorio Litoral Leste			26.518	23.891	50.409	

Fonte: SEDUC, 2009.

Em relação às médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Micro-Território I, o município de Itaiçaba se destaca com relação aos outros pela média mais alta (5,3) tanto nas séries finais como iniciais, alcançando e até ultrapassando as projeções para 2017. O município de Icapuí, por sua vez, apresenta as menores médias (3,8 e 3,6) para as séries iniciais e finais respectivamente, no ano de 2009, apesar de, com estas mesmas médias, alcançar já a projeção para 2013. Observa-se ainda que as médias, quase que invariavelmente, aumentam ao longo dos anos de avaliação do índice.

Tabela 20: IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território I.

Micro Território	Município	Séries	2005	2007	2009	Projeções					
						2011	2013	2015	2017	2019	2021
Micro I	ARACATI	séries iniciais	3,3	3,8	4,1	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
		séries finais	2,8	3,3	3,5	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
	FORTIM	séries iniciais	3,8	4,2	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,0
		séries finais	3,0	3,1	3,7	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1
	ICAPUI	séries iniciais	2,7	3,3	3,8	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
		séries finais	2,4	3,2	3,6	2,9	3,3	3,7	4,0	4,3	4,5
	ITAIKABA	séries iniciais	3,6	4,5	5,3	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8
		séries finais	3,4	4,2	5,3	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
	JAGUARUANA	séries iniciais	3,0	3,2	3,9	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
		séries finais	3,0	3,2	3,7	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0

Fonte: Inep – MEC 2009²

No micro-território II, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica referente ao ano de 2009, verifica-se que os percentuais têm

² Os resultados do IDEB 2009 para escola, município, unidade da Federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram da Prova Brasil/Saeb 2009 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas no Censo Escolar 2009. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio Ideb e metas estabelecidas ao longo do horizonte do PDE, ou seja, até 2021.

uma média pouco abaixo que o Micro I. Destacam-se o município de Beberibe, com médias 4,7 e 4,0 no ano de 2009, para séries iniciais e finais respectivamente, e o município de Pindoretama que, já neste mesmo ano ultrapassou as médias projetadas para o ano de 2013 (4,0 e 3,7, para séries iniciais e finais respectivamente). O aumento das médias ao longo dos anos é, como no micro-território I, significativo e quase que invariável, salvo pelos casos dos municípios de Beberibe e de Cascavel que tiveram uma diminuição das médias das séries iniciais entre os anos de 2005 e 2007.

Tabela 21: IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro Território II.

Micro Território	Município	Séries	2005	2007	2009	Projeções					
						2011	2013	2015	2017	2019	2021
Micro II	BEBERIBE	séries iniciais	3,3	3,0	4,7	4,1	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5
		séries finais	3,0	3,4	4,0	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
	CASCAVEL	séries iniciais	3,3	2,9	3,7	4,2	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
		séries finais	2,8	3,0	3,3	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
	PINDORETAMA	séries iniciais	-	3,0	4,0	3,5	3,8	4,1	4,3	4,6	4,9
		séries finais	2,6	3,2	3,7	3,0	3,4	3,8	4,0	4,3	4,6

Fonte: Inep – MEC 2009

Para os informantes do comitê, o IDEB é uma forma de avaliação que pode auxiliar governo e escolas para melhorar sua qualidade, mas seus métodos não são muito legítimos, já que muitas vezes as provas não abordam os temas vividos pelos alunos no dia-a-dia. Essa poderia ser, portanto, uma das causas das baixas notas.

Outro fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a qualificação do corpo docente em sala de aula. A esse respeito, é importante destacar as considerações sobre a legislação promulgada desde 2002 a este respeito, que afirma que a partir do ano de 2004 o professor em sala de aula deveria ter licenciatura ou graduação plena, com exceção daqueles que trabalham na Educação Infantil e nos quatro

primeiros anos do Ensino Fundamental, que podem ter como formação mínima o curso de magistério completo.

As informações, que aqui estão apresentadas são referentes ao período de 2008 e ao Ensino Fundamental, e revelam que a maior parte dos professores já tem formação superior, representando 66,07% do total de docentes. 19,23% dos profissionais possuem ensino médio completo, na modalidade magistério.

Tabela 22: Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Território Litoral Leste.

Município	Docentes do ensino fundamental						
	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Aracati	401	-	-	49	31	321	-
Fortim	108	-	-	18	1	89	-
Icapuí	107	-	-	8	22	77	-
Itaiçaba	53	-	-	3	2	48	-
Jaguaruana	298	-	-	70	23	205	-
Total Micro I	967	0	0	148	79	740	0
Beberibe	350	-	-	61	32	257	-
Cascavel	450	-	-	72	59	319	-
Pindoretama	118	1	1	20	10	86	-
Total Micro II	918	1	1	153	101	662	0
Total do Território	1.885	1	1	301	180	1.402	0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

O comitê ressaltou a importância da formação continuada dos profissionais da educação e confirmaram a efetivação da Plataforma Freire nesse objetivo. Os informantes também ressaltaram a necessidade de efetivação de muitos professores que estão como temporários, por meio de novos concursos, além de constituir nas escolas grupos de profissionais multidisciplinares, com o intuito de melhorar a educação a partir de diferentes perspectivas.

8.2.3 Ensino Médio

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é prioridade do governo estadual a oferta do Ensino Médio, sendo garantida sua universalização e gratuidade. Nos últimos anos, foi registrado um crescimento da matrícula deste nível de ensino na rede estadual cearense, o que pode ser comprovado por meio dos Censos Escolares realizados entre 2003 e 2006.

Um levantamento da Célula de Avaliação Institucional (CEAVI), da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), mostra que a expansão é da ordem de 12,4%. Os estudos apontam dois fatores como decisivos nesse processo: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Com o acesso garantido, o desafio da SEDUC e de suas escolas é a permanência desses alunos nas unidades de ensino e a conclusão da educação básica com sólida formação geral, ampliando a participação popular. Para isso, é preciso assegurar uma escola de qualidade aos alunos que concluem o ensino fundamental. Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) apóia ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Sobre os dados do Território do Litoral Leste, é possível verificar que as matrículas somam 14.073 e estão concentradas na rede pública, a rede particular apresenta um número reduzido de alunos.

É possível destacar que na zona rural não há matrículas no Ensino Médio. A partir dessa constatação, para a formulação de projetos nesse setor, seria necessária uma avaliação da capacidade de infra-estrutura dessas escolas, que recebem, além do público com moradia na zona urbana, aquele oriundo da zona rural, bem como da qualidade do transporte escolar oferecido aos estudantes.

Seguindo a tendência das pedagogias do campo, é dada a importância para a construção de escolas no campo para que os jovens tenham a possibilidade de acesso à educação na sua zona de moradia e que tenham uma formação adequada à sua comunidade, à sua cultura, além da

profissionalização em atividade desse setor. É relevante observar, porém, a necessidade de uma formação integral, que contemple também conteúdos e saberes para além do campo, que ofereça acesso aos bens culturais universais.

Apesar do aumento de matrículas no Nível Médio no Brasil, é possível verificar que há uma queda entre o Ensino Fundamental e o Médio, ao se comparar as informações dos dois níveis. O Ensino Fundamental concentra 65,88% das matrículas, enquanto que no Ensino Médio, essa porcentagem cai para 18,39%. Mesmo se for isolado o número de matrículas somente do Fundamental II (6º ao 9º ano), a porcentagem aí é de 31,34%, totalizando 23.891 alunos.

Isso revela que muitos daqueles que terminam o nível fundamental não seguem o Ensino Básico, o que revela que se faz necessário a elaboração de projetos de motivação e incentivo à continuação da formação no Ensino Médio. Muitas vezes pela necessidade de inserção no mercado de trabalho, pelo uso de drogas ou pela gravidez pré-matura. Além disso, muitos também não têm perspectiva e não conseguem ver na escola uma forma de ascender profissionalmente.

Tabela 23: Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia.

Micro Território	Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			Total
				Médio	Integrado a EP	Normal	
MICRO I	ARACATI	Estadual	Urbana	2.863	180	0	3.043
		Municipal	Rural	0	0	0	0
			Urbana	0	0	0	0
			Subtotal	0	0	0	0
		Particular	Urbana	507	0	0	507
	Total:			3.370	180	0	3.550
	FORTIM	Estadual	Urbana	627	0	0	627
		Municipal	Rural	0	0	0	0
			Urbana	0	0	0	0
		Subtotal		0	0	0	0
Total:			627	0	0	627	
ITAICABA	Estadual	Urbana	435	0	0	435	

Micro Território	Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular				
				Médio	Integrado a EP	Normal	Total	
		Municipal	Rural	0	0	0	0	
			Urbana	0	0	0	0	
		Subtotal		0	0	0	0	
	Total:			435	0	0	435	
	JAGUARUANA	Estadual	Urbana	1.348	0	0	1.348	
		Municipal	Rural	0	0	0	0	
			Urbana	165	0	0	165	
		Subtotal		165	0	0	165	
		Particular	Urbana	74	0	29	103	
	Total:			1.587	0	29	1.616	
	ICAPUI	Estadual	Urbana	732	0	0	732	
		Municipal	Rural	0	0	0	0	
			Urbana	0	0	0	0	
		Subtotal		0	0	0	0	
	Total:			732	0	0	732	
	Total Micro I			6751	180	29	6960	
MICRO II	BEBERIBE	Estadual	Urbana	2.558	0	0	2.558	
		Municipal	Rural	0	0	0	0	
			Urbana	0	0	0	0	
		Subtotal		0	0	0	0	
		Particular	Rural	0	0	0	0	
			Urbana	42	0	0	42	
		Subtotal		42	0	0	42	
		Total:			2.600	0	0	2.600
		CASCADEL	Estadual	Urbana	2.922	181	0	3.103
			Municipal	Rural	0	0	0	0
				Urbana	0	0	0	0
			Subtotal		0	0	0	0
			Particular	Urbana	386	0	0	386
		Total:			3.308	181	0	3.489
	PINDORETAMA	Estadual	Urbana	1.024	0	0	1.024	
		Municipal	Rural	0	0	0	0	
			Urbana	0	0	0	0	
		Subtotal		0	0	0	0	
		Particular	Urbana	0	0	0	0	
	Total:			1.024	0	0	1.024	
	Total Micro II			6.932	181	0	7.113	
	Total Território Litoral Leste			13.683	361	29	14.073	

Fonte: SEDUC, 2009.

As matrículas na modalidade “Normal” limitam-se ao município de Jaguaruana (29 ao total, distribuídas apenas no setor particular, na zona urbana). e um número pouco representativo no Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante (EP), representando somente 2,6% do total de matrículas do Território. Esses dados revelam a necessidade de que sejam implantados cursos de profissionalização vinculados ao Ensino Médio no Território Litoral Leste, para que os jovens possam ter acesso a uma formação e estejam aptos a integrar o mercado de trabalho, como defende a LDB.

Segundo o comitê, essa modalidade de Ensino Integrado à EP é uma medida relativamente recente do governo do Estado, por isso seu número ainda reduzido. Como exemplos de escolas modelos estão os liceus, com infraestrutura adequada para a educação profissionalizante e que poderiam ser multiplicados em todo o Território. Além disso, existem exemplos de escolas do campo em alguns municípios, mas há a necessidade de construção de mais escolas em toda a zona rural, utilizando a metodologia do campo.

Quanto ao transporte escolar, a grande maioria dos carros já é de boa qualidade, porém, as estradas dificultam o acesso, indicando a necessidade de uma parceria para a melhoria da malha viária.

8.2.4 Educação Especial

A Secretaria de Educação Especial (SEESP) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria desenvolve o programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de

Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No Território Litoral Leste existe uma pequena quantidade de matrículas (só 15) na Educação Especial, 9 pertencem à rede Municipal, localizadas na zona urbana do município de Aracati, e as outras 6 se encontram na zona rural do município de Pindoretama.

Esses dados revelam a necessidade de programas que atendam e incentivem a matrícula das crianças que se enquadram nas características assistidas pela Educação Especial.

É importante destacar que, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, além de formação continuada para professores.

Segundo o comitê, existem mais matrículas nessa modalidade que ainda não foram contabilizadas pelas estatísticas oficiais, porém, ela ainda é reduzida para o público que deveria ser atendido. Dessa forma, programas para o incremento dessas matrículas, aliados ao investimento na infraestrutura e formação de profissionais é necessário.

8.2.5 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos Fundamental e Médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebem os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é freqüente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos

90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência ideológica das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996). É um dos segmentos da Educação Básica que recebem repasse de verbas do FUNDEB.

Em todo o Estado, 26 Centros de Educação de Jovens e Adultos dão oportunidade de voltar a estudar a quem não concluiu sua escolaridade em idade própria. Conforme a SEDUC, a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano. Formar cidadãos participativos, respeitando as pluralidades e diversidades culturais, num processo contínuo de recuperação na deficiência de escolaridade, é o grande desafio da política educacional cearense.

No Território Litoral Leste, existem 3.796 matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos, dentre os quais 3.747 são presenciais e 49, semipresenciais. É possível identificar a partir da Tabela 24, que as matrículas estão concentradas na zona urbana no Microterritório I com 57,11%, mas no Micro II esta zona de moradia representa 42,88%. Dentro do Microterritório I só no município de Icapuí a matrícula está concentrada na zona rural.

Segundo a modalidade, as matrículas estão concentradas na presencial. As semipresenciais representam somente 1,29% do total do Território e estão localizadas predominantemente nas zonas urbanas como já foi mencionado.

Tabela 24: Educação de Jovens e Adultos- presencial e semi-presencial (Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia)

Crede	Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
				Presencial	Semi	Integrado a EP	
MICRO I	ARACATI	Estadual	Urbana	238	0	0	238
		Municipal	Rural	0	0	0	0
			Urbana	238	0	0	238
		Subtotal		238	0	0	238
		Particular	Urbana	82	0	0	82
	Total:		558	0	0	558	
	FORTIM	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	101	0	0	101
			Urbana	231	0	0	231
		Subtotal		332	0	0	332
	Total:		332	0	0	332	
	ITAICABA	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	0	0	0	0
			Urbana	18	0	0	18
		Subtotal		18	0	0	18
	Total:		18	0	0	18	
	JAGUARUANA	Estadual	Urbana	57	0	0	57
		Municipal	Rural	87	0	0	87
			Urbana	216	0	0	216
		Subtotal		303	0	0	303
Particular		Urbana	0	0	0	0	
Total:		360	0	0	360		
ICAPUI	Estadual	Urbana	0	0	0	0	
	Municipal	Rural	409	0	0	409	
		Urbana	272	0	0	272	
	Subtotal		681	0	0	681	
Total:		681	0	0	681		
Total Micro I				1949	0	0	1949
MICRO II	BEBERIBE	Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	387	0	0	387
			Urbana	204	0	0	204
	Subtotal		591	0	0	591	
	Particular	Rural	0	0	0	0	
		Urbana	0	0	0	0	
	Subtotal		0	0	0	0	
Total:		591	0	0	591		

Crede	Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
				Presencial	Semi	Integrado a EP	
CASCAREL		Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	324	0	0	324
			Urbana	464	49	0	513
		Subtotal		788	49	0	837
		Particular	Urbana	107	0	0	107
Total:				895	49	0	944
PINDORETAMA		Estadual	Urbana	0	0	0	0
		Municipal	Rural	121	0	0	121
			Urbana	191	0	0	191
		Subtotal		312	0	0	312
		Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:				312	0	0	312
Total Micro II				1.798	49	0	1.847
Total Território Litoral Leste				3.747	49	0	3.796

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto à EJA Integrada à EP, não existe matrícula no Território. Portanto, seria necessário investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso a uma educação profissionalizante.

Os informantes do comitê observaram a infraestrutura algumas vezes precária das turmas de EJA, que funcionam nas casas de particulares ou em locais abertos. Normalmente utilizam durante a noite as salas de escolas de Ensino Fundamental que funcionam somente durante o dia.

8.2.6 Ensino Superior

Este nível de ensino engloba os cursos de formação profissional posteriores ao Ensino Médio, como aqueles oferecidos por universidades, faculdades, institutos tecnológicos, escolas politécnicas. A categoria Educação a Distância (EaD) está se desenvolvendo e ampliando sua oferta no estado, em que se destaca a Universidade Aberta do Brasil. Outra categoria que

possibilitou a oferta de cursos de ensino superior no interior do estado foi a de regime especial, em que as aulas acontecem nos finais de semana e meses de férias. Nesse sentido, a Universidade Estadual Vale do Acaraú possui pólos por meio de institutos da rede particular em diversos municípios localizados no território em questão.

A Faculdade Vale do Jaguaribe destaca-se e tem sede em Aracati: uma no centro da cidade e outra localizada na CE-040, esta muito bem equipada, com espaço interno e externo amplo. O comitê ressaltou, porém, a necessidade de universidades públicas no Território, de forma que todos possam ter acesso ao ensino superior.

8.3 Infraestrutura educacional

Outro aspecto importante que deve ser abordado sobre a educação é a infraestrutura oferecida. Ela está relacionada à qualidade de ensino, já que ela revela a concentração de alunos por sala, por escola ou por zona de moradia, a existência de estabelecimentos como Bibliotecas, laboratórios de estudo, quadras de esporte ou se há merenda escolar.

Com relação ao Ensino Fundamental no Território Litoral Leste, 60,71% das escolas estão na zona rural, enquanto 22,21% dos alunos estão matriculados nessa zona nesse nível de escolaridade. Esses números revelam que a grande maioria das matrículas encontra-se nas zonas urbanas e o maior número de escolas, nas zonas rurais. Neste sentido, é necessária uma avaliação em relação à distribuição dos alunos nas escolas e se aquelas das zonas urbanas têm capacidade de atender essa demanda. Segundo o comitê, existem muitas escolas pequenas na zona rural, que atendem poucos alunos, daí essa diferença.

O maior número de escolas se encontra nas zonas rurais da rede municipal, mas em alguns municípios, como o de Fortim, apresentam uma grande escassez de equipamentos sócio-educativos e culturais nas escolas da área rural. Por outro lado, há casos, como no município de Cascavel, por exemplo, em que constam bem mais bibliotecas (o mais comum dos

equipamentos sócio-educacionais segundo releva a pesquisa) na zona rural que na urbana.

Dos equipamentos contemplados na pesquisa revelada na Tabela 25, aquele que é mais escasso nas escolas é o laboratório de ciências, seguido pelo laboratório de informática, pela biblioteca e, por fim, pela quadra de esportes, sendo esta a mais freqüente nas escolas. Em relação aos equipamentos, as escolas localizadas em zonas urbanas se encontram em melhores condições.

Estas instituições de Ensino Fundamental deveriam apresentar espaços de laboratórios multidisciplinares, além dos de informática e de ciências para o desenvolvimento dos alunos, que aprendem por meio de jogos lúdicos e corporais, do uso de instrumentos e outras atividades extra-classe os conhecimentos trabalhados em sala de aula. Além desses espaços, são também interessantes as brinquedotecas, os parquinhos, as hortas e outros tipos de áreas livres, para unir o conhecimento formal às atividades lúdicas.

O comitê ressaltou a necessidade de adequação das escolas com equipamentos adequados, inclusive para a educação especial, tanto nas zonas urbanas como rurais, além da sua manutenção.

Outro equipamento de grande importância são as salas de leitura adequadas a esta etapa educacional, pois são meios de formação de leitores e, conseqüentemente, escritores competentes nesta etapa de aprendizagem. A partir da literatura, é possível realizar atividades também ligadas à cultura, como o teatro, a dramatização, a música, as artes em geral, além de possibilitar a disseminação da tradição local. É necessária para tal, a efetivação das políticas de incentivo à leitura, além da capacitação de professores nesse sentido, para que a infraestrutura construída seja eficientemente utilizada.

O Programa Arca das Letras é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, consistindo em uma pequena biblioteca rural, onde comunidades dessa zona de moradia são beneficiadas com o móvel, com arca e livros em diversas áreas de estudo, possibilitando aos trabalhadores, jovens, mulheres e demais públicos beneficiários o acesso a fontes de informações e entretenimento no meio rural.

Todas as escolas públicas recebem merenda escolar, como está demonstrado na Tabela 25 . Não acontece o mesmo em relação às escolas particulares, onde se observa praticamente a ausência da merenda. O comitê observou a falta de refeitório na maioria das escolas e a necessidade de construí-los.

Os cardápios devem ser elaborados por nutricionistas, com o auxílio do Conselho da Alimentação Escolar (CAE) para a aquisição da merenda. Existe um só cardápio para todas as escolas, mas varia de acordo com o nível de ensino e da necessidade de cada comunidade. Diversos produtos são adotados, dentre industrializados e provenientes da agricultura familiar (esta fonte obedece a um mínimo de 30%, como é defendido legalmente). Segundo os informantes dos comitês, esse consumo dos produtos da agricultura familiar é bastante positiva, por estimular a produção do Território.

Tabela 25: Ensino Fundamental (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

MicroTerritório	Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos					
					Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda	
						Informática	Ciências			
ARACATI		Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1	
			Municipal	Rural	27	7	6	0	3	27
				Urbana	10	7	8	1	6	10
			Total:	37	14	14	1	9	37	
			Privada	Urbana	7	5	5	3	3	0
	Total:			45	20	20	5	13	38	
FORTIM		Municipal	Rural	8	0	0	0	1	8	
			Urbana	6	4	5	0	4	6	
	Total:			14	4	5	0	5	14	
ICAPUI		Municipal	Rural	4	4	4	1	4	4	
			Urbana	3	3	3	2	3	3	
	Total:			7	7	7	3	7	7	
ITAICABA		Municipal	Rural	2	0	1	0	2	2	
			Urbana	2	2	1	0	2	2	
	Total:			4	2	2	0	4	4	
JAGUARUANA		Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1	

MicroTerritório	Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
					Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
						Informática	Ciências		
		Municipal	Rural	12	0	2	0	3	12
			Urbana	10	4	2	0	5	10
		Total:		22	4	4	0	8	22
		Privada	Urbana	2	2	1	1	2	0
		Total:		25	7	6	2	11	23
Total Microterritório I				95	40	40	10	40	86
	BEBERIBE	Municipal	Rural	36	2	8	0	11	36
			Urbana	9	1	5	0	6	9
		Total:		45	3	13	0	17	45
		Privada	Rural	2	1	0	0	0	1
			Urbana	2	1	2	0	1	0
		Total:		4	2	2	0	1	1
	Total:			49	5	15	0	18	46
	CASCAVEL	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
		Municipal	Rural	40	9	5	0	8	40
			Urbana	19	10	8	2	11	19
		Total:		59	19	13	2	19	59
		Privada	Urbana	5	4	3	0	4	0
	Total:			65	24	17	3	24	60
	PINDORETAMA	Municipal	Rural	7	2	0	0	0	7
			Urbana	6	3	1	0	3	6
		Total:		13	5	1	0	3	13
		Privada	Urbana	2	2	1	0	0	0
	Total:			15	7	2	0	3	13
Total Microterritório II				129	36	34	3	45	119
Total do Território Litoral Leste				224	76	74	13	85	205

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto à infraestrutura do Ensino Médio, ao relacionar esta tabela com o número de matrícula desse nível de ensino, existe uma coerência na localização das matrículas e as escolas, mas estas não são contabilizadas na zona rural, agrupando-se somente na zona urbana. É necessário, portanto, uma avaliação quanto à capacidade das escolas localizadas nesta zona de moradia que também recebem os alunos provenientes da zona rural.

Com relação aos equipamentos educativos e culturais abordados na pesquisa, as escolas de Ensino Médio são bem equipadas, com exceção de algumas particulares e de uma escola no município de Jaguaruana que não possui laboratório de ciências. São necessárias somente manutenção e adequação para o público proveniente da Educação Especial.

A merenda escolar também está presente em todas as escolas públicas no Território Litoral Leste, como é possível verificar na Tabela 26 e, assim como no Ensino Fundamental, a grande maioria tem cardápio elaborado por nutricionista e utiliza produtos da agricultura familiar, inclusive alimentos que fazem parte da gastronomia local.

Porém, não existem refeitórios na maioria das escolas, havendo também a necessidade de sua construção.

Tabela 26: Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

Micro Território	Município	Rede	Zona	Escolas	Estabelecimentos				
					Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
						Informática	Ciências		
Micro I	ARACATI	Estadual	Urbana	3	3	3	3	2	3
		Privada	Urbana	3	3	3	2	3	1
	FORTIM	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	ICAPUI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	ITAICABA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	JAGUARUANA	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
		Municipal	Urbana	1	1	1	0	1	1
		Privada	Urbana	3	3	2	1	3	0
Total Microterritório I				15	15	14	11	14	10
Micro II	BEBERIBE	Estadual	Urbana	2	1	2	2	2	1
		Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
	CASCAVEL	Estadual	Urbana	4	4	4	4	3	2
		Privada	Urbana	2	2	2	0	2	0
	PINDORETAMA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
Total Microterritório II				10	9	10	7	9	4

Fonte: SEDUC, 2009.

8.4 Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas deveram ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, apresenta uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semi-analfabetos e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e rendas garantidos, já que eles não possuem as condições básicas de aprendizado, não podem se qualificar para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 27 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 27: Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
Urbana		Rural	Homens	Mulheres	
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspetos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local, além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar que, em alguns municípios, este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Dai a importância de haver um investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Outra festa bastante popular não só no Território Litoral Leste, mas em todo Ceará e nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois, paçoca e aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representa Judas (ou outra personagem de má popularidade da época). Então, no sábado de aleluia da Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado. Neste dia também muitas pessoas se vestem de papangus, que são figuras grotescas que participam da malhação do Judas. Eles utilizam vestimentas em todo o corpo com o intuito de não serem

reconhecidos, além de máscaras muitas vezes assustadoras para crianças, e saem pelas ruas também pedindo doações de comidas e bebidas.

No Território Litoral Leste a oferta de equipamentos culturais ainda é incipiente. As bibliotecas são as únicas fontes de acesso à cultura formal que a população possui, estando contabilizadas nessa referência as bibliotecas de escolas. O museu é um dos equipamentos da maior significância cultural para resgate e preservação da história, da arte e das tradições em alguns dos municípios, daí a necessidade de sua construção e manutenção.

No caso de Aracati encontram-se tombados os seguintes monumentos pertencentes ao patrimônio histórico: Casa de Câmara e Cadeia, Igreja N.S. do Rosário e Sobrado do Barão de Aracati (Instituto do Museu Jaguaribano).

Tabela 28: Infraestrutura – Bibliotecas Públicas, Teatros, Museus, Bandas de Música e bandas de música do projeto Pró-Bandas.

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró- Bandas
Aracati	1	-	1	1	-
Fortim	1	-	-	1	1
Itaiçaba	1	-	-	1	-
Jaguaruana	1	-	-	4	-
Icapuí	1	-	1	1	-
Total Micro I	5	-	-	8	1
Beberibe	1	1	-	1	-
Cascabel	1	1	-	1	-
Pindoretama	1	-	-	1	-
Total Micro II	3	2	-	3	-
Total Território Litoral Leste	8	2	2	11	2

Fonte: Anuário Estatístico, IPECE, 2009 relativo a 2008.

A partir dos aspectos mencionados, considera-se que o território possui aspectos relevantes, tais como: diversidade cultural, realização de conferências municipais de cultura e o processo de elaboração dos planos de cultura nos municípios. Para tanto já existem grupos organizados institucionalmente, para atuarem na área da cultura. Alguns temas críticos expõem fragilidades no âmbito cultural no território e exigem intervenções para a sustentabilidade do desenvolvimento do território, tais como: inexistência das secretarias e sistemas municipais de cultura, baixa capacidade de integração entre o poder público e as instituições, a falta de mapeamento do patrimônio cultural, a carência de equipamentos, tais como cinema e teatro, falta de apoio das grandes empresas existentes no território, falta de envolvimento das escolas nas ações culturais dos municípios.

a) Micro Território I

No Micro Território I, é possível destacar o conjunto arquitetônico da cidade de Aracati, resultado da prosperidade econômica relativa à comercialização da carne-de-sol, na época do ciclo do boi, por volta do século XVIII, além do algodão no séc. XIX. Alguns prédios foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir do ano de 2000. São eles:

- Cruz das Almas (1748): Espaço urbano mais antigo da cidade. Diz a tradição popular que o mesmo está edificado no lugar onde foram enforcados os primeiros escravos condenados à morte. Antigamente, nas segundas-feiras, no chamado dia das almas, o povo costumava rezar terços, fazer novenas e romarias ao monumento. Essas noites eram iluminadas com lanternas multicores e velas dos devotos pagadores de promessas.
- Igreja N. Senhor do Bonfim (1774): Edificada em 1772, por Pedro Ferreira de Almeida, inaugurada em 1774, por Manuel da Fonseca vigário de Russas. É de grande importância para a cidade, pois lá se comemora a cada 1º de janeiro a festa do Senhor do Bonfim, um dos maiores eventos religiosos do município. Atrás da Igreja, de arquitetura

barroca e cores branca e azul, encontra-se o cemitério da Irmandade do Bonfim, o local que durante muito tempo foi reservado às pessoas de grande poder aquisitivo e que pagavam altos preços para serem enterrados dentro das igrejas. Os túmulos foram construídos em mármore da qualidade carrara.

- Casa de Beni de Carvalho: Benedito Augusto de Carvalho dos Santos nasceu em Aracati a 03 de janeiro de 1886, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife, sendo depois professor catedrático mediante concurso público da Faculdade de Direito do Ceará. Foi vice-presidente do Estado do Ceará, deputado federal e interventor federal em 1945-1946. Foi ainda membro do Conselho Nacional de Educação e pertenceu a Academia Cearense de Letras.
- Casa de Jacques Klein: o músico nasceu em 10 de julho de 1930 em Aracati e faleceu no Rio de Janeiro, vitimado de câncer em 28 de outubro de 1982. Dotado de um fantástico ouvido musical, dedicou-se ao jazz, com algumas gravações em discos de 78 rpm. Em Nova York, tocou com Art Tatum, que ficou impressionado com o jovem brasileiro, tendo o fato sido registrado na imprensa daquela cidade. Críticos de Viena o compararam a Hirowitz e a Rubinstein.
- Casa de Adolfo Caminha: Nascido em Aracati no dia 29 de maio de 1867. Escreveu o romance “A Normalista” em 1893, no Rio de Janeiro, que o fez conhecido nacionalmente e considerado até hoje o maior romancista naturalista do Brasil. Morreu tuberculoso em 1897, deixando obras como “O Bom Crioulo”, em 1895 e “A Tentação”, em 1896. Foi enterrado no jardim da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.
- Sobrado do Barão de Aracati: Construído no século XIX e pertencia a José Pereira da Graça, personagem de lutas políticas e deputado provincial por varias vezes. Ocupado pelo Instituto do Museu Jaguaribano fundado em 15 de novembro de 1968. Possui grande acervo histórico, religioso e literário. Conta com peças de arte popular, imaginária das igrejas locais e exposição de fotografias. Esta mansão de três pavimentos é uma das principais peças urbanas do patrimônio histórico e cultural da região Jaguaribana.

- Casa sede da Confederação do Equador: Casa que serviu de sede do governo da Confederação do Equador no Ceará em outubro de 1824. A vila do Aracati foi tomada pelas tropas revolucionárias, chefiadas por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e outros companheiros como Miguel Pereira, Luis Inácio de Azevedo Bolão e outros.
- Casa da Câmara e Cadeia (1779): Segue os moldes tradicionais das casas de câmara e cadeia no Brasil. Originalmente funcionava a cadeia pública na parte térrea e a câmara no pavimento superior. Em 1812 o Governador da província Luiz Barba Alardo, em suas “Memórias da Capitania do Ceará Grande” revela que a Casa de Cadeia e Câmara é a melhor da Capitania e a mais asseada e mobiliada. Em 1960 o prédio foi restaurado pelo IPHAN, mas até o ano de 1988 ainda era possível ver os presos em suas celas que davam de frente para rua Cel. Alexandrino. Somente após este ano é que foi construído um novo presídio para cidade e a cadeia deixou de ter sua funcionalidade carcerária. Atualmente ainda funciona a Câmara dos Vereadores de Aracati na parte superior e na parte inferior está instalada a biblioteca do patrimônio e o SINE/IDT.
- Casa do Monsenhor Bruno: Monsenhor Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo nasceu em Aracati no dia 06 de outubro de 1852. Ainda aluno ensinou no seminário de Fortaleza onde se ordenou no dia 30 de novembro de 1875. Dirigiu o Ateneu cearense, Liceu e o Instituto de Humanidades. Foi homenageado tendo seu nome em uma das ruas de Fortaleza. Publicou Oração Fúnebre por ocasião das exéquias do Papa Leão XIII. Foi vigário de Maranguape e pároco de Aracati até o fim de seus dias, falecendo em 29 de setembro de 1930.
- Oratório Bom Jesus dos Navegantes: É uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Navegantes e hoje conhecida por nicho. Este templo foi o primeiro de Aracati a ser construído. Danificado por um incêndio, foi reconstruído em 1907. Mais uma vez foi restaurado em 1979, pelo Lions Clube de Aracati. Está localizado na Trav. Dragão do Mar com a rua Cel. Alexandrino.

- Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário: construção dos primeiros anos do século XVIII, concluída na segunda metade do século XIX. Segundo o livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, uma capela deu origem à igreja. Era coberta de palha, tinha a fachada de tijolos e as paredes laterais de taipa. Em sua estrutura física encontra-se uma porta central ladeada por duas outras entalhadas a ponta de faca e com almofadas em relevo. Na fachada podem-se observar os sinos, o relógio carrilhão e o registro da data de sua edificação em 1785. Seu interior é rico em obras de talha e imagens dignas de apreciação e, em sua frente, há um grande cruzeiro, com os símbolos dos sofrimentos da paixão (dados, mão, galo e a caneca de fel), cada um com seu significado.

Em Canoa Quebrada, vila de Aracati, é importante destacar o alto valor turístico da região, que atrai pessoas de todo o mundo, com pontos positivos e negativos, como a influência na prostituição e no consumo de drogas. Antiga vila de pescadores, atualmente abriga um festival de cinema e um ponto de cultura, a Associação Cultural Canoa Criança, com atividades circenses, teatrais, dentre outras.

Os eventos culturais mais importantes em Aracati são:

- Canoarte (julho)
- Carnaval de Aracati (fevereiro)
- Festa do Senhor do Bonfim (01/01)
- Festa de São Sebastião (janeiro)
- Festa do Município (25/07)
- Regata de Jangadas de Majorlândia (outubro)
- Festival Folclórico-cultural do Baixo-Jaguaribe (janeiro)

Em Fortim, os eventos são:

- Festa do Reisado (05/jan),
- Festa do início das Férias (06/janeiro),
- Pontal-Arte (27 e 28/janeiro),
- Carnaval (fevereiro),
- Festa de São José (19/março),
- Aniversário da Cidade (27/março),

- Semana santa (abril),
- Festa da Aleluia (06/abril),
- Festa do mês de Maria (18/maio),
- Festa de Nossa Senhora das Graças (25/maio),
- Festas Juninas (junho),
- Regata da Jangada Pontal de Maceió (27 e 28 julho),
- Festa do caju (17/agosto).

Em Icapuí, podem ser destacados o Museu Arqueológico, localizado na praia de Ponta Grossa, organizado por Josué, que possui peças e objetos antigos de navegadores, artefatos de época, além de fósseis. O museu é aberto somente quando solicitado pelo visitante. Além disso, existem também a gruta do Mirante, o Mercado de Artesanato, o Centro de Arte e Cultura “Chico Bagre” e ainda o “Acqua Park”, que fica na praia de Manibú (um complexo de lazer que promove festas com bandas conhecidas e ingressos acessíveis).

A culinária de Icapuí tem vários sabores, mas os destaques são o camarão e a lagosta ao alho e óleo, a peixada e a moqueca de arraia. O artesanato local é marcado pelos labirintos, rendas de bilro, filé, além dos trabalhos feitos com palha, madeira e coco.

No município está presente o projeto “Memória Viva”, que faz parte do programa “Teia da Sustentabilidade” e desenvolve projetos para a promoção de direitos e da melhoria da qualidade de vida da população, com oportunidades de formação, produção de conhecimento e valorização da cultura e da memória. No *site* do projeto é possível ter acesso a um levantamento do patrimônio cultural material e imaterial, como as casas de alpendre do início do século passado, além de projetos, estudos e pesquisas sobre o local.

Outro projeto que está iniciando em Icapuí desenvolve atividades para aproximar as áreas da cultura e educação. No começo do ano são escolhidas escolas para serem visitadas pelas demais, quando os alunos irão praticar esportes e ter acesso a apresentações de teatro, dança, música. O intuito dos organizadores é ampliar o projeto para que aconteça em mais escolas e mais vezes por ano.

Dentre os eventos, destaca-se a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Soledade, celebrada no dia 22 de setembro. Outras datas festivas do município são:

- Semana Cultural (segunda semana de janeiro)
- Festa de Emancipação (22/janeiro)
- Festa de São Sebastião
- Carnaval popular (fevereiro)
- Semana Santa (abril)
- Festa da Pesca (abril)
- Festa da Nossa Senhora (maio)
- Amostra de quadrilhas (junho)
- Festival Interestadual de Quadrilhas (04 a 12 de julho)
- Agosto da Lagosta (agosto)
- Festa de Nossa Senhora da Solenidade (30 de agosto a 01 de setembro)
- Acampamento Latino-Americano da Juventude (04/maio e 06/setembro)
- Reveillon popular (dezembro)

Em Jaguaruana é destaque do artesanato, as redes, conhecida em todo o estado. Além disso, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura tem projetos de apoio às bandas de música Maestro Raimundo Correia e São José do Lagamar, além daqueles relativos ao mapeamento do patrimônio material, entre casarões e prédios, das comunidades Rancho do Povo, Giqui e Sede, bem como o histórico da rede de dormir, com o objetivo de construir um museu local sobre tal tema.

A festa da padroeira Senhora Sant'Ana destaca-se dentre os eventos culturais, bem como a vaquejada em julho, a festa de Nossa Senhora das Graças em setembro, a festa de São Francisco em outubro e a festa da Nossa Senhora da Conceição em dezembro.

b) Micro Território II

No Micro II, na cidade de Beberibe, é possível destacar o Caju Nordeste, quando empresários, produtores rurais, órgãos não-governamentais e técnicos se reúnem no município para debater a cajucultura. Outros eventos culturais importantes para o município são a festa da padroeira Santa Família,

do aniversário do município, da Nossa Senhora do Carmo e São Pedro em Julho.

Como equipamentos culturais, a cidade conta com a Biblioteca Municipal Dido Facó, o Memorial de Beberibe, o Teatro Raimundo Fagner, o ABC Luiza Facó, este com grupos de teatro, dança e capoeira. O centro histórico abriga a casa mais antiga do município, datada de 1862, próxima dos outros prédios históricos.

Em Cascavel, os principais eventos são a festa da padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (de 24 de dezembro a 1 de janeiro) e a festa de São Francisco com uma novena entre 24 de setembro a 4 de outubro. A festa de “Nossa Senhora do Ó” também se destaca, prolongando-se por nove noites que antecedem o final do mês de agosto. Por se tratar de uma cidade costeira, existem também tradicionalmente as regatas de Paquete, de 22 a 23 de junho, e a da Jangada, no último domingo de julho.

Em Pindoretama, a praça da matriz consiste em um patrimônio material local, sendo um local de encontro entre os moradores e de degustação de tapiocas, bolos, chás, aperitivos e outras comidas típicas, além de churrasquinhos e sorvetes.

Na praça são também realizadas em algumas das maiores festas religiosas do município, como a da padroeira e das Santas Missões, os desfiles de 7 de setembro.

Os engenhos de cana-de-açúcar fazem parte da tradição da cidade e já se tornaram também um dos pontos turísticos. A Feira do Mercado Público também existe há muito tempo, com a comercialização de muitos produtos como artesanatos em geral, calçados, bolsas e roupas.

Mantida pela ONG AAMARTE (Associação dos Amigos da Arte), a Orquestra de Sopros de Pindoretama existe há 09 anos e tem como objetivo incluir socialmente crianças e adolescentes, alunos das escolas públicas de Pindoretama - CE, através da música.

No projeto, jovens com idade entre 11 e 22 anos aprendem a tocar instrumentos de sopro como flautas, clarinetes, saxofones, trompetes, trombones, tubas e também instrumentos de percussão. Para participar da

Orquestra é requisito imprescindível que os músicos estejam matriculados na escola e apresentem um bom desempenho escolar.

Atualmente a Orquestra conta com 60 integrantes no grupo principal e possui uma escolinha de iniciação musical com cerca de 150 integrantes. Além dos tradicionais “Dobrados” e “Marchas Militares” - típicos das Bandas de Música - a Orquestra de Sopros de Pindoretama apresenta um repertório bastante variado composto por ritmos brasileiros como bossa-nova, chorinho, samba, frevo e baião e também ritmos internacionais como jazz e mambo. Tendo realizado mais de 450 apresentações em todo o Estado do Ceará, a Orquestra também se apresentou na Alemanha em 2002, sendo o único grupo que representou o Brasil em alguns festivais de música.

O projeto tem como responsável o Maestro Arley França, músico e pedagogo, idealizador e fundador da Orquestra, que teve apoio do Governo do Estado do Ceará, através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, apoio institucional da Prefeitura de Pindoretama e patrocinado por empresa particular.

Os principais eventos do município são a festa de São Sebastião em janeiro, de Nossa Senhora de Sant’Ana em julho, o Dia do Município em setembro, a de Nossa Senhora Aparecida em outubro, a de Nossa Senhora das Graças em novembro e a da padroeira Nossa Senhora da Conceição em dezembro.

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
AMBIENTE INTERNO – ASPECTOS SOCIAIS E DE SAÚDE	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. As campanhas de Vacinação atendem as populações de forma satisfatória; 2. Bom atendimento a mulher gestante (pré-natal); 3. Taxa de mortalidade sob controle; 4. Programa Agente de Saúde e Saúde da Família funcionando satisfatoriamente; 5. Estrutura Física dos Prédios em bom estado; 6. Farmácia Viva, atendendo as necessidades da população. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Substituição ao especialista na área médica por profissionais de outras áreas da medicina no atendimento a população; 2. Cotas cirúrgicas reduzidas, ou seja, bem abaixo do necessário; 3. Precário estado de Conservação das Unidades, equipamentos, Laboratórios e outros ambientes. 4. Falta de infraestrutura sanitária, gerando várias enfermidades. 5. A condição de trabalho dos agentes de sanitário é precário; 6. Pequeno efetivo de pessoas para atender a demanda das comunidades.
AMBIENTE EXTERNO – ASPECTOS SOCIAIS E DE SAÚDE	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas Intensivos, pois possibilitada a prevenção de doenças e enfermidades em todas as idades. 2. Melhoria da Qualidade de Vida/Saúde da mulher e de seus filhos. 3. Inclusão do Território nos Projetos e Programas de melhoria das qualidades sanitárias 	<ol style="list-style-type: none"> 1. As campanhas na saúde não atingem todas as faixas etárias da população; 2. Não continuidade dos programas na área de saúde;

4. Implantação de Policlínica e CEU	
5. Desenvolvimento de programas e Incentivos do Governo a produção de medicamentos naturais	

Quadro 11: Ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional Aspectos Sociais e da Saúde

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Ações Sociais, Saúde, Saneamento e Acesso à Água do Território do Litoral Leste

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL	
AMBIENTE INTERNO – ASPECTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>EDUCAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de Secretarias de educação em todos os municípios; 2. Processo de formação continuada de professores; 3. Os municípios possuem o PCC dos profissionais de educação; 4. Existência de um processo de educação para os povos do mar em parceria com a UFC; 5. Existência de agentes digitais(cooperativa de Tecnologia da informação e comunicação) CVETEC, para apoiar na capacitação dos professores(salas de multimeios); 6. Aumento dos índices do IDEB <p>CULTURA E LAZER</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade cultural 2. Patrimônio material (edificado e natural) imaterial(saberes e fazeres) 3. Realização das conferências municipais de cultura 4. Em processo de elaboração dos planos municipais de cultura 5. Existência grupos organizados, instituições não governamentais atuantes na área da cultura 	<p>EDUCAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de universidades públicas; 2. Infraestrutura de acessibilidade, prática de atividades culturais esportivas e educação física, bibliotecas; 3. Efetivação das salas de multimeios (sala adequada, internet, energia,etc); 4. Professores municipais contratados temporariamente provocando insegurança; 5. Modelo curricular voltado para a educação em zona urbana não contemplando as necessidades da zona rural; <p>CULTURA E LAZER</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência das secretarias e sistemas municipais de cultura 2. Baixa capacidade de integração entre o poder público e as instituições 3. Não mapeamento patrimônio cultural dos municípios 4. Carência de equipamentos (teatros, cinemas etc) para a cultura 5. Falta de apoio das grandes empresas existentes nos territórios 6. Não existência de ações transversais de cultura nas escolas
AMBIENTE EXTERNO – ASPECTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>EDUCAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de projeto de lei da criação da Universidade Federal do Vale Jaguaribano, 	<p>EDUCAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Insuficiência de recursos (custo aluno praticado esta aquém do custo aluno

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL

<p>aprovada pela comissão de justiça da câmara federa I (contempla o território litoral leste e outros adjacentes);</p> <ol style="list-style-type: none">Política nacional de expansão do ensino profissional e superior do governo federalPolítica de financiamento da Educação Básica – Fundeb;Elaboração das Diretrizes Nacionais para a educação do campo(MEC);Realização da conferência nacional de educação e da conferência nacional da educação do campo;Editais para estruturação de bibliotecas nos territórios; <p>CULTURA E LAZER</p> <ol style="list-style-type: none">Editais e programas do governo estadual e federalLeis de incentivo à cultura (lei ROUNET).	<p>qualidade apontado na LDB);</p> <ol style="list-style-type: none">Professores estaduais contratados temporariamente. <p>CULTURA E LAZER</p> <ol style="list-style-type: none">Não definição de Diretrizes dos editais que não contemplam as variadas formas de constituição dos grupos culturaisDestruição e desvalorização de patrimônios materiais e imateriais pelo turismo.
---	--

Quadro 12: Ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional Aspectos Educacionais e da cultura

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Educação e Cultura do Território do Litoral Leste

Parte II b

DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

As características geoambientais dos municípios do Território Litoral Leste guardam muitas similaridades: A faixa praial, que abrange parte dos municípios de Icapuí, Aracati, Fortim, Beberibe e Cascavel, apresenta-se como uma estreita faixa de terra com uma largura média de 2,0km. Apresenta elevado estoque de sedimentos arenosos modelados pelo mar, rios e ventos que geram as praias, os campos de dunas, as planícies fluviais e lacustres, sendo estes ambientes vulneráveis aos processos de degradação em função da fragilidade do equilíbrio ecológico.

Nos tabuleiros o relevo se apresenta em forma de rampas suaves com caimento pequeno para o litoral e fundos de vales. A depressão sertaneja apresenta-se com altitudes abaixo de 200m e com acentuada diversificação de rochas formadoras do solo, amplamente submetidas a condições semiáridas quentes e com forte irregularidade pluviométrica. Comporta solos com grande variedade de associações, sendo comum à ocorrência de solos rasos, afloramentos rochosos e chão pedregoso, recobertos por caatingas com grande variedade de padrões fisionômicos e florísticos e diferentes níveis de degradação.

O clima predominante no território é o tropical quente semiárido e a vegetação é composta por cerrado, caatinga arbustiva aberta e densa, vegetação de tabuleiros, gramíneas e próximo à foz dos rios por Manguezais.

11.1 Unidades de Conservação

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de Proteção integral são compostas pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As Unidades do Território do Litoral Leste estão distribuídas conforme o Quadro 13:

Município	Unidade de Conservação	Área	Administração	Ecossistema
Aracati	Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada	4.000 hectares	Prefeitura municipal de Aracati	Costeiro/complexo vegetacional litorâneo
Beberibe	Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Uruaú	2.672,58 hectares	Governo do Estado do Ceará	Lacustre/complexo vegetacional litorâneo
	Monumento Natural das	31,29 hectares	Governo do Estado do	Costeiro/complexo vegetacional

Município	Unidade de Conservação	Área	Administração	Ecosistema
	Falésias de Beberibe - Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral		Ceará	litorâneo
	Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde	298,0679 Km ²	ICMbio	Marinho
Cascavel	Área de Proteção Ambiental de Balbino	250 hectares	Prefeitura Municipal de Cascavel	Costeiro/complexo vegetacional litorâneo
	Reserva Extrativista do Batoque	6,0144 Km ²	ICMbio	Marinho
Icapuí	Área de Proteção Ambiental da Praia de Ponta Grossa	558,67 hectares	Prefeitura Municipal de Icapuí	Costeiro/complexo vegetacional litorâneo
	Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande	1.260,31 hectares	Prefeitura Municipal de Icapuí	Litoral/Manguezal

Quadro 13: Municípios segundo as unidades de conservação, área, administração e ecossistemas.

Fonte: SEMACE, 2010.

Além das Unidades de Conservação já mencionadas ainda existe interesse por parte da população da criação de novas UC's e como exemplo podemos citar o interesse pela criação de uma APA na Serra Mataquiri em Cascavel, pois a mesma ainda apresenta mata nativa.

Vale ressaltar que na APA de Balbino vem ocorrendo à venda de terras para grupos de estrangeiros, o que pode ocasionar uma degradação do meio ambiente.

Existe uma proposta em tramitação nos órgãos competentes da criação de um corredor ecológico em Icapuí, localizado entre a fazenda Belém e a APA de Ponta Grossa.

11.2 Áreas Prioritárias para a Conservação

As áreas consideradas prioritárias para preservação já estão na sua grande maioria instituídas por lei, segundo o código florestal, no entanto, tais áreas não estão sendo preservadas e o impacto ocasionado pela ação deletéria das atividades antrópicas vem modificando paulatinamente as características intrínsecas de tais regiões.

Segundo o código florestal as áreas de preservação permanente englobam as áreas ao entorno de lagos, lagoas e rios, em como os mangues, restingas, dunas e tabuleiros.

O território apresenta diversas dessas áreas, dentre elas diversas dunas, restingas, mangues e tabuleiros.

Além das áreas de APP, aqui já citadas ainda são consideradas áreas prioritárias para preservação o Assentamento Coqueirinho em Fortim, onde existem diversas atividades de turismo ambiental, como trilhas ecológicas.

Outro exemplo de área a ser conservada no território seria a Lagoa São José do Lagamar, localizada no município de Jaguaruana.

11.2.2 Terras Indígenas

As terras indígenas entrariam como áreas prioritárias para preservação para manutenção das características culturais desenvolvidas por tais comunidades.

No entanto em tal território não se encontra comunidades indígenas reconhecidas ou com interesse de reconhecimento.

11.2.3 Comunidades Remanescentes de Quilombolas

O reconhecimento pelo INCRA de comunidades de remanescentes de quilombolas é importante porque facilita o acesso das famílias a programas governamentais de crédito, além de ações integradas de diversos ministérios previstos no Decreto Presidencial no 4.887, de novembro de 2003, que determina a identificação e reconhecimento das famílias, a delimitação e demarcação do território e a titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades.

O relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) é o primeiro passo para o reconhecimento por parte do INCRA da comunidade. O documento é composto de cinco peças: relatório antropológico sobre a história da comunidade, peças cartográficas e agrônômicas referentes à área do território, cadastro das famílias descendentes de quilombolas e não-descendentes, e a cadeia dominial dos imóveis situados na área delimitada.

No território encontra-se a comunidade remanescente de quilombolas do Cumbe, que dista 150 Km de Fortaleza e localiza-se no município de Aracati, entre o rio Jaguaribe e o mangue. Tal comunidade vem sofrendo transtornos devido à implantação do Parque Aracati, de Geração de Energia Eólica, pois as usinas de geração de vento foram implantadas em cima das dunas, o que limitou o acesso da comunidade aos recursos do Rio e do mangue. A comunidade possui uma média de 600 moradores.

11.2.4 Outras Populações Tradicionais Identificadas no Território

No que diz respeito à faixa litorânea do Litoral Leste, nela destacam-se as comunidades pesqueiras e artesãs que se distribuem nos 8 municípios do território. Essas comunidades, cuja formação remonta aos séculos XVIII e XIX, em sua maioria, são marcadas pela descendência negra e indígena e recebem a denominação de comunidades pesqueiras, comunidades litorâneas, comunidades tradicionais ou de povos do mar.

Nas últimas quatro décadas, as comunidades litorâneas se depararam com um processo de urbanização, industrialização e crescimento turístico desordenado que tem ameaçado sua subsistência, sua moradia e seu universo cultural. Essas transformações na costa cearense decorrem de uma política de desenvolvimento e crescimento econômico que impacta substancialmente a sustentabilidade socioambiental da zona costeira e que exclui as comunidades tradicionais dos processos de discussão e decisão das diretrizes dessa tal política. Tais fatos desencadearam vários conflitos em torno da posse das terras, do acesso ao mar, do estoque pesqueiro e do tipo de pesca. Essa última põe em evidência conflitos entre pescadores nativos, artesanais e de pequena estrutura tecnológica em confronto com embarcações comerciais de médio e grande porte que praticam a pesca predatória, munindo-se de caçoeira, rede de arrasto e equipamentos de submersão.

Existem diversas colônias de pescadores no território, dentre elas a Z-17 em Redonda, Icapuí, a Z-10 em Balbino no município de Cascavel, a Z-11 em Aracati, dentre outras.

11.3 Biomas

Os biomas que se destacam são o Litorâneo e a Caatinga. O bioma litorâneo caracteriza-se pela presença de praias, mangues, dunas, falésias e tabuleiros. Predominam, na vegetação, espécies herbáceas e gramíneas da faixa litorânea, arbustos e árvores na retaguarda das dunas, mata dos tabuleiros, floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar), ao longo dos rios, a floresta perenifólia paludosa marítima (mangue), na foz do Jaguaribe e a vegetação dos tabuleiros, mescla de espécies próprias, da caatinga e de mata serrana.

Os manguezais ou mangues são biomas litorâneos bastante característicos da região, o mesmo apresenta um solo lodoso e salgado. Encontram-se juntos a desembocaduras de rios e em litorais protegidos da ação direta do mar, tais como baías de águas paradas ou litorais guarnecidos por diques de areia. Durante a maré cheia, o solo do mangue fica coberto por água salobra (IESAMBI, *on line*, 2010).

Pelo fato de estar constantemente salgado, o solo do mangue é pobre em gás oxigênio, o que determina a sobrevivência apenas de bactérias anaeróbicas produtoras de gás sulfídrico, que lhe confere um cheiro característico. Não há vegetação rasteira nos manguezais, e são poucas plantas epífitas presentes, entre elas algumas orquídeas e bromeliáceas. O *Rhizophora mangle* é um arbusto facilmente identificado por suas raízes de formato arqueado, que apóiam a planta no chão, aumentando sua área de sustentação, uma nítida adaptação ao solo pouco firme do manguezal. A *Avicennia tomentosa*, popularmente chamada "siriúba", ocorre mais freqüentemente nos manguezais próximos à orla marítima. Sua principal característica é apresentar raízes cujas extremidades afloram perpendicularmente ao solo, os pneumatóforos (IESAMBI, *on line*, 2010).

Outra adaptação curiosa das plantas do manguezal é o alto potencial osmótico de suas células, muito maior do que o das células de plantas que vivem em outras regiões. Nos manguezais vivem diversas espécies de caranguejos e moluscos. Também são encontradas aves aquáticas, entre as quais garças e diversas espécies de pássaros (IESAMBI, *on line*, 2010).

As restingas são ecossistemas costeiros presentes no território, e são fisicamente determinados pelas condições edáficas (solos) e pela influência marinha, possuindo origem sedimentar recente, sendo que as espécies que aí vivem possuem mecanismos para suportar os fatores físicos dominantes como a salinidade, extremos de temperatura, forte presença de ventos, escassez de água, solo instável, insolação forte e direta, dentre outros. Nas dunas das praias, a vegetação é formada principalmente por plantas herbáceas com caules longos e flexíveis que se transformam em árvores cada vez mais altas à medida que se afasta do mar. As espécies mais comuns são: A Clúsia, a Caixeta, o Algodoeiro-da-praia, a Taboa, a Sepetiba, a Pitanga, a Figueira, o Angelim, o Murici, a Açucena, a Coroa-de-frade, a Orquídea, a Bromélia e a Massarandubinha. Encontramos aí várias espécies de aves migratórias como: flamingos, maçaricos e batuíras. Também é habitada pelo: Caranguejo, Besourinho-da-praia, Gavião-de-Coleira, Lagarto-branco-da-areia, Gafanhoto-grande, Caramujo terrestre, Sabiá-da-praia, Tiê-Sangue, Perereca, Jacaré-de-

papo-amarelo, Pato-do-mato e o Mico-leão-dourado (Trilhas e trilhas, *on line*, 2010).

A Caatinga corresponde às áreas de clima semiárido da depressão sertaneja e as serras secas. As principais espécies desta formação são: o pau branco, o angico, a aroeira, o pereiro, a imburana, o pau d'arco e o juazeiro. O estrato arbustivo é composto por espécies como o feijão bravo, marmeleiro, jurema preta, cumaru, violeta, pereiro, cardeiro e jurubeba.

11.3.1 Características Geoclimáticas

As características básicas do clima do Território do Litoral Leste são: tropical quente semiárido brando e Tropical Quente Subúmido. A temperatura média anual varia entre 26 e 28° C. O período chuvoso distribui-se entre janeiro e abril nos municípios de Aracati, Beberibe e Jaguaruana. Já em Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Pindoretama, o período chuvoso varia entre janeiro e maio. A pluviosidade anual tem os seguintes indicadores: média 1.023,19mm, máxima 1.435,4 mm no município de Fortim e mínima 752,6mm no Município de Jaguaruana.

No geral os municípios do Território são influenciados pela proximidade do mar, contando com os efeitos da maritimidade e pela presença do Rio Jaguaribe que eleva consideravelmente a taxa de umidade do ar.

Em áreas costeiras o clima está sujeito a uma grande influência das águas marítimas e oceânicas. Isso ocorre por que as águas possuem a capacidade de reter calor e liberá-lo de forma lenta. Em áreas sujeitas aos efeitos da maritimidade, a amplitude térmica é baixa durante o dia. Na medida em que distanciamos do litoral a variação de temperatura aumenta.

Em regiões distantes de oceanos e mares o clima sofre influência da continentalidade. Nesse caso, a superfície terrestre absorve calor e se aquece rapidamente, entretanto, o resfriamento é rápido, o que favorece uma maior variação de temperatura durante o dia (amplitude térmica). No caso dos municípios da região inseridos totalmente na zona do Polígono das Secas, o risco de seca é mais elevado, devido especialmente à extensão dos períodos de estiagem que com frequência ocorrem no sertão cearense.

Há de destacar-se o caso de Jaguaruana onde o clima do município é atípico para uma região sertaneja, no município já ocorreu inclusive à queda de granizo em pleno Sertão, vale ressaltar que tal ocorrência acontece em épocas cíclicas (períodos com intervalos de aproximadamente 1 década ou duas, quando os efeitos do La Niña tornam-se superiores).

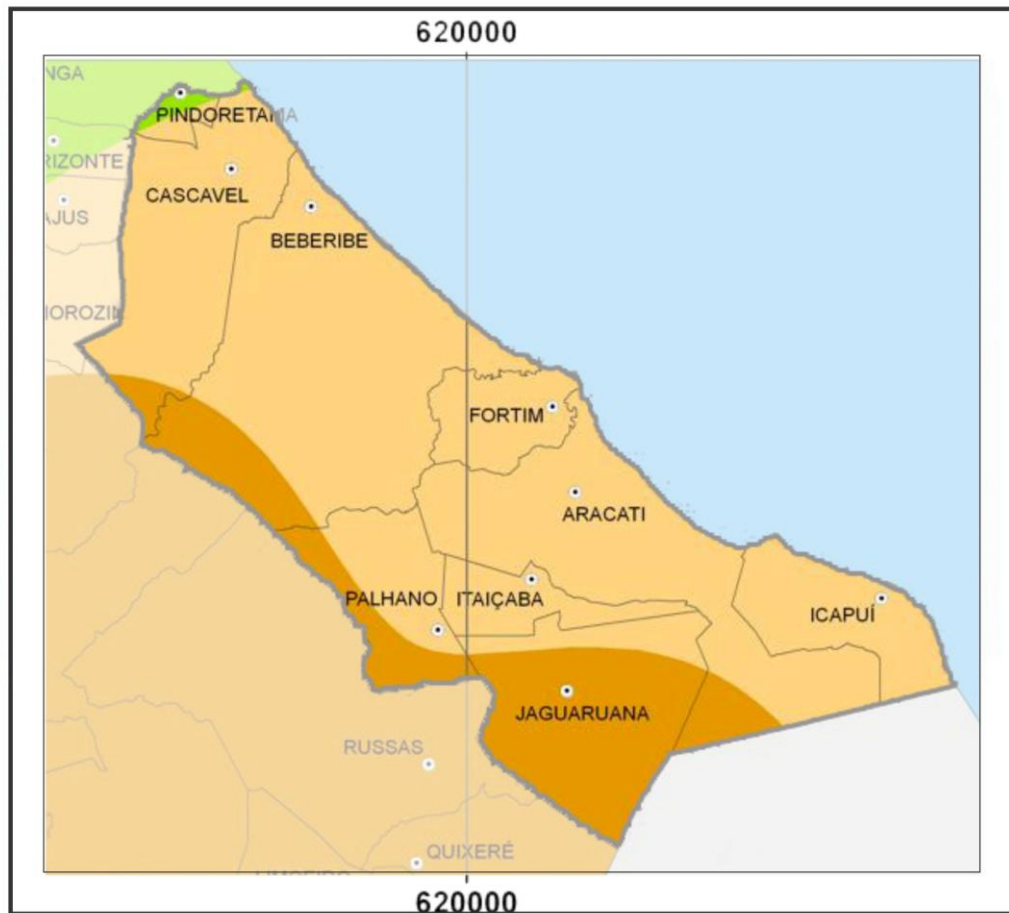
Os aspectos climáticos do Território estão evidenciados no Quadro 14.

Município	Aspectos Climáticos			
	Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura média (C°)	Período chuvoso
Aracati	Tropical Quente Semi-árido Brando	935,9	26° a 28°	Janeiro a Abril
Beberibe	Tropical Quente Semi-árido Brando Tropical	914,1	26° a 28°	janeiro a abril
Cascavel	Tropical Quente Semi-Árido Brando	1.331,7	26° a 28°	janeiro a maio
Fortim	Tropical Quente Semi-árid	1.435,4	26° a 28°	janeiro a maio
Icapui	Tropical Quente Semi-Árido Brando	949,2	26° a 28°	janeiro a maio
Itaiçaba	Tropical Quente Semi-Árido Brando	935,9	26° a 28°	janeiro a maio
Jaguaruana	Tropical Quente Semi-árido Brando	752,6	26° a 28°	janeiro a abril
Pindoretama	Tropical Quente Semi-árido Brando e Tropical Quente Subúmido	930,7	26° a 28°	janeiro a maio

Quadro 14: Características Ambientais do Litoral Leste.

Fonte: FUNCEME/IPECE, 2007.

Ceará Território Litoral Leste Tipos Climáticos



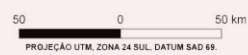
Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Tropical Quente Semi-Árido
- Tropical Quente Semi-Árido Brando
- Tropical Quente Subúmido
- Tropical Quente Úmido
- Tropical Subquente Úmido

Escala



Orientação



Figura 6: Tipos de Climas encontrados no Território Litoral leste
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

11.3.2 Características Geomorfológicas

Na porção ocidental do Território do Litoral Leste vários compartimentos geomorfológicos podem ser discriminados, particularmente nos municípios de Pindoretama, Beberibe e Cascavel:

- a) Tabuleiros pré-litorâneos: ocupam trechos do litoral, não ultrapassando os 100m de altitude e são constituídos por sedimentos argilo-arenosos do Grupo Barreiras;
- b) Planícies aluviais: compreendem as formas mais características de ambientes resultantes de acumulação decorrente de ação fluvial. Sujeitos a inundações periódicas, apresentam as melhores condições de solos e de disponibilidade hídrica;
- c) Campos de dunas móveis/fixas: Estes sedimentos foram depositados em decorrência de processos morfogênicos cujos principais fatores são a baixa umidade atmosférica, precipitações moderadas e a ação eólica sobre material disponível em praias de baixa declividade. Nestes campos é possível identificar aquelas que se encontram em pleno processo de formação e/ou transporte (dunas móveis), as que já foram parcial ou totalmente fixadas por vegetação pioneira (dunas estáveis) e as chamadas paleodunas ou edafizadas que se apresentam de forma rebaixada, desmontadas pela erosão e cobertas por vegetação de grande porte. Por serem de origem mais recente, os campos de dunas se sobrepõem a formas de relevo pré-existentes e de origem sedimentar que, associado à permeabilidade dos sedimentos dunares, os tornam importantes reservatórios de águas subterrâneas.
- d) Depressão Sertaneja: A paisagem da Depressão Sertaneja é típica da região semiárida. As altitudes variam de 20 a 500 m. Possui ainda elevações residuais com altitudes de 500 a 800 m, que testemunham os ciclos de intensa erosão nesta região.

Na porção Oriental, o relevo do Território do Litoral Leste mostra campos de dunas móveis e fixas; a planície fluvial do rio Jaguaribe e quando se caminha em direção ao interior apresentam-se formas tabuliformes que se

estabelecem sobre formações sedimentares mais antigas e a ainda a Depressão Sertaneja, com formas suaves pouco recortadas a oeste; as altitudes situam-se em poucas dezenas de metros acima do nível do mar. A cobertura vegetal da região compreende espécies herbáceas e gramíneas da faixa litorânea, arbustos e árvores na retaguarda das dunas, mata dos tabuleiros, floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar), ao longo do rio, a floresta perenifólia paludosa marítima (mangue), na foz do Jaguaribe e a vegetação dos tabuleiros, também há mescla de espécies próprias, da caatinga e de mata serrana.

Diante dos aspectos apresentados acerca dos sistemas ambientais presentes no Território do Litoral Leste, ficaram definidos alguns pontos relevantes em relação à capacidade de suporte desses sistemas ambientais:

I. Resguardam uma elevada biodiversidade, constituindo assim, um setor da planície costeira com ecossistemas de dunas móveis, fixas e semifixas, lagoas interdunares e costeiras, terraço marinho e tabuleiro litorâneo;

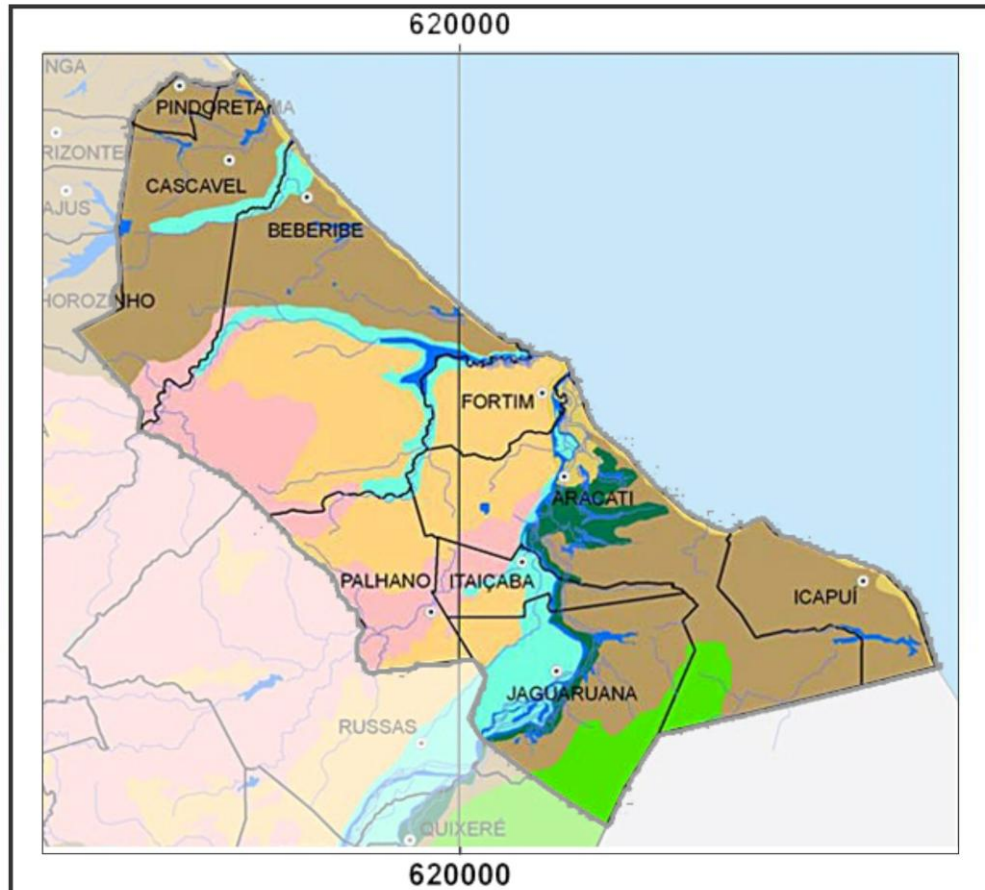
II. O campo de dunas, o terraço marinho e o tabuleiro litorâneo, por estarem associado às lagoas e manguezais, atuam como suporte sedimentar, de nutrientes e de água doce para as reações ecodinâmicas do manguezal e da fauna associada;

III. As unidades de paisagem exercem uma fundamental importância no estabelecimento do mais importante reservatório de água doce (qualidade e quantidade de água armazenada) da planície costeira do território;

IV. A reserva de água doce é vital para a biodiversidade, dando suporte a uma cobertura vegetal arbórea e ecossistemas vinculados aos lagos sazonais e pequenos riachos.

V. O conjunto geoambiental e ecodinâmico sustenta uma paisagem territorial exuberante, completamente integrada e controlando, em grande parte, a dinâmica evolutiva dos demais sistemas (praia, estuários, lagoas costeiras, tabuleiro litorâneo e depressão sertaneja). A figura 7 apresenta a compartimentação geoambiental encontrada no território.

Ceará Território Litoral Leste Compartimentação Geoambiental



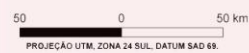
Localização no Estado



Legendas

- Sede municipal
- Corpos d' água
- Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glaciais de acumulação
- Planalto da Ibiapaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental Ibiapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré litorâneo
- Sertão sul ocidental

Escala



Orientação



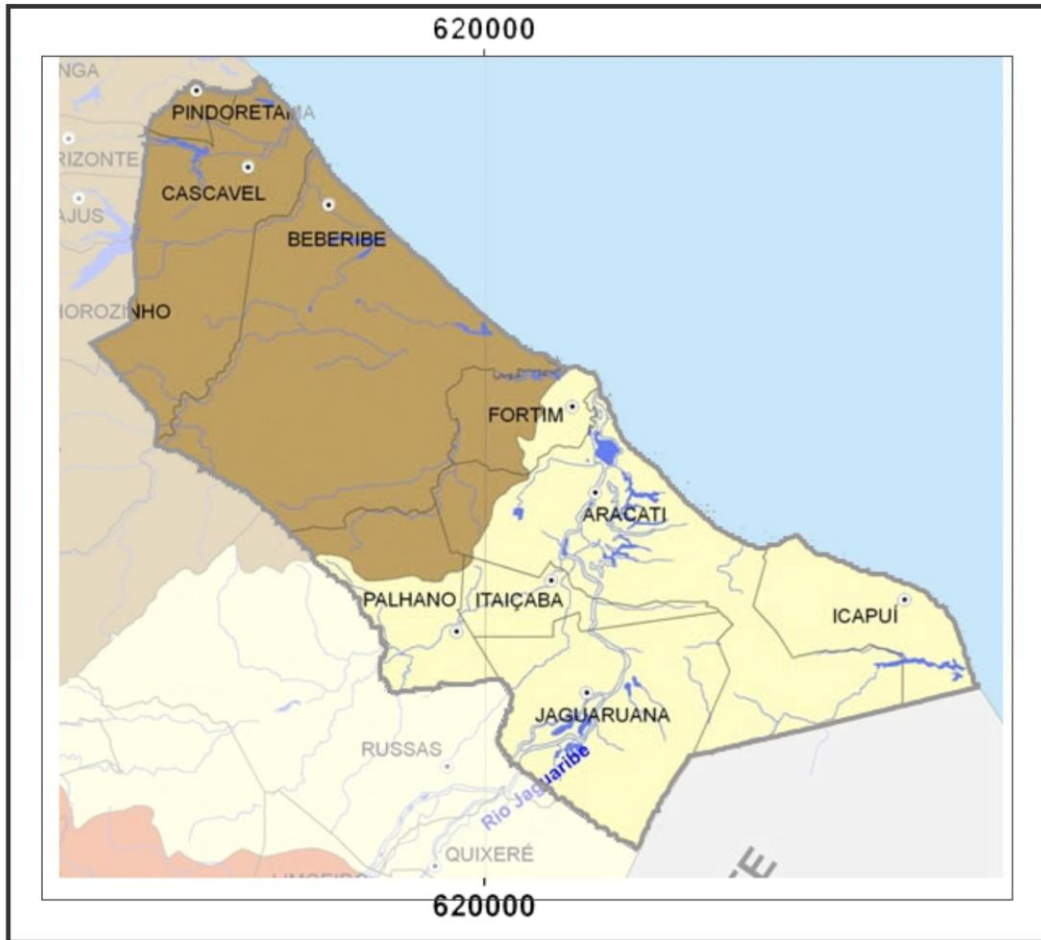
Figura 7: Compartimentação geoambiental encontrada no Território Litoral Leste.

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

11.3.4 Características Hidrológicas

O Território do Litoral Leste é banhado por duas grandes Bacias Hidrográficas: a Bacia Metropolitana e a Bacia do baixo Jaguaribe. Todos os rios destas bacias desembocam nas praias do Litoral Leste drenando os municípios de Pindoretama, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana e Aracati, conforme pode ser observado na Figura 8.

Ceará Território Litoral Leste Bacias Hidrográficas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
 - Drenagens
 - Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas
- Acaraú
 - Alto Jaguaribe
 - Baixo Jaguaribe
 - Banabuiú
 - Coreaú
 - Curu
 - Litoral
 - Metropolitana
 - Médio Jaguaribe
 - Parnaíba
 - Salgado

Escala



Orientação



Figura 8: Bacias Hidrográficas encontradas no Território Litoral Leste.
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

A bacia hidrográfica do Jaguaribe é a mais importante do Ceará, drenando 51,9% da área territorial do Estado. Seu maior rio é o Jaguaribe que apresenta maior volume de água no Estado e é responsável pelo abastecimento da parte da população cearense. Este Rio nasce na Serra da Joanhina, no município de Tauá e percorre cerca de 610km até chegar às praias do Litoral Leste cearense. No Litoral Leste drena três municípios integralmente, são eles: Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana e drena parcialmente Aracati e Fortim.

Alguns projetos envolvem a Bacia do rio Jaguaribe, tais quais: o açude Castanhão (maior reservatório do Ceará), a transposição das águas do São Francisco e o Canal da Integração.

A Bacia Metropolitana, por sua vez, é composta por um conjunto de 16 bacias independentes. Drena uma área de 15.085 km² e se estende pelos seguintes municípios do Litoral Leste: Pindoretama, Cascavel e Beberibe.

De uma maneira geral, os rios presentes nas bacias do Litoral Leste não apresentam diferenças marcantes entre si, a não ser pelas particularidades provocadas pelas condições pluviométricas, pela rede hidrográfica e pela vegetação presente (IPLANCE, 1997). Desta forma os rios, em sua maioria, se caracterizam pelo regime temporário, onde durante os períodos de chuvas, observa-se um volume de águas considerável. Devido, sobretudo à baixa porosidade do terreno, durante as intensas precipitações pluviométricas, ocorre com freqüência transbordamento de seus leitos, ocasionando grandes alagamentos das áreas ribeirinhas.

Município	Bacia Hidrográfica	Rios Principais	Outras Fontes Naturais
Aracati	Baixo Jaguaribe	Rio Jaguaribe, Rio Palhano	Córrego dos Fernandes, Córrego das Aroeiras, Córrego do Retiro, Lagoa Saco da Velha, Lagoa de Santa Tereza
Beberibe	Metropolitana	Rio Pirangi, Rio Choró, Riacho da Perdigão, Riacho	Córrego Grande, Córrego do Câmara, Córrego Maria Preta, Córrego Ezequiel, Córrego do

Município	Bacia Hidrográfica	Rios Principais	Outras Fontes Naturais
		Salgadinho, Riacho da Casca, Riacho Umburanas,	Lola, Córrego do Camar, Córrego Boa Vista, Córrego do Moreira, Córrego da Cotia, Córrego do Cajueiro, Córrego do Mauriti, Córrego da Andreza, Córrego do Mar, Córrego do Melo, Córrego das Carnaúbas, Córrego S. Maria, Córrego do Pau Branco, Lagoa do Uruaú, Lagoa Córrego do Sal, Lagoa Umari, Lagoa Umati e Canal do Trabalhador.
Cascavel	Metropolitana	Rio Choró, Riacho Mal Cozinhado, Riacho Baixa do Feijão, Rio Tijucussu, Rio Pirangi.	Córrego das Cabras e do Cajueiro e Açude Pacajus.
Fortim	Metropolitana Jaguaribe	Rio Jaguaribe	Córregos do Bernardo, Córrego do Félix, Córrego das Umburanas, Córrego de Maceió, Córrego do Guajiru, Córrego Tingui, Córrego do Jacinto.
Icapui	Jaguaribe	Sem rio principal ou secundário cortando o município.	Córrego do Manguinho, Córrego da Mata Fresca (Aracati), Lagoa do Junco (aracati), Lagoa do Sal, Lagoa do Gongo.
Itaiçaba	Jaguaribe	Rio Jaguaribe, Rio Palhano, Riacho Araibu.	Córrego João Gonçalves, Açude pé da serra
Jaguaruana	Jaguaribe	Rio Jaguaribe, Riacho Araíbu, Rio Campo	Córrego do Feijão, Córrego da Perereca, Córrego de Cima,

Município	Bacia Hidrográfica	Rios Principais	Outras Fontes Naturais
		Grande	Córrego da Pinga, Córrego das melancias, Lagoa do lagamar e lagoa dos Patos, córrego dos defuntos.
Pindoretama	Metropolitana	Riacho Caponga Funda, Açude Mal Cozinhado, Riacho da Roseira.	Sem córregos identificados

Quadro 15: Recursos Hídricos do Território do Litoral Leste.

Fonte: CPRM, 1998.

O açude mal cozinhado foi projetado em prol do abastecimento do município de Pindoretama, porém ainda não abastece a cidade. Foi construída uma adutora para abastecer as áreas adjacentes ao açude, porém não foi testado e encontra-se parado, tal adutora foi construída em 2006.

A cidade faz racionamento de água porque o açude que abastece a cidade não comporta mais a demanda (lagoa do Tapuio – Aquiraz).

A adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento é um dos princípios fundamentais do gerenciamento dos recursos hídricos. Bacia hidrográfica é uma área onde toda chuva que cai, drena, por riachos e rios secundários, para um mesmo rio principal, localizado num ponto mais baixo da paisagem, sendo separada das outras bacias por uma linha denominada divisor de água.

Visando a gestão participativa dos recursos hídricos, a COGERH dividiu o Estado do Ceará em 11 bacias hidrográficas - Coreaú, Litoral, Curu, Metropolitana, Baixo Jaguaribe, Parnaíba, Acaraú, Banabuiú, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe e Salgado.

Nesta perspectiva, o açude é o núcleo básico, onde pescadores, vazanteiros, irrigantes e até o abastecimento d'água das cidades dependem de um mesmo reservatório de água. Neste nível são formados os Conselhos de

Representantes do Açude, que devem decidir conjuntamente sobre sua utilização.

O vale perenizado é um nível mais complexo de atuação, que envolve um ou mais açudes e trechos de rios perenizados, onde se encontram grandes perímetros públicos irrigados, irrigantes privados, agroindústrias, indústrias e o abastecimento de várias cidades. Neste nível são constituídos as Comissões de Usuários dos Vales Perenizados, que, conjuntamente, devem deliberar sobre a operação do sistema.

Visando a gestão participativa, a COGERH desenvolve ainda um trabalho de divulgação da legislação e de sensibilização da sociedade e do poder público, a nível dos municípios, onde são constituídas as Comissões Municipais de Gerenciamentos dos Recursos Hídricos.

A bacia hidrográfica é o nível mais complexo de atuação, que abrange toda a área da bacia hidrográfica, entendida como uma unidade de planejamento e gestão, onde a partir da consolidação do trabalho desenvolvido nos níveis anteriores (açudes, municípios e vales perenizados) são construídos os Comitês de Bacia, visando à concretização do processo de gestão participativa dos recursos hídricos.

11.3.5 Características Edafológicas

O Território do Litoral Leste, de acordo com a EMBRAPA (1999) possui aproximadamente cinco tipos de solos que apresentam características diversas: alguns são mais argilosos, outros, mais arenosos. Os solos, portanto, têm um mosaico bastante complexo, oriundo dos mais diferenciados tipos e combinações entre seus fatores e processos de formação, como mostra o quadro a seguir.

Nas áreas sertanejas, a pequena espessura dos solos e a grande freqüência de afloramentos rochosos e chão pedregosos constituem paisagens típicas do ambiente semiárido das caatingas. Há, porém, a ocorrência de solos dotados de uma maior fertilidade natural média a alta como é o caso dos solos argilosos e rico em sedimentos orgânicos que acompanham as margens do Rio Jaguaribe.

Tipos de Solos	Características Gerais	Predominância no Território
Neossolos Quartzarênicos (Areias Quartzosas Distróficas e Marinhas)	Solos arenosos formados essencialmente por grãos de quartzo, pouco desenvolvidos, profundos e muito profundos, excessivamente drenados, com perfis compostos por horizontes A e C. Apresentam muito baixa fertilidade natural e forte à moderadamente ácidos. Estão em maior escala sob relevo favorável a mecanização agrícola e as culturas que melhor se adaptam a eles é o cajueiro e o coqueiro.	Áreas de dunas fixas ou tabuleiros dos municípios de Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaíçaba, Jaguaruana e Itaíçaba
Cambissolo Eutrófico	Em geral pouco profundos e rasos, às vezes profundos, com perfis do tipo A, Bi e C (B incipiente), de textura média e argilosa, bem à moderadamente drenados e porosos. Quimicamente integram solos de alta fertilidade natural (eutróficos), tendo PH praticamente neutro à moderadamente alcalino. Apresenta minerais primários (fragmentos de calcário) intemperizáveis no perfil, representando fonte nutricional para as plantas. Este tipo de solo possui alto potencial de utilização com lavoura irrigada.	Aracati, Jaguaruana, Itaíçaba
Latosolo Vermelho-amarelos	São solos profundos, de textura média e, às vezes argilosa, porosos, muito intemperizados, comumente situados em áreas sedimentares. Apresentam perfis com horizontes A, Bw e C pouco diferenciados, possuindo teores de argila pouco variável ao longo do perfil. Quimicamente são solos ácidos e pobres, com baixo potencial de fertilidade natural, com formação influenciada por processo de lixiviação	Depressão Sertaneja de Aracati, Icapuí, Itaíçaba
Gleissolos (Solonchak Solonétzico)	Agrupam solos hidromórficos e salinos. Possuem teores muito elevados de sais, seja por excesso de sódio e ou composto de enxofre que comprometem sua fertilidade, tornando-os impróprios para o cultivo.	Aparecem em relevos planos de várzeas e próximos à desembocaduras de rios, sob a influência das marés, em particular nos municípios de Aracati, Beberibe, Fortim e Itaíçaba.
Argissolos Vermelho-Amarelos (Podzólico Vermelho-Amarelo)	Apresenta perfis profundos e muito profundos com sequencia de horizontes A, Bt e C, textura média e argilosa. O horizonte B apresenta maior acumulação de argila que em A. Quimicamente são solos ácidos à moderadamente ácidos e podem apresentar baixa (tabuleiros) ou alta taxa de fertilidade natural, dependendo da sua reserva de	Em relevos planos e suave ondulados dos tabuleiros de Aracati, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Itaíçaba, Jaguaruana,

Tipos de Solos	Características Gerais	Predominância no Território
	nutrientes.	Itaiçaba
Planossolos (Solódico e Solonetz Solodizado)	Solos rasos e pouco profundos que se caracterizam por apresentar perfis com horizontes A e, ou mesmo desprovido de E, com textura arenosa sobre um horizonte Bt, às vezes em forma de colunas (estrutura colunar), de textura média ou argilosa. Quimicamente apresentam média e alta saturação por bases. As características físicas e químicas desfavoráveis, além da deficiência de água, levam estes solos a apresentar fortes limitações para o uso agrícola, sendo seu maior aproveitamento para uso na pecuária e pastagem.	Em relevos planos e suaves ondulados das regiões semi-áridas (partes mais baixas da depressão sertaneja, várzeas e litoral) dos municípios de Aracati, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Fortim, Itaiçaba, Jaguaruana, Itaiçaba
Vertissolos	Solos profundos e pouco profundos com perfis do tipo A e C, argilosos e muito argilosos. Mostram-se extremamente duros e rachados durante a estação seca, mas muito plástico e pegajoso nas épocas úmidas. Quimicamente apresentam elevada fertilidade natural e PH de neutro a alcalino. Tem grande potencial agrícola para culturas de subsistência, arroz, cana-de-açúcar, exploração da carnaúba nativa, e nas áreas não cultivadas, com pecuária extensiva.	Ocupam áreas relativamente pequenas dos municípios de Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, em relevos plano e suave ondulado.
Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais)	Solos pouco evoluídos, profundos e muito profundos com perfis de horizontes A sobreposto a um C. Com alta fertilidade natural e grande potencial para uso agrícola, inclusive com sistema de irrigação.	Áreas de várzea ocupando as partes marginais dos cursos d'água predominantemente nos municípios de Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana.
Neossolos Regolíticos (Regossolos)	Solos pouco desenvolvidos, com perfis do tipo A-C, arenosos, pouco profundos e profundos, excessivamente drenados, com altas proporções de minerais primários intemperizáveis. Podem ocorrer com alta e baixa fertilidade natural com reação ácida. Suportam usos com culturas de subsistência, de algodão arbóreo e caju, além da pecuária extensiva.	Unidades geoambientais do litoral e dos sertões, sobretudo do baixo Jaguaribe.
Neossolos Litólicos (Solos Litólicos)	Solos de fraca evolução pedológica, rasos, de textura arenosa ou média normalmente cascalhetada, com drenagem moderada à acentuada. Encontrados associados com afloramento rochosos. Podem ser de alta ou	Predomina em partes dos sertões de Beberibe e Itaiçaba

Tipos de Solos	Características Gerais	Predominância no Território
	baixa fertilidade natural, com reação variando de fortemente ácidos a praticamente neutro. Apresenta forte limitação ao uso agrícola por conta da alta suscetibilidade à erosão, pedregosidade, rochosidade, pouca profundidade e falta d'água.	

Quadro 16: Litoral Leste - tipos de solos, características gerais e distribuição nos municípios.

Fonte: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – EMBRAPA, 1999.

Nas áreas sertanejas, a pequena espessura dos solos e a grande frequência de afloramentos rochosos e chão pedregosos ocorrem com maior frequência. Há, porém, a ocorrência de solos dotados de uma maior fertilidade natural média à alta como é o caso dos solos argilosos e rico em sedimentos orgânicos que acompanham as margens do Rio Jaguaribe.

O conhecimento desses fatores pode ajudar no entendimento das características e propriedades dos solos ocorrentes em uma dada região. O aumento generalizado de áreas impermeabilizadas nas áreas de leito de cheia, levam à diminuição de áreas agrícolas e florísticas. As alterações no uso e ocupação do solo levam à diminuição da infiltração e aumento do escoamento superficial, fator preponderante na ocorrência de inundações nas áreas mais baixas, devido à maior velocidade das águas. As apropriações inadequadas do espaço têm efeitos multiplicadores e prejudiciais para o ambiente, principalmente ao nível da degradação do solo. Sugere-se que o ordenamento do Território, se comprometa com a articulação de medidas que contemplem a gestão dos riscos naturais e antrópicos, introduzindo modelos que visem às fragilidades/potencialidades do solo, bem como a aplicação de estratégias como de controle dos problemas na origem, num modelo de gestão integrada do espaço, conforme apresenta o quadro a seguir.

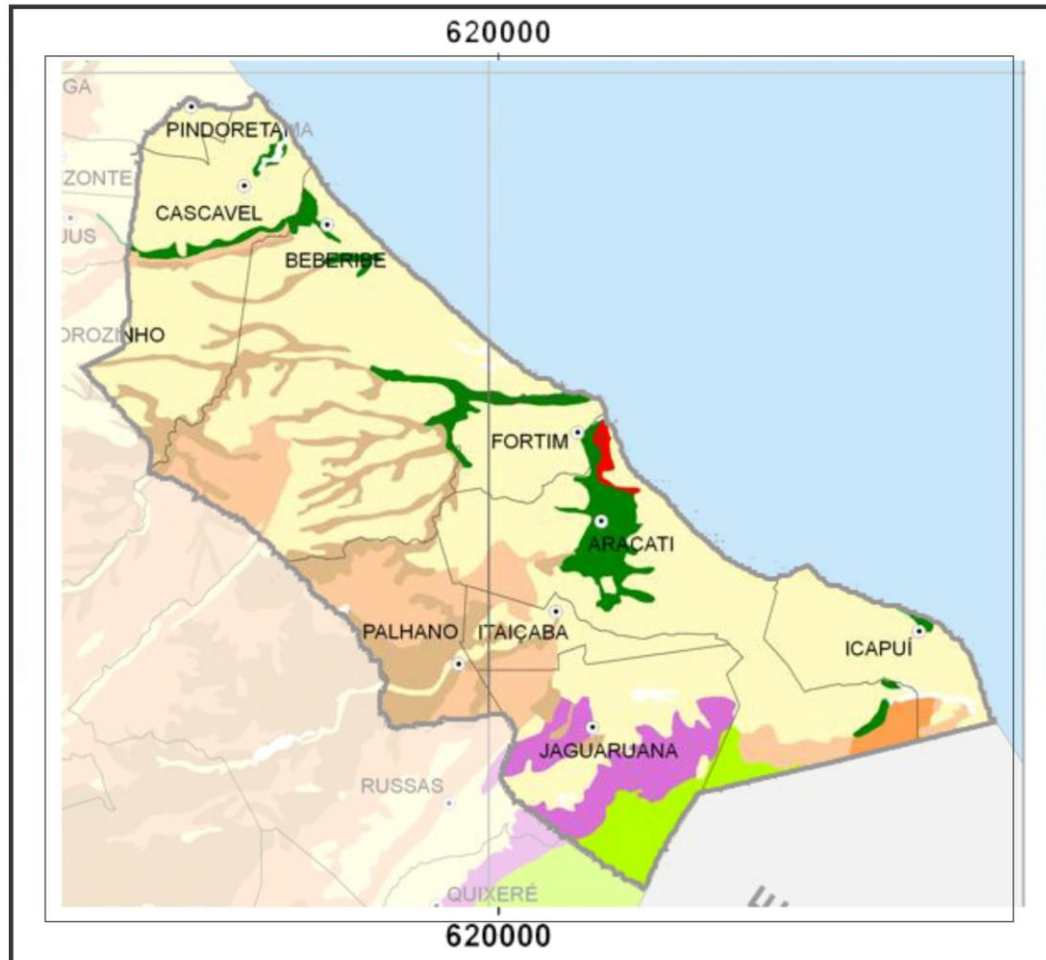
Tipos de Solos	Principais tipos de uso/ocupação
Neossolos Quartzarênicos (Areias Quartzosas Distróficas e Marinhas)	Cultura perene (coco); Extrativismo vegetal; Tursimo/Lazer; Pecuária extensiva; Culturas de subsistência; Culturas permanentes (coco e cajú); Pecuária extensiva; Extrativismo vegetal.

Tipos de Solos	Principais tipos de uso/ocupação
Cambissolo Eutrófico	Terras inaptas para uso agrícola. Compreende terras indicadas para a preservação da flora e da fauna (EMBRAPA)
Latossolo Vermelho-amarelos	Culturas permanentes (coco e cajú); Extrativismo vegetal; Extrativismo mineral (areias); Pecuária extensiva.
Gleissolos (Solonchak Solonéztico)	Apresentam como principal limitação o excesso de água, necessitando de sistemas de drenagem para seu manejo agrícola (EMBRAPA)
Argissolos Vermelho-Amarelos (Podzólico Vermelho-Amarelo)	Extrativismo mineral (areias)
Planossolos (Solódico e Solonetz Solodizado)	Extrativismo mineral (salinas); Pesca artesanal; Preservação ambiental.
Vertissolos	Extrativismo vegetal; Agricultura de subsistência; Agricultura de Produção (irrigada); Pecuária extensiva.
Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais)	Extrativismo mineral (argila).
Neossolos Regolíticos (Regossolos)	Atividades agrosilvipastoris, empreendimentos turísticos e na expansão de áreas urbanas (EMBRAPA)
Neossolos Litólicos (Solos Litólicos)	Extrativismo vegetal.

Quadro 17: Litoral Leste: tipos de solos, características gerais e distribuição nos municípios.

Fonte: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – EMBRAPA, 1999.

Ceará Território Litoral Leste Classes de Solos



Localização no Estado



Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latossolos
- Luvisolos
- Neossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintossolos
- Vertissolos

Obs: Classificação de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRCS) para o 1º nível categorial.

Escala



Orientação



Figura 9: Principais Tipos de solos encontrados no Território Litoral Leste.
Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

11.3.6 Características Vegetais

O Estado do Ceará possui 578 km de área costeira, apresentado uma grande diversidade de ecossistemas, onde predominam praias arenosas, extensos cordões de dunas seccionadas por planícies flúviomarinhas revestidas por manguezais.

No Litoral Leste, em particular, a flora se revela rica em biodiversidade cuja expressão quantitativa e qualitativa está relacionada com as variações no índice pluviométrico, nas condições pedológicas, topográficas e nas proximidades de cursos d' água representativos.

Apesar de rica, a flora dessa região, vem sofrendo perdas consideráveis pela ocupação antrópica. No geral, no que se refere aos recursos vegetacionais do Território do Litoral Leste, são ambientes instáveis ou de transição que possuem alta vulnerabilidade, por conta do uso predatório de recursos naturais pelas fazendas de camarão, pelo sobrepastoreio, pelo desmatamento ilegal na caatinga, tabuleiros e margens dos rios, além da prática de queimadas, expansão da atividade turística sem planejamento sustentável, a evolução da especulação imobiliária, dentre outras formas de agressão.

Com relação ao uso e ocupação são áreas favoráveis à utilização agropastoril e agroextrativista, havendo necessidade de preservar ou restaurar as faixas de proteção dos mananciais e rios. Há de se atentar para o desmatamento ilegal e indiscriminado, pois o mesmo altera o ciclo hidrológico, reduzindo as chuvas, ou mesmo alterando seu ciclo, aumentando assim os períodos de estiagem e erosão do solo, como mostram os interventores que atuam na degradação do ambiente no Litoral Leste. O Quadro 18 apresenta as formações florísticas, as características gerais e os interventores que atuam no território.

Formações Florísticas	Características Gerais	Interventores que atuam na degradação do ambiente
Vegetação Pioneira Psamófila	Estende-se ao longo do litoral nos ambientes de pós-praia e dunas móveis, onde dominam os terrenos arenosos. As plantas desta unidade são compostas por herbáceas e gramíneas, atuando na fixação da areia e estão adaptadas às condições do meio, onde há elevada ação dos ventos e altos teores de sais nos solos. Além das gramíneas destacam-se as salsa de praia, o pinheirinho de praia, a anil e o bredo.	O sobrepastoreio, a atividade turística e a especulação imobiliária
Vegetação Subperenefólia de Dunas	Desenvolve-se pelas superfícies das dunas mais antigas e estabilizadas. As espécies são predominantemente arbustivas e conservam as folhas nos períodos secos (caráter subperenifólio). Possui papel relevante na estabilização do relevo, diminuindo o avanço das areias dunares para o interior. Colabora também na conservação do lençol de água subterrânea presente nos campos de dunas. Dentre os arbustos mais típicos destacam-se o murici, o cajueiro, o cajú, o guajiru, o puçá, a ubaia, o mofumbo, a casca grossa e o feijão bravo.	A exploração dos recursos madeireiros para diversos fins e a especulação imobiliária
Vegetação de Mangue	Estende-se pelas áreas de inundação das planícies flúvio-marinhas, correspondentes ao ecossistema denominado manguezal. As variações das marés, o fluxo de água doce e as condições de variações de salinidade de água e do solo contribuem para que poucas espécies habitem o manguezal. As principais espécies são: o mangue preto (siriúba ou canoé), o mangue verdadeiro (vermelho ou sapateiro) e o mangue ratinho (botão).	Urbanização, implantação de fazendas de camarão, ostras e mariscos (carcinicultura e maricultura) de modo inapropriado.
Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro	Estende-se praticamente por quase todo o tabuleiro pré-litorâneo. A maior parte das árvores e arbustos perde a folhagem no período de estiagem. Em contato com as lagoas a vegetação é mais exuberante e as plantas rasteiras formam um tapete vegetal mais denso. As espécies de maior ocorrência são: o cajueiro, o mororó, o jatobá, a imburana, a angélica, o cajueiro bravo, o murici, o manipuça e o batiputá	Agricultura de subsistência, o plantio de cajueiros, a instalação de sítios e a urbanização.
Vegetação Caducifólia de Caatinga	Pode-se diferenciar nesta formação, três estratos: o arbóreo, o arbustivo e o herbáceo. Esta unidade corresponde às áreas de clima semi-árido da depressão sertaneja, serras secas e a chapada do Apodi. As principais espécies desta formação são: o pau branco, o angico, a aroeira, o pereiro, a imburana, o pau d'arco e o juazeiro. O estrato arbustivo é composto por espécies como o feijão bravo, marmeleiro, jurema preta, cumaru, violeta,	Pecuária extensiva, desmatamentos e queimadas para fins agropecuários.

Formações Florísticas	Características Gerais	Interventores que atuam na degradação do ambiente
	pereiro, cardeiro e jurubeba.	
Vegetação de Várzea	Estende-se ao longo dos médios e baixos cursos dos cursos fluviais. O estrato mais elevado é ocupado pela palmeira, a carnaubeira, além de algumas árvores e arbustos. No estrato arbustivo-arbóreo são encontradas espécies como pajeú, o juazeiro, a marmeleiro, o mofumbo e a jurema branca.	Extrativismo vegetal, a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva e a expansão da agricultura irrigada da carcinicultura.

Quadro 18: Formações florísticas, características gerais e interventores que atuam na degradação do ambiente.

Fonte: EMBRAPA, 1999.

A Figura 10 apresenta as características vegetais encontradas no território

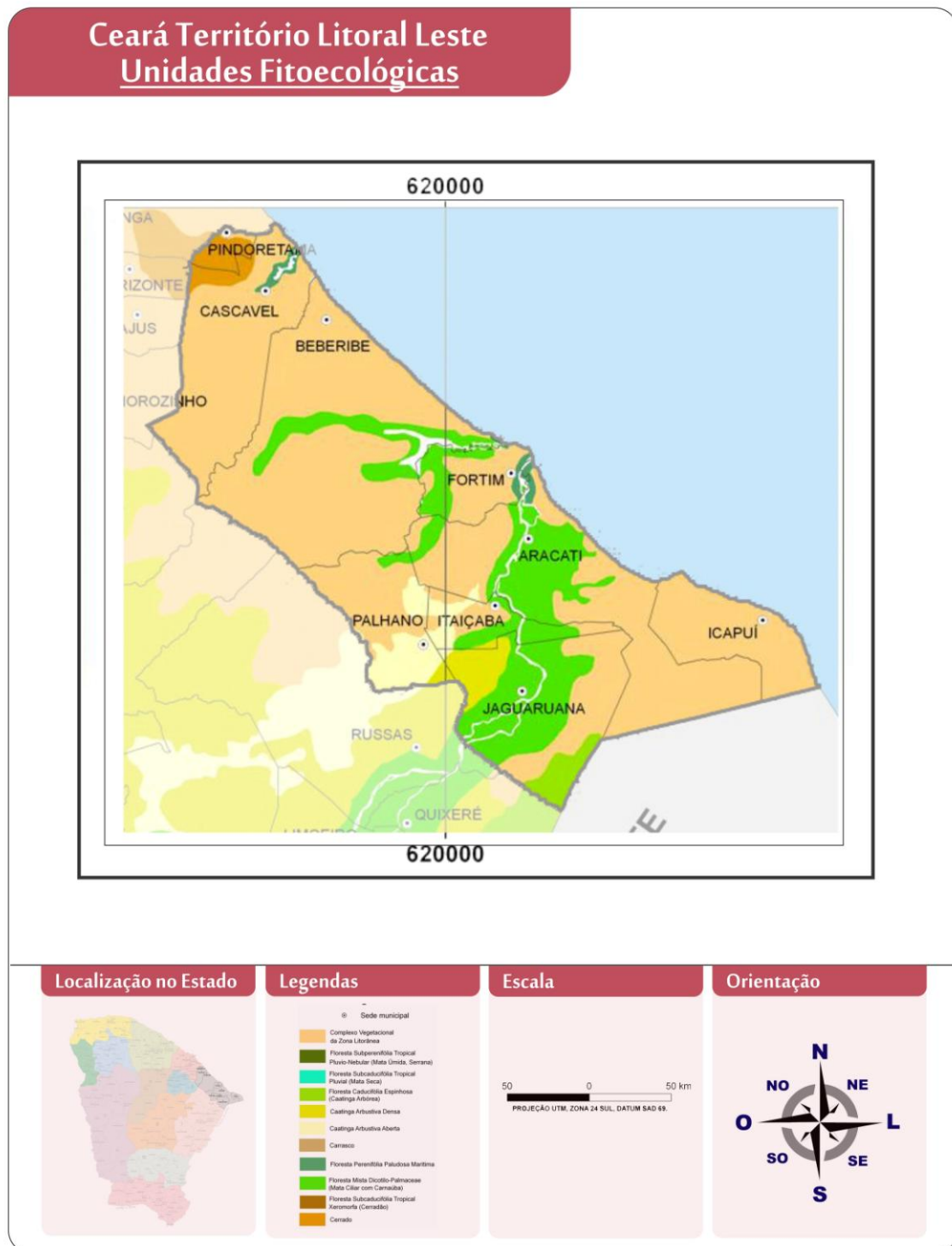


Figura 10: Representação gráfica do mapa das unidades fitoecológicas do Território Litoral Leste.

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

As características antrópicas do território dizem respeito à relação do homem com o meio ambiente, que devido ao crescimento desordenado da população, a falta de planejamento urbano dentre outros, acabam gerando impactos negativos.

A base econômica do território constitui-se da agricultura e da pesca. O meio natural é explorado de forma inadequada para o cultivo de áreas, sem a preocupação com a conservação dos recursos naturais.

O passivo ambiental ocorre pelo uso de forma inadequada de lagos, rios, mares e demais espaços que compõem nosso meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixos industriais, de difícil eliminação. Decorre, portanto, fundamentalmente, da ação antrópica sobre o ambiente. Sendo assim toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e que tem uma contrapartida, pois consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.

Cada vez mais ganha vigor a discussão sobre o papel das empresas como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Neste sentido, torna-se fundamental que assumam não só o papel de produtoras de bens e serviços, mas também, a responsabilidade social e obrigação para com a sociedade. Esta responsabilidade assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público.

Sendo assim, devido à crescente e assustadora degradação ambiental, as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, visto que a continuidade como um todo e a referida responsabilidade social abrange o bem estar da população na sua integridade.

Nesse contexto chama a atenção a atividade de Carcinicultura, uma das práticas econômicas mais difundidas no Litoral Leste, que devido a práticas

inadequadas de manejo, causam intensa degradação dos mangues. Além dela podemos enumerar a ocupação imobiliária desordenada e a poluição industrial e residencial. Como resultado, uma área chave para manter estoques pesqueiros - o chamado berçário da vida marinha - é colocado em risco, podendo deliberadamente matar todo um ecossistema essencial para a ecologia de um lugar. O estuário do Rio Jaguaribe é um dos mais atingidos por esta atividade econômica no litoral do Ceará. As empresas da Carcinicultura estão situadas em 136 localidades do Território, ocupando uma área de aproximadamente 4.300 hectares.

Outros impactos como a retirada da areia do leito dos rios para a construção é uma constante e tal ação ocorre em praticamente todos os municípios do território, vale ressaltar que algumas empresas possuem o licenciamento para retirada de areia, porém a quantidade retirada vai além da permitida e como a fiscalização da SEMACE é pequena, devido seu contingente de pessoal, o meio ambiente é que vai sofrendo impactos.

Além da retirada de areia ocorre um impacto inverso, que é o aterramento de áreas de mangue. Em Cascavel uma empresa aterrou o mangue, além de desmatar grande área do mesmo na região conhecida como Lagoa Seca, em Balbino.

A falta de fiscalização facilita as ações de degradação ao meio ambiente tais como a pesca predatória e clandestina de diversas espécies, dentre elas a lagosta miúda, a caça ilegal, as queimadas, o desmatamento descontrolado, dentre tantas outras práticas.

12.1 Desmatamento e Queimadas

O desmatamento e as queimadas caracterizaram todo o processo histórico de ocupação do Território Litoral Leste, iniciando-se com a pecuária extensiva, agricultura de subsistência, atividade algodoeira e extrativismo vegetal. Nas décadas mais recentes, os processos são intensificados com a expansão da agricultura irrigada, da carcinicultura, da atividade turística e da especulação imobiliária.

Também é prática a construção de pequenas carvoarias que agilizam o processo de desmatamento.

No território ainda é pratica comum a retirada de palha de carnaúba e da madeira da mesma para construção de casas e a carnaúba ainda é utilizada para fazer cera, também é muito utilizada para fabricação de artesanatos. Tal vegetação precisa ser resguardada, pois o extrativismo vem sendo realizado de forma desordenada o que também pode ocasionar degradação.

Os municípios do território fazem parte dos que apresentaram focos de calor no ano de 2009, estando dentre os municípios do território o de Beberibe em primeiro lugar com 31 focos, Cascavel e Jaguaruana em segundo com 12 focos, Icapuí apresentou 8 focos, Aracati 6 focos, Fortim 5 focos e por ultimo Potiretama com 2 focos de calor (Previna, 2009).

Em Aracati existe uma brigada de incêndio que atende os municípios de Aracati, Itaiçaba, Icapuí e Fortim. Os municípios de Pindoretama, Cascavel e Beberibe são atendidos pelo corpo de bombeiros de horizonte.

A EMATERCE atua conscientizando os agricultores. Porém a mesma não incentiva a utilização do fogo controlado, segundo fontes primárias.

12.2 Tipos de Poluição e Contaminação

No geral os empreendimentos agropecuários se utilizam dos agrotóxicos para racionalizar a produção e torná-la mais eficiente. Isto tem provocado sérios danos ambientais, pois qualquer produto ou agente de processos físicos, químicos ou biológicos destinado ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento trazem danos ambientais na maioria das vezes irreversíveis.

Os empreendimentos agropecuários do Território do Litoral Leste são representados por 60 empresas com diferentes negócios agrícolas, destacando-se a produção/comercialização do melão, caju, coco, graviola, goiaba, frangos, ovos e mel de abelha.

Outra problemática no território assim como no Estado como um todo, é a coleta e destinação final dos resíduos sólidos. Já existe um projeto para construção de um aterro consorciado em Aracati que atenderá os municípios de Icapuí, Fortim, Itaiçaba e parte de Beberibe, porém até o momento a coleta do lixo é sistemática e o destino final dos resíduos são lixões a céu aberto.

No território ainda existe outro aterro consorciado que já teve o projeto aprovado, o mesmo será instalado em Cascavel e beneficiará os municípios de Cascavel, Pindoretama e Beberibe.

Vale ressaltar que o território apresenta algumas cooperativas de catadores, podemos encontrar cooperativas nos municípios de Aracati e Cascavel. Em Icapuí não existe cooperativa, mas os catadores fazem uma triagem do lixo. Em Aracati ainda existe um Núcleo de Reciclagem de resíduos sólidos.

Segundo fontes primárias em Pindoretama a juíza da comarca e o Ministério Público proibiram a utilização do lixão da cidade para descarte de resíduos sólidos e líquidos, tal ação ocasionou um transtorno para os habitantes, porém cobrou mais ainda do gestor municipal uma atitude para a adequação com relação a destinação do lixo da cidade.

Em Aracati a SEMACE proibiu os caminhões “limpa fossa” de despejar os esgotos no lixão.

Em Icapuí existe uma degradação ambiental marinha ocasionada pelo descarte de óleo de embarcações no canal da Barra Grande. Uma ONG chamada ARATU vem tentando implantar uma ação de coleta desses óleos e vasilhames para conscientizar os pescadores do problema causado

Outra fonte de contaminação nos municípios do território são os conhecidos “matadouros”. A SEMACE cobrou melhorias para que os estabelecimentos em Pindoretama e Aracati pudessem funcionar. O MPU interditou o matadouro existente em Pindoretama.

Em Cascavel o abatedouro já passa por reformas.

12.3 Desequilíbrios Ambientais

As bacias hidrográficas a que pertencem os municípios do Território apresentam uma diversidade da fauna e de flora, com destaque para os peixes, uma das alternativas alimentares da população. Este potencial encontra-se comprometido devido ao desmatamento e queima da mata ciliar e das ações predatórias como a pesca e a extração de areia no leito dos rios sem nenhum controle e fiscalização. Todos esses fatores vêm causando o desequilíbrio ambiental e comprometendo as fontes alimentares da população e a própria cadeia alimentar.

Nesse contexto de exploração dos recursos do Território do Litoral Leste, são considerados os custos ambientais sob os aspectos do bem comum, julgando-se o meio ambiente sem proprietário e o uso dos seus recursos naturais no processo de produção, sem agregá-lo, ao seu custo total, o custo ambiental gerado.

Sob o aspecto custo social, trata-se dos custos decorrentes das externalidades como os anteriores, porém, a sociedade, neste caso, paga pelo custo monetário em si e é prejudicada em decorrência dos resíduos expelidos no processo produtivo, devendo arcar também com este custo, que não será incorporado por quem o produziu, tais como, a criação de camarão nas áreas de mangue, a exploração da água, do petróleo ou outros minerais, a piscicultura que contribui para os impactos socioambientais no Litoral Leste.

Portanto, verifica-se que a não incorporação dos custos ambientais ao custo dos produtos, poderá ocasionar ao meio ambiente, sérias conseqüências, já que as empresas continuarão sua trajetória desconsiderando a utilização dos bens públicos, e no futuro, quando passar a existir um controle rígido, por essas atitudes, ela se deparará com custos ainda desconsiderados em seu produto, podendo vir a torná-lo pouco competitivo.

Recomenda-se, portanto, o zoneamento ambiental como instrumento de planejamento territorial com vistas ao desenvolvimento sustentável. Isso porque a divisão de determinado território em zonas com diferentes regimes de uso, gozo e fruição da propriedade será fruto de estudos ambientais e socioeconômicos e de negociações democráticas entre o governo, o setor

privado e a sociedade civil sobre estratégias e alternativas que serão adotadas para que se alcance o objetivo maior desse instrumento que é a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os recursos hídricos que correm em áreas urbanas e rurais sofrem ações poluidoras variadas, que afetam os sistemas de abastecimento de água e de drenagem pluvial. O processo de urbanização exige movimentação de terra - aterros e desaterros - que frequentemente provocam assoreamento nos fundos dos vales, em lagoas e represas, aumentando o risco de ocorrência de inundações e ainda obstrução da drenagem urbana.

Em Cascavel na localidade Barra velha e Lagoa Seca a especulação imobiliária avançou sobre as dunas e aterrou uma lagoa respectivamente, ocasionando impacto ambiental na região.

Em Jaguaruana uma grande empresa aquícola, realizou desmatamento de áreas com carnaúbas para implantação do projeto de aqüicultura.

Em muitas cidades, os fundos de vales foram urbanizados com a construção de avenidas sanitárias, sem que fosse considerado o regime natural de cheias, ou mesmo, que se buscasse uma reintegração e valorização do curso d'água como recurso hídrico paisagístico para a comunidade local. Por outro lado, nos períodos de chuvas críticas aumenta a ocorrência de acidentes, como os deslizamentos de encostas em decorrência do índice elevado de impermeabilização do solo e da ocupação inadequada de terrenos.

Nota-se que a taxa de cobertura com serviços de abastecimento de água é inferior à média estadual. Pode-se verificar que as regiões urbanas apresentam taxas de cobertura próximas à média estadual, enquanto as áreas rurais carecem deste tipo de serviço público. Esse fato se repete no percentual de domicílios com instalações sanitárias do território, como pode ser verificado na tabela a seguir. De acordo com os dados da tabela, somente 3 municípios do território possuem instalações sanitárias, sendo que, a maior cobertura é de Beberibe com 35,8%. Ficando Aracati e Cascavel, juntos, com 7,4% da cobertura. Os dados expõem a elevada vulnerabilidade sanitária e ambiental do Território.

Tabela 29: Domicílios com instalação sanitária no Litoral Leste

Município	% de Domicílios com Instalações Sanitárias
Aracati	4.0
Beberibe	35.8
Cascavel	3.4
Fortim	0.0
Icapuí	0.0
Itaiçaba	0.0
Jaguaruana	0.0
Pindoretama	0.0

Fonte: Atlas. SRH, *on line*, 2006.

No caso dos serviços de esgotamento sanitário, as taxas de cobertura da macrorregião ficam muito aquém da taxa estadual (Tabela 30), que já é considerada preocupante. Na tabela percebe-se que dos oito municípios do Território, cinco deles são desprovidos de instalações Sanitárias. Esta situação é potencialmente fonte de situações graves no campo da saúde e meio ambiente, particularmente.

Tabela 30: População beneficiada com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo os municípios do Litoral Leste – Ceará – 2008.

Municípios	Taxa de cobertura (%)					
	Abastecimento de Água			Esgotamento sanitário		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Aracati	74,6	95,4	37,7	2,2	3,4	0,0
Beberibe	27,9	60,0	0,0	14,5	31,2	0,0
Cascavel	62,2	71,1	18,4	2,8	3,4	0,0
Fortim	52,6	63,8	24,8	0,0	0,0	0,0
Icapuí	64,8	100,0	50,4	0,0	0,0	0,0
Itaiçaba	70,6	88,9	47,7	0,0	0,0	0,0
Pindoretama	42,4	93,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: IPECE – Diretoria de Estudos Sociais, IBGE – Diretoria de Pesquisas e CIDADES, 2008.

De acordo com a Tabela 31, as limitações ao abastecimento de água abrange todos os municípios do Litoral Leste, embora algumas zonas rurais a possua de forma incipiente, ou até mesmo não possua, como é o caso de Beberibe e Pindoretama. Já o esgotamento sanitário é preocupante, pois apenas Aracati, Beberibe e Cascavel dispõem desse serviço, porém, em números bem reduzidos. Os demais municípios ainda são desprovidos de qualquer benefício oriundo de uma política estadual e municipal de saneamento básico.

Tabela 31: Abastecimento de Água – 2006.

Macrorregião de Planejamento	Abastecimento de Água			
	Ligações reais	Ligações ativas	Volume produzido (m ³)	Taxa de cobertura d'água (%) (2007)
Aracati	11.895	10.312	2.475.968	74,6
Beberibe	2.586	2.192	246.124	27,9
Cascavel	8.198	7.323	1.249.734	62,2
Fortim	2.410	2.197	267.749	52,6
Icapuí	-	-	-	64,8
Itaiçaba	1.203	887	127.905	70,7
Pindoretama	-	-	-	42,4

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SEINFRA, 2006.

Há de se destacar que a situação de esgotamento sanitário nos municípios é extremamente delicada (Tabela 32), onde os aglomerados populacionais são maiores e as conseqüências desta situação poderão produzir danos sócio-ambientais negativos mais impactantes.

Tabela 32: Esgotamento Sanitário – 2006

Municípios	Esgotamento Sanitário		
	Ligações reais	Ligações ativas	Taxa de cobertura de esgoto (%) (2007)
Aracati	335	269	2,2
Beberibe	850	835	14,5
Cascavel	345	308	2,8
Fortim	-	-	0,0

Municípios	Esgotamento Sanitário		
	Ligações reais	Ligações ativas	Taxa de cobertura de esgoto (%) (2007)
Icapuí	-	-	0,0
Itaiçaba	-	-	0,0
Pindoretama	-	-	0,0

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SEINFRA. 2006.

Ainda se tem a cultura de jogar no rio e no mar tudo que não serve mais ao homem, talvez baseado na máxima de que a água tivesse o poder de limpar tudo. Nesse aspecto a uma necessidade por parte do poder público e dos organismos de defesa do meio ambiente uma constante ação de conscientização da população sobre a conservação e o uso racional dos recursos naturais.

Registra-se ainda no Território a existência de 55 empresas que trabalham com a exploração de água mineral, areia e argila (cerâmicas), granito, mica, quartzo e feldspato.

Percebe-se o quanto é comum à exploração dos sedimentos arenosos do tabuleiro, que é utilizado na construção civil. Esta atividade mineradora causa graves problemas ambientais como a descaracterização da paisagem, soerguimento do lençol freático no período chuvoso e intensificação dos processos erosivos.

No que diz respeito aos impactos ambientais decorrentes da exploração mineradora, deve-se pinçar algumas constatações provenientes da experiência adquirida ao longo do tempo. A primeira é que a mineração organizada causa menos impactos nocivos, e é muito mais facilmente controlada pelo poder público. Por outro lado, o extrativismo mineral feito de maneira informal, sem planejamento e controle, se constitui em fonte de grandes passivos ambientais. Seu controle é muito problemático, sobretudo porque envolve parcelas da população que, privadas dessa fonte de sustento, veem-se marginalizadas e excluídas de qualquer fonte de renda.

Outra questão que aflora, diz respeito à mineração em áreas urbanas, que sendo feita, de modo geral, sem um adequado planejamento e inserção

nos Planos Diretores, vem gerando imensos conflitos de uso da terra, além de múltiplos impactos ambientais. Tratando-se de uma atividade que comumente causa impactos nas áreas de preservação permanente, é imperioso que se promova o aperfeiçoamento dos métodos de lavra e a reutilização dos espaços minerados.

Outros impactos ambientais podem ser assim enumerados:

- Nas dunas e falésias, as alterações e movimentações das dunas;
- O lixão, possível contaminação do lençol freático, poluição do ar, das águas e comprometimento da saúde pública (catadores);
- O Rio Jaguaribe com as construções desordenadas em suas margens, sem infra-estrutura e saneamento básico;
- Utilização de agrotóxicos e fertilizantes na lavoura, sendo carregados para os cursos de água, provocando sérios impactos na fauna e flora.

Ainda é uma questão que gera bastante preocupação, a introdução de espécies invasoras impactantes, tais como a trepadeira “Boca de Leão”, *Antirrhinum majus*, oriunda de Madagascar e que encontrou na região condições propícias para seu desenvolvimento. A mesma apresenta acelerado crescimento e compete por espaço com as plantas nativas, a mesma ainda é tóxica e impede o desenvolvimento da carnaúba pelo sombreamento e por possíveis anelamentos.

12.4 Conflitos Agroambientais

Com o movimento dos pescadores no Ceará, nos anos 80 emergiram no Litoral Leste muitos conflitos decorrentes da aquisição fraudulenta de escrituras acompanhada pela chegada violenta e desordenada da ocupação imobiliária, em particular deste faixa do litoral cearense.

A Prainha do Canto Verde, em Beberibe, foi uma das primeiras comunidades litorâneas a vivenciar experiência de conflito que se tem registro. Os pescadores e suas esposas se reuniam para a luta, rezavam e, até quando foi necessário se encontraram com lideranças de outras regiões para

discutirem o movimento e fortalecerem as estratégias necessárias para consolidar o seu processo de organização, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Estratégia	Características	Locais Identificados
Ações em defesa da posse da terra	Encaminhamento à justiça de ações de questionamento de posse nos casos de grilagem.	Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Redonda (Icapuí).
Formalização das Associações de moradores	Medida adotada quando a comunidade teve que lidar com órgãos públicos e encaminhar processos para o sistema judiciário.	Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Redonda (Icapuí).
Gestão comunitária do uso da terra	O uso da terra passou a ter os seguintes critérios: - prioridade de uso para a moradia do nativo; - venda de posse e habitações sujeitas à aprovação da Assembléia; - cumprimento das normas de preservação ambiental;	Prainha do Canto Verde (Beberibe), Redonda (Icapuí) e Esteves e Canoa Quebrada (Aracati).
Processo cooperativo da pesca	A comunidade atua no sentido de conseguir melhores preços do pescado e os repasses dos insumos de pesca com menores preços aos pescadores aumentando a renda obtida com a atividade pesqueira.	Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Redonda (Icapuí).
Fiscalização visando a pesca predatória	A comunidade organizada adquiriu um barco com a finalidade de viabilizar, através de parcerias, a fiscalização e o combate à pesca predatória. Na aquisição do barco algumas comunidades contam com apoio de outras comunidades vizinhas, do Governo do Estado e do Movimento dos Pescadores do Ceará.	Redonda (Icapuí)
Elaboração de códigos comunitários de ordenamento e gestão da atividade pesqueira	Essas experiências de autorregulamentação colocam em perspectiva o exercício do manejo conservacionistas dos recursos pesqueiros, fundamentais para a permanência da pesca artesanal. As comunidades que a praticam no Litoral Leste consideram um ação prioritária de ordenamento da pesca, sendo uma tarefa de responsabilidade de todos os atores no processo: pescadores, armadores e instituições públicas vinculadas a gestão da zona costeira.	Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Redonda (Icapuí).
Criação dos fóruns dos	Surgiu num contexto de mobilização e a partir da avaliação da necessidade de articulação	Municípios do Litoral Leste

Estratégia	Características	Locais Identificados
Pescadores	permanente entre as comunidades pesqueiras do litoral leste. São importantes espaços de discussão dos problemas da comunidade e de questões associadas a pesca.	
Experiências alternativas de Turismo	Foi desenvolvida a compreensão de que o turismo constitui uma fonte potencial de renda nas comunidades, podendo ser desenvolvido em associação com a economia pesqueira. A opção por uma experiência alternativa está pautada na valorização da cultura local, no fortalecimento da identidade do 'nativo' e da participação comunitária nos lucros gerados na atividade.	Prainha do Canto Verde e Morro Branco (Beberibe), Redonda (Icapuí) e Canoa Quebrada (Aracati).
Articulações em redes	Articulações que se concretizam fora do território das comunidades pesqueiras marítimas e contam com o apoio de entidades (IBAMA, ONG Instituto Terramar e comunidades pesqueiras) e pessoas. O movimento articulado envolve os protestos das comunidades contra a pesca predatória da lagosta, a especulação imobiliária, a falta de apoio a pesca artesanal e o desenvolvimento selvagem do turismo. Ver <i>Movimento SOS Sobrevivência</i> .	Municípios do Litoral Leste
Reconhecimento Internacional	Com o objetivo de gerar visibilidade e reconhecimento de entidades estrangeiras quanto ao esforço de buscar implementar projetos comunitários de desenvolvimento sustentável nas atividades pesqueiras e turísticas. Ver Prêmio Paz e Liberdade do UNICEF (Icapuí); Prêmio TO DO (Prainha do Canto Verde/Beberibe);	Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Icapuí.

Quadro 19: Estratégias políticas desenvolvidas pelas comunidades do Litoral Leste.

Fonte: Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: mariscando resistências, 2007.

12.5 PROGRAMAS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO

O Território é beneficiado com diversos projetos e programas governamentais tais como: Projeto PAES, implantação de cisternas de placas através do Projeto São José, Projeto Memorial da Carnaúba, que visa à preservação de tal vegetação símbolo do Ceará, Projeto da Transposição das águas do Rio Jaguaribe e perenização do Rio Campo Grande, Projeto desenvolver preservando que tem parceria com as prefeituras de Fortim, Aracati e Icapuí juntamente com a fundação Kellogg (financiadora) e a ONG ARATU (executora).

Ainda existe o projeto para perenização do Riacho Araribu, que beneficiará os municípios de Jaguaruana e Itaiçaba.

Projeto Agrinho, realizado pelas secretarias municipais, que é um projeto de promoção social desenvolvido nas escolas públicas.

Projeto Orla nos municípios de Cascavel, Icapuí e Beberibe.

Projeto de olho na água desenvolvido em Icapuí, financiado pela Petrobras ambiental – FBC (Fundação Brasil Cidadão), que tem por finalidade apoiar a manutenção de tal recurso.

Projeto de turismo comunitário sustentável, através da rede tucum;

Projeto Manati, AQUASIS, que prioriza o resgate de animais encalhados e esse é um fato bem comum, principalmente em Icapuí.

No território ainda existe o projeto Lagosta Viva, realizado pelo MPA em parceria com o município de Cascavel.

Em Coqueirinho, Fortim ainda existem 21 quintais produtivos implantados através do Programa Turismo comunitário e 5 mandalas implantados através da Rede tucum.

Em Jaguaruana existe um projeto mandala implantado no assentamento Belo Vista.

No assentamento Porto José Alves, na comunidade São José, também existe uma mandala e há relatos de mandalas no assentamento Jesus em Cascavel.

Também existem no território algumas instituições que realizam a educação ambiental, como a ONG ARATU, como já foi citado anteriormente, que atua conscientizando os pescadores em Icapuí, a própria SEMACE que atua em Canoa Quebrada, a ONG RECICRIANÇA, a EMATERCE, A ATES da CONTACTE nos assentamentos Federais de Aracati, Fortim, Icapuí e Jaguaruana.

No município de Icapuí será implantada uma usina de geração de energia eólica, a audiência pública foi em Março de 2011 no próprio município.

O território apresenta ainda um escritório regional do IBAMA com um contingente de 6 profissionais, o que dificulta ações de fiscalização.

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 20, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>1. Patrimônio natural do Território (paisagem, dunas, coqueirais, falésias, manguesais, praias, lagoas, rios e carnaubais);</p> <p>2. Ecossistema diversificado e de transição praia/sertão, podendo ser explorado o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo comunitário sustentável e o turismo científico;</p> <p>3. Diversidade na vegetação nativa com potencial para a exploração agrícola em sistemas agroflorestais consorciado com a apicultura;</p> <p>4. Área úmidas com potencial para a produção agrícola;</p> <p>5. Patrimônio histórico disponível;</p> <p>6. águas dos rios e canais adequadas para a produção de alimentos e distribuição de água potável;</p> <p>7. Utilização de matéria prima a partir de recursos naturais com potencial para a produção de artesanato.</p> <p>8. Atuação das lideranças e representações políticas do território.</p>	<p>1. Poluição desenfreada dos rios;</p> <p>2. Especulação imobiliária;</p> <p>3. Existência de lixões a céu aberto;</p> <p>4. Urbanização não planejada;</p> <p>5. Uso indiscriminado de agrotóxicos;</p> <p>6. Realização de pesca predatória;</p> <p>7. Comercialização clandestina de animais silvestres;</p> <p>8. Existência de abatedouros clandestinos;</p> <p>9. Desmatamento indiscriminado;</p> <p>10. Degradação ambiental não denunciada no território, tais como as carcinoculturas;</p> <p>11. Falta de saneamento básico.</p> <p>12. Falta de fiscalização por parte dos órgãos ambientais competentes;</p> <p>13. Falha na execução e na construção dos planos diretores devido à ineficácia da articulação das diversas camadas da sociedade;</p> <p>14. Falta de construção de código sanitário ambiental;</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>1. Parcerias com instituições que têm programas e propostas voltadas para a preservação ambiental;</p> <p>2. A instalação de empresas no território deverão abrir oportunidades de geração de empregos para a população do território;</p> <p>3. Existência de políticas públicas e projetos voltados para a preservação do meio ambiente;</p>	<p>1. Falta de fiscalização pelos órgãos de controle ambiental;</p> <p>2. Falta de políticas mais eficazes para a realização de ações de preservação do meio ambiente;</p> <p>3. Instalação de empreendimentos no Território que degradam o meio ambiente e não contribuem para a sua recuperação (parque eólico, resort)</p> <p>4. Licenciamentos ambientais em</p>

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
4. Projeto de implantação de reservas marinhas para conservação ambiental 5. Implantação da Agenda 21 no território. 6. Criação dos planos locais de desenvolvimento da maricultura no território. 7. Produção de caju e castanha de caju. 8.	desacordo com as legislações vigentes;

Quadro 20: Ambiente interno e externo da Dimensão Ambiental do Território.

Fonte: Arquivo do território (2010).

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Aspectos do Setor Produtivo

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização

Serviços, Turismo, Comércio e Industria

Assessoria Técnica

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do Território Rural Litoral Leste, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores na ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão, o foco não foi exclusivo nas questões econômicas, procurou-se também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioproductiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos, buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade, tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procurou-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariados e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

14.1 Indicadores socioeconômicos

14.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano do Território Litoral Leste foi obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; e, IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Tabela 33: Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

IDH	Classificação
$\leq 0,499$	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
$\geq 0,800$	Alto

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 34: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão - educação do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Território	0,536	-	0,652	-	0,544	-	0,728	-
Aracati	0,561	22	0,672	25	0,602	15	0,765	15
Beberibe	0,526	61	0,651	50	0,509	77	0,710	82
Cascavel	0,544	36	0,673	23	0,556	34	0,718	63
Fortim	0,491	117	0,633	88	0,444	156	0,706	88
Icapuí	0,547	32	0,631	92	0,548	43	0,718	64
Itaíba	0,535	49	0,641	68	0,614	9	0,770	13
Jaguaruana	0,543	38	0,654	41	0,517	67	0,702	97
Pindoretama	0,539	43	0,657	36	0,561	32	0,735	35

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 35: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará e do Território Litoral Leste e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,613	-	0,713	-	0,563	-	0,616	-
Território	0,587	-	0,693	-	0,476	-	0,533	-
Aracati	0,578	104	0,697	86	0,504	22	0,554	23
Beberibe	0,611	48	0,735	24	0,457	67	0,507	77
Cascavel	0,609	52	0,735	25	0,466	51	0,566	16
Fortim	0,548	144	0,650	147	0,481	39	0,544	32
Icapuí	0,578	106	0,650	145	0,515	16	0,525	50
Itaíba	0,548	142	0,650	146	0,444	86	0,502	86
Jaguaruana	0,638	22	0,743	20	0,474	41	0,517	57
Pindoretama	0,588	79	0,687	100	0,468	48	0,548	30

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Segundo a classificação do PNUD, a maioria dos municípios que compõem o território, alcançaram, em 1991, a classificação de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), com exceção do município de Fortim. Para o ano de 2000, todos os municípios apresentaram classificação de médio desenvolvimento humano. O IDH territorial foi de 0,536 e 0,652, respectivamente, para os anos de 1991 e 2000, logo, com classificação médio desenvolvimento humano. Para os dois anos o IDH estadual foi superior ao IDH territorial.

Dentre os municípios, o que apresentou melhor classificação no ranking dos municípios do estado foi Aracati em 1991 e 2000, no 22º e 25º lugares, respectivamente. Os municípios que apresentaram pior classificação no ranking foram Fortim em 1991 e Icapuí em 2000, respectivamente, nos lugares 117 e 92. Vale ressaltar a queda na classificação do ranking do município de Icapuí entre os anos de 1991 e 2000. Em 1991, ocupou o 32º lugar e em 2000 o 92º lugar, perdendo assim 60 posições.

Para o IDH-Educação, podemos verificar que, em 1991, somente o município de Icapuí apresentou Índice inferior a 0,500. Este mesmo município ocupou nessa ocasião o 156º lugar no ranking. Em 2000, podemos verificar que todos os municípios apresentaram o IDH-Educação superior a 0,700, logo, estão bem próximos de alcançarem a classificação alto índice de desenvolvimento para essa dimensão. Ainda em 2000, o município de Aracati se manteve em 15º Lugar e Icapuí saltou da posição 156 (1991) para 64. O IDH-Educação territorial foi de 0,544 em 1991 e de 0,728 em 2000, uma melhora bastante significativa para essa dimensão do IDHM.

Se analisarmos o IDH nas dimensões Longevidade e Renda, podemos verificar que, em 1991, nenhum município apresentou o IDH-Longevidade inferior a 0,500, no entanto, para esse mesmo ano, somente dois municípios apresentaram IDH-Renda superior a 0,500, no caso, Aracati e Icapuí. Para o ano de 2000, a melhora no IDH-Longevidade pode ser notada para todos os municípios, inclusive para o Território que saiu de 0,587 em 1991 para 0,693 em 2000. Uma melhora incipiente foi verificada para o IDH-Renda, onde todos os municípios se mantiveram no intervalo de 0,502 a 0,566. Podemos inferir então que essa dimensão (Renda) tão importante para a melhoria da qualidade

de vida das pessoas do território não foi decisiva no aumento do IDHM territorial.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Tabela 36: Classificação da tendência de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Tendência do Recuo	Classificação
< 10 posições	Recuo Fraco
10 a 20 posições	Recuo Médio
> 20 posições	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com a Tabela 36, podemos verificar que a maior taxa de crescimento do IDH-Global dos municípios foi de Fortim, com 29% de crescimento. O município que apresentou menor taxa de crescimento global foi Icapuí, com 15% de crescimento. Verificamos ainda que o crescimento do IDH-Global do território foi superior ao crescimento do estado do Ceará, com 22% de crescimento, contra 17%.

Como o IDH-Global é calculado através de uma média simples através dos valores das três dimensões, onde o IDH-Educação obteve uma taxa de crescimento de 34%, o IDH-Longevidade, 18% de crescimento, e, o IDH-Renda, 12% de crescimento. Podemos concluir que a dimensão educação do IDH foi decisiva para o aumento do IDH-Global territorial. Em seguida, as dimensões que foram importantes no crescimento do IDH-global foram a Longevidade e a Renda, respectivamente. Novamente, podemos verificar que o IDH-Renda apresentou a menor taxa de crescimento, o que reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas do território, isto é, influi de forma significativa no poder de compra das pessoas do território.

Quanto a tendência de recuo das posições do ranking estadual, podemos verificar que no IDH-Global, apenas o município de Fortim apresentou “recuo forte”. Ainda para esse índice, os municípios de Aracati, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana não obtiveram recuo. Para o IDH-Educação, com exceção do município de Fortim que apresentou “recuo forte”, todos os outros não apresentaram recuo no ranking estadual. Já para o IDH-Longevidade, somente Beberibe e Cascavel apresentaram “recuo forte”. No IDH-Renda, dimensão de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas, somente o município de Cascavel apresentou “recuo forte”, enquanto que Aracati, Beberibe, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana, não obtiveram recuo no ranking.

Tabela 37: Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, para o período de 1991-2000.

Municípios	Taxa de Crescimento do IDH (%)				Tendência do Recuo			
	Global	Educação	Longevidade	Renda	Global	Educação	Longevidade	Renda
Ceará	17	28	16	9	-	-	-	-
Território	22	34	18	12	-	-	-	-
Aracati	20	27	21	10	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou
Beberibe	24	39	20	11	Recuo Médio	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou
Cascavel	24	29	21	21	Recuo Médio	Não Recuou	Recuo Forte	Recuo Forte
Fortim	29	59	19	13	Recuo Forte	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Fraco
Icapuí	15	31	12	2	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Itaiçaba	20	25	19	13	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Jaguaruana	20	36	16	9	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco	Não Recuou
Pindoretama	22	31	17	17	Recuo Fraco	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Nas Figuras abaixo, podemos visualizar as tendências de crescimento dos IDH Global, Educação, Longevidade e renda, e analisá-las:

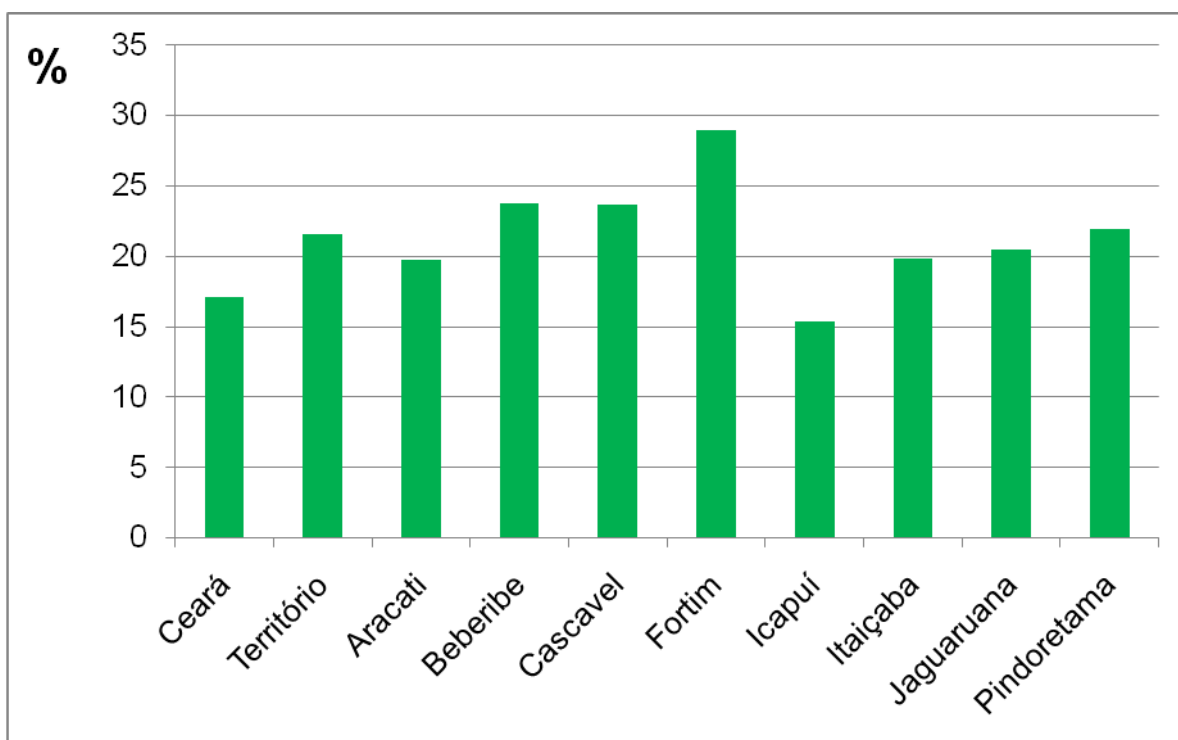


Figura 11: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

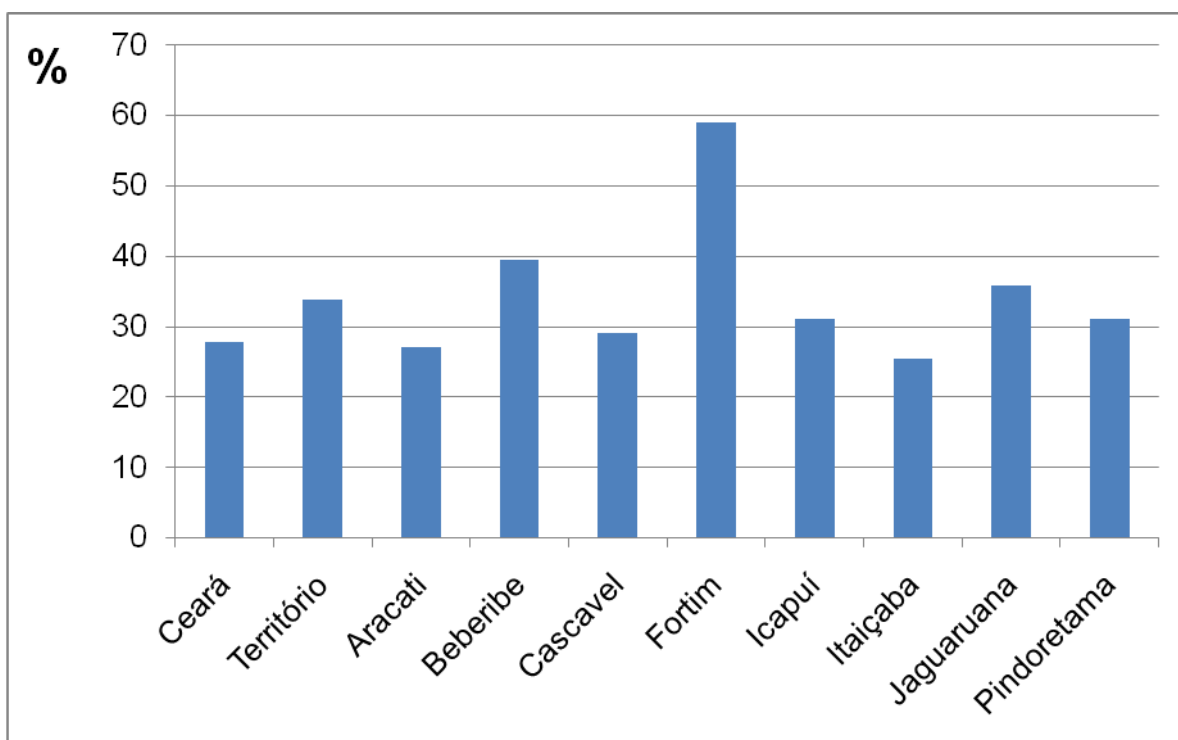


Figura 12: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

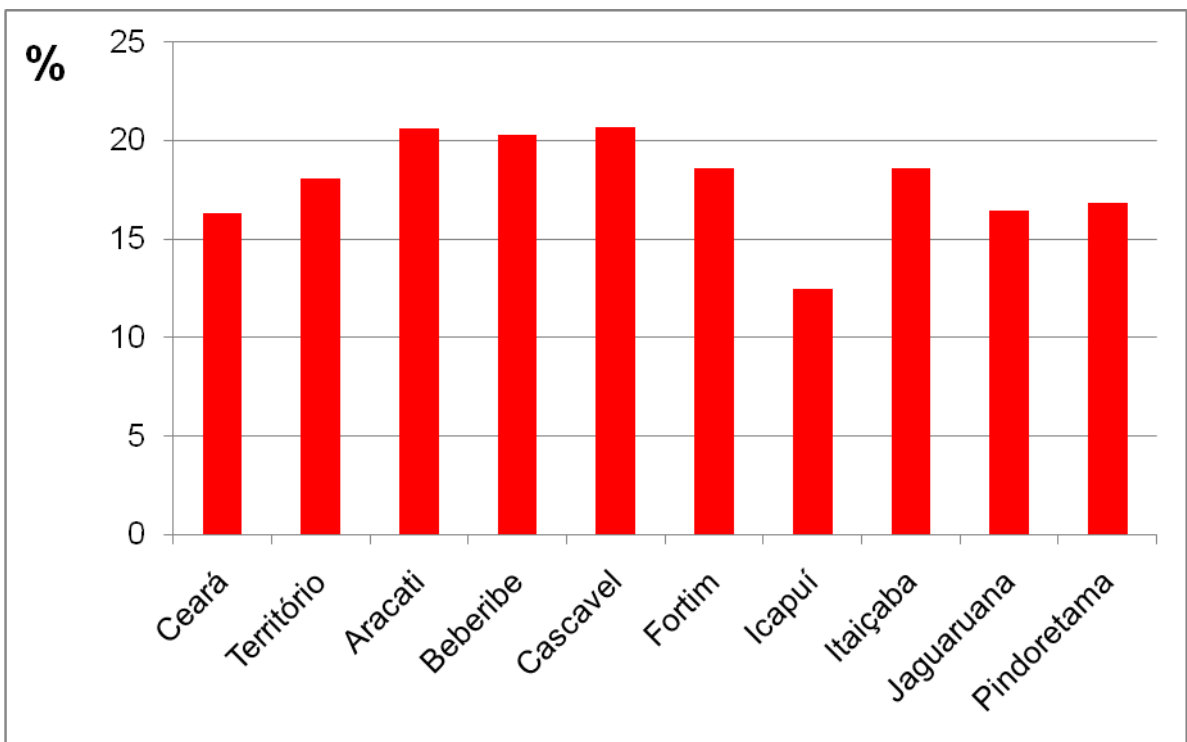


Figura 13: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

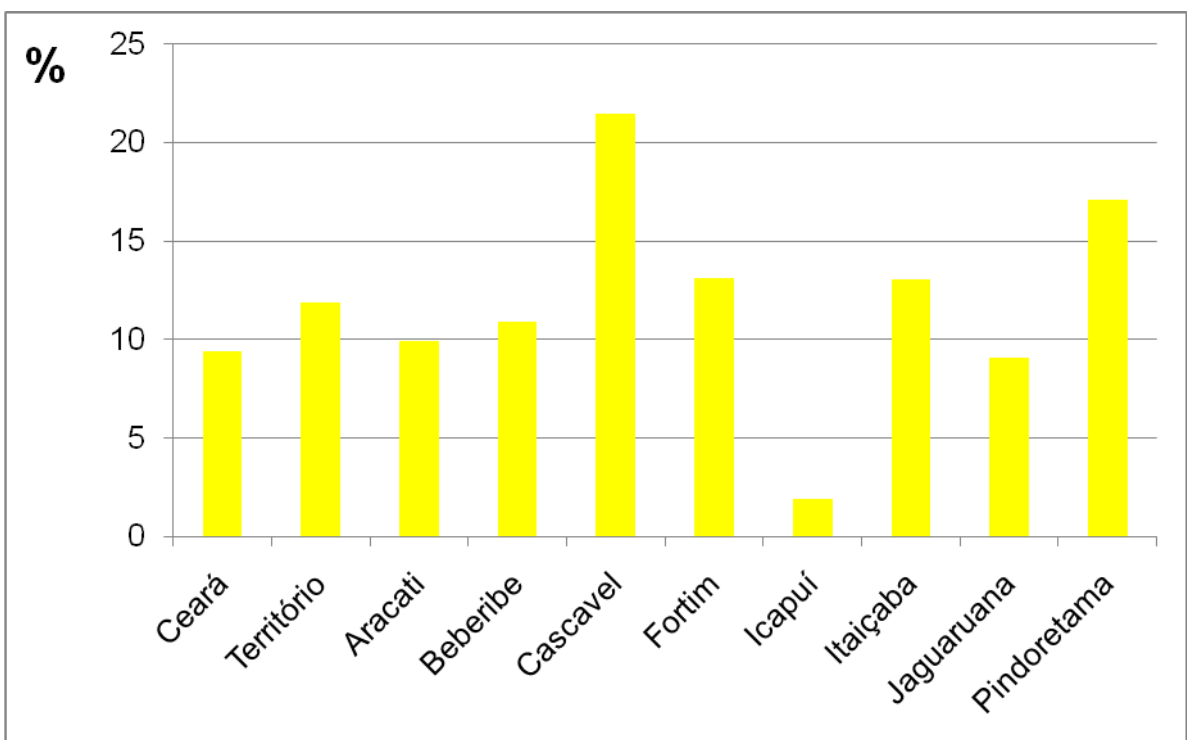


Figura 14: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na Figura 11, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Global, foi de 22%. O município que merece destaque nesse índice é Fortim com uma taxa de crescimento de 29%. O que apresentou menor crescimento foi Icapuí com 15%. Essa taxa de crescimento pode ser considerada bastante significativa para o território o que reflete, em termos gerais, a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Figura 12, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Educação, foi de 34%. O município que merece destaque nesse índice é Fortim com uma taxa de crescimento de 59%. O que apresentou menor crescimento foi Icapuí com 25%. Em termos gerais, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo, o que reflete em possíveis melhores índices globais a longo prazo.

Na Figura 13, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Longevidade, foi de 18%. Os municípios que merecem destaque nesse índice são Aracati e Cascavel com uma taxa de crescimento de 21%. O que apresentou menor crescimento foi Icapuí com 12%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um crescimento significativo nesse índice, refletindo assim numa expectativa de vida da população.

Na Figura 14, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Renda, foi de 12%. O município que merece destaque nesse índice é Cascavel com uma taxa de crescimento de 21%. O que apresentou menor crescimento foi Icapuí com 2%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um baixo crescimento nesse índice, refletindo assim num menor poder de compra da população.

14.1.2 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará

(IPLANCE), posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004, o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, demográficos, econômicos e de infraestrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município. O Índice de Desenvolvimento Municipal do Território Litoral Leste foi obtido a partir da média do IDM dos municípios que o compõe.

Esse índice foi incluído também no diagnóstico, com o objetivo de deixar o levantamento de dados mais representativo da realidade atual, já que os IDHM disponíveis dos municípios do território estão bastante defasados (1991-2000).

Nas Tabelas 38 e 39, podemos verificar o IDM-Global e seus indicadores (fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infra estrutura; e, sociais) nos anos de 2001 e 2008 para o Território Litoral Leste e seus municípios. Além disso, nessas tabelas podemos visualizar a posição dos municípios que compõem o território no ranking estadual.

Tabela 38: Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores: global, fisiográficos, fundiários e agrícolas, demográficos e econômicos segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)											
	Global		Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos					
	2006		2008		2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	38,57	-	33,05	-	59,21	-	47,11	-	33,67	-	23,34	-
Aracati	47,96	7	39,46	23	62,92	21	45,38	93	37,21	18	28,52	19
Beberibe	39,41	27	27,79	93	92,57	4	53,86	56	17,90	76	15,35	67
Cascavel	45,76	13	34,94	42	69,95	14	56,24	51	51,34	9	30,86	16
Fortim	38,14	29	26,60	99	46,59	56	19,70	178	54,87	7	25,33	25
Icapui	32,98	51	41,74	18	43,65	64	61,03	36	41,39	15	41,47	9
Itaipaba	32,56	53	33,69	49	51,10	44	31,88	144	16,67	84	20,66	38
Jaguaruana	31,63	56	31,61	58	43,09	66	48,98	72	31,16	29	18,72	48
Pinheiro	40,10	25	28,55	85	63,82	20	59,83	41	18,84	68	5,79	171

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com a Tabela 38, verificamos que o município de Aracati é o que apresenta um maior IDM-Global, de 47,96 para o ano de 2006. O município que apresenta menor índice para esse mesmo ano foi Jaguaruana com um valor de 31,63. Verificando o ranking para esse mesmo ano, podemos visualizar que Aracati encontra-se na 7ª posição e Jaguaruana na 56ª posição. Já para o ano de 2008, podemos notar que o município que apresentou o melhor índice foi o Icapuí com 41,74 e na 18ª posição, e o que ficou pior colocado foi Fortim com 26,60 na 99ª posição.

Para o IDM – Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, podemos verificar que, em 2006, Beberibe merece papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 4ª posição. Entretanto, esse mesmo município no ano de 2008 caiu para a 56ª posição para esse mesmo índice. Enquanto isso, o município de Icapuí que se encontrava na posição 64 em 2006, foi para 36ª posição em 2008.

Os municípios mais bem colocados no que se refere ao IDM – Demográficos e Econômicos em 2006 foram Cascavel e Fortim, na 9ª e 7ª posições, respectivamente. No ano de 2008, o município de Icapuí deu um salto nas posições e ocupa a 9ª posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Pindoretama, ocupando a 171ª posição, estando entre os últimos classificados no ranking estadual.

Tabela 39: Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores: infraestrutura e sociais, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)							
	Infra-estrutura				Sociais			
	2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	31,26	-	26,89	-	30,13	-	41,19	-
Aracati	40,37	11	33,90	20	51,33	15	55,41	27
Beberibe	28,77	55	22,51	108	18,39	140	28,30	115
Cascavel	38,64	13	23,76	95	23,12	121	35,49	84
Fortim	24,68	73	28,11	56	26,42	102	32,33	101
Icapuí	29,33	51	27,93	57	17,56	144	42,08	63
Itaçuaba	25,81	65	21,64	120	36,67	52	66,62	13
Jaguaruana	21,14	98	23,51	97	31,11	75	43,45	60
Pindoretama.	41,35	9	33,75	21	36,41	53	25,85	126

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Para o IDM – Infraestrutura, podemos verificar que, em 2006, Aracati, Cascavel e Pindoretama merecem papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 11ª, 13ª e 9ª posições. Entretanto, para o ano seguinte (2008), o município de Cascavel caiu para a 95ª posição nesse mesmo índice. O município de Jaguaruana e Itaiçaba apresentaram os piores índices, posicionando-se em 98ª e 120ª posições, nos anos de 2006 e 2008, respectivamente.

O município mais bem colocado no que se refere ao IDM – Sociais em 2006 foi Aracati, na 15ª posição. No ano de 2008, o município de Itaiçaba deu um salto nas posições e ocupa a 13ª posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Pindoretama, ocupando a 126ª posição, estando assim, mal classificado no ranking estadual. Para esse mesmo índice, Icapuí ocupava a 144ª posição em 2006 e foi para a 63ª posição no ano de 2008, recuando 81ª posições no ranking estadual.

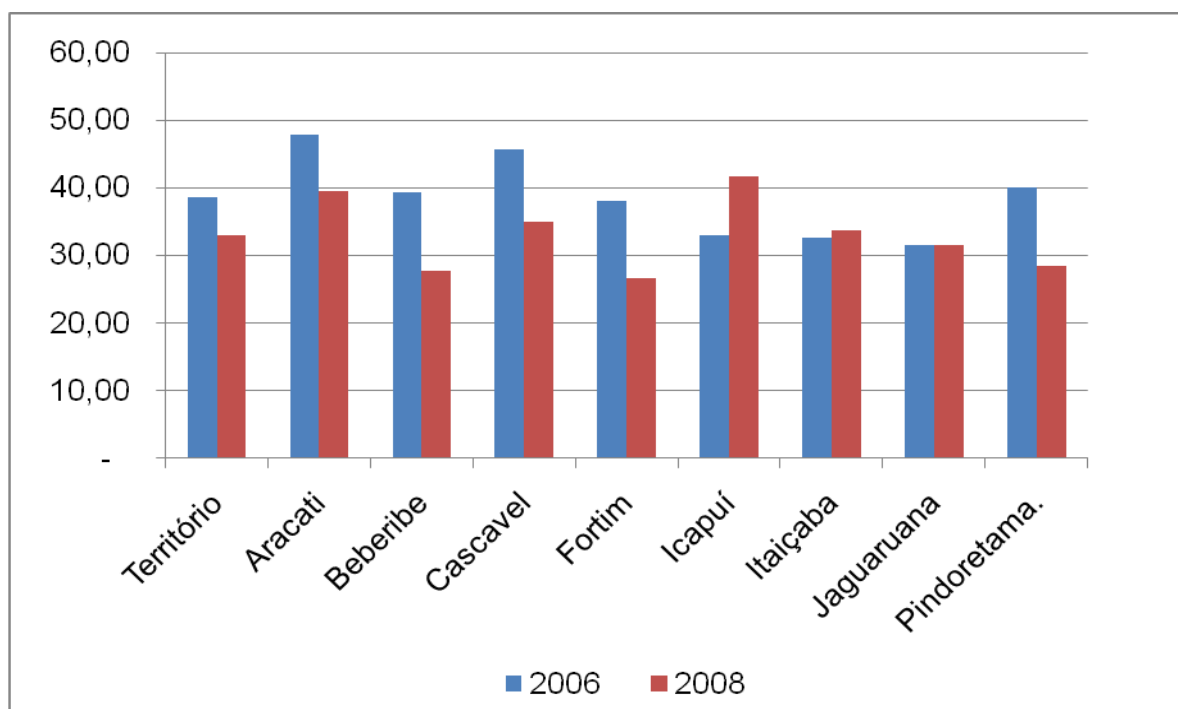


Figura 15: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na figura acima, verificamos que a tendência dos municípios de Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim e Pindoretama foi de queda dos valores do IDM-Global. Ainda na tabela acima, podemos notar que os municípios de Icapuí,

Itaiçaba e Jaguaruana demonstraram uma tendência de crescimento com o acréscimo dos valores de seus índices. Apesar disso, somente o município de Icapuí apresentou um crescimento significativo em seu IDM-Global. Enquanto que o IDM de Itaiçaba e Jaguaruana praticamente se mantiveram constantes.

14.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, cidade, território), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo, mensurar a atividade econômica de uma região, isto é, com esse indicador, pode-se inferir o crescimento econômico de uma dada região. Vale ressaltar que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia), isso para que esses valores não sejam contabilizados duas vezes.

Na Tabela 40, podemos verificar o PIB do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 40: Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto a preços de mercado (R\$ mil)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	36.866.273	40.935.248	46.303.058	50.331.383	60.098.877
Território	1.086.877	1.149.308	1.241.684	1.239.614	1.487.063
Aracati	330.939	341.617	381.465	369.687	440.970
Beberibe	121.195	137.914	159.859	158.896	194.548
Cascavel	323.345	336.435	303.717	293.747	370.996
Fortim	65.561	48.248	51.839	51.408	60.168
Icapuí	77.586	95.452	119.645	133.693	150.709
Itaiçaba	23.550	26.563	31.198	31.541	27.269
Jaguaruana	105.757	117.739	145.685	146.261	184.526
Pindoretama	38.943	45.341	48.276	54.381	57.876

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Podemos verificar que o PIB territorial saiu de um valor de, aproximadamente, 1,1 bilhões de reais em 2004 para cerca de 1,5 bilhões em

2008. Cresceu cerca de 400 milhões de reais num período de 4 anos. Apesar disso, podemos verificar que entre os anos de 2006 e 2007 não houve crescimento do PIB territorial, na verdade, o que aconteceu foi uma redução do PIB. O crescimento do PIB territorial pode ser considerado tímido se levarmos em conta o crescimento do PIB do estado do Ceará, que praticamente dobrou para o mesmo período, entre os anos de 2004 e 2008.

No ano de 2004, os municípios de Aracati e Cascavel eram responsáveis por 60% do PIB territorial, um volume muito relevante se considerarmos que o território é composto por 8 municípios. Esses mesmos dois municípios, em 2008, reduziram sua contribuição percentual no PIB territorial para 54%. No entanto, se compararmos o PIB de 2008 de Aracati com o do ano de 2004, podemos verificar que o PIB cresceu 33%. O mesmo podemos verificar para Cascavel, no entanto a uma taxa menor, pois nesse mesmo período o seu PIB cresceu 15%.

O município que menos contribuiu para o PIB territorial no ano de 2004 foi o município de Itaiçaba, com apenas 2,2%. Em 2008, esse mesmo município contribuiu com 1,8%.

Analisando o PIB do município de Fortim para esse mesmo período, verificamos que houve uma queda no PIB. Em 2004 foi de 65,5 milhões de reais e em 2008 foi para 60,2 milhões, assim, o PIB municipal decresceu 8%.

Através da Tabela 41, podemos visualizar o PIB do estado do Ceará, do Território Litoral Leste e de seus municípios distribuídos nos setores produtivos, e assim, analisá-los quanto seu comportamento na contribuição do PIB. Podemos verificar que nessa tabela constam valores monetários deflacionados do PIB, isto é, considera-se a inflação no cálculo do PIB. Por isso a divergência nos valores dos PIB's encontrados na tabela acima, pois esses foram calculados a preços de mercado.

Tabela 41: Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2007-2008.

Município	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional							
	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Ceará	28.223.377	31.109.189	1.534.015	1.926.349	5.836.870	6.444.271	17.397.050	18.925.959
Território	694.855	769.754	119.565	131.066	157.729	177.883	367.375	402.105
Aracati	207.072	228.261	28.298	31.478	51.995	58.266	112.937	123.820
Beberibe	89.077	100.705	19.844	21.376	10.373	10.716	55.217	64.149
Cascavel	164.689	192.040	11.995	15.157	50.064	63.782	90.727	98.490
Fortim	28.840	31.145	6.381	7.144	4.084	3.724	17.318	19.249
Icapuí	74.990	78.012	29.517	30.303	16.606	16.894	25.660	27.599
Itaiçaba	17.673	14.115	5.836	2.244	2.430	2.173	8.657	8.998
Jaguaruana	81.996	95.517	12.132	17.854	18.168	18.493	37.450	40.726
Pindoretama	30.519	29.959	5.561	5.511	4.008	3.835	19.409	19.075

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

De acordo com a Tabela 41, podemos verificar que no setor Agropecuário o PIB territorial em 2007 foi de 119 milhões de reais e em 2008 foi para 131 milhões. Para esse mesmo setor, verificamos que, em 2007, os principais municípios contribuintes para o PIB territorial nesse setor foram Aracati e Icapuí. No ano de 2008 essa tendência se repetiu. Para o ano de 2008, verificamos que o município de Itaiçaba foi o que menos contribuiu com o PIB territorial do setor, com apenas 2,2 milhões de reais.

No setor produtivo da Indústria, verificamos que os valores do setor na contribuição do PIB territorial foram superiores ao setor da Agropecuária, isso tanto para 2007 quanto para 2008. Os principais contribuintes nesse setor são Aracati e Cascavel. Os dois juntos corresponderam, em 2008, por uma fatia de 68% do PIB territorial do setor. Os municípios de Fortim, Itaiçaba e Pindoretama foram os que menos contribuíram para o PIB territorial desse setor, com apenas 6%, no ano de 2008.

Finalmente, e como principal contribuinte do PIB territorial total, o setor de Serviços aparece como o setor de grande importância para o território. De longe, o município de Aracati é o que mais movimentou valores, chegando em 2008 a movimentar, somente, nesse setor cerca de 124 milhões de reais. O município que movimentou uma menor quantia nesse setor foi Itaiçaba com apenas 9 milhões.

Na Figura 16, podemos verificar a distribuição percentual dos setores produtivos (Agropecuária, Indústria, Serviços, etc.) na participação da totalização do PIB territorial.

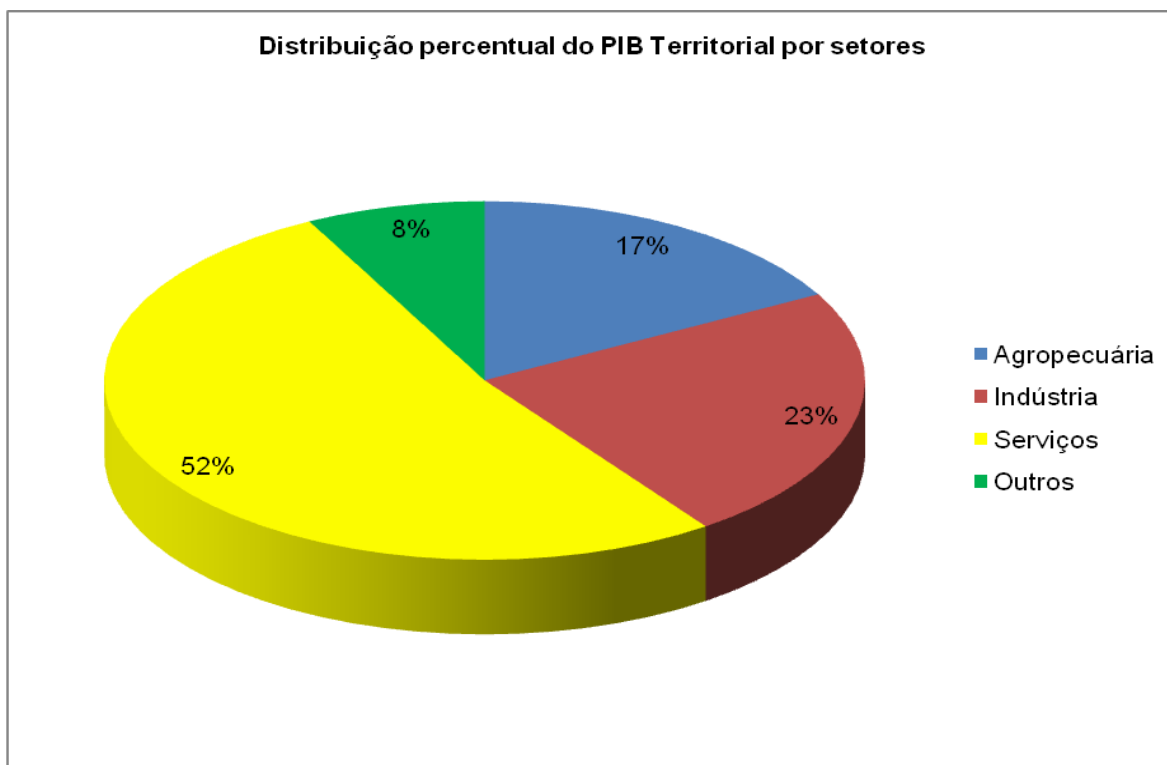


Figura 16: Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Litoral Leste, 2008.
Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Verificamos que, o Setor de Serviços chega a corresponder por uma fatia de 52% do PIB total territorial, levando assim papel de destaque no cenário produtivo territorial. Depois do setor de Serviços, vem a Indústria, ocupando o segundo lugar na composição do PIB territorial, respondendo por 23%. O setor Agropecuário aparece ao lado do setor Industrial com 17% na composição total do PIB territorial.

O PIB *per capita* é um outro indicador bastante utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Sendo que, diferentemente, do PIB, o PIB *per capita* faz referência também ao número de habitantes da região em questão. O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB de uma determinada região dividido pelo número de habitantes da região em questão.

Na Tabela 42, podemos verificar o PIB *per capita* do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 42: Produto Interno Bruto *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	4.622	5.055	5.635	6.149	7.112
Território	3.913	4.052	4.465	4.595	5.045
Aracati	4.985	5.059	5.555	5.597	6.401
Beberibe	2.682	3.010	3.442	3.443	4.036
Cascavel	5.209	5.326	4.727	4.595	5.537
Fortim	4.924	3.549	3.738	3.653	4.059
Icapuí	4.490	5.439	6.714	7.351	7.895
Itaiçaba	3.350	3.726	4.316	4.227	3.481
Jaguaruana	3.337	3.665	4.475	4.723	5.742
Pindoretama	2.326	2.646	2.754	3.172	3.211

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Podemos notar que o PIB *per capita* do estado do Ceará é bem superior ao do Território Litoral Leste em todos os anos do período analisado. O PIB *per capita* territorial foi de R\$ 3.913,00 em 2004 e foi para R\$ 5.045,00 em 2008. O aumento foi de R\$ 1.132,00 em cinco anos, cerca de 29% de crescimento.

Dentre os municípios que compõem o território, Cascavel foi o que apresentou maior PIB *per capita* em 2004, com um valor de R\$ 5.209,00. Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, o município de Icapuí passou a ser o com maior PIB *per capita*, com R\$ 5.439,00, R\$ 6.714,00, R\$ 7.351,00, e, R\$ 7.895,00. Em todos esses anos (2005, 2006, 2007 e 2008), o PIB *per capita* do município de Icapuí foi maior do que o do estado do Ceará. O município que apresenta menor PIB *per capita* foi Pindoretama, isso para todos os anos analisados.

14.1.4 População Economicamente Ativa (PEA)

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim

definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); e, População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Na Tabela 43, podemos verificar a PEA por região (urbana e rural) do Território Litoral Leste e seus municípios em dois anos 1991 e 2000.

Tabela 43: População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 1991-2000.

Município	População Economicamente Ativa (PEA)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Território	75.715	92.840	41.090	59.568	34.624	33.272
Aracati	21112	23957	12060	15967	9052	7991
Beberibe	13107	13878	4018	6951	9089	6926
Cascavel	18973	22831	15421	19643	3552	3188
Fortim	-	4685	-	3438	-	1247
Icapuí	4963	6442	1850	2054	3113	4388
Itaiçaba	1933	2891	1095	1640	838	1251
Jaguaruana	9969	12681	4754	7206	5215	5475
Pindoretama	5657	5474	1892	2669	3765	2805

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Podemos visualizar que o contingente do PEA no território em 1991 foi de, aproximadamente, 76.000 pessoas, enquanto em 2000 foi de 93.000, cerca de 17.000 pessoas a mais. Verificamos também que o PEA urbano foi maior, nos dois anos, do que o PEA rural, isso se considerarmos o PEA territorial. Além disso, verificamos também que o PEA rural territorial caiu do ano de 1991 para o ano de 2000. Essa mesma situação pode ser verificada, para os municípios de Aracati, Beberibe, Cascavel e Pindoretama. Talvez isso possa ser explicado pela proximidade dos municípios de Beberibe, Cascavel e Pindoretama de Fortaleza, e também, pelo crescimento urbano de Aracati.

Vale ressaltar que o PEA total do município de Pindoretama foi o único que decresceu entre os anos observados.

Na Tabela 44, podemos verificar a taxa de participação por gênero da PEA em relação a população total do Território Litoral Leste e seus municípios, no ano de 2000.

Tabela 44: Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2000.

Município	Taxa de Participação (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Território	49,75	62,42	37,13
Aracati	49,53	63,65	36,12
Beberibe	41,99	55,62	28,13
Cascavel	51,11	62,13	40,26
Fortim	49,93	62,79	36,89
Icapuí	50,32	69,86	30,13
Itaiçaba	54,27	64,91	44,22
Jaguaruana	54,30	63,93	44,83
Pindoretama	46,57	56,50	36,50

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Analisando a Tabela acima, podemos verificar que todos os municípios apresentam uma taxa de participação superior a 45%, inclusive o Território Litoral Leste (49,75%). Podemos verificar também que a taxa de participação do homens é maior do que das mulheres, em todos municípios observados. Com exceção de Pindoretama, todos municípios apresentaram uma taxa de participação dos homens superior a 62%.

Nas Tabelas 45, 46 e 47, podemos verificar o número de empregos formais por setores de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca) e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, no ano de 2009.

Tabela 45: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Total			Extrativa Mineral			Indústria de transformação		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	1.236.261	679.291	556.970	2.713	2.466	247	236.851	143.852	92.999
Território	29.106	17.612	7.659	94	89	5	6.287	4.553	1.734
Aracati	8.412	5.079	3.333	34	34	-	1.265	843	422
Beberibe	4.823	2.642	585	-	-	-	281	212	69
Cascavel	6.617	4.129	314	-	-	-	3.289	2.261	1.028
Fortim	1.105	482	1.128	-	-	-	10	8	2
Icapuí	3.181	2.435	553	4	3	1	37	19	18
Itaiçaba	485	244	369	-	-	-	26	25	1
Jaguaruana	2.668	1.540	623	56	52	4	679	604	75
Pindoretama	1.815	1.061	754	-	-	-	700	581	119

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 46: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviços industr de utilidade pública			Construção civil			Comércio		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	6.874	5.886	988	58.435	54.184	4.251	185.522	113.583	71.939
Território	114	111	3	308	295	13	3.273	2.027	1.246
Aracati	113	110	3	202	197	5	1.638	1.008	630
Beberibe	1	1	-	51	49	2	348	249	99
Cascavel	-	-	-	21	21	-	764	441	323
Fortim	-	-	-	-	-	-	48	35	13
Icapuí	-	-	-	-	-	-	129	78	51
Itaiçaba	-	-	-	-	-	-	49	35	14
Jaguaruana	-	-	-	29	27	2	188	106	82
Pindoretama	-	-	-	5	1	4	109	75	34

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 47: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviço			Administração pública			Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	334.959	193.511	141.448	386.474	144.527	241.947	24.433	21.282	3.151
Território	2.553	1.164	1.389	10.004	3.801	6.203	6.473	5.572	901
Aracati	1.149	513	636	2.523	1.062	1.461	1.488	1.312	176
Beberibe	648	259	389	1.943	621	1.322	1.551	1.251	300
Cascavel	434	220	214	1.459	586	873	650	600	50
Fortim	42	21	21	951	376	575	54	42	12
Icapuí	121	89	32	511	220	291	2.379	2.026	353
Itaiçaba	10	6	4	378	157	221	22	21	1
Jaguaruana	100	30	70	1.336	448	888	280	273	7
Pindoretama	49	26	23	903	331	572	49	47	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com as tabelas acima, podemos verificar que a administração pública seguida da agropecuária são os setores de atividades econômicas que mais ocupam pessoas, isto é, que possuem o maior número de empregos formais, com 10.004 e 6.473, respectivamente, para o Território litoral Leste. Se pensarmos na magnitude do estado do Ceará, a leitura é diferente, onde os setores de administração pública e serviços são os maiores empregadores.

14.1.5 Renda per capita

A Tabela 48 fornece informações sobre renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, para o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos.

Tabela 48: Renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Renda per capita - R\$ de 2000		Taxa de Crescimento (%)
	1991	2000	
Ceará	58,59	82,04	40,04
Território	68,19	95,78	40,47
Aracati	79,98	107,65	34,59
Beberibe	60,31	81,18	34,60
Cascavel	63,45	115,95	82,75
Fortim	69,50	101,23	45,65
Icapuí	85,27	90,61	6,27
Itaiçaba	55,77	79,15	41,91
Jaguaruana	66,75	86,29	29,28
Pindoretama	64,50	104,22	61,58

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

A taxa de crescimento da renda *per capita* territorial (40%) acompanhou a tendência de crescimento desse mesmo parâmetro em nível

estadual (40%). A renda per capita territorial saiu de 68,19 reais, em 1991, para 95,78 reais em 2000, aumentou 29,57 reais.

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* baixa, variando de R\$ 55,77 no município de Itaiçaba a R\$ 79,98 no município de Aracati, em 1991. Em 2000, a renda *per capita* variou de R\$ 79,15 a R\$ 107,65 para os mesmos municípios, respectivamente. A renda *per capita* territorial foi superior a renda estadual em R\$ 9,60 em 1991 e R\$ 13,74 em 2000. Dentre os municípios, o que apresentou uma maior taxa de crescimento da renda *per capita* foi Cascavel, com, aproximadamente, 83%. O que apresentou menor crescimento foi o município de Icapuí com 6% de crescimento.

Os baixos valores de renda *per capita* dos municípios, geralmente, refletem os elevados níveis de pobreza da população.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

15.1 Setor Agropecuário

No Território Litoral Leste o setor agropecuário responde por aproximadamente 17 % do PIB. O setor agropecuário fica atrás do setor industrial e do setor de serviços, respectivamente, com 23 e 52 % do PIB. A produção agropecuária do território é bastante diversificada. Várias são as cadeias produtivas encontradas, indo da avicultura até a carcinicultura. No entanto, as cadeias produtivas da agricultura familiar que se destacam são as seguintes: cajucultura, mandiocultura, apicultura, carnaúba, leite, cana-de-açúcar, ovinocaprinocultura e a pesca artesanal.

Dentre as cadeias produtivas da agricultura familiar no Território Litoral Leste as seguintes foram eleitas como prioritárias: cajucultura, mandiocultura, apicultura, carnaúba, leite, cana-de-açúcar, ovinocaprinocultura e a pesca artesanal.

No contexto econômico, as cadeias apresentam uma ordem de importância para o território. No entanto, quando a análise é realizada cruzando a importância econômica com a importância social, cultural, alimentar e histórica do território, verifica-se que as cadeias produtivas da pesca, juntamente com a da cajucultura, são as mais importantes para o Território Litoral Leste (Figura 17).

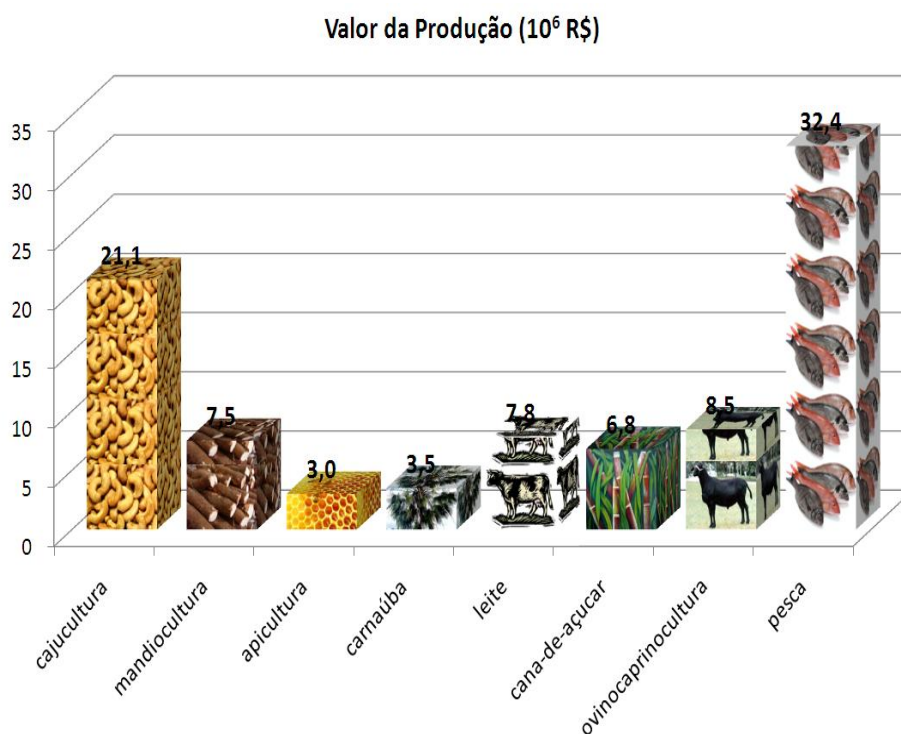


Figura 17: Valor da produção das cadeias produtivas prioritárias do Território Litoral Leste.
Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

A cadeia da pesca apresenta maior valor econômico (R\$ 32,4 milhões), ocupando um papel de destaque, pois a mesma está relacionada diretamente com a localização geográfica, isto é, a maioria dos municípios do território está na costa marinha. Além disso, esta cadeia está bem vinculada ao hábito alimentar da população, contribuindo assim para que essa cadeia seja considerada como prioritária ao desenvolvimento econômico do território.

Assim como a cadeia produtiva da pesca, a cajucultura se apresenta como prioritária, pois a comercialização dos produtos da mesma é, historicamente, responsável pela composição da renda da agricultura familiar. O produto principal dessa cadeia é sem dúvida a castanha de caju. Apesar disso, esse produto não compõe diretamente a alimentação dos agricultores familiares. O valor da produção da cadeia produtiva do produto castanha de caju é de R\$ 21,1 milhões, valor considerável quando comparado as outras cadeias produtivas do território.

Por sua vez, a mandiocultura se apresenta como uma das cadeias produtivas principais, essa muito mais pela relação com o hábito alimentar dos agricultores familiares do território. As cadeias produtivas da apicultura, carnaúba, leite, cana-de-açúcar e ovinocaprinocultura, também compõem o

grupo prioritário de cadeias produtivas que tem como fim o desenvolvimento da agricultura familiar no território, assim como, a dinamização econômica local, e o que não poderia deixar de ser, fazem parte do hábito alimentar da população do Território Litoral Leste.

15.1.1 Sistemas de Produção Agrícola

15.1.1.1 *Agricultura de Sequeiro*

A agricultura de sequeiro é um sistema de produção agrícola totalmente dependente das condições pluviométricas. Como sabemos, o nordeste brasileiro apresenta uma condição de alta irregularidade pluviométrica, tanto em quantidade quanto na sua frequência, o que torna esse sistema muito frágil e resulta muitas vezes em quedas de produção e em casos mais drásticos, até mesmo em não produção das culturas.

15.1.1.2 *Agricultura Irrigada*

A agricultura irrigada utiliza-se da tecnologia da irrigação. A irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação. Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes.

Esse sistema de produção não é dependente da pluviosidade, pois aplica água as planta de forma artificial, no entanto, exige um certo nível tecnológico e grande parte dos agricultores de base familiar não possuem recurso financeiro suficiente para implantá-lo em suas propriedades.

15.1.2 Produção Agrícola

15.1.2.1 *Culturas Permanentes*

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o

replântio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Normalmente são cultivadas após a broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área após preparada é utilizada por vários anos com a monocultura implantada, onde anualmente, realiza-se apenas roço ou um gradeamento nas entrelinhas das plantas.

15.1.2.2 Culturas Temporárias

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replântio após cada colheita.

Normalmente são cultivadas nos sistemas conhecidos como no toco ou itinerante, também conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente.

Na tabela 47, podemos verificar a evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Leste e seus municípios, período de 2006 a 2009.

Se considerarmos a área de produção, em disparado a cajucultura ocupa o primeiro lugar, com 113 mil hectares de área colhida, muito maior que a cultura que ocupa o segundo lugar em área colhida que foi o feijão com 13 mil hectares (Tabela 49). A área de cajucultura cresceu 13 mil hectares entre os anos de 2006 e 2009. Já sua produção caiu se considerarmos esse mesmo período, saindo de 27 mil toneladas em 2006 para 20 mil toneladas em 2009. O valor da produção de castanha de caju também apresentou uma tendência de queda, isso muito por conta da queda na produção.

Tabela 49: Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Litoral Leste, 2006- 2009.

Produto	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacaxi (2)	12	39	60	105	804	2.621	3.600	6.300	450	1.409	2.943	7.245
Algodão herbáceo (em caroço) (2)	1.980	1.332	797	120	1.801	1.256	915	108	1.590	1.131	823	97
Arroz (em casca) (2)	1.000	880	1.050	1.000	6.000	5.368	6.510	6.200	2.760	2.791	5.019	4.960
Banana (cacho) (1)	200	221	241	266	2.768	3.087	3.446	3.824	687	747	906	930
Batata-doce (2)	146	161	207	247	928	1.029	1.330	1.592	266	393	647	728
Cana-se-açúcar (2)	2.175	2.230	3.035	3.230	110.075	113.824	152.505	163.842	3.379	3.689	5.410	6.264
Castanha de caju (1)	100.911	103.611	108.131	113.581	26.809	14.290	25.825	19.765	26.181	10.962	23.866	17.788
Coco-de-baia (1)	5.534	5.549	5.632	5.647	32.391	33.077	34.659	35.642	7.789	8.367	8.448	8.889
Feijão (em grão) (2)	14.350	11.821	15.280	13.396	6.188	2.623	6.528	2.722	5.893	2.701	13.768	4.461
Goiaba (1)	210	210	221	223	2.257	2.276	2.457	2.498	1.500	1.503	1.654	1.736
Laranja (1)	173	173	180	180	1.948	2.114	2.221	2.233	438	582	638	716
Mamão (1)	18	23	29	34	1.028	1.339	1.720	2.004	249	321	423	495
Mamona (2)	-	-	356	846	-	-	58	269	-	-	58	289
Mandioca (2)	4.460	10.620	6.110	9.675	38.615	94.538	54.595	62.138	6.138	15.093	8.734	9.791
Melancia (2)	345	373	420	430	10.980	11.975	14.020	13.800	2.941	3.041	3.737	3.600
Melão (2)	3.100	3.370	3.100	3.050	77.500	84.595	77.500	78.050	46.269	50.526	46.278	44.333
Milho (em grão) (2)	12.970	11.408	12.440	12.124	11.548	1.957	14.288	3.696	3.965	654	7.160	1.914
Sorgo (em grão) (2)	2.220	2.345	2.350	1.080	5.680	3.818	6.085	2.708	1.586	1.250	1.986	883
Tomate (2)	36	44	43	10	1.173	1.453	1.434	350	556	1.227	1.131	280
Total	149.840	154.410	159.682	165.244	338.493	381.240	409.696	407.741	112.637	106.387	133.629	115.398

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Outra cultura que merece destaque é a mandioca, ocupando o terceiro lugar no valor da produção em 2009. Sua área colhida saiu de, aproximadamente, 4 mil hectares em 2006 para 10 mil hectares em 2009. Sua produção acompanhou a mesma tendência, com 39 mil toneladas em 2006 e 62 mil toneladas em 2009. O valor da produção cresceu com o aumento da produção, saindo de 6 milhões de reais em 2006 para 10 milhões em 2009.

A cana-de-açúcar e o coco também apresentam papel de importância na economia do setor agropecuário do território. A cana-de-açúcar pelo fato de estar presente num circuito turístico de grande importância para o estado do Ceará, onde seus produtos, como: aguardente artesanal, mel, rapadura, doces, etc., atendem a demanda dos turistas em pontos estratégicos do território. Esses pontos estão localizados, principalmente, nos municípios de Pindoretama e Cascavel. Já o coco da baía atende uma grande demanda em pontos comerciais, como barracas de praias e até mesmo indústrias de beneficiamento de água de coco.

Podemos notar, ainda na tabela acima, que culturas como melão e abacaxi apresentam-se como culturas de alto valor econômico, e por isso deve ser esclarecido que são culturas que exigem do produtor um alto nível tecnológico empregado. Além do mais, são culturas de alto risco. Qualquer variação climática pode resultar em perda total da produção, principalmente nas condições climáticas do Território Litoral Leste.

Culturas como feijão e milho são bastante cultivadas em todo território, por isso apresentam uma elevada área plantada, cerca de 13 mil e 12 mil hectares (em 2009), respectivamente. A agricultura familiar é quem cultiva essas culturas no território, com função principal de subsistência. Essas culturas são cultivadas em quase sua totalidade em sistema de produção de sequeiro, ficando a mercê da pluviosidade.

Na Figura 18, podemos verificar a distribuição do valor da produção das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Leste e seus municípios, período de 2006 a 2009.

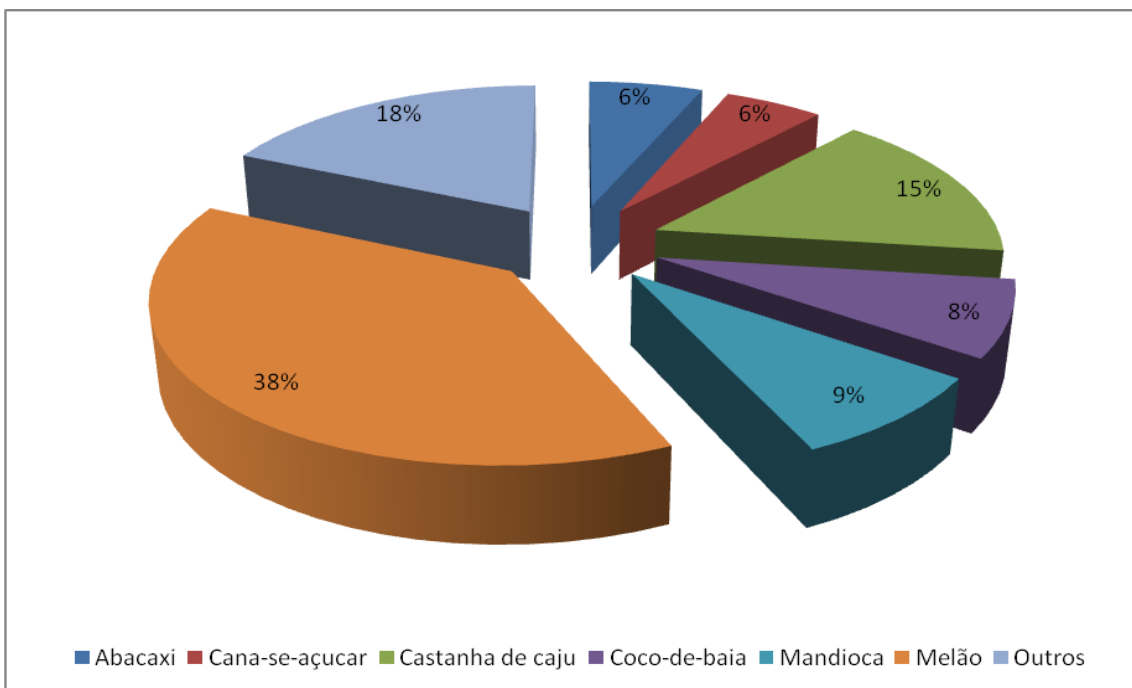


Figura 18: Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Leste, 2010.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Como falado anteriormente, o melão ocupa o primeiro lugar, com 38% na composição do valor total das culturas temporárias e permanentes. No entanto, é uma cultura cultivada apenas por grandes empresas do setor, restringindo a entrada de pequenos produtores e agricultores familiares.

A cajucultura ocupa o segundo lugar no valor da produção de castanha de caju, com uma fatia de 15% do valor total das culturas temporárias e permanentes.

A cajucultura, no Território Litoral Leste, é, sem dúvida, a cadeia produtiva mais importante. Devido sua importância, já recebeu por três vezes consecutivas um seminário anual realizado em municípios do Nordeste do Brasil, o Caju Nordeste. A sétima edição do seminário aconteceu em Beberibe no mês de novembro de 2010.

No Território Litoral Leste, a cadeia produtiva da cajucultura apresenta vários produtos, tais como: castanha de caju, cajuína, doces, fruta *in natura*, etc. Apesar de a cadeia produtiva da cajucultura apresentar uma grande diversidade de produtos, ela está atualmente focada em um produto único, a castanha de caju.

As condições edafoclimáticas do litoral cearense, e em específico, do Território Litoral Leste, são adequadas ao cultivo do cajueiro. Historicamente, a castanha de caju é um dos principais produtos de exportação do Ceará. Contando com uma participação de aproximadamente 15 % dos produtos exportados do estado. De certa forma, esse setor está bem fortalecido em relação aos elos com os grandes produtores. No entanto, sabemos que grande parte dos empreendimentos da agropecuária do território, cerca de 90 %, é de agricultura familiar. Assim, faz-se necessário que esse setor seja fortalecido para que o setor como um todo avance.

No tocante a comercialização dos produtos da cadeia da cajucultura, a castanha de caju é o produto mais comercializado. Vale ressaltar que esse produto da agricultura familiar fica a mercê de compradores (atravessadores) que possuem grande poder de barganha, pois dominam o mercado, ditando assim o preço de mercado. Quanto ao preço da castanha, quando comparado ao da amêndoa, seu preço é bastante inferior. Enquanto o preço da castanha apresentou um valor médio de R\$ 1,23, o da amêndoa para exportação foi de R\$ 4,02. Dessa forma, o processamento quando realizado pelo próprio empreendimento da agricultura familiar aponta como uma das alternativas para minimizar o problema referente à comercialização dessa cadeia produtiva da agricultura familiar.

Em terceiro lugar vem a mandiocultura, com 9% do valor total da produção de lavouras temporárias e permanentes. Produção típica da agricultura familiar, disseminada por praticamente todo o território brasileiro, a mandioca exibe, ao lado dessa importância econômica, um lado cultural. Uma outra face é a de estar associada a baixos níveis de produtividade e de remuneração dos produtores, resultando em desestímulo para a cadeia produtiva.

No Ceará em torno de 85% da produção de raiz de mandioca destina-se ao consumo humano, principalmente na forma de farinha e amido (goma), produtos considerados de baixa qualidade em razão das agroindústrias existentes serem artesanais e munidas de equipamentos obsoletos. O restante da raiz produzido é utilizado na alimentação animal, na forma fresca, ensilada ou fenada.

No Território Litoral Leste, a cadeia produtiva da mandiocultura apresenta um lugar de destaque, pois como foi dito anteriormente, antes de tudo, esta cadeia está intimamente relacionada com o hábito alimentar da população. Além disso, as condições edafoclimáticas do Território Litoral Leste são as ideais para a produção da cultura da mandioca. Um ponto favorável a cadeia produtiva da mandiocultura é que o agricultor familiar do território planta mandioca a bastante tempo, logo, conhece profundamente o manejo da cultura e seu processamento.

15.1.3 Sistemas de Produção Animal

15.1.3.1 *Pecuária Extensiva*

A pecuária extensiva é aquela que é desenvolvida em grandes extensões de terras, com gado solto, geralmente sem grandes aplicação de recursos tecnológicos, investimentos financeiros nem recursos veterinários importantes.

15.1.3.2 *Pecuária Intensiva*

A pecuária intensiva é aquela que é praticada utilizando-se recursos tecnológicos avançados, tais como: confinamento, reprodução através de inseminação artificial, ração com altos níveis nutricionais; controle via satélite etc.

15.1.4 Produção Animal

Nas Tabelas 50, 51 e 52, podemos verificar os efetivos dos rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de aves do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Podemos verificar que o rebanho bovino do território praticamente se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Essa mesma tendência pode ser observado para os municípios que compõem o território. Dentre os municípios, o que apresenta maior rebanho bovino é Jaguaruana com 15.718 cabeças no ano de 2009. Em seguida, vem o município de Beberibe com um efetivo bovino

de 11.579 cabeças. O Território Litoral Leste totaliza um efetivo bovino de, aproximadamente, 60.000 cabeças, respondendo apenas por 2,4% do rebanho total do estado do Ceará.

Ao analisarmos o rebanho suíno, verificamos que, assim como o bovino, o efetivo permaneceu praticamente constante nos anos de 2008 e 2009. Saiu de 24.762 cabeças em 2008 para 25.654 em 2009 no Território Litoral Leste. O mesmo aconteceu com os municípios do território. O município com maior efetivo é Beberibe com 7.026 cabeças em 2009. Em seguida vem Cascavel com 6.797 cabeças. O município com menor rebanho é Icapuí com apenas 917 cabeças em 2009. O rebanho do território é praticamente insignificante se considerarmos o efetivo estadual, chegando a apenas 2,2% do total estadual.

Tabela 50: Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Bovinos		Suínos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	2.460.523	2.494.482	1.152.598	1.160.410
Território	59.127	59.819	24.762	25.654
Aracati	7.509	7.705	2.964	3.073
Beberibe	11.297	11.579	6.778	7.026
Cascavel	9.464	9.719	6.551	6.797
Fortim	1.640	1.681	1.235	1.278
Icapuí	6.634	6.660	890	917
Itaiçaba	3.223	3.287	1.195	1.235
Jaguaruana	15.335	15.718	4.068	4.208
Pindoretama	4.025	3.470	1.081	1.120

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

O rebanho de caprinos do Território Litoral Leste aumentou em 1.501 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. O maior efetivo caprino no território é do município de Jaguaruana, com 23.348 cabeças, mais do que a metade do rebanho do território. O menor rebanho é do município de Pindoretama, com apenas 100 no ano de 2009. O rebanho de caprinos do território chega a 4% do total estadual.

Podemos verificar que o rebanho de ovinos é bem superior ao de caprinos. Para o ano de 2009, o rebanho de ovinos foi quase duas vezes maior do que o de caprinos.

O rebanho de ovinos cresceu, aproximadamente, 3.000 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. Dentre os maiores rebanhos, temos o do município de Jaguaruana com mais de 30.000 cabeças, somente no ano de 2009. O município com menor rebanho de ovinos é Pindoretama, com apenas 780 cabeças no ano de 2009.

Tabela 51: Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Caprinos		Ovinos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Território	41.245	42.746	76.007	78.916
Aracati	5.068	5.215	14.545	15.013
Beberibe	6.664	6.864	14.260	14.759
Cascavel	1.325	1.366	10.155	10.500
Fortim	1.425	1.475	2.080	2.159
Icapuí	775	803	1.770	1.836
Itaiçaba	3.443	3.575	3.513	3.653
Jaguaruana	22.450	23.348	28.915	30.216
Pindoretama	95	100	769	780

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 52: Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	7.914.552	8.014.121	16.655.602	16.607.399
Território	888.439	952.961	2.103.009	2.114.636
Aracati	13.950	14.382	19.475	20.137
Beberibe	326.383	319.098	1.013.760	1.043.159
Cascavel	197.805	229.407	927.690	954.593
Fortim	3.475	3.569	5.125	5.279
Icapuí	5.030	5.188	7.182	7.433
Itaiçaba	3.503	3.573	15.905	16.303
Jaguaruana	25.260	26.017	31.185	32.370
Pindoretama	313.033	351.727	82.687	35.362

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

O Território Litoral Leste é conhecido pela sua grande produção de aves. Como podemos ver, o efetivo de galinhas do território responde por 12% do total estadual (ano de 2009), um número bastante significativo se considerarmos o tamanho do território. O mesmo podemos verificar para o efetivo de galos, frangas e pintos, onde o território responde por 13% do efetivo total estadual.

Os maiores rebanhos de galinha encontram-se nos municípios de Beberibe e Pindoretama, com um número superior a metade do efetivo territorial. O município que apresenta menor efetivo de galinhas é Fortim, com apenas 3.569 cabeças.

Quanto ao efetivo de galos, frangas e pintos, podemos verificar que o quadro muda e os maiores rebanhos encontram-se nos municípios de Beberibe e Cascavel. Esses dois municípios respondem por 94% do efetivo total do território.

Nas Tabelas 53, 54 e 55 podemos verificar a quantidade produzida e o valor da produção de leite, ovos de galinha e mel do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Tabela 53: Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite			
			Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	516.353	524.314	425.210	432.537	321.427	337.943
Território	9.082	9.242	9.714	10.179	7.420	8.235
Aracati	1.306	1.343	1.410	1.499	1.128	1.274
Beberibe	1.504	1.548	1.354	1.533	1.015	1.226
Cascavel	1.085	1.117	1.269	1.307	952	1.046
Fortim	350	359	432	436	324	349
Icapuí	790	812	825	877	619	702
Itaiçaba	325	332	322	329	241	263
Jaguaruana	3.050	3.141	3.184	3.392	2.388	2.714
Pindoretama	672	590	918	806	753	661

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Podemos verificar que a quantidade produzida de leite nos anos de 2008 e 2009 no Território Litoral Leste, foi de 9,7 e 10,2 milhões de litros de leite, respectivamente. Praticamente, a produção se manteve constante nesses

anos. Já o valor da produção, teve um aumento significativo, saindo de 7,4 milhões de reais para 8,2 milhões de reais.

O município de Jaguaruana aponta como o maior produtor de leite do território, com 3,4 milhões de litros de leite, mais do que um terço da produção total do território. Itaiçaba aparece como o menor produtor de leite do território com menos de 1 milhão de litros e com um valor da produção de 263 mil reais.

A produção de ovos de galinha acompanha a tendência do efetivo de galinhas, onde os maiores produtores são os municípios de Pindoretama e Beberibe, com um total de 11 milhões de dúzias de ovos, o que resulta num valor total de 27,5 milhões de reais.

A produção do território chega a ser 15% da produção estadual. O mesmo acontece quando avaliamos o valor da produção, chega também a 15% o que reflete que o preço praticado no território é semelhante ao do estado do Ceará. Já ao compararmos os valores da produção dos município de Pindoretama e Beberibe, verificamos o contrário. Enquanto o município de Pindoretama é o maior produtor em quantidade de ovos, o município de Beberibe apresenta o maior valor da produção. Isso reflete que os preços praticados no mercado local é diferenciado nos dois municípios.

Tabela 54: Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de ovos (Galinha)			
	Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	117.923	123.281	251.884	284.810
Território	19.293	18.197	38.811	41.814
Aracati	98	101	234	302
Beberibe	6.928	6.622	15.242	17.217
Cascavel	4.444	4.219	9.776	10.127
Fortim	24	25	58	69
Icapuí	33	35	78	97
Itaiçaba	23	24	56	67
Jaguaruana	184	191	442	534
Pindoretama	7.559	6.980	12.925	13.401

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

No ano de 2008, a produção de mel do território chegou a ser 11% do total do estado do Ceará. No ano seguinte, em 2009, caiu para 8%. A produção de mel no estado do Ceará apresentou um tímido crescimento dos anos de 2008 para 2009, crescendo 16%. Já o valor da produção do estado do Ceará saiu de 13 milhões de reais (2008) para 17 milhões (2009), houve um acréscimo de 4 milhões de reais em apenas uma ano.

O inverso ocorreu com o território. Do ano de 2008 para 2009, houve uma queda tanto na quantidade produzida quanto no valor da produção, a segunda variável provavelmente acompanhou a primeira. Isso foi observado em quase todos os municípios do território e foi ainda mais drástico no maior produtor de mel do território, o município de Icapuí, que reduziu sua produção em quase 40.000 kg.

Tabela 55: Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de mel de abelha			
	Quantidade (kg)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	4.072.702	4.734.959	13.186	17.044
Território	429.299	371.819	1.681	1.424
Aracati	83.321	87.070	233	248
Beberibe	75.164	60.882	214	177
Cascavel	50.987	41.554	199	162
Fortim	11.805	12.395	34	36
Icapuí	192.550	154.040	955	755
Itaíçaba	3.876	4.050	11	11
Jaguaruana	9.836	10.328	28	29
Pindoretama	1.760	1.500	7	6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

A cadeia da pesca é a que apresenta o maior valor econômico no território (R\$ 32,4 milhões), ocupando um papel de destaque entre as cadeias produtivas. A mesma está relacionada diretamente com a localização geográfica do território, isto é, a maioria dos municípios do território está na costa marinha. Além disso, esta cadeia está bem vinculada ao hábito alimentar da população, contribuindo assim para que essa cadeia seja considerada como prioritária ao desenvolvimento econômico do território.

O pescado do Território Litoral Leste é desembarcado, principalmente, nos seguintes municípios, e respectivas comunidades pesqueiras de maior produção: Parajuru, no município de Beberibe; Caponga, no município de Cascavel; e, Redonda e Icapuí, no município de Icapuí.

A produção da cadeia produtiva do pescado no Território Litoral Leste representa, aproximadamente, 16 % do total do estado do Ceará. Assim, o Território Extremo Oeste e o Metropolitano José de Alencar, respondem pela grande maioria da produção de pescados do estado, com um percentual de 84 %. O valor da produção da cadeia produtiva do pescado no Território Litoral Leste é de R\$ 32,4 milhões, o que corresponde a 22,4 % do valor total da produção do estado do Ceará que é de R\$ 144,6 milhões. Apesar disso, o Território Litoral Leste se destaca quantitativamente no que se refere à frota de embarcações pesqueira. A frota total do estado do Ceará é constituída por 7.431 embarcações, enquanto que desse total, o território possui uma frota de 2.942 embarcações, representando, aproximadamente, 40 % da frota do estado (IBAMA, 2010).

Sem dúvida, a pesca é a atividade que mais gera divisas no Território Litoral Leste, cerca de 32,4 milhões de reais. Considerando apenas a pesca marítima, os municípios que são os maiores produtores são: Beberibe e Icapuí, com 932 e 631 t, respectivamente. Quando esses dois municípios são comparados, em relação as divisas geradas, verificamos que os valores são praticamente iguais. Isso se deve ao fato de que, apesar de Icapuí apresentar uma menor produção do que Beberibe, seu produto é de maior valor comercial, a responsável por isso é a lagosta.

Tabela 56: Quantidade produzida e valor da produção do pescado marítimo e estuarino, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios, 2006.

Pesca	Quant. Produzida (t)	Valor da Produção (1000 R\$)
T. Litoral Leste	2.859	32.466
Pindoretama	-	-
Beberibe	932	9.613
Cascavel	430	2.994
Fortim	437	5.891
Aracati	429	4.233
Icapuí	631	9.735
Itaiçaba	-	-
Jaguaruana	-	-

Fonte: Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil, IBAMA, 2006.

15.2 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas no território e tem um papel importante em sua economia.

A extração da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente, pois sem um manejo racional, isto é, agroflorestal, não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado em sua exploração.

No caso da carnaúba, a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente adaptada ao extrativismo, não sofre conseqüências tão grave no seu processo de extração. Se torna grave quando a retirada da espécie é com finalidade de desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera), que em vez de ser utilizada como cobertura morta em cultivos agrícolas, tornando um sistema de cultivo mais sustentável, na maioria das vezes, é queimada.

Na tabela 55, podemos verificar a produção e o valor da produção dos principais produtos extrativos vegetais do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008 e 2009.

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, o que possui maior valor da produção no território é, sem dúvidas, a carnaúba, com 2,9 milhões de reais para a cera, 596 mil reais para o pó, e, 18 mil reais em fibra, resultando em 3,5 milhões de reais somente para essa cadeia no território. Podemos verificar que tanto a quantidade produzida quanto o valor da produção caíram nos anos observados. A quantidade produzida no território responde por 21% do total do estado do Ceará. Quanto ao valor da produção esse percentual acompanha a mesma tendência com 20% do valor total produzido.

Chamamos atenção para três municípios, em específico, produtores de cera e pó de carnaúba no território, são eles: Aracati, Itaíçaba e Jaguaruana. Esses municípios apresentam tradição na exploração extrativista da carnaúba e a renda adquirida por essa cadeia, reflete de forma significativa na qualidade de vida das famílias de agricultores familiares. Somente em Aracati, cerca de 1,8 milhões de reais são movimentados nessa cadeia produtiva. É um valor

considerável se consideramos que é apenas praticada parte do ano e de forma extrativista.

Tabela 57: Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção extrativa vegetal			
	Quantidade (t)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Carnaúba (cera)				
Ceará	2.478	2.294	15.616	14.705
Território	504	485	2.967	2.905
Aracati	260	249	1.560	1.494
Beberibe	31	30	169	179
Cascavel	36	37	206	220
Itaiçaba	77	74	432	442
Jaguaruana	100	95	600	570
Carnaúba (pó)				
Ceará	5.492	5.497	17.464	18.026
Território	181	178	549	596
Aracati	64	62	199	217
Beberibe	9	8	26	26
Cascavel	24	25	73	80
Fortim	1	1	2	3
Icapuí	45	46	135	153
Itaiçaba	18	17	54	56
Jaguaruana	20	19	60	61
Carnaúba (fibra)				
Ceará	1.423	1.454	861	975
Território	36	36	16	18
Itaiçaba	21	20	9	10
Jaguaruana	15	16	7	8
Carvão vegetal				
Ceará	11.499	11.340	3.593	3.952
Território	156	158	53	104
Aracati	20	21	7	8
Beberibe	16	15	5	51
Cascavel	116	118	40	44
Jaguaruana	4	4	1	1
Lenha (1)				
Ceará	4.550.237	4.525.309	33.933	35.212
Território	217.310	225.870	1.452	1.587
Aracati	30.500	31.870	214	229
Beberibe	67.800	70.175	441	491
Cascavel	84.300	88.100	573	617
Fortim	1.750	1.815	12	14
Icapuí	6.020	6.250	42	46
Itaiçaba	12.540	12.850	82	90
Jaguaruana	10.300	10.700	67	75
Pindoretama	4.100	4.110	21	25

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Como a carnaubeira predomina nos ambientes com solos argilosos, aluviões, de margens de rios, suporta lugares alagados e com elevados teores de salinidade (CUNHA, 1994), características estas comum da região do Território Litoral Leste, esta cadeia produtiva apresenta um elevado potencial de produção, ocupando assim papel de destaque ao pensar em desenvolvimento rural do território.

Com a finalidade de estimular e conscientizar os diferentes segmentos da cadeia produtiva desta cultura no Território Litoral Leste, e para que a mesma ganhe competitividade no mercado, faz-se necessário a racionalização dos sistemas de produção vigentes, contribuindo para o aumento da renda do agricultor familiar e melhoria da qualidade do pó cerífero, da cera e de seus derivados.

No Território Litoral Leste, os empreendimentos da agricultura familiar produzem a cera em pequenas casas de cera, localizadas no quintal da própria moradia. Em alguns empreendimentos, a cera é produzida em casas de cera que são adaptações de casas de farinha, tendo o espaço dupla funcionalidade de acordo com as safras da carnaúba ou mandioca.

A comercialização é realizada pelos agricultores familiares através de corretores de exportação e industriais exportadores, que reúnem a produção de cera de carnaúba e realizam seu processamento e comercialização para compradores internacionais e nacionais.

No que se refere à comercialização, principalmente para exportação da cera de carnaúba, o Estado do Ceará já ocupou lugar de destaque entre os Estados do nordeste, no entanto, vem gradativamente, ao longo dos anos, diminuindo a sua participação na pauta de exportação, devido entre outros fatores, a desorganização da cadeia produtiva em todos os seus segmentos, o baixo índice tecnológico do sistema de produção, e falta de apoio creditício.

Quanto aos municípios produtores dessa cadeia, verificamos que Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana, são os maiores produtores, e os mesmos respondem por 83% da produção total do território.

O carvão vegetal não tem uma grande importância econômica para o território, assim como, para o estado do Ceará. No entanto, se considerarmos a lenha, verificamos que é um produto extrativista de alto valor econômico para o estado e território, com 35 milhões de reais e 1,6 milhões, respectivamente. Dentre os maiores produtores, os municípios de Cascavel e Beberibe despontam nessa atividade. Vale ressaltar que essa atividade não tem nada a se vangloriar, pois a mesma é uma das maiores degradadoras no meio ambiente, resultando em prejuízos muito sérios para a fauna e flora de um bioma muito sensível como a caatinga, onde se encontra maior parte dos municípios do território.

16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Na Tabela 58, podemos verificar o número de imóveis rurais por tamanho do imóvel e classificação de áreas do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, em 2005.

Tabela 58: Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, em 2005.

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Território	8.125	389.268	103	186.165	266	65.902	1.053	72.148	6.613	64.146	90	907
Aracati	2.424	111.012	17	56.998	54	15.462	250	20.359	2.082	17.411	21	784
Beberibe	1.821	86.682	37	37.227	105	21.288	323	17.300	1.335	10.862	21	5
Cascavel	1.140	67.136	27	38.781	51	10.644	205	10.307	840	7.306	17	97
Fortim	348	11.930	5	5.448	7	2.010	26	2.377	308	2.095	2	0
Icapuí	522	28.528	3	18.352	6	2.057	35	2.434	471	5.685	7	0
Itaíba	270	12.218	2	4.654	3	1.106	41	3.613	222	2.845	2	0
Jaguaruana	1.332	67.304	12	24.705	32	12.013	140	14.083	1.131	16.483	17	21
Pindoretama	268	4.456	-	-	8	1.322	33	1.674	224	1.460	3	0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com a tabela acima, verificamos que o número total de imóveis do território é de 8.125 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 390 mil hectares. Deste número de imóveis, a grande maioria é classificada como minifúndios, que reflete de certa forma o padrão da agricultura familiar do território.

Podemos verificar na tabela 56 que 103 propriedades do território ocupam uma área de 186 mil hectares, sendo assim classificadas como grandes propriedades. Outras 266 propriedades ocupam uma área de 66 mil hectares, classificadas como médias propriedades. As propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 72 mil hectares em um número total de 1.000 propriedades. Finalmente, as propriedades classificadas como minifúndios, ocupam 64 mil hectares, em um número total de 6.613 propriedades.

Apesar disso, observa-se que os detentores da maior parte da área dos imóveis do território são os imóveis classificados como grandes propriedades.

Vale ressaltar que no município de Pindoretama, nenhuma propriedade foi classificada como grande propriedade. Nos municípios de Fortim, Icapuí e Itaiçaba, somente, 5, 3 e 2 propriedades foram classificadas dessa maneira, respectivamente.

Nas Figuras 19 e 20, verificamos a distribuição percentual do número e área de imóveis de acordo com a classificação de áreas dos municípios do Território Litoral Leste, em 2005.

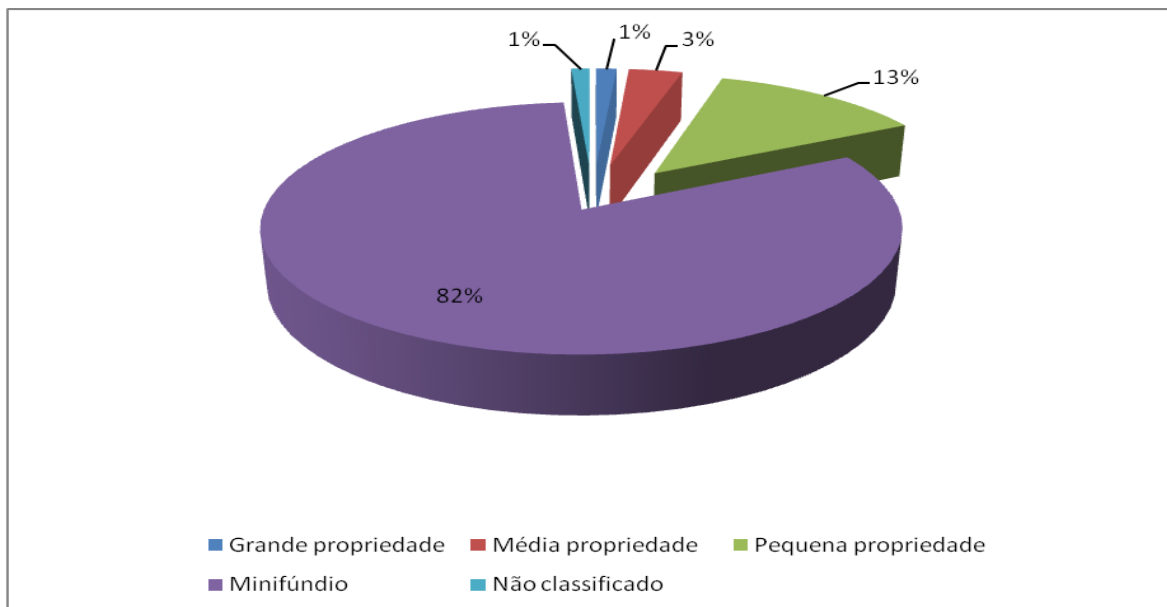


Figura 19: Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Leste, 2005.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

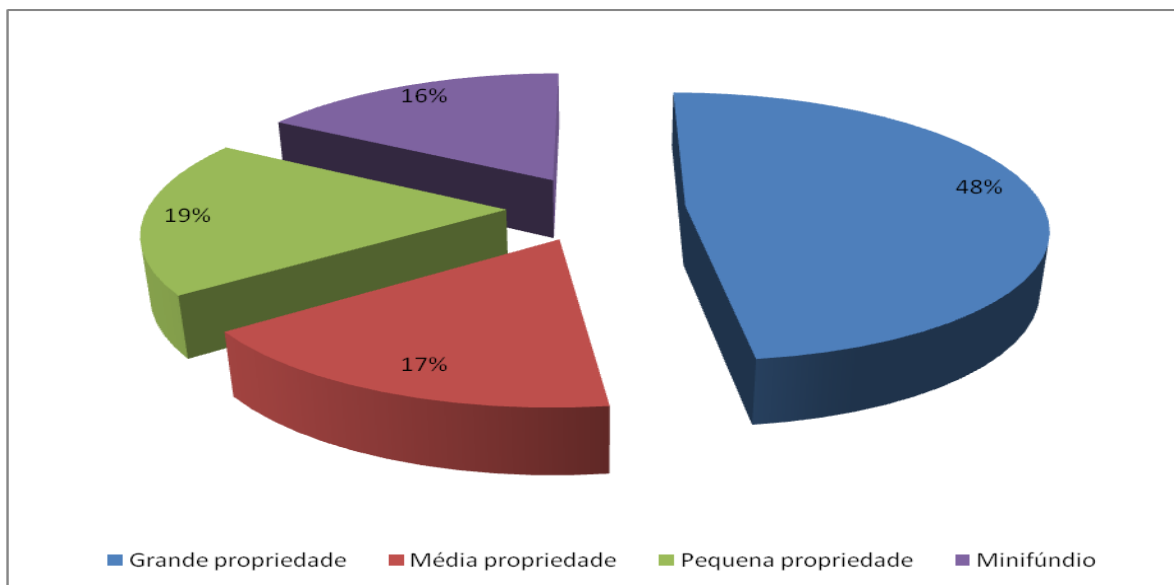


Figura 20: Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Leste, 2005.

Fonte: IPEADATA, IPEA, 2010.

Verificamos que 82% das propriedades são classificadas como minifúndios, refletindo que a estrutura fundiária territorial tem como base a agricultura familiar. O que chama atenção também é que 13% das propriedades são classificadas como pequenas propriedades. Logo, se somarmos o percentual de minifúndios e pequenas propriedades, perceberemos que 95% das propriedades estão nas mãos de agricultores de base familiar. Esse número é bastante significativo e deve dar subsídios às políticas públicas do território.

Ainda analisando a distribuição do número de propriedades no território, verificamos que somente 3% encontram-se classificadas como média propriedade e somente 1% como grande propriedade.

Quando fazemos a análise da distribuição da área dos imóveis rurais de acordo com sua classificação, notamos que o inverso acontece, onde 48% da área dos imóveis está ocupada por propriedades classificadas como grande propriedade. Nas classes média, pequena e minifúndios, a divisão é mais uniforme e a distribuição percentual é de 17%, 19% e 16%, respectivamente. Isso reflete a má distribuição de terras no território, que é reflexo de todo um contexto histórico. Esses dados subsidiam ao território a importância e a necessidade de uma política de reforma agrária mais igualitária e efetiva para o Brasil, Ceará, Território Litoral Leste.

Na tabela a seguir, verificamos que no Território Litoral Leste não foram realizados cadastros e nem foram regularizados imóveis rurais nos anos de 2008 e 2009. No entanto, sabemos que desde o ano de 2010 o IDACE vem realizando cadastro e regularizando imóveis rurais em todo o estado do Ceará, porém, esses dados ainda não se encontram disponíveis.

Tabela 59: Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Imóveis rurais							
	Cadastrados				Regularizados			
	Programado		Realizado		Programado		Realizado	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	18.470	39.433	15.390	34.746	12.776	18.202	10.682	18.301
Território	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

16.1 Número de Agricultores Familiares

A agricultura familiar desempenha um papel de fundamental importância na economia do Brasil como um todo. O mesmo pode ser observado para o estado do Ceará e Território Litoral Leste. Na tabela 58, podemos verificar o número dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, estado do Ceará e Território Litoral Leste, distribuídos em agricultura familiar e não familiar.

Tabela 60: Distribuição dos empreendimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Ceará, Território Litoral Leste e por município do Território Litoral Leste.

Estabelecimentos	Total	Agricultura Familiar	Não Familiar	AF (%)
Brasil	5.175.489	4.367.902	807.587	84
Ceará	381.014	341.510	39.504	90
T. Litoral Leste	12.393	11.109	1.284	90
Pindoretama	750	682	68	91
Cascavel	2.391	2.172	219	91
Beberibe	3.167	2.793	374	88
Fortim	522	479	43	92
Aracati	2.041	1.789	252	88
Itaiçaba	151	137	14	91
Jaguaruana	1.878	1.688	190	90
Icapuí	1.493	1.369	124	92

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

De acordo com o censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar responde por, aproximadamente, 84 % do número total de estabelecimentos agropecuários do Brasil, um percentual considerável haja vista sua extensão territorial (Figura 21). No Ceará, podemos verificar que o mesmo acontece, a agricultura aparece com a mesma tendência, entretanto, com um valor ainda mais significativo, com cerca de 90 % dos estabelecimentos. No Território

Litoral Leste, a agricultura familiar responde por 11.109 estabelecimentos de um total de 12.393 estabelecimentos, correspondendo a um percentual de 90 % do total de estabelecimentos (Figura 21), igualando-se ao percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do estado do Ceará. Assim, o setor agropecuário do Território Litoral Leste é quase em sua totalidade composta por agricultores familiares.

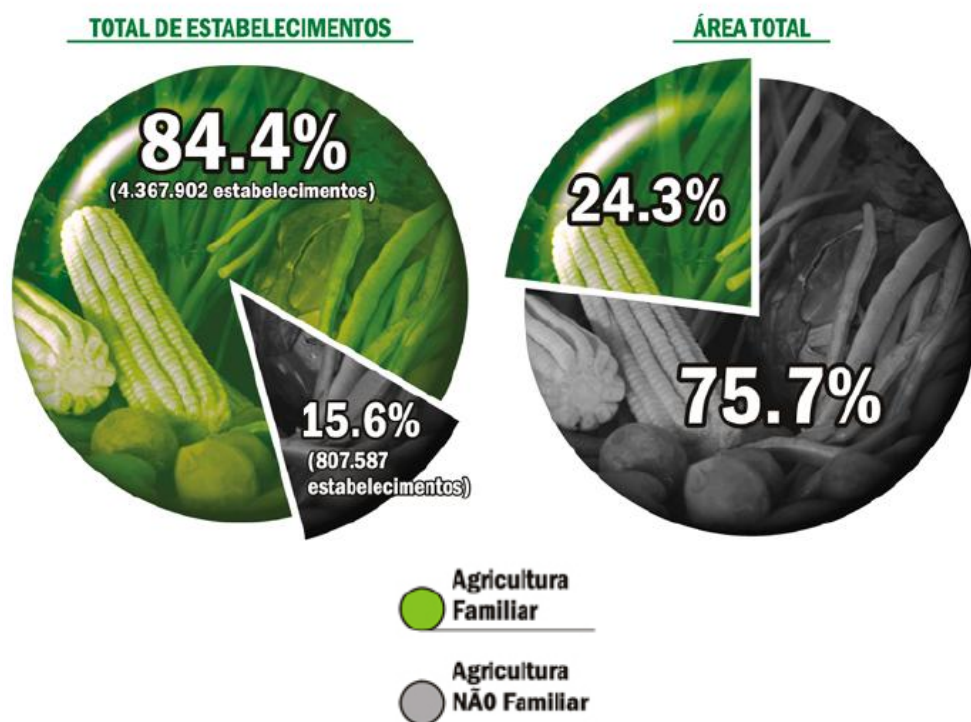


Figura 21: Número e área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil
Fonte: BRASIL, 2009.

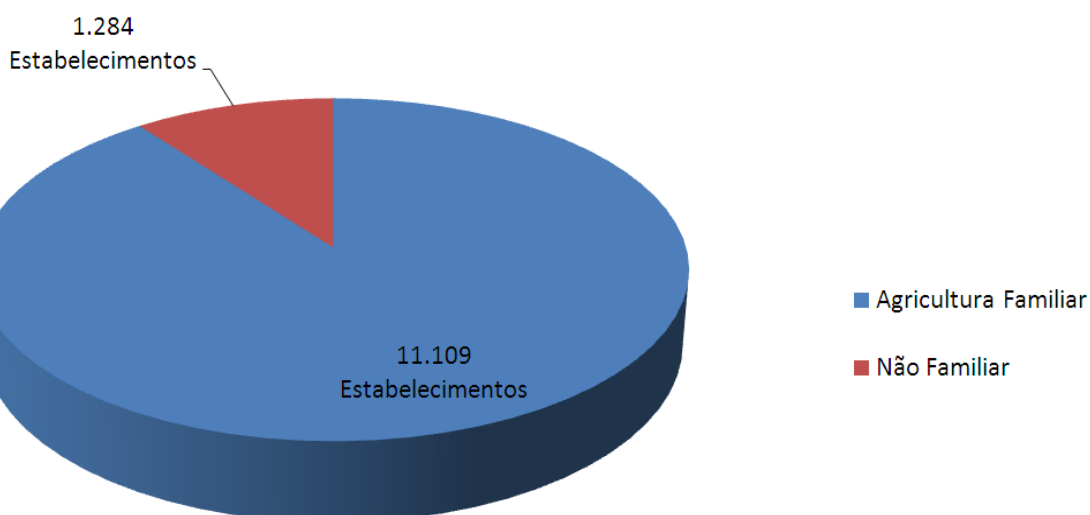


Figura 22: Número de estabelecimentos agropecuários do Território Litoral Leste.
Fonte: BRASIL, 2009.

Considerando esses números, a agricultura familiar aponta tanto para o Brasil quanto para o estado do Ceará e para o Território Litoral Leste como um eixo de importante relevância para o desenvolvimento rural sustentável, e especificamente, para os municípios que os compõe como um importante instrumento para dinamização econômica local.

16.2 Número de Assentamentos e Assentados/as da Reforma Agrária

Tabela 61: Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.

Municípios(2)	Assentamento de trabalhadores rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias beneficiadas	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	42	73	9.165,08	13.240,94	340	566
Território	3	7	119	376	6	38
Aracati	-	3	-	273,79	-	25
Cascavel	3	3	119,00	90,95	6	9
Jaguaruana	-	1	-	10,85	-	4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

17.1 Comercialização da Produção de Base Familiar e Artesanal

17.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos é mais uma alternativa quando consideramos que o elo mais fraco das cadeias produtivas da agricultura familiar é a comercialização. Como já foi dito anteriormente, desde 2003 esse programa já vem funcionando no Brasil. Alguns estados se utilizam mais desse canal de comercialização para a agricultura familiar, outros menos.

A Região Nordeste do Brasil é a segunda maior captadora dos recursos utilizados para esse fim, ficando atrás apenas da Região Sul (Figura 13). O estado do Ceará se apresenta como o quinto maior canalizador de recursos para esse fim, com um total em 2009 de R\$ 21.634.750,00, ficando atrás somente dos estados do RS, SP, MG e BA, com quantias de R\$ 96.740.371,00; R\$ 39.689.436,00; R\$ 37.694.289,00; e, R\$ 35.451.266,00, respectivamente (MDA, 2009).

Apesar de o estado do Ceará ser um dos maiores canalizadores de recursos do PAA, vários municípios ainda não se utilizam dessa ferramenta para dinamizar a economia local, melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, dentre outros. No caso do Território Litoral Leste, apenas os municípios de Cascavel, Itaiçaba e Jaguaruana estão utilizando esta ferramenta.

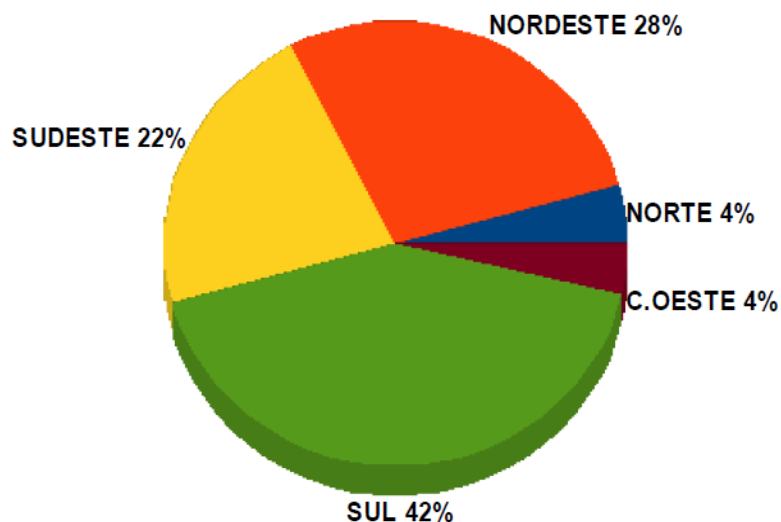


Figura 23: Distribuição dos recursos do PAA por região, ano de 2009.
Fonte: CONAB, 2010.

Se considerarmos que cada agricultor familiar pode acessar esse mercado institucional em suas diferentes modalidades, o mesmo poderia comercializar uma quantia de R\$ 20.500,00/ano, quantia essa, bastante significativa para a melhoria da renda anual de uma unidade familiar agrícola.

Podemos verificar que dentre os oito municípios que compõem o Território Litoral Leste, a maioria deles se mostram apáticos em dar início e alavancar o processo de compra e venda dos produtos da agricultura familiar, isso, principalmente pelo fato de que os gestores municipais ainda não estão sensibilizados da importância do programa para o município, para os agricultores, para os beneficiários diretos com o recebimento desses alimentos, assim como, e em consequência, para a dinamização econômica do município. Mesmo após oito anos de programa, somente três municípios do território acessam esse mercado institucional.

Pode-se dizer que a falta de conhecimento por parte dos agricultores e suas formas organizacionais (Associações e Cooperativas) levam ao não acesso e/ou a falta de procura para acessar mais essa alternativa de comercialização da agricultura familiar. Verifica-se também que a falta de instituições capacitadas para elaborar os projetos de PAA resulta nessa reduzida taxa de acesso no Território Litoral Leste.

O que se verifica é que existe a vontade por parte dos agricultores, assim como por parte dos gestores públicos para que o processo seja

alavancado, no entanto, a falta de conhecimentos sobre a burocracia e os trâmites legais para que o processo seja iniciado são os principais entraves.

Como foi dito, apenas três municípios dos oito que compõem o Território Litoral Leste acessaram o mercado institucional do PAA. Esses municípios foram: Cascavel, Itaipava e Jaguaruana. Nas tabelas a seguir (Tabelas 62 e 63), pode-se visualizar o mapeamento dos empreendimentos que acessaram o PAA no Território Litoral Leste em 2010, que devido à situação atual, se limitou aos municípios de Cascavel, Itaipava e Jaguaruana.

Tabela 62: Resumo do Programa de Aquisição de Alimentos por modalidade e por Espaço Territorial, ano de 2010.

Modalidades de PAA/ Espaço Territorial	MDA		MDS	
CPR-Estoque				
	Nº CPRs	Valor (R\$)	Nº CPRs	Valor (R\$)
Brasil	70	13.313.071,84	90	19.777.029,07
Ceará	1	249.344,32	-	-
Território Litoral Leste	-	-	-	-
CPR-Doação				
Brasil	-	-	1.678	243.405.463,45
Ceará	-	-	190	21.124.696,82
Território Litoral Leste	-	-	5	306.484,12
Cascavel	-	-	3	194.008,36
Itaipava	-	-	1	17.994,10
Jaguaruana	-	-	1	94.481,66
Compra Direta (Estadual)				
	Nº de Agricultores	Valor (R\$)	Nº de Agricultores	Valor (R\$)
Brasil	-	-	14.466	15.556.258,99
Ceará	-	-	199	68.187,88
Território Litoral Leste	-	-	-	-
Compra Direta (Municipal)				
Brasil	-	-	8.968	9.016.744,37
Ceará	-	-	1.534	1.143.808,58
Território Litoral Leste	-	-	70	86.891,49
Cascavel	-	-	70	86.891,49
PAA-Leite				
Brasil	-	-	16.581	159.162.758,14
Ceará	-	-	1.926	12.564.653,20
Território Litoral Leste	-	-	-	-
Valor Total Comercializado no T. Litoral Leste				R\$ 393.375,61

Fonte: CONAB, 2010 e MDS, 2010.

Para o ano de 2010, o Território Litoral Leste comercializou uma quantia de R\$ 393.375,61, sendo distribuídos nas quantias de R\$ 280.899,85; R\$ 17.994,10; e, R\$ 94.481,66, para os municípios de Cascavel, Itaipaba e Jaguaruana, respectivamente (Tabela 63).

Vale ressaltar também que o valor comercializado mais expressivo foi do município de Cascavel, aproximadamente, R\$ 281 mil, sendo comercializado nas modalidades de CPR - Doação Simultânea (R\$ 194.008,36) e Compra Direta Municipal (R\$ 86.891,49). Isso se deve principalmente ao trabalho realizado pela parceria entre a Secretaria Municipal de Agricultura e Ematerce.

O trabalho realizado no Município de Jaguaruana, que apesar de ser um dos municípios que apresenta menor área, foi bastante importante, pois comercializou via PAA, aproximadamente, R\$ 87 mil. A modalidade de PAA foi a CPR - Doação Simultânea.

Tabela 63: Resumo da comercialização via PAA pelo Território Litoral Leste, em 2010.

Municípios	Modalidade PAA	Nº de Empreendimentos da AF	Nº de Beneficiários Fornecedores	Nº de Beneficiários Consumidores	Nº de Produtos	Quant. Fornecida (kg)	Valor Comercializado (R\$)	Valor médio Comercializado por UFA (R\$)
Cascavel	CPR-Doação/ CDAF	3	55	1032	20	45998	194008,36	3527,42
Itaipaba	CPR-Doação	1	4	1319	3	4107	17994,1	4498,53
Jaguaruana	CPR-Doação	1	21	1156	10	31589	94481,66	4499,13
T. Litoral Leste	CPR-Doação/ CDAF	5	80	3507	27	81694	306484,12	4175,03

Fonte: CONAB 2010 e MDS, 2010.

De acordo com a Tabela 63, verifica-se que, atualmente, apenas cinco empreendimentos da agricultura familiar no Território Litoral Leste estão se utilizando desse canal de comercialização, um número bastante reduzido se considerarmos a extensão espacial do território.

Ainda na Tabela 63, visualiza-se que dentre as cinco modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, apenas duas foram acessadas pelo território, CPR – Doação e Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

O Território Litoral Leste beneficiou com esse programa, além dos oitenta agricultores familiares que acessaram o programa, cerca de 3.507 estudantes de escolas públicas, contribuindo assim com a segurança alimentar e nutricional no território. Na totalidade (100%) dos projetos, os beneficiários, isto é, os consumidores dos alimentos foram direcionados para as escolas locais, cerca de 15 escolas distribuídas nos municípios de Cascavel (9), Beberibe (1), Itaipava (4) e Jaguaruana (1) foram beneficiadas.

A quantidade de produtos fornecida pelos agricultores no PAA foi bem significativa. Foi fornecido um total de 27 produtos, dos mais diversificados, dentre eles: bolos variados (milho, batata doce, etc.), carnes (bovina, ovina, caprina e de aves), ovos de galinha, mel de abelha, bebida láctea (iogurte), batata doce, mandioca, feijão, hortaliças (cheiro verde, pimentão, tomate), frutas (goiaba, mamão), polpas de frutas, doces (caju, mamão, coco, leite), tapioca, canjica de milho, rapadura de cana-de-açúcar (Tabela 32).

Ainda em relação aos produtos fornecidos, aproximadamente, 82 toneladas de alimentos no estado in natura, minimamente processados e até mesmo processados de forma industrial, foram comercializadas via PAA no Território.

É importante ressaltar também o valor médio comercializado pelos agricultores neste ano de 2010 no Território Litoral Leste. O valor médio comercializado foi de R\$ 4.175,03. Esse valor comercializado está bem aquém do valor limite que pode ser comercializado via PAA, que é de R\$ 20.500,00/ano, sua renda pode ser elevada se ele comercializar 5 vezes mais com o PAA, chegando assim ao limite máximo legal.

O Programa de Aquisição de Alimentos no território apresentou os seguintes resultados para o ano de 2010:

- 5 projetos de PAA;
- Contratação de R\$ 393.375,91;
- 80 agricultores familiares foram beneficiados;

- 3.507 estudantes de 15 escolas foram beneficiados;
- Inclusão de 27 produtos da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar;
- 82 toneladas de alimentos foram comercializadas; e,
- Valor médio comercializado por agricultor de R\$ 4.175,03.

Tabela 64: Relação de produtos e quantidade comercializada via PAA pelo Território Litoral Leste, em 2010.

	Produtos	(kg)	Valor Unit. (R\$/kg)	Valor Total (R\$)
1	BOLO> (Classificação sem características)	5441	6,00	32646
2	BOLO> DE BATATA-DOCE	1636	6,00	9816
3	BOLO DE MILHO> (Classificação sem características)	1636	6,00	9816
4	CARNE BOVINA> (Classificação sem características)	4322	10,00	43220
5	CARNE OVINA> (Classificação sem características)	2022	10,00	20220
6	CARNE CAPRINA> (Classificação sem características)	562	10,00	5620
7	GALINHA> CAIPIRA	9109	8,00	72872
8	OVOS DE GALINHA> CAIPIRA OU COLONIAL	2093	18,00	37674
9	MEL DE ABELHA> (Classificação sem características)	3300	6,50	21450
10	BEBIDA LÁCTEA> ARTESANAL, IOGURTE	840	7,00	5880
11	BATATA> DOCE	7089	2,48	17580,72
12	RAIZ DE MANDIOCA> (Classificação sem características)	1989	2,20	4375,8
13	FEIJÃO> (Classificação sem características)	2250	4,85	10912,5
14	CHEIRO VERDE> MOLHO	4939	3,30	16298,7
15	PIMENTÃO> (Classificação sem características)	1519	2,50	3797,5
16	TOMATE> (Classificação sem características)	360	5,00	1800
17	GOIABA> (Classificação sem características)	6922	3,00	20766
18	MAMÃO> FORMOSA	12856	1,50	19284
19	POLPA DE FRUTAS> CONGELADA	504	4,20	2116,8
20	POLPA DE ACEROLA> (Classificação sem características)	1125	4,20	4725
21	DOCE DE CAJU> (Classificação sem características)	450	5,50	2475
22	DOCE DE COCO> COCADA	335	5,50	1842,5
23	DOCE DE MAMÃO> (Classificação sem características)	2500	5,50	13750
24	DOCE DE LEITE> (Classificação sem características)	1800	9,00	16200
25	TAPIOCA> (Classificação sem características)	2845	0,30	853,5
26	CANJICA DE MILHO> ORGÂNICO(A), AMARELA	900	5,00	4500
27	RAPADURA> DE CANA	2350	5,50	12925
	Total	81694		413417,02

Fonte: CONAB, 2010 e MDS, 2010.

17.1.2 Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter

suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar. O PNAE é uma estratégia para contribuir com a melhoria da qualidade da educação, contribuindo com a aprendizagem e o rendimento escolar.

Com a Lei N° 11.947 de 16 de junho de 2009, o PNAE torna-se uma nova ferramenta para comercialização dos produtos da agricultura familiar. Com essa lei, os municípios, obrigatoriamente, devem comprar no mínimo 30 % dos recursos do FNDE de produtos advindos da agricultura familiar. É verdade que os gestores públicos tiveram um período relativamente curto, um pouco superior a seis meses, para que o colocassem em prática, efetivamente a lei e pudessem se adaptar para cumpri-la ainda no ano de 2010.

A situação atual (2010) da comercialização do PNAE no Território Litoral Leste esta materializada na Tabela 63 e o resumo das operações de compra e venda, assim como os produtos fornecidos na Tabela 64.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar no território apresentou os seguintes resultados para o ano de 2010:

- Publicação de 9 chamadas públicas;
- Contratação de R\$ 801.272,40;
- 122 agricultores familiares foram beneficiados;
- Comercializado 21 % do recurso do FNDE;
- Instituição de três DAP's jurídicas no território;
- Inclusão de 33 produtos da agricultura familiar no cardápio da alimentação escolar; e,
- Valor médio comercializado por agricultor de R\$ 6.568,00.

Verificamos que, o valor referente aos 30 % mínimos que deve ser comprado da agricultura familiar que é de R\$ 1.151.712,00 para o território, não foram alcançados em 2010, todavia, foi comercializado 21 % do recurso do FNDE, cerca de R\$ 801.272,40, número significativo se comparado que até o mês de setembro praticamente não havia sido realizada a comercialização efetivamente.

O número de agricultores necessários para comercializarem seus produtos através do Pnae seria de 128, isso considerando que os mesmos comercializassem no limite máximo que é de R\$ 9.000,00. O que se verificou, em 2010, é que 122 agricultores acessaram o Pnae. Além disso, o valor médio

comercializado por agricultor foi de R\$ 6.568,00, valor considerável para a sustentabilidade da unidade familiar agrícola.

O território apresenta quatro municípios que obrigatoriamente tem que comprar os produtos da agricultura familiar de DAP's jurídicas, são eles: cascavel Beberibe, Aracati e Jaguaruana, dessa forma, faz-se necessário que DAP's jurídicas sejam instituídas no próprio território. Ainda no ano de 2010, três DAP's jurídicas foram instituídas com o objetivo de atender a demanda do próprio município onde estão inseridos esses empreendimentos da agricultura familiar, assim como, para atender a demanda do território e se for o caso a do município de Fortaleza, capital do Ceará.

Podemos destacar também a importância da agricultura familiar quando verificamos sua infinidade de produtos, somente em três ou quatro meses foram comercializados cerca de 33 produtos, dos mais variados, dentre eles temos: melancia, manga, coco verde, rapadura, mel de abelha, polpa de fruta, cajuína, batata doce, farinha, alface, bolo, banana, cenoura, doce, feijão, galinha caipira, iogurte, ovos, caju, cebola, mamão, goiaba, abóbora, laranja, pimentão, tomate, cheiro verde, bolinha de sardinha, carne bovina, sardinha *in natura*, tapioca, castanha, cocada.

Os cardápios da alimentação escolar no território foram elaborados respeitando a sazonalidade da oferta desses produtos, assim como foi respeitado também o hábito e a cultura alimentar das crianças. Em alguns casos, como aconteceu em Beberibe, realizou-se um teste de aceitação da cajuína da associação (APRUBE), apresentando 98 % de aprovação pelos alunos.

O município de Aracati merece destaque, pois o mesmo superou o mínimo estabelecido por lei e já atingiu 43 % de compra dos produtos da agricultura familiar. Além disso, tem beneficiados muitos agricultores incluindo em seu cardápio produtos bem variados, chegando a comprar até mesmo o coco *in natura*.

Deve ser ressaltado também as iniciativas tomadas no município de Jaguaruana, município que apresentou a maior diversidade de produtos, onde através de cursos oferecidos para os agricultores por meio de convênio firmado entre a prefeitura e o SENAR, a associação esta fornecendo vários produtos

processados, como é o caso de doces, polpas de frutas, iogurte, temperos processados, dentre outros.

Pindoretama é o município que apresenta a maior densidade populacional do território, e é um dos municípios do território que apresenta a menor área utilizada para agropecuária, no entanto, já no mês de outubro tinha comercializado 35 % junto a agricultura familiar do município.

Tabela 65: Mapeamento atual da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE.

Municípios	Valor do Repasse do FNDE ⁽¹⁾	Alunado ⁽²⁾	30% do repasse do FNDE ***	Valor Comercializado (R\$) ⁽³⁾	% Comprado da AF em relação ao Repasse do FNDE	Nº de Agricultores Familiares ⁽⁴⁾	Nº de DAPs 2009	Nº de DAPs ⁽⁵⁾	Nº de DAPs Jurídica	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% ⁽⁶⁾	Existência de Nutricionista	Chamada Pública
PINDORETAMA	272.640,00	4.324	81.792,00	94.327,65	35	682	461	532	-	-	9	SIM	2
CASCAVEL	898.380,00	14.476	269.514,00	178.465,90	20	2.172	1.959	3.758	1	DS	30	SIM	1
BEBERIBE	797.280,00	12.425	239.184,00	67.685,75	8	2.793	2.890	4.403	2	PAA Leite/DS	27	SIM	2
FORTIM	228.240,00	3.804	68.472,00	0,00	0	479	419	1.426	-	PAA Leite	8	SIM	0
ARACATI	840.060,00	13.096	252.018,00	361.791,00	43	1.789	1.978	5.853	?	FE-CD/Leite	28	SIM	2
ITAIÇABA	89.520,00	1.448	26.856,00	0,00	0	137	81	992	-	PAA Leite	3	SIM	1
JAGUARUANA	394.500,00	6.319	118.350,00	99.468,00	25	1.688	598	1.776	?	PAA Leite	13	SIM	2
ICAPUÍ	318.420,00	4.902	95.526,00	0,00	0	1.369	542	1.801	-	-	11	SIM	1
TERRITÓRIO LITORAL LESTE	3.839.040,00	60.794	1.151.712,00	801.738,30	21	11.109	8.928	20.541	3		128		11

Fonte dos dados: FNDE e SAF/MDA

Organização das informações: Instituto Agropolos/MDA-SDT.

* Relação das Prefeituras Municipais executoras dos recursos do PNAE na rede municipal.

** Total dos recursos projetados para a secretaria estadual de educação para execução do PNAE na rede estadual.

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

⁽¹⁾ 2010 com base no censo escolar de 2009

⁽²⁾ Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

⁽³⁾ Até a data de 20/11/2010.

⁽⁴⁾ Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

⁽⁵⁾ Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010

⁽⁶⁾ A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

Tabela 66 Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE (até 20/11/2010).

Fonte:

Municípios	Valor comprado (R\$)	% Comprado da AF em relação ao Repasse do FNDE	Nº de Fornecedores ^(a)	Nº de DAPs Física	Nº de DAPs Jurídica	Nº Produtos	Tipos de Produtos	Valores médios vendidos por fornecedor
PINDORETAMA	94.327,65	35	41	41	0	9	ovos, macaxeira, batata doce, rapadura, caju, manga, abóbora, melancia, cheiro verde	2.301
CASCADEL	178.465,90	20	22	22	1	17	doce, bolo de sardinha, polpa, carne bovina, sardinha <i>in natura</i> , tapioca, cheiro verde, pimentão, bolo, batata doce, rapadura, castanha, macaxeira, cajuína, cocada, ovos	8.112
BEBERIBE	67.685,75	8	15	15	2	7	cajuína, polpa de fruta, galinha caipira, farinha, cheiro verde, macaxeira, mel de abelha	4.512
FORTIM	0,00	0	0	0	0			
ARACATI	361.791,00	43	55	55	?	14	alface, banana, ovos, macaxeira, batata doce, rapadura, caju, cebola, mamão, goiaba, coco verde, abóbora, melancia, cheiro verde, mel de abelha	6.578
ITAIÇABA	0,00	0	0	0	0			
JAGUARUANA	99.468,00	15	36	36	0	19	alface, bolo, banana, cenoura, doce, feijão, galinha caipira, iogurte, ovos, batata doce, caju, cebola, mamão, goiaba, abóbora, laranja, pimentão, tomate, cheiro verde	2.763
ICAPUÍ	0,00	0	0	0	0			
TERRITÓRIO LITORAL LESTE	801.738,30	21	169	169	3	33	melancia, manga, coco verde, rapadura, mel de abelha, polpa de fruta, cajuína, batata doce, farinha, alface, bolo, banana, cenoura, doce, feijão, galinha caipira, iogurte, ovos, caju, cebola, mamão, goiaba, abóbora, laranja, pimentão, tomate, cheiro verde, bolinha de sardinha, carne bovina, sardinha <i>in natura</i> , tapioca, castanha, cocada	4.744

Fonte: FNDE e SAF/ MDA, 2010.

17.2 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos anos. Entretanto, há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo, aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Nas tabelas 65 e 66, verificamos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e pecuária por finalidades (custeio, investimento e comercialização) do estado do Ceará, do Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008.

Verificamos que, em 2008, foram fechados 6.417 contratos, sendo concedido um montante de 43 milhões de reais no Território Litoral Leste. Desse total, metade dos contratos foram da Agricultura e metade da Pecuária, no entanto, o montante de recurso financiados na agricultura foi bem superior, cerca de 28 milhões, enquanto que na pecuária, cerca de 15 milhões de reais.

Se compararmos com o estado do Ceará, verificamos que o Território Litoral Leste correspondeu por uma fatia de 8% do total financiado no estado do Ceará. Se analisarmos o número de contratos, notamos que 5% do número total de contratos foram concedidos no território, isso no ano de 2008.

Se fizermos essa análise para o ano de 2009, percebemos que o número de contratos no território caiu para 5.357, no entanto o valor total de financiamentos foi para 51 milhões, cerca de 8 milhões a mais do que o ano anterior. Desse total, foram concedidos 19 milhões para a agricultura e 31,5 milhões de reais para a pecuária, o inverso do ocorrido no ano de 2008.

Se compararmos com o estado do Ceará, verificamos que o Território Litoral Leste correspondeu por uma fatia de 9% do total financiado no estado

do Ceará, um pouco superior ao ano de 2008. Enquanto o número de contratos, notamos que se manteve em um percentual de 5% do número total de contratos, isso no ano de 2009.

Tabela 67: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2008							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Total								
Ceará	137.243	542.354.509	20.881	110.950.971	116.231	278.000.097	131	153.403.442
Território	6.417	42.925.769	1.287	17.095.585	5.127	16.315.457	3	9.514.727
Aracati	1.180	7.228.690	402	4.143.150	778	3.085.540	-	-
Beberibe	2.217	9.989.037	609	4.004.466	1.608	5.984.572	-	-
Cascavel	901	15.787.568	59	5.885.380	840	1.857.461	2	8.044.727
Fortim	543	1.289.071	71	486.861	472	802.210	-	-
Icapuí	778	2.468.764	47	305.080	731	2.163.684	-	-
Itaiçaba	162	1.376.473	16	170.865	146	1.205.608	-	-
Jaguaruana	424	3.858.486	22	1.722.407	401	666.079	1	1.470.000
Pindoretama	212	927.679	61	377.376	151	550.303	-	-
Agricultura								
Ceará	49.466	288.262.071	16.780	74.304.380	32.577	77.661.614	109	136.296.077
Território	3.090	27.762.646	1.034	12.272.150	2.053	5.975.769	3	9.514.727
Aracati	788	1.787.142	322	1.034.932	466	752.210	-	-
Beberibe	973	4.769.298	543	2.493.005	430	2.276.293	-	-
Cascavel	294	14.756.597	58	5.840.145	234	871.726	2	8.044.727
Fortim	228	853.140	36	377.031	192	476.109	-	-
Icapuí	309	1.035.120	2	288.218	307	746.902	-	-
Itaiçaba	106	271.012	4	169.135	102	101.877	-	-
Jaguaruana	225	3.517.524	8	1.692.309	216	355.215	1	1.470.000
Pindoretama	167	772.813	61	377.376	106	395.437	-	-
Pecuária								
Ceará	87.777	254.092.438	4.101	36.646.591	83.654	200.338.482	22	17.107.365
Território	3.327	15.163.122	253	4.823.435	3.074	10.339.688	-	-
Aracati	392	5.441.548	80	3.108.218	312	2.333.330	-	-
Beberibe	1.244	5.219.740	66	1.511.461	1.178	3.708.279	-	-
Cascavel	607	1.030.970	1	45.235	606	985.736	-	-
Fortim	315	435.932	35	109.831	280	326.101	-	-
Icapuí	469	1.433.644	45	16.862	424	1.416.781	-	-
Itaiçaba	56	1.105.461	12	1.730	44	1.103.731	-	-
Jaguaruana	199	340.962	14	30.098	185	310.864	-	-
Pindoretama	45	154.866	-	-	45	154.866	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Ao analisarmos a finalidade dos investimentos, em 2008, podemos notar que, no Território Litoral Leste, a distribuição foi a seguinte: 17 milhões de reais para o custeio; 16 milhões em investimento; e, 10 milhões em comercialização. Dos 17 milhões utilizados em custeio, 12 milhões de reais

foram na agricultura e 5 milhões na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 6 milhões foram concedidos para a agricultura e 10 milhões para a pecuária. O montante de, aproximadamente, 10 milhões de reais concedidos para a comercialização foram utilizados somente na agricultura.

Tabela 68: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2009							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Total								
Ceará	113.618	551.363.361	14.298	117.129.449	99.179	284.011.763	141	150.222.149
Território	5.357	50.974.078	1.051	17.275.488	4.301	29.111.512	5	4.587.079
Aracati	1.264	21.148.310	163	7.442.582	1.101	13.705.728	-	-
Beberibe	1.295	9.255.217	646	3.016.996	649	6.238.221	-	-
Cascavel	992	6.349.484	16	2.170.118	973	1.462.287	3	2.717.079
Fortim	426	1.115.405	97	575.544	329	539.861	-	-
Icapuí	733	4.244.000	52	831.797	680	3.012.203	1	400.000
Itaiçaba	176	459.289	15	236.095	161	223.194	-	-
Jaguaruana	399	5.233.307	57	2.984.818	341	778.489	1	1.470.000
Pindoretama	72	3.169.066	5	17.537	67	3.151.529	-	-
Agricultura								
Ceará	40.342	310.181.889	11.096	71.715.634	29.117	110.522.402	129	127.943.852
Território	2.610	19.384.994	675	9.931.070	1.931	5.558.265	4	3.895.660
Aracati	851	1.633.241	52	598.429	799	1.034.812	-	-
Beberibe	777	5.524.250	565	2.980.777	212	2.543.473	-	-
Cascavel	362	4.674.444	16	2.170.118	344	478.666	2	2.025.660
Fortim	174	512.315	17	251.303	157	261.011	-	-
Icapuí	116	1.437.260	5	809.797	110	227.463	1	400.000
Itaiçaba	128	403.740	5	231.745	123	171.995	-	-
Jaguaruana	190	4.829.604	10	2.871.363	179	488.241	1	1.470.000
Pindoretama	12	370.141	5	17.537	7	352.604	-	-
Pecuária								
Ceará	73.276	241.181.472	3.202	45.413.815	70.062	173.489.361	12	22.278.297
Território	2.747	31.589.083	376	7.344.418	2.370	23.553.247	1	691.419
Aracati	413	19.515.069	111	6.844.153	302	12.670.916	-	-
Beberibe	518	3.730.967	81	36.219	437	3.694.748	-	-
Cascavel	630	1.675.040	-	-	629	983.621	1	691.419
Fortim	252	603.091	80	324.241	172	278.850	-	-
Icapuí	617	2.806.740	47	22.000	570	2.784.740	-	-
Itaiçaba	48	55.549	10	4.350	38	51.199	-	-
Jaguaruana	209	403.703	47	113.455	162	290.248	-	-
Pindoretama	60	2.798.925	-	-	60	2.798.925	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

No ano de 2009, verificamos que, no Território Litoral Leste, a distribuição foi a seguinte: 17 milhões de reais para o custeio; 29 milhões em investimento; e, 5 milhões em comercialização. Dos 17 milhões utilizados em custeio, 10 milhões de reais foram na agricultura e 7 milhões na pecuária. Para

a finalidade investimento, cerca de 5,5 milhões foram concedidos para a agricultura e 23,5 milhões para a pecuária. O montante de, aproximadamente, 4,5 milhões de reais concedidos para a comercialização foram utilizados na agricultura com 3,9 milhões e pecuária com 0,6 milhões.

Dentre os municípios, Cascavel, seguido de Beberibe e Aracati foram os que acessaram mais créditos para financiamento, com 16, 10 e 7 milhões de reais, respectivamente, isso no ano de 2008. Para o ano de 2009, a situação se inverteu e o município de Aracati, seguido dos municípios de Beberibe e Cascavel foram os que mais acessaram crédito, com 21, 9 e 6 milhões de reais, respectivamente.

Vale ressaltar que no ano de 2008, somente os municípios de Cascavel e Jaguaruana é que acessaram crédito para a finalidade comercialização. Somente Cascavel acessou 8 milhões de reais, enquanto Jaguaruana, 1,5 milhões. Em 2009, os municípios de Cascavel, Icapuí e Jaguaruana acessaram crédito para esse fim.

18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

18.1 Serviços

18.1.1 Serviços no Meio Rural

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas do território como, o extrativismo da Carnaúba, o processamento da castanha de caju, a pesca, e a extração do mel. Na cadeia da carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território alcançou no ano de 2009 um valor de produção em torno de 2,9 milhões de reais. Outra cadeia é a cajucultura, onde o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro. Nessa atividade participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, embora o território tenha uma produção de 20 mil toneladas e um valor de produção de 18 milhões de reais. Apesar disso, há um potencial muito maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto que acaba por ser desperdiçado. A cadeia produtiva da apicultura ocorre no período da colheita do mel, de maio a julho, com uma safra de 361 toneladas de mel e 1,4 milhões de reais. A pesca acontece durante o ano inteiro, com exceção do período de defeso, e é sem dúvidas a cadeia produtiva de maior valor econômico, com 32,5 milhões de reais.

18.1.2 Serviços no Meio Urbano

Os serviços se configuram como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o empurram para um patamar que representa mais de 50% do PIB territorial.

Em 2008, são 309 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 178 empresas, correspondendo a 58% do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 42 empresas e

correspondendo a 14% do total. O município de Aracati aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Itaiçaba é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 3 empresas, sendo as três na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 6,5%; comunicação, 3,5%; intermediação financeira, 10,1%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 8%; educação, 2%; serviços sociais, 2%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 8%.

Tabela 69: Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.

Municípios	Empresas de serviços									
	2008									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.219	890	316	5.570	33	834	899	65	132	480
Território	309	20	11	178	-	24	42	5	5	24
Aracati	133	8	5	77	-	12	15	4	3	9
Beberibe	55	2	1	37	-	5	4	-	-	6
Cascavel	54	5	3	33	-	3	4	1	1	4
Fortim	14	-	-	9	-	-	5	-	-	-
Icapuí	26	5	-	12	-	3	4	-	-	2
Itaiçaba	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Jaguaruana	10	-	1	4	-	-	3	-	-	2
Pindoretama	14	-	1	6	-	1	4	-	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Em 2009, são 299 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 181 empresas, correspondendo a 61% do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 41 empresas e correspondendo a 14% do total. O município de Aracati aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento

econômico. Itaiçaba é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 3 empresas, sendo as três na área de administração pública, defesa e seguridade social

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 5,6%; comunicação, 4,3%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 9%; educação, 1,6%; serviços sociais, 2,3%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 2,7%.

Tabela 70: Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Empresas de serviços									
	2009									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.199	895	334	5.582	32	907	895	65	154	335
Território	299	17	13	181	-	27	41	5	7	8
Aracati	128	7	5	78	-	14	14	4	4	2
Beberibe	51	1	2	38	-	5	4	-	-	1
Cascavel	54	4	4	34	-	4	4	1	1	2
Fortim	14	-	-	9	-	-	5	-	-	-
Icapuí	25	5	-	12	-	3	4	-	-	1
Itaiçaba	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Jaguaruana	10	-	1	4	-	-	3	-	1	1
Pindoretama	14	-	1	6	-	1	4	-	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Na Tabela 71, podemos verificar as cooperativas ativas por classes do estado do Ceará, do Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008 e 2009.

O Território possuía 6 cooperativas em 2008 e no ano de 2009 esse número caiu para 3. Em 2008, as cooperativas estavam distribuídas nos seguintes setores: 1 na agropecuária; 2 no setor de produção; 1 de trabalho; 1 de transporte e 1 de saúde. Com a queda no número de cooperativas, isto é, em 2009 ficaram assim distribuídas: 1 de produção; 1 de transporte; e, 1 de saúde.

Tabela 71: Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios(1)	Cooperativas ativas																							
	Total		Classes																					
			Agropecuária		Produção		Intra-estrutura		Educação		Crédito		Habitacional		Consumo		Mineração		Trabalho		Transporte		Saúde	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	201	154	30	23	4	2	7	7	3	2	12	10	-	-	1	1	-	-	57	22	47	55	40	32
Território	6	3	1	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1
Aracati	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1
Beberibe	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cascavel	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Icapuí	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18.2 Turismo

Longe dos grandes centros urbanos, as praias desta macrorregião são ideais para quem procura tranquilidade de dia e diversão à noite. São 190 quilômetros de costa, onde sobressaem a presença de dunas móveis, falésias de areia colorida, coqueirais e a pesca da lagosta. As cidades abrigam pousadas charmosas e algumas das praias mais encantadoras do Ceará, como Caponga (Cascavel), Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati). Conhecida como Costa do Sol Nascente, a orla desta macrorregião é ideal para o lazer.

Os turistas podem apreciar a culinária especializada em lagosta e os passeios entre as dunas e as fontes de água doce.

Para quem gosta de arquitetura antiga, os municípios também oferecem um bom atrativo, com o Roteiro de Engenhos e Casas de Farinha e o Roteiro de Núcleos Históricos de Aracati, Cascavel e Icapuí. O vale do rio Jaguaribe é outra boa dica, com roteiros de banhos e pesca.

Na tabela 70, podemos verificar a oferta nos meios de hospedagem do Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008 e 2009.

O número de estabelecimentos para hospedagem no território, em 2008, foi de 203 e no ano de 2009 caiu para 197. Dentre os municípios que possuem uma maior oferta, encontra-se Aracati, muito por conta de um ponto turístico muito conhecido que é Canoa Quebrada. Somente Aracati respondeu em 2009 por 45% do número total de estabelecimentos hoteleiros do território.

Tabela 72: Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Território	203	197	3.961	3.851	11.496	11.253
Aracati	90	87	1.212	1.096	3.267	3.038
Beberibe	35	32	1.087	1.075	3.367	3.413
Cascavel	11	9	189	165	479	394
Fortim	6	8	77	111	150	224
Icapuí	25	27	221	235	530	584

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

A seguir, estão listadas os principais atrativos turísticos do Território Litoral Leste.

Tabela 73: Atrativos turísticos, segundo o Território Litoral Leste e seus municípios.

Municípios	Atrativos turísticos
Aracati	Praias, enseadas, falésias de areias brancas, vermelhas e coloridas, cordão de dunas com coloração variada, denso coqueiral, nascentes com banhos de bicas, núcleos de pescadores; Ancoradouros e fundeadouros de barcos e jangadas; Barra de rio com ilhas fluviais.
Beberibe	Praias, falésias de areia colorida, existência de nascentes e bicas, dunas, denso coqueiral, núcleo de pescadores, ancoradouro de jangadas e navegação de barcos; Lagoas, uma delas inclui-se como uma das maiores do Estado; Barras de rio, lagamares, verde denso dos mangues; Parque aquático com tobogãs, lanchonetes e restaurantes, hotel.
Cascavel	Praias, dunas, grande coqueiral, ancoradouro de jangadas e núcleos de pescadores; Lagoas interdunares; Barras de rio tendo por cenário de fundo barrancas vermelhas cobertas de vegetação, exuberantes coqueiros e pequena parte de seu curso navegável.
Fortim	Barra de rio contornada por mangues; Praia, dunas, porto pesqueiro lagosteiro.
Icapuí	Praias, falésias de areias e rochas coloridas, dunas de areias vermelhas coberta por vegetação, denso coqueiral, salinas, núcleo de pescadores, porto lagosteiro; Lagoas de tabuleiros; Área de Proteção Ambiental.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

18.3 Comércio

Sabemos que o comércio é um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, logo, também dentro de um território. No Território Litoral Leste não é diferente. Nas tabelas 74 a 77, podemos verificar os estabelecimentos comerciais varejistas do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008 e 2009.

Tabela 74: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Total		Automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas		Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas		Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios		Pneumáticos e câmaras de ar		Combustíveis, lubrificantes e gas liquefeito de petróleo (GLP)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	82.808	82.806	929	929	3.975	3.975	976	976	333	333	1.930	1.930
Território	2.678	2.680	9	9	98	98	46	46	8	8	66	66
Aracati	653	654	5	5	26	26	10	10	3	3	16	16
Beberibe	402	402	1	1	13	13	6	6	1	1	15	15
Cascavel	728	728	-	-	30	30	18	18	3	3	16	16
Fortim	112	112	1	1	2	2	1	1	-	-	3	3
Icapuí	236	236	-	-	10	10	1	1	-	-	5	5
Itaíçaba	52	52	-	-	-	-	1	1	-	-	2	2
Jaguaruana	273	274	1	1	10	10	3	3	-	-	4	4
Pindoretama	222	222	1	1	7	7	6	6	1	1	5	5

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 75: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Mercadorias em geral (1)		Lojas de departamentos, magazines e lojas de variedades		Produtos de gêneros alimentícios		Bebidas		Tecidos, vestuário e artigos de armarinho		Calçados, artigos de couro e de viagem	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	28.100	28.095	392	392	3.239	3.238	1.313	1.313	14.875	14.871	1.358	1.356
Território	1.053	1.053	14	14	119	119	31	31	468	468	22	22
Aracati	214	214	1	1	37	37	4	4	105	105	8	8
Beberibe	177	177	4	4	16	16	8	8	61	61	3	3
Cascavel	269	269	3	3	31	31	13	13	147	147	7	7
Fortim	48	48	-	-	6	6	-	-	22	22	-	-
Icapuí	112	112	-	-	5	5	2	2	40	40	-	-
Itaíçaba	24	24	2	2	4	4	-	-	4	4	-	-
Jaguaruana	116	116	-	-	12	12	2	2	61	61	1	1
Pindoretama	93	93	4	4	8	8	2	2	28	28	3	3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 76: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Ótica, relojoaria e joalheria		Artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanato		Perfumaria e produtos farmacêuticos		Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais		Máquinas, aparelhos e equipamentos eletro-eletrônicos de uso doméstico e pessoal		Máquinas, equipamentos e materiais de informática e comunicação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	1.377	1.377	974	974	3.313	3.313	1.127	1.128	1.191	1.191	1.991	1.991
Território	32	32	26	26	100	100	37	37	20	20	48	48
Aracati	9	9	12	12	32	32	8	8	7	7	19	19
Beberibe	4	4	7	7	14	14	8	8	2	2	3	3
Cascavel	12	12	6	6	26	26	9	9	6	6	9	9
Fortim	1	1	1	1	5	5	-	-	-	-	2	2
Icapuí	1	1	-	-	3	3	2	2	1	1	6	6
Itaiçaba	-	-	-	-	3	3	1	1	1	1	1	1
Jaguaruana	2	2	-	-	9	9	6	6	2	2	6	6
Pindoretama	3	3	-	-	8	8	3	3	1	1	2	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 77: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas													
	Artigos fotográficos e cinematográficos, instrumentos musicais e acessórios, discos e fitas		Artigos de decoração e utilidades domésticas		Madeira e seus artefatos		Material para construção		Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas		Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos		Outros	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	462	462	3.157	3.157	457	457	6.498	6.499	1.548	1.548	385	385	2.908	2.916
Território	17	17	91	91	12	12	227	227	46	46	12	12	76	78
Aracati	11	11	17	17	4	4	56	56	20	20	2	2	27	28
Beberibe	1	1	15	15	1	1	32	32	1	1	3	3	6	6
Cascavel	3	3	31	31	3	3	53	53	9	9	5	5	19	19
Fortim	-	-	2	2	-	-	8	8	5	5	1	1	4	4
Icapuí	2	2	4	4	2	2	31	31	5	5	-	-	4	4
Itaiçaba	-	-	2	2	-	-	5	5	1	1	-	-	1	1
Jaguaruana	-	-	6	6	2	2	17	17	3	3	1	1	9	10
Pindoretama	-	-	14	14	-	-	25	25	2	2	-	-	6	6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Vale ressaltar que o número de estabelecimentos comerciais praticamente se manteve constante no período observado, onde, em 2008, foi de 2.678 estabelecimentos comerciais varejistas, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de mercadorias em geral, com 1053 estabelecimentos, correspondendo a 39% do total; o de tecidos e vestuário, com 468 estabelecimentos e correspondendo a 17% do total; o de material para construção, com uma fatia de 8,6%; . Os municípios de Cascavel e Aracati despontam como os que apresentam maior número de estabelecimentos em

todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Itaiçaba é o município que possui o menor número de estabelecimentos comerciais, com apenas 52 estabelecimentos.

As outras atividades que merecem destaque são: produtos de gênero alimentícios, com 4,5%; peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas, 3,7%; perfumaria e produtos farmacêuticos, 3,7%; e, artigos de decoração e utilidades domésticas, com 3,4%.

18.4 Indústria

A indústria costuma ser um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, no entanto, o mesmo não ocorre para municípios do Território Litoral Leste.

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense.

Na Tabela 78, podemos verificar as empresas industriais do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008 e 2009.

Tabela 78: Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	15.431	15.431	218	222	2.381	2.439	111	111	12.660	12.659
Território	414	418	17	19	23	26	13	13	360	360
Aracati	95	99	-	2	5	7	8	8	82	82
Beberibe	53	53	2	2	8	8	3	3	40	40
Cascavel	98	98	-	-	5	5	1	1	92	92
Fortim	13	13	2	2	1	1	-	-	10	10
Icapuí	21	20	6	6	-	1	1	1	12	12
Itaiçaba	8	8	1	1	1	1	-	-	6	6
Jaguaruana	97	98	6	6	1	1	-	-	91	91
Pindoretama	29	29	-	-	2	2	-	-	27	27

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

O Território possuía 414 indústrias no ano de 2008 e foi para um número de 418 em 2009. As indústrias do território correspondem por uma fatia

de apenas 2,7% do total estadual. As indústrias do setor de transformação do território somam 360, tanto para 2008 como para 2009, responde por cerca de 86% do número total do território. Da mesma forma, no Ceará, as indústrias de transformação correspondem por 82%, logo, o território acompanha essa mesma tendência.

18.5 Infraestrutura: elétrica, hídrica e de estradas

18.5.1 Energia Elétrica

O Território Litoral Leste está bem assistido no que se refere a infraestrutura de energia elétrica. Nas Tabelas 79 a 82, podemos verificar o consumo e o número de consumidores de energia elétrica por classes de consumo do estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, em 2008 e 2009.

O consumo de energia elétrica, praticamente, se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Em 2009, o total consumido foi de 276 mil Mwh, sendo que os principais consumidores do território são os usos industrial, residencial e rural, com um valor médio por classe de consumo de 73 mil Mwh.

Tabela 79: Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumo de energia elétrica (mwh)									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.526.045	2.456.488	1.958.270	1.424.163	687.137	385.245	367.578	236.177	10.987	-
Território	276.110	75.028	79.390	23.565	65.258	9.880	16.805	5.823	361	-
Aracati	77.893	19.925	12.024	9.532	25.631	3.405	5.332	1.981	62	-
Beberibe	34.855	14.593	1.142	6.573	6.707	1.874	3.466	452	47	-
Cascavel	54.335	18.140	20.209	3.774	6.568	1.770	3.050	699	125	-
Fortim	8.385	3.999	416	768	1.603	480	723	396	-	-
Icapuí	41.029	5.135	27.345	777	4.904	642	1.170	1.039	16	-
Itaíba	8.968	1.860	134	255	5.199	359	474	598	88	-
Jaguaruana	41.449	6.852	18.015	1.078	12.663	921	1.472	425	22	-
Pindoretama	9.196	4.523	105	808	1.981	429	1.118	232	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 80: Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumo de energia elétrica (MWh)									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.823.070	2.607.762	1.985.871	1.510.511	694.377	399.644	380.339	233.101	11.466	-
Território	283.919	80.242	82.763	23.678	64.155	9.804	17.322	5.596	359	-
Aracati	82.151	21.455	13.272	9.860	26.711	3.423	5.415	1.974	41	-
Beberibe	35.820	15.428	1.040	6.054	7.573	1.720	3.484	472	49	-
Cascavel	59.006	19.326	22.742	3.895	7.168	1.857	3.169	724	124	-
Fortim	8.278	4.254	228	819	1.350	464	772	392	0	-
Icapuí	39.179	5.694	26.824	812	2.871	625	1.318	1.016	21	-
Itaiçaba	8.514	1.885	110	246	5.042	314	502	336	79	-
Jaguaruana	40.896	7.275	18.327	1.169	11.196	972	1.481	431	45	-
Pindoretama	10.075	4.924	219	824	2.244	430	1.183	251	0	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Quando analisamos o número de consumidores do território em 2008, verificamos que o número total é de, aproximadamente, 94 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 77 mil consumidores, responde por uma fatia de 82% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 11 mil consumidores, respondendo por cerca de 12% do número total no território.

Dentre os município com maior número de consumidores, temos Aracati, Cascavel e Jaguaruana, com 23, 22 e 10 mil consumidores, respectivamente.

Tabela 81: Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.629.661	2.132.492	5.943	151.276	303.994	28.400	5.697	1.634	225	-
Território	93.860	77.078	278	4.109	10.687	1.412	213	70	13	-
Aracati	23.283	19.556	37	1.211	2.027	378	57	15	2	-
Beberibe	17.971	14.433	29	745	2.428	284	41	9	2	-
Cascavel	22.052	18.432	27	967	2.311	263	40	8	4	-
Fortim	4.866	4.269	5	216	271	91	8	6	-	-
Icapuí	6.671	5.813	15	257	450	93	22	19	2	-
Itaiçaba	2.859	2.297	11	136	312	71	26	4	2	-
Jaguaruana	10.260	7.563	148	347	2.035	154	7	5	1	-
Pindoretama	5.898	4.715	6	230	853	78	12	4	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Tabela 82: Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Leste e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.739.086	2.219.849	5.874	154.746	320.736	29.308	6.615	1.727	231	-
Território	97.483	79.778	273	4.190	11.419	1.489	246	73	15	-
Aracati	24.201	20.275	36	1.218	2.189	401	64	15	3	-
Beberibe	18.786	15.064	31	786	2.559	293	42	9	2	-
Cascavel	22.947	19.032	29	999	2.533	283	58	9	4	-
Fortim	4.971	4.368	5	214	279	86	13	6	-	-
Icapuí	6.905	6.008	15	251	490	99	21	19	2	-
Itaiçaba	2.935	2.367	11	124	325	75	26	4	3	-
Jaguaruana	10.536	7.721	140	369	2.131	159	8	7	1	-
Pindoretama	6.202	4.943	6	229	913	93	14	4	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Verificamos nas Tabela 81 e 82 que, do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um crescimento significativo no número de consumidores do território, saindo de 94 mil para 97 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 80 mil consumidores, responde por uma fatia de 82% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 11 mil consumidores, respondendo por cerca de 11% do número total no território.

18.5.2 Hídrica

Essencial à vida, a água é um elemento fundamental ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, inclusive, é indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Além de constituir componente básico da biomassa, da paisagem e do ambiente. Numerosos são os exemplos de sucesso nos países relativamente mais desenvolvidos, cujos programas de abastecimento hídrico, tornaram-se prioridade e fizeram parte de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O Território Litoral Leste está bem assistido no que se refere a infraestrutura hídrica. Nas tabelas a seguir, podemos verificar as principais fontes de abastecimento hídrico do Território Litoral Leste e seus municípios, isso, tanto para abastecimento humano, como para suas mais diversas finalidades (dessedentação animal, irrigação, balneabilidade, etc.).

Podemos visualizar, nas tabelas a seguir um dos açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais. Esse açude, chama-se Malcozinhado e é abastecido pelo riacho com o mesmo nome. Está localizado no município de Cascavel, e é uma importante fonte de abastecimento hídrico do município. Assim como, sua água é utilizada também com fins de produção agropecuária.

Tabela 83: Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Litoral Leste, agosto de 2010.

Bacias hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m ³)	Cota (m)				Volume (mil m ³)		
			Sangria	Estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	Final da estação chuvosa passada	Início do ano	Atual
-	Território	37.840	-	-	-	-	37.911	34.741	29.154
Malcozinhado	Cascavel	37.840	24	24,01	23,53	23	37.911	34.741	29.154

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Visualizamos na Tabela 84, mais uma vez o barramento do Riacho Malcozinhado, dando origem a uma barragem que foi construída ainda em 2002, localizada no município de Cascavel. Essa barragem tem uma capacidade volumétrica de 38 milhões de m³. Verificamos também que existe uma nova barragem que está projetada e deve ser construída no município de Beberibe, chama-se Amarelas, com uma capacidade de 49 milhões de m³. São importantes fontes de abastecimento hídrico dos municípios. Assim como, sua água é utilizada também com fins de produção agropecuária.

Tabela 84: Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Leste. 1996-2009.

Barragens	Capacidade (milhões de m ³)	Município	Rio barrado	Ano de conclusão/ Situação
-	86	Território	-	-
Construídas	-	-	-	-
Malcozinhado	38	Cascavel	Riacho Malcozinhado	2002
Projetadas	-	-	-	-
Amarelas	48	Beberibe	Córregos Camará e Ezequiel	projetado

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Alguns eixos do canal do trabalhador e da integração já construídos passam pelo território, dentre eles: o canal do trabalhador, que liga Itaiçaba a Jaguaruana; Canal Pirangi/Lagoa do Uruaú, no município de Beberibe; e Castanhão Trecho III, que liga o município de Cascavel e alguns municípios do Território Vale do Jaguaribe (Tabela 83).

Existem trechos ainda em construção, como é o caso do Trecho IV do Castanhão, onde liga o Território Litoral Leste ao Metropolitano José de Alencar. Temos também, um planejamento para construção de um trecho que liga os municípios de Jaguaruana ao Icapuí.

Vale ressaltar que com a transposição do Rio São Francisco, todos esses eixos serão interligados, e, o abastecimento de água para o Ceará, e, conseqüentemente, para o Território será de maior segurança. Além disso, sabemos que está planejado para todo Ceará, o Projeto Cinturão das Águas, juntamente com a transposição do São Francisco e açudes de grande porte do Ceará, tem como objetivo garantir o abastecimento hídrico humano e para outras finalidades, durante um período de 20 anos.

Tabela 85: Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Litoral Leste, 2001-2010.

Eixos de integração	Municípios	Fonte hídrica	Extensão (km)	Vazão (m ³ /s)	Ano de conclusão/Situação
Construídos					
Canal do Trabalhador	Itaiçaba a Pacajus	Rio Jaguaribe	103	6	2001
Pirangi/Lagoa do Uruaú	Beberibe	Rio Pirangi	12	0,17	2001
Castanhão/RMF-Trecho III	Cascavel/Morada Nova/Ocara/Russas	Açude Castanhão	66,3	19,0	2009
Em construção					
Castanhão/RMF-Trecho IV	Cascavel/ Horizonte/ Itaitinga/ Pacajus/ Pacatuba	Açude Castanhão	32,81	19	...
Planejados					
Jaguaribe/ Icapuí	Jaguaruana a Icapuí	Rio Jaguaribe	54,48	5	Concluído

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

No território, temos importantes adutoras construídas, dentre elas: a Adutora Cascavel, que tem como fonte hídrica o Rio Choró; a Adutora Córrego do Machado, no município de Jaguaruana que tem como fonte hídrica o Rio Jaguaribe; Adutora Andreza, que abastece um assentamento estadual localizado em Beberibe e tem como fonte hídrica o Rio Pirangi; e duas adutoras

do Canal do Trabalhador que abastecem duas importantes e distantes localidades de Beberibe, Serra do Félix e Umburanas.

Tabela 86: Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Leste, 1996-2008.

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
Construídas						
Cascavel	Cascavel	Rio Choró	8,8	173	49.261	2000
Córrego do Machado	Jaguaruana	Rio Jaguaribe	4,2	5	4.032	2000
Andreza/Arataca	Beberibe	Pirangi	13,1	-	3.810	2005
Serr. Do Félix/Boqueirão do Cesário	Beberibe	Canal. Do Trabalhador	18,7	12	7.210	2006
Sifão Umburanas	Beberibe	Canal. Do Trabalhador	2,9	250	180.000	2006
Projetadas						
Beberibe/Morro Branco	Beberibe	Açude Pacajus	13,8	25	-	Projetado
Caponga	Cascavel	Malcozinhado	9,5	35	16.708	Projetado
Fortim	Fortim	Açude Amarelas	29,6	43	16.540	Projetado
Pindoretama	Pindoretama	Açude Malcozinhado	10,4	41	19.780	Projetado

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

De acordo com a SOHIDRA, foram construídos dois poços no território em 2009. Um na localidade de Picos em Icapuí e outro no Córrego de Maceió em Fortim.

Tabela 87: Poços construídos pela SOHIDRA no Território Litoral Leste, 2009.

Municípios	Localidades	Coordenadas (1)		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte (N)	Leste (E)		
Icapuí	Picos	9484464	672678	76,00	2.800
Fortim	Córrego do Maceio	9510449	632050	48,00	15.800

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, IPECE, 2010.

Vale lembrar que passa pelo território um importante rio, o Rio Jaguaribe, rio perene que possui uma extrema importância social não só para o território como também para o estado do Ceará. Esse é utilizado para diversas finalidades, como: abastecimento humano ao longo de todo seu leito; irrigação de cultivos agrícolas, chega a abastecer um importante perímetro irrigado na Chapada do Apodi, dentre outras.

Além de todas essas fontes hídricas, sabemos que o lençol de água subterrâneo da faixa litorânea do território é muito rico, sendo também uma das principais alternativas de abastecimento hídrico para a população do território.

18.5.3 Estradas

O Território Litoral Leste está bem assistido no que se refere a infraestrutura de estradas. Sua principal rodovia é a CE-040, uma rodovia estadual que corta todo o território e liga o estado do Rio Grande do Norte a Fortaleza. É conhecida também como Estrada do Sol Nascente. Praticamente passa por todos os municípios que compõem o território, com exceção de Jaguaruana e Itaiçaba.

Podemos verificar as principais vias de acesso aos municípios do Território Litoral Leste, na Tabela 5 deste documento.

19 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 21, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, turismo, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, infraestrutura elétrica, hídrica e estradas que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Facilidade de escoamento da produção a partir das sedes do município; 2. Índice de luminosidade (Favorável a fruticultura); 3. Solos agricultáveis, favoráveis a fruticultura, mandiocultura, cajucultura; 4. Proximidade de grandes centros consumidores (Ce/RN) <p>PRODUÇÃO PESQUEIRA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Extensão litorânea privilegiada; 2. Disponibilidade de mão de obra – pescadores; 3. O potencial turístico do território favorece a comercialização do pescado; 4. Potencial do território para a exploração da aqüicultura. 	<p>PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estradas vicinais (intra-municipais) 2. Falta de conhecimento dos canais de comercialização 3. Organização individualista dos produtores 4. Deficiência na assistência técnica 5. Dificuldade da inserção da juventude nas ações produtivas territoriais; 6. Dificuldade na aplicação do crédito (baixa qualidade dos projetos, deficiência de acompanhamento técnico, desvio de finalidade, dificuldade na comercialização, questões naturais). <p>PRODUÇÃO PESQUEIRA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fiscalização dos órgãos governamentais(licenciamento, acompanhamento; 2. Não cumprimento da lei pelos pescadores (fiscalização); 3. Degradação da mata ciliar; 4. Desorganização dos pescadores para a comercialização; 5. Pesca irregular (pesca de arrasto, mergulho, caçoeira.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

<p>TURISMO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A região é rica em belezas naturais (sol o ano todo, praias, lagoas, mangues, rios, paisagens, falésias, dunas; 2. Existências de unidades de preservação ambiental; 3. Rede hoteleira no território, 4. O Município de Aracati é um destino indutor importante; 5. Eventos culturais (carnaval, festivais gastronômicos, acampamento latino americano,) 6. A valorização da produção artesanal; <p>AÇÃO FUNDIÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A regularização fundiária já em processo no território. 2. Existem grandes faixas de terras disponíveis para utilização (agropecuária). 3. Existe área potencial para a cultura do cajueiro; 4. Área potencial para outras culturas frutíferas; 5. O território possui um grande potencial hídrico; <p>INFRAESTRUTURA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O bom estado de conservação das rodovias federais e estaduais; 2. A duplicação da CE 040; 3. Construção do aeroporto de Aracati; 4. O bom potencial hídrico do território; 5. Boa cobertura de telefonia no território, 6. Disponibilidade da tecnologia da fibra ótica; 	<p>TURISMO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A falta de Regularização fundiária das terras ocupadas pelas famílias, contribui para a especulação turística e dificuldade na falta de acesso a projetos, 2. Mão de obra não qualificada para trabalhar com o turismo, 3. Falta de segurança pública, 4. Falta de uma estrutura adequada para o destino e o tratamento do lixo; 5. Falta de autonomia e consciência das comunidades pela preservação das comunidades; 6. O controle social realizado pelos conselhos de turismo é frágil. <p>AÇÃO FUNDIÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ainda existem propriedades e municípios não atendidos pelo programa de regularização fundiária. 2. Instalação de assentamentos em áreas baixa fertilidade e desprovidas de água; 3. Especulação imobiliária em detrimento das comunidades tradicionais; 4. Existem assentamentos não assistidos do ponto de vista técnico-financeiro-social; 5. Burocracia no acesso ao programa de crédito fundiário; <p>INFRAESTRUTURA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Péssimo estado de conservação das estradas vicinais dentro dos municípios; 2. As rodovias estaduais com pouca sinalização e iluminação nas áreas urbanas; 3. Falta terminais rodoviários em parte dos municípios do território; 4. Precariedade no acesso ao transporte público;
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas e programas governamentais de apoio a comercialização(PNAE, PAA) e venda de produtos via CONAB 2. A participação do processo de planejamento participativo regional(apresentar demandas 3. Estímulo por parte do governo quanto ao acesso a novas tecnologias, 	<p>PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Intempérie climática/acesso a tecnologia 2. Elevada tributação para a comercialização de produtos da agricultura familiar.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

4. Ampliação do crédito para o apoio a agricultura familiar.

PRODUÇÃO PESQUEIRA

1. Seguro defeso;
2. Legislação regulamentando a atividade pesqueira.

TURISMO

1. Existência de programas governamentais para a exploração do turismo (fórum regional do turismo litoral leste,
2. Existência da Rede TUCUM – Turismo comunitário;
3. Existência do aeroporto internacional (em construção),
4. Duplicação da CE (em andamento),
5. Sinalização turística do litoral (em andamento);

AÇÃO FUNDIÁRIA

1. Regularização fundiária pelo implementada pelo IDACE.
2. O território é abastecido pelo Canal do Trabalhador possibilitando novos projetos de assentamentos rurais;
3. Facilidade de acesso a créditos e investimentos;
4. Programa nacional de crédito fundiário;
5. Acesso ao PROINFE;

INFRA-ESTRUTURA

1. A existência do programa luz para todos;
2. A implantação do projeto São José;
3. A aplicação de tecnologias voltadas para a energia alternativa.

PRODUÇÃO PESQUEIRA

1. Redução do produto pesca e a ampliação do nº de pescadores
2. Contaminação das águas marítimas e continentais com o uso de agrotóxicos e fertilizantes.

TURISMO

1. Especulação imobiliária (nova colonização);
2. Perca da identidade cultural;
3. Impactos negativos promovidos pela degradação ambiental;
4. O modelo de exploração dos grandes empreendimentos promove impactos negativos ao meio ambiente;
5. Agravamento do acesso as drogas e a exploração sexual
6. Falta políticas públicas para o turismo de base comunitária;

AÇÃO FUNDIÁRIA

1. Descontinuidade do programa de regularização fundiária e das demais políticas agrárias e agrícolas federais;
2. Presença de especulação fundiária decorrente do interesse por compra de propriedades por estrangeiros;
3. Não cumprimento da Lei de compra de terras por estrangeiros;

INFRA-ESTRUTURA

1. Implantação de energia alternativa sem monitoramento técnico;
2. Interferência política das empresas de transporte de ônibus no projeto de regulamentação do transporte alternativo no território.

Quadro 21: Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático Organização Sustentável da Produção, Turismo, Ações Fundiárias, Infraestrutura do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Publica
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

20 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

A questão do desenvolvimento territorial está ligada à forma como o Estado atua no espaço nacional e como se articulam as decisões públicas em todas as escalas da organização administrativa. Isto significa dizer que o desenvolvimento territorial e o processo de territorialização das políticas remetem, em certa medida, ao tratamento das dimensões administrativas (desconcentração) e políticas (descentralização). A articulação desses instrumentos e políticas sugere a efetiva articulação de políticas setoriais incidentes sobre uma mesma região e, simultaneamente, a articulação de esferas diferenciadas de poder (nacional – regional - estadual – territorial e local), tendo por base uma determinada política ou várias políticas públicas.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento rural com abordagem territorial que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como *“um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades (rururbanas) e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”*.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa dizer previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, educação, segurança, estradas, transporte, informação, cultura, esporte e lazer, bem como atenção aos segmentos minoritários e/ou excluídos (juventude – mulher – quilombolas – indígenas – pescadores, pessoas com necessidades especiais, entre outros) e (4) organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre

Município - Estado e União, as novas institucionalidades e a participação da sociedade na formulação, execução, monitoramento e avaliação da política pública de desenvolvimento rural.

Considerando os eixos estratégicos que dão significado a idéia-conceito de desenvolvimento rural com abordagem territorial, principalmente no que se refere ao eixo Organização social e participação política, a dimensão Político Institucional do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo políticoinstitucional do Território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo políticoinstitucional, que vai ser concretizado nos eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão políticoinstitucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é um dos alicerces de sustentação do próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação da política pública de desenvolvimento rural, bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

20.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

Tem que se ter claro que o território Litoral Leste constitui um corpo dinâmico no tempo, no espaço e no novo contexto global. A contribuição aportada pelo consultor da SDT/MDA Carlos Humberto Osório Castro (2007), pontua que para se lograr o desenvolvimento territorial com sustentabilidade é exigido do Território (1) o surgimento social de novas institucionalidades e uma

nova forma do fazer político; (2) o estímulo à cultura da participação como aspecto fundamental para uma nova cultura política que expresse a diversidade da estrutura socio territorial; (3) o surgimento de atores sociais críticos, contributivos e abertos à afirmação da estratégia de desenvolvimento territorial com políticas públicas mais amplas e eficazes; (4) uma nova postura de articulação e cooperação entre as instituições e entidades de base municipal, estadual e federal para a construção de sinergias includentes e, sobretudo, como estímulo à construção de uma estrutura de coordenação das forças sociais do Território (esfera pública) com legitimidade para qualificar os espaços de participação co-responsável, tanto em nível dos “entes” público-privados, quanto dos “entes” da sociedade civil; (5) a horizontalização política e socioterritorial dos processos de descentralização e ordenamento territorial para colocar o Estado a serviço dos cidadãos e cidadãs e (6) a construção de uma nova cultura do Território, compreendendo-o como ativo não renovável, uma realidade complexa, como patrimônio coletivo e sustentável.

Assim posto, refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo Território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas, políticas e institucionais, operando na forma de autogestão, o que significa dizer legitimada pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 22 e 23 dimensionam a representação políticopartidária da gestão municipal e territorial, considerando os processos eleitorais de três mandatos (2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período de três processos eleitorais, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Municípios	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DA GESTÃO MUNICIPAL																
	Mandato 2009-2012					Mandato 2005-2008					Mandato 2001-2004						
	Nº Eleitores	Partidos					Nº Eleitores	Partidos				Nº Eleitores	Partidos				
		PP	PMDB	PSB	PSDB	PT		PP	PSDB	PT	PPS		PSDB	PSD	PMDB	PT	
Aracati	47.702	X					43.075	X					38.852		X		
Beberibe	36.240				X		31.952			X			29.150	X			
Cascavel	46.404					X	41.895		X				38.457		X		
Fortim	10.511			X			10.753	X					11.097	X			
Icapuí	14.520				X		12.955		X				8.920				X
Itaíçaba	5.632				X		4.688		X				5.322			X	
Jaguaruana	25.125		X				22.896		X				21.923		X		
Pindoretama	13.941				X		11.636				X		9.722	X			
TOTAL TERRITÓRIO	200.075						179.850						163.443				

Quadro 22: Nº de Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009 e Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008 – 2004 e 2000.

Mandatos	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DA GESTÃO MUNICIPAL/TERRITORIAL						
	PP	PMDB	PSDB	PSB	PT	PPS	PSD
2009-2012	01	01	04	01	01	-	-
2008-2005	02	-	04	-	01	01	-
2004-2001	-	01	03	-	01	-	03
TOTAL TERRITÓRIO	03	02	11	01	03	01	03

Quadro 23: Representação Partidária da Gestão Municipal/Territorial

Fonte: Análise da Consultoria com base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

Analisando os Quadros 22 e 23 constata-se a presença significativa do PSDB nos três mandatos consecutivos, indicando um cenário de oposição com o governo estadual e federal, principalmente nos dois períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010 e 2003-2006. Observa-se a presença do PT nos três mandatos consecutivos, com apenas 01 representante por mandato.

Outro aspecto observado refere-se à natureza e regularidade das coligações feitas nos três mandatos do executivo municipal, onde o Quadro 22 registrou apenas o partido referência do mandato/coligação. A análise em questão não permitiu visualizar a postura de diálogo dos gestores municipais, em maior ou menor grau, para o estabelecimento de parceria e cooperação em torno da estratégia de desenvolvimento territorial com sustentabilidade. Na verdade, o que prevalece são as oportunidades criadas em função das conjunturas nacional ou estadual, daí porque a troca constante de partidos.

Assim posto, a participação dos gestores municipais precisa ser ampliada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à defesa e negociação de políticas públicas (programas e projetos) mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, de certo, na concretização das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento do Território.

Os Quadros 24, 25, 26 e 27 dimensionam a representação político-partidária do legislativo municipal, considerando os processos eleitorais de três mandatos (2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das relações de aliança ou oposição, em maior ou menor grau, com o poder executivo municipal, estadual e federal.

Municípios	MANDATO 2009-2012																				
	Nº Habitantes	Nº Vereadores	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL																		
			PR	PTN	PP	PMDB	PRB	PTB	PHS	PSB	PSDB	PT	PPS	PSL	PSC	PDT	PTC	PCdoB	PV	DEM	PSDC
Aracati	61.187	10	0	01	02	0	01	01	0	0	01	01	01	0	0	0	02	0	0	0	0
Beberibe	42.343	09	0	0	0	01	0	0	0	01	03	02	02	0	0	0	0	0	0	0	0
Cascavel	57.129	10	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0	0	04	02	0	0	01	02	0	0
Fortim	12.066	09	01	0	01	03	01	0	0	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0	01	0
Icapuí	16.052	09	0	0	01	0	01	0	0	0	04	03	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaíçaba	6.579	09	01	0	0	02	01	0	01	01	01	0	01	0	0	01	0	0	0	0	0
Jaguaruana	29.735	09	0	0	0	03	0	0	0	03	0	01	02	0	0	0	0	0	0	0	0
Pindoretama	14.951	09	0	0	01	0	01	01	0	0	0	01	02	0	0	01	01	0	0	0	01
TOTAL TERRITÓRIO	240.042	74	02	01	04	10	05	02	01	05	10	09	09	04	02	02	03	01	02	01	01

Quadro 24: Nº de Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010 e Tribunal Superior Eleitoral, 2008

Municípios	MANDATO 2005-2008																
	Nº Habitantes *	Nº Vereadores	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL														
			PRP	PL	PP	PMDB	PTB	PHS	PSB	PSDB	PT	PPS	PSL	PDT	PFL	PSDC	
Aracati	61.187	10	0	02	02	0	0	02	01	0	0	0	02	01	0		
Beberibe	42.343	09	0	01	0	01	0	0	0	03	02	02	0	0	0		
Cascavel	57.129	10	0	01	0	0	02	0	0	03	01	0	01	01	0		
Fortim	12.066	09	01	0	02	0	0	01	0	01	0	03	0	01	0		
Icapuí	16.052	09	01	0	0	0	0	0	01	03	04	0	0	0	0		
Itaíçaba	6.579	09	0	0	03	02	0	02	0	0	0	01	0	0	01		
Jaguaruana	29.735	09	0	01	0	01	02	01	0	03	0	01	0	0	0		
Pindoretama	14.951	09	0	0	01	0	0	0	0	03	01	02	0	02	0		
TOTAL TERRITÓRIO	240.042	74	02	05	08	04	04	06	02	16	08	09	01	06	02	01	

Quadro 25: Nº de Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010 e 2004 e Tribunal Superior Eleitoral, 2004

(*) Os dados de população residente são iguais para os períodos de publicação da fonte pesquisada.

MANDATO 2001-2004															
MUNICIPIOS	Nº Habitantes *	Nº Vereadores	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL												
			PL	PP	PMDB	PTB	PHS	PSDB	PT	PPS	PSC	PDT	PFL	PST	PSD
Aracati	61.187	19	01	01	01	01	0	02	0	02	0	01	0	02	08
Beberibe	42.343	17	0	0	03	0	0	07	0	05	0	0	0	0	02
Cascavel	57.129	17	0	0	0	02	02	06	0	01	02	01	0	01	02
Fortim	12.066	11	03	01	0	01	0	02	0	0	0	02	01	01	0
Icapuí	16.052	11	0	0	0	0	0	02	06	01	0	0	0	0	02
Itaiçaba	6.579	09	0	01	02	0	0	04	0	0	0	0	01	01	0
Jaguaruana	29.735	15	04	01	0	01	0	04	0	03	0	0	0	0	02
Pindoretama	14.951	11	0	01	01	03	0	04	0	02	0	0	0	0	0
TOTAL TERRITÓRIO	240.042	110	08	05	07	08	02	31	06	14	02	04	02	05	16

Quadro 26: Nº de Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010 e 2004 e Tribunal Superior Eleitoral, 2000

(*) Os dados de população residente são iguais para os períodos de publicação da fonte pesquisada.

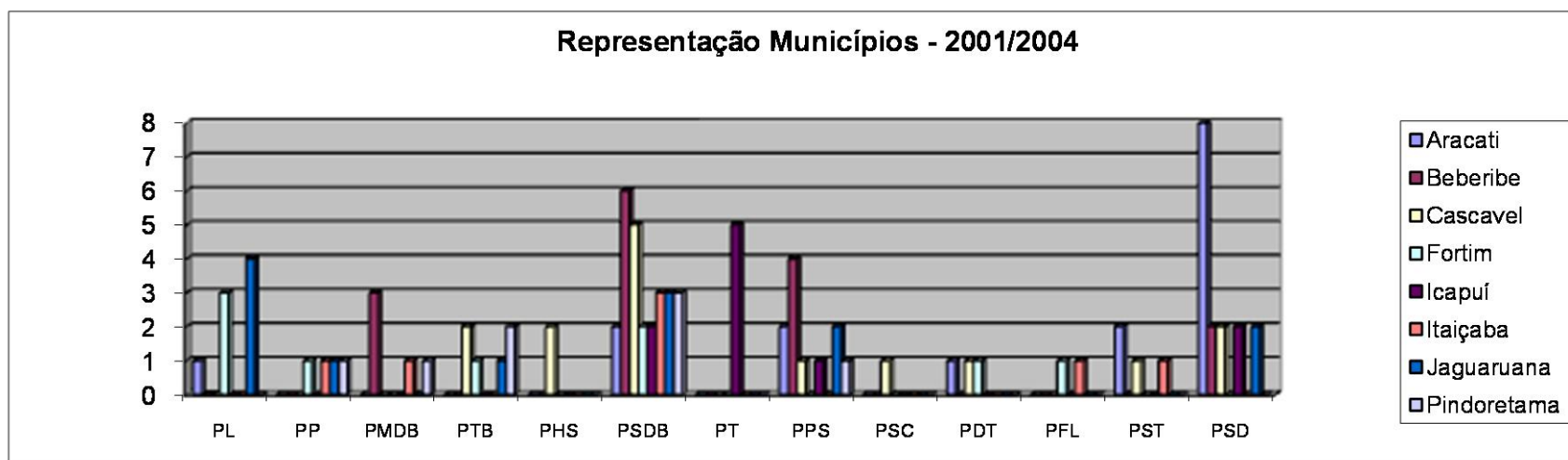


Figura 24: Gráfico com a representação partidária dos municípios entre os anos de 2001 e 2004, do Território Litoral Leste.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

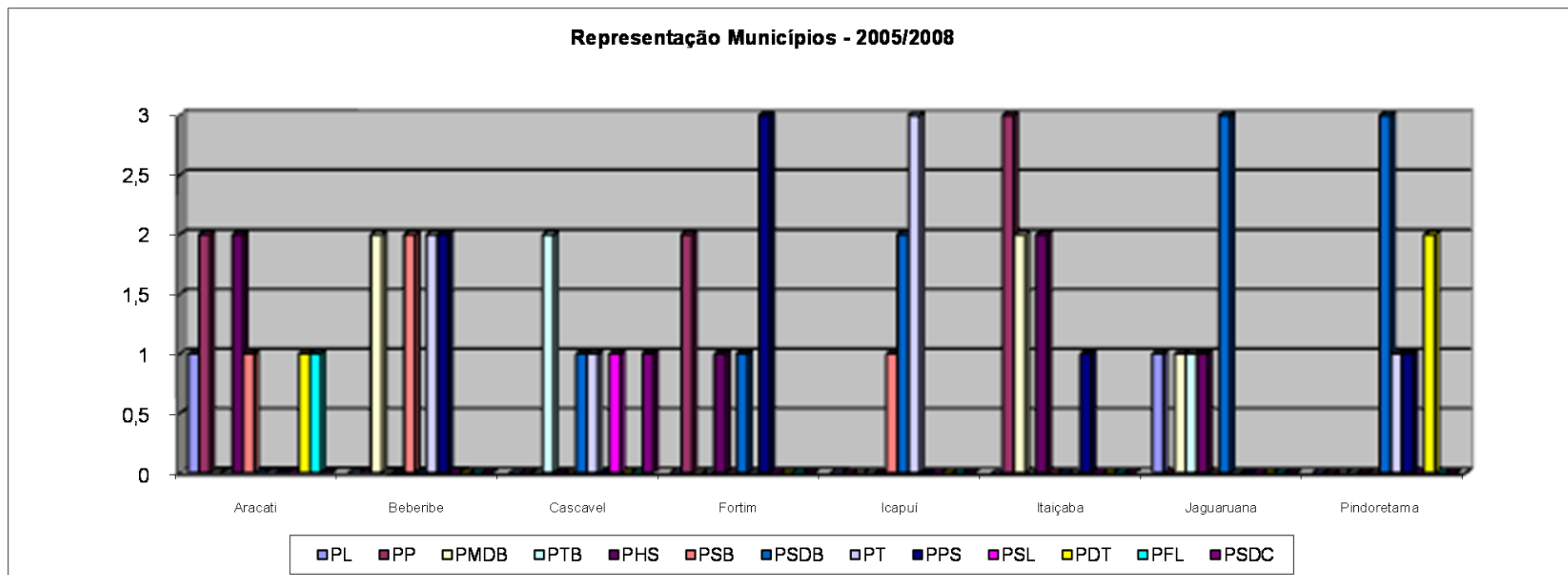


Figura 25: Gráfico com a representação partidária dos municípios entre os anos de 2005 e 2008, do território Litoral Leste.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO CONTEXTO TERRITORIAL					
LEGENDA PARTDO	Nº DE VEREADORES/AS				%
	MANDATO 2009/2012	MANDATO 2005/2008	MANDATO 2001/2004	TOTAL	
PR	02	-	-	02	0,77
PTN	01	-	-	01	0,39
PP	04	08	05	17	6,59
PMDB	10	04	07	21	8,24
PRB	05	-	-	05	1,94
PTB	02	04	08	14	5,43
PHS	01	06	02	09	3,49
PSB	05	02	-	07	2,71
PSDB	10	16	31	57	23,0
PT	09	08	06	23	8,91
PPS	09	09	14	32	12,48
PSL	04	01	-	05	1,94
PSC	02	-	02	04	1,55
PDT	02	06	04	12	4,65
PTC	03	-	-	03	1,16
PCdoB	01	-	-	01	0,39
PV	02	-	-	02	0,77
DEM/PFL	01	02	02	05	1,94
PSDC	01	01	-	02	0,77
PRP	-	02	-	02	0,77
PL	-	05	08	10	3,87
PST	-	-	05	05	1,94
PSD	-	-	16	16	6,30
TOTAL TERRITÓRIO	74	74	110	258	100,00

Quadro 27: Predominância dos/as Vereadores/as por Mandato e Partido

Fonte: Análise da Consultoria com Base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

A análise dos Quadros 24, 25, 26 e 27 indicam a presença significativa dos partidos PP, PMDB, PTB, PHS, PSDB, PT e PPS no cenário político-partidário do legislativo municipal nos três mandatos consecutivos. Examinando em valores relativos o PSDB aparece com 23%, seguido pelo PPS com 12,48 – PT com 8,91 - PMDB com 8,24% - PP com 6,59% e PTB com 5,43%. Os demais partidos com três mandatos consecutivos atingiram percentual inferior a 5%, conforme revela o Quadro 27.

Considerando os mandatos em referência a análise também reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder legislativo e suas relações de aliança ou oposição, em maior ou menor grau, com o poder executivo municipal, estadual e federal.

Outro elemento de análise refere-se à redução crescente de cadeiras de alguns partidos (a exemplo do PSDB e PTB) e o aumento crescente de

outros partidos (a exemplo do PMDB, PHS e PT), porém, deve-se considerar a natureza e regularidade das coligações à medida que os dados pesquisados dão conta apenas do partido de origem dos vereadores/as eleitos.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos de validação do PTDRS, a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo Território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma ambiência político territorial capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e Sociedade civil. Outra constatação é que a diferença de partido entre as três esferas de governo não tem prejudicado a base de diálogo e negociação na direção das transferências de recursos e do estabelecimento de convênios de interesse dos municípios/Território, embora seja destacada a invisibilidade da atuação do legislativo, inclusive no estímulo a práticas participativas e emancipatórias com vistas a formulação de leis e a publicização do orçamento participativo, entre outros instrumentos de responsabilidade desse poder.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas (planos - programas e projetos) coladas às diferentes realidades apontadas pelo diagnóstico e, sobremaneira, na concretização das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento do Território.

20.2 Estrutura Político Administrativa e Atuação das Instituições Públicas

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico do território Litoral Leste é necessário refletir sobre alguns elementos de diagnóstico indicados na Série Desenvolvimento Rural Sustentável (IICA, 2008) que, entre outras coisas, aborda, na forma de observações e recomendações,

o tema DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais.

A primeira observação refere-se ao fato de já existir um consenso crescente sobre a necessidade de pensar territorialmente as políticas e de consolidar um nível intermunicipal de articulação para a sua operacionalização, reconhecendo os limites da dimensão local/municipal para viabilizar iniciativas públicas mais amplas, viáveis e justas.

A segunda observação aborda a necessidade de concretizar o significado do conceito território, que vai muito além de sinônimo de micro ou mesorregião, isto é, deve-se atentar para o fato de que o Território envolve um conjunto de relações, disputas e interesses. Outra questão relacionada refere-se à clareza sobre quais são os objetivos da territorialização e de uma política territorial ou, melhor dizendo, estamos falando de *territorialização da governança* (que significa a promoção de instrumentos de democratização de processos de participação social e de processos de descentralização com vistas a criar as condições para que sejam geridas socialmente); de *territorialização das políticas públicas* (que significa a tentativa de descentralizar as políticas setoriais com vistas ao controle social, ao tempo de torná-las mais eficazes na perspectiva da melhoria da qualidade das iniciativas públicas ofertadas às populações locais) ou de *territorialização do desenvolvimento* (que abrange os dois primeiros, porém, tem como objetivo central a criação de institucionalidades e a articulação de atores e de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento endógeno e, portanto, dê sustentação aos processos de desenvolvimento territorial). Estas três formas de abordagem sugerem a pertinência de várias escalas, instâncias e objetivos da territorialização, principalmente em face da decisão político institucional de enfrentamento das desigualdades regionais (econômicas e sociais intra e entre as regiões) e da democratização da sociedade brasileira.

A terceira observação diz respeito à constatação de que no âmbito territorial existe uma desarticulação e pulverização dos programas e propostas com diferentes divisões (e visões), seja internamente no governo federal, seja na relação com o governo estadual e destes com os municípios e vice-versa.

A quarta e última observação faz alusão à existência de dois problemas interrelacionados, ou seja, (1) o pouco volume de recursos disponíveis para executar os projetos territoriais e (2) as dificuldades de repasses financeiros para os territórios, sobretudo repasses relativos a investimento. Tal fato está intimamente relacionado à definição do estatuto constitucional das instâncias territoriais e seu equacionamento vai requerer reformas constitucionais que, de certa forma, produzirão reação e resistência, especialmente dos gestores municipais e de outros atores locais. Corroborando com esta observação, Cazella (2007) destaca que dois temas não ganharam a devida visibilidade no contexto das discussões sobre desenvolvimento territorial, ou seja, a criação de um sistema financeiro territorial capaz de financiar propostas alternativas de desenvolvimento (onde as cooperativas de crédito poderiam ser os agentes centrais do sistema) e a criação de programas de pesquisa e desenvolvimento voltados para a gestão territorial (de modo a dar sustentação aos projetos formulados e implantados, ampliando, assim, as alternativas viáveis para o desenvolvimento territorial).

Em face destas observações uma primeira recomendação merece destaque, ou seja, como o significado de território é dado em última instância pelas populações nele residentes, tem-se que buscar formas institucionais por meio das quais essas populações possam influenciar e manifestar as suas demandas por políticas públicas. Nessa mesma direção, a estratégia de desenvolvimento territorial requer a construção de uma institucionalidade específica capaz de permitir a organização dessas demandas e que, simultaneamente, seja estabelecida uma ambiência político-institucional de diálogo em torno da sua confluência com a oferta de políticas públicas, o que remete novamente à questão da premência da articulação das políticas públicas.

Uma segunda recomendação reforça a necessidade de se construir gradativa e paulatinamente estratégias para o enfrentamento dos desafios contidos nas observações já referidas, o que vai exigir novos espaços políticos para colocar a temática do desenvolvimento territorial na pauta da agenda política e, mais do que isso, amadurecer propostas de mudanças estruturais e ganhar “musculatura política” que possa contribuir para a definição de políticas

públicas mais amplas, viáveis e justas, com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

Outra recomendação, já considerada como avanço, refere-se à necessidade de consolidar a política territorial como processo de retomada da capacidade de planejamento do Estado com vistas a democratizá-la e a torná-la mais efetiva. Em outras palavras significa dizer que a retomada do papel do Estado como planejador enseja discutir e qualificar as formas e canais de articulação possíveis entre Estado e Sociedade civil na direção de que o primeiro esteja aberto à discussão com vistas à ampliação das idéias-conceito de público e de esfera pública com crescente inserção e capacidade propositiva da Sociedade civil na construção do planejamento participativo do Território.

Relacionando estas observações e recomendações às variáveis de diagnóstico do território Litoral Leste, um elemento mais específico merece destaque, ou seja, a estrutura político administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo. O referido Território conta com um expressivo contingente de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e outras instâncias de representação político institucional.

Os “entes” públicos apresentados no Quadro 28 referem-se ao universo de instituições com atuação mais presente no território, indicando, portanto, a matriz dos serviços ofertados ao Território, seja em nível de política pública (ilustrando o Sistema Único de Saúde), seja em nível de ações sociais públicas de caráter estadual ou federal (ilustrando o Programa Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José III; o Programa Formação de Talentos para o Desenvolvimento; o Programa de Climatologia e Meio Ambiente; o Programa Nacional da Agricultura Familiar e o Programa Luz para Todos, entre outros).

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		
Municipal	Estadual	Federal
- Prefeituras Municipais	- Secretaria do Desenvolvimento Agrário	- Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		
Municipal	Estadual	Federal
<ul style="list-style-type: none"> - Secretarias Municipais: Infraestrutura Educação Saúde Ação Social ou Trabalho e Desenvolvimento Social Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Sustentável Meio Ambiente Turismo Cultura e Desporto Pesca e Aqüicultura Comunicação e Administração e Finanças - Órgãos da Administração indireta - Câmaras Municipais - Judiciário Procuradoria - Entre OUTRAS 	<ul style="list-style-type: none"> (SDA) e EMATERCE - IDACE - Secretaria de Educação (SEDUC/CREDE) - Secretaria de Saúde (SESA/CRES) - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) - Secretaria de Turismo (SETUR) - Secretaria das Cidades - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - Secretaria de pesca e Aqüicultura - Instituto AGROPOLOS do Ceará - SINE/IDT - Entre OUTRAS 	<ul style="list-style-type: none"> e SDT - SAF - Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Banco do Brasil - Banco do Nordeste (BNB) - Caixa Econômica Federal (CEF) - Entre OUTRAS.

Quadro 28: Instituições Públicas com Atuação mais Presente no Território

Fonte: Pesquisa direta junto as Instituições/Entidades do Território, 2010/2011.

20.3 Estrutura Socio-organizativa e Atuação da Sociedade Civil

Os “entes” da sociedade civil apresentados no Quadro 29 referem-se ao universo das Entidades mais presentes no Território e expressam a estrutura sócio-organizativa no contexto da teia de relações sociais, conforme descrição na legenda que se segue.

QUANTITATIVO DE ENTIDADES PRESENTES NO TERRITÓRIO									
MUNICÍPIOS	Associações (*)	Federações	STTR	Sindicatos Categorias	Cooperativas Produção e Serviços	ONGs Fóruns (**)	Conselhos Setoriais (***)	Colônia de Pescadores	Fundação ou Sociedade/OUTROS
Aracati	67	01	01	02	02	02	2	-	03
Beberibe	71	-	01	01	02	02	1		07
Cascavel	09	01	01	03	-		-	-	-
Fortim (1)	26	-	01	-	-		20	-	03
Icapuí	34	01	01	01	-	01	-	01	-
Itaiçaba	17	-	01	-	-	01	05	-	-
Jaguaruana	01	-	01	-	-	-	-	-	-
Pindoretama	10	01	01	-	-	-	-	-	-
TOTAL TERRITÓRIO	235	04	08	07	04	06	28	01	13

Quadro 29: Entidades da Sociedade Civil com Atuação mais Presente no Território

Fonte: Pesquisa Direta junto as Instituições/Entidades do Território, 2010/2011.

(*) Referem-se a todas as organizações comunitárias, de apoio a produção (a exemplo artesanato) e organizações de defesa de categorias específicas (a exemplo organizações de pesca, taxistas, agentes de saúde, entre outros)

(**) É importante ressaltar que as ONGs e Fóruns atuam em mais de um município, a saber:

- Instituto TERRAMAR: Beberibe e Fortim
- AQUASIS: Aracati, Fortim e Icapui
- Conselho PASTORAL dos Pescadores (CPP): Aracati
- Fundação Brasil Cidadão: Icapuí
- Instituto PASTORAL da Criança: Icapui

- Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará: atualmente é composto pelas entidades Instituto TERRAMAR, Instituto TERRAZUL, Instituto Ambiental, Cooperativa Interdisciplinar de Assessoria Técnica LTDA, Associação de Pesquisa e Preservação de Ambientes Aquáticos (AQUASIS), Centro de Estudos e Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Cooperativa de Recursos Humanos (COOPEREH), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP/CE), Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), Fórum dos Pescadores do Litoral Cearense e Sindicato dos Pescadores do Ceará.

(***) Em relação aos Conselhos Setoriais o registro é insuficiente. Registra-se que o território/municípios conta com os seguintes conselhos setoriais: Conselho de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e o Conselho Tutelar (CT). Sabe-se que o Conselho Municipal de Saúde existe nos 08 municípios, porém, os registros indicam que só o município de Aracati apresentou projeto de lei adequando à legislação municipal à legislação federal relativo à formação do Conselho Municipal de Saúde.

Considerando a teia de relações sociais estabelecidas entre o Estado - Mercado e Sociedade civil, o Território conta com “entes” que configuram a teia sociopolítica da esfera pública territorial que pode ser compreendida como “*lócus*” de visibilidade, interlocução e condução política com seus conteúdos de democratização social e de cultura política. As entidades listadas no Quadro 30 configuram o atual desenho da esfera pública territorial.

ESFERA PÚBLICA TERRITORIAL (Colegiados, Conselhos, Comitês, Fóruns e Redes de Cooperação, entre outros)	Nº Entidades
Colegiado Territorial	01
CMDSs	08
Conselhos Setoriais de Políticas Públicas	
- Conselho de Educação	08
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS),	08
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA),	08
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI),	08
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)	08
- Conselho Tutelar (CT).	08
- Conselho Municipal de Saúde	08
Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará	01
Comitê de Bacias Hidrográficas	-
Fórum pela Vida no Semi-Árido (FVSA)	-
Instituto TERRAMAR	01
Associação de Pesquisa e Preservação de Ambientes Aquáticos (AQUASIS)	01
Fórum dos Assentados	01
Associação/Rede de Mulheres Artesãs	-
CONSEA Estadual/regional	01

Quadro 30: Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública do Território

Fonte: Pesquisa direta junto as Instituições/Entidades do território, 2010/2011.

21 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

Constata-se que a ausência de mecanismos de participação, articulação e cooperação entre os atores públicos têm implicações, em maior ou menor grau, na coordenação da ação pública e na participação social, reduzindo a qualidade do gasto público, a credibilidade das instituições, a confiança dos atores locais no Estado, a relação custo-benefício de programas e projetos, gerando dúvidas sobre as formas e instrumentos de controle social para a gestão de políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento territorial implica, dentre outras significativas mudanças, a pressão por um novo formato de gestão social das políticas públicas e um novo relacionamento entre Estado e Sociedade civil, exigindo, portanto, a coordenação de um conjunto de estratégias e ações direcionadas aos territórios. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local; descentralização administrativa; aperfeiçoamento na utilização de recursos; participação ampla dos atores locais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal.

21.1 Municipalização das Políticas Públicas

É importante ressaltar que a municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se (1) as responsabilidades foram transferidas, mas os recursos não e, se sim, foram

transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) as prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) as ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) a adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração entre o governo municipal, estadual e federal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Este conjunto de enfrentamentos deve assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No caso brasileiro, em particular, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

Os Quadros 31, 32 e 33 referem-se as transferências governamentais no período de 2001 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

MUNICÍPIOS	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)				
	2001	2003	2005	2007	2009
Aracati	5.896.066,98	7.444.719,23	9.932.058,18	12.326.656,83	14.768.018,33
Beberibe	4.495.488,98	5.658.009,56	8.433.354,29	10.724.240,09	12.306.682,07
Cascavel	5.350.160,52	6.796.926,21	10.120.863,67	12.869.087,93	14.768.018,33
Fortim	1.945.513,23	2.471.609,92	3.376.155,60	5.362.120,37	6.153.341,23
Icapuí	2.681.210,53	3.089.512,24	5.056.631,13	6.434.544,28	7.384.009,36
Itaiçaba	1.459.135,09	1.853.707,55	2.532.116,79	3.217.272,40	3.692.004,95
Jaguaruana	3.653.966,95	4.325.760,54	6.749.750,73	8.579.392,16	9.845.345,67
Pindoretama	2.431.891,40	3.089.512,24	4.220.194,27	6.434.544,28	7.384.009,36
TOTAL TERRITÓRIO	27.913.433,68	34.729.757,49	50.421.124,66	65.947.858,34	76.301.429,3

Quadro 31: Transferência Fundo de Participação dos Municípios

Fonte: Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>)

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

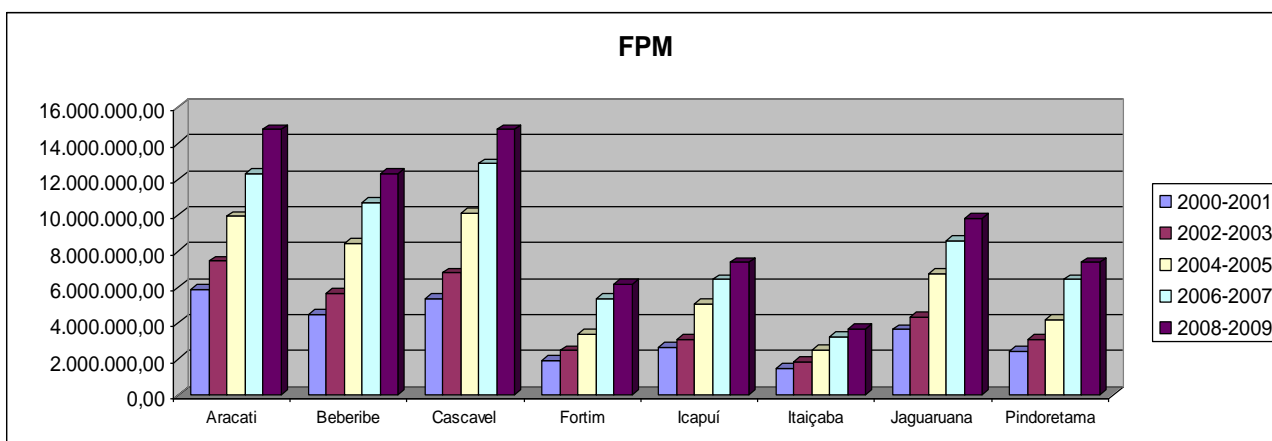


Figura 26: Transferência Fundo de Participação dos Municípios

Fonte: Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>)

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010.

Municípios	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS)				
	2001	2003	2005	2007	2009
Aracati	2.099.392,90	2.858.276,45	3.115.784,33	3.946.357,42	5.924.695,82
Beberibe	2.170.962,22	2.906.186,68	3.278.825,62	3.879.389,71	5.257.260,19
Cascavel	1.723.354,06	2.888.268,60	38.204,86	4.436.879,00	6.169.916,12
Fortim	701.056,33	858.168,03	882.276,14	1.091.762,65	1.619.332,03
Icapuí	742.840,36	914.182,36	1.092.585,40	1.300.232,83	1.953.423,26
Itaiçaba	204.076,63	253.300,00	300.410,33	389.085,31	644.140,87
Jaguaruana	946.961,14	1.339.905,26	1.576.563,48	891.709,82	2.631.824,71
Pindoretama	657.004,85	940.836,88	1.029.008,69	1.239.352,54	1.821.959,78
TOTAL TERRITÓRIO	9.245.648,49	12.959.124,26	11.313.658,85	17.174.769,28	26.022.552,78

Quadro 32: Transferência Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Fonte: Site do Tesouro Nacional, 2010.

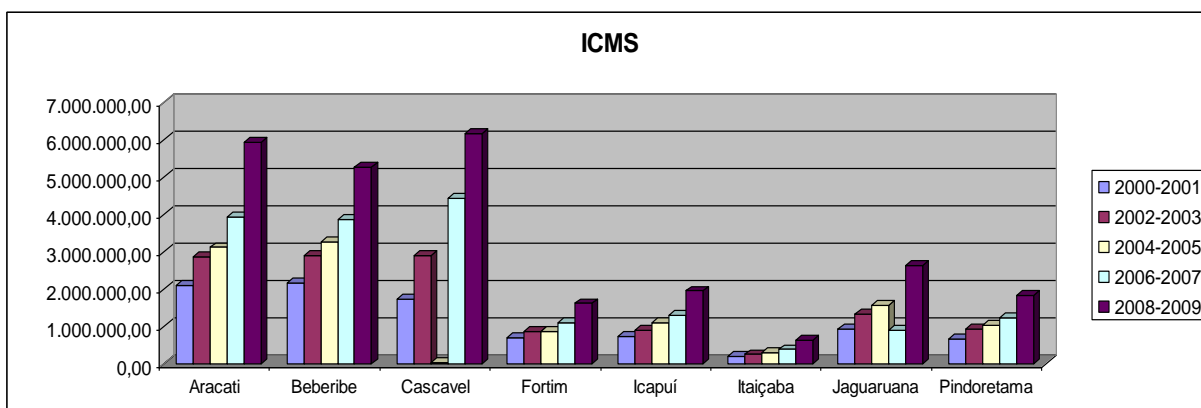


Figura 27: Transferência Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Fonte: Site do Tesouro Nacional, 2010.

Municípios	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEB)			
	2007	2008	2009	2010*
Aracati	11.610.826,16	15.396.441,63	17.802.849,82	14.149.301,35
Beberibe	11.413.871,10	14.082.400,12	15.790.948,91	13.701.857,93
Cascavel	13.054.085,42	16.534.273,83	18.531.993,71	15.712.379,58
Fortim	3.212.187,43	4.354.812,20	4.863.503,16	4.004.830,66
Icapuí	3.825.539,60	5.051.277,57	5.870.156,54	5.070.845,39
Itaiçaba	1.144.754,33	1.705.156,09	1.934.998,61	1.598.068,47
Jaguaruana	5.379.828,32	6.916.326,36	7.907.093,63	6.607.220,30
Pindoretama	3.646.391,81	4.897.953,18	5.472.116,78	4.586.528,88
TOTAL TERRITÓRIO	53.289.491,17	68.940.648,98	78.175.670,16	65.431.032,56

Quadro 33: Transferência Fundo de Desenvolvimento de Educação
Fonte: Site do Tesouro Nacional, 2010.

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

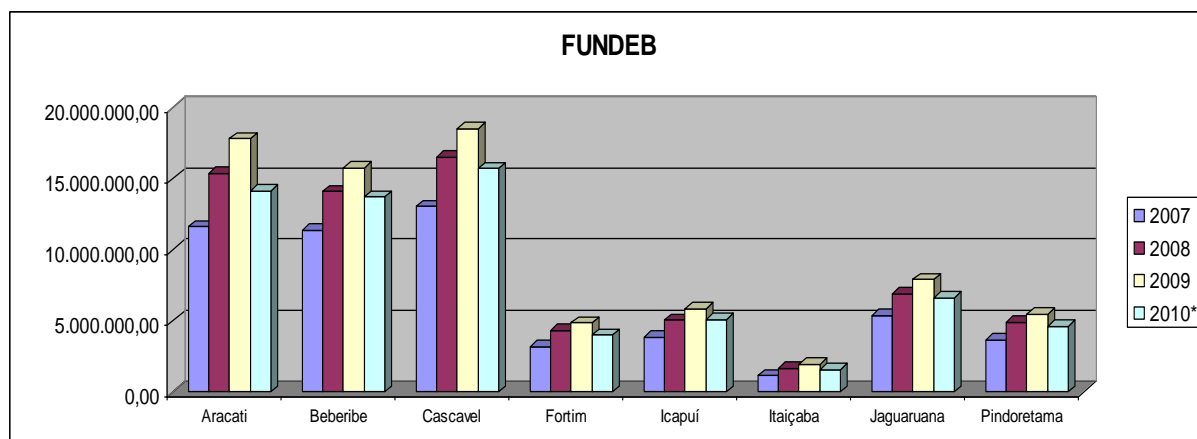


Figura 28: Transferência sobre Fundo de Desenvolvimento de Educação
Fonte: Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>)

* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010.

Relacionando os elementos de análise dos Quadros 31, 32 e 33 e os depoimentos avaliativos dos atores locais, por ocasião dos eventos de validação do PTDRS, constata-se que a execução e aplicação dos recursos não estão, na sua maioria, em conformidade com a finalidade e destino das citadas transferências, comprometendo, portanto, a qualidade da prestação de serviços para a população beneficiária.

Outra constatação refere-se ao volume de recursos que ainda é insuficiente para a promoção dos serviços públicos demandados pelos municípios/Território. Constatam-se, ainda, limites quanto à capacidade técnica gerencial das instâncias gestoras dos referidos recursos, aliada a cultura política vigente que não favorece o controle social por parte da Sociedade civil.

21.2 Territorialização das Políticas Públicas

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que ele sugere indicam que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, assim posto, as políticas (planos - programas e projetos) assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma da lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade políticoadministrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (programas e projetos). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições com atuação no Território é muito particular e sutil, porém, é consenso que existe uma desarticulação e pulverização dos programas e propostas com diferentes divisões (e visões), seja internamente no governo federal, seja no governo estadual e destes com os municípios e vice-versa.

Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços (como o legislativo, o executivo estadual e a União) determina a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos para os municípios que conformam o Território.

No que diz respeito à questão dos atores públicos buscarem discutir e negociar as suas demandas por dentro do colegiado territorial é ainda insatisfatório, tendo estes, pouco participado das plenárias ou sequer enviado representantes, ficando assim as decisões para implantação de projetos prejudicada, pois as instâncias do município que chegam à plenária não têm poder de decisão no município.

21.2.1 Instituições Públicas e Entidades com Atuação Regionalizada

O Quadro 34 indica de forma resumida as instituições com atuação regionalizada, portanto, prestando serviços mais diretamente ao Território, ainda que a abrangência e unidade de planejamento de cada instituição/entidade atenda em maior ou menor número os 8 (oito) municípios que conformam o território Litoral Leste.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração
Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES)	<ul style="list-style-type: none"> - Consórcios para disponibilização de leitos hospitalares e consultas de especialidades médicas - Consórcios resíduos sólidos (lixo) - Articulação de ações de imunização e epidemiologia (doenças transmissíveis) - Eventos de mobilização e articulação de ações entre Estado e municípios - Formação continuada em saúde para funcionários e dirigentes das unidades de saúde
Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de ações ofertadas pelo Estado e união (PDE - PAR) - Formação de docentes e dirigentes - Criação de laboratórios de informática e ciências - Alimentação escolar (PNAE) - Caminho da escola (transporte escolar) - Construção de espaços de esporte e lazer
Escritórios Regionais da EMATERCE e Prefeituras	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica (ATER) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e mulheres rurais - Crédito PRONAF - Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar - Formação de Agentes de Desenvolvimento - Projeto São José II
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	<ul style="list-style-type: none"> - PRODETUR NEI e NE II - Desenvolvimento tecnológico - Meio ambiente - Nordeste territorial (cadeias produtivas couro e calçados, saúde e turismo) - Credito
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
Banco do Brasil (BB)	- Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) cadeias produtivas do artesanato, apicultura, biodiesel, bovinocultura e fruticultura
SEBRAE	Apicultura, Artesanato, Cerâmica, Comércio Varejista, Couro e Calçados, Cultura, Floricultura, Jóias Folheadas, Fruticultura, Gestão Ambiental, Mandiocultura, Minerais não Metálicos, Ovinocaprinocultura, Têxtil – Confecção, Turismo.
INSS	- Benefícios previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família, entre outros) - Benefícios assistenciais (idoso e deficiente) - Serviços previdenciários (reabilitação profissional e serviço social)
SINE/IDT	- Qualificação social e profissional - Criando oportunidades - Juventude cidadã - Juventude empreendedora - Programa nacional de inclusão dos jovens (Pro - jovem urbano e Pro - jovem campo) - Produção e análise de informações sobre a realidade e a dinâmica do mercado de trabalho local - Cadastro para colocação no mercado de trabalho
Superintendência do Trabalho	- Orientações trabalhistas - Registro Profissional - Intermediação de conflitos coletivos - Homologação das rescisões contratuais - Combate as formas degradantes e discriminatórias de trabalho - Processamento dos Autos de Infração e Notificação para Depósito do FGTS - Inspeção das condições de segurança ao trabalhador - Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive para estrangeiros - Habilitação ao trabalhador ao Seguro-Desemprego - Emissão de Certidão de Tempo de Serviço
Delegacia Civil de Polícia	- Segurança civil dos cidadãos e cidadãs
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
DETRAN	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta de veículos - Carteira de motorista popular - Consulta de habilitação - Emissão de taxas e multas
Delegacia da Mulher	- Defesa dos direitos da mulher e combate à exploração e violência contra a mulher
Penitenciária Regional	- Sistema penitenciário para detentos em regime fechado
CREAS Regional	- Atenção a criança, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social (assistência social, psicológica e jurídica).
CONSEA Estadual/regional	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação Saudável - Produção, Abastecimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Acesso à Água e Segurança Alimentar e Nutricional - Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - SAN dos Povos Indígenas, Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - Alimentação Escolar - Pesca e Aqüicultura - Biodiversidade e Populações Tradicionais - Ações Estruturantes e Reforma Agrária
Instituto AGROPOLOS	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Assistência Técnica - Programa de Acesso a Mercados - Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado - Programa de Ações Estratégicas
COGERH/Comitês de Bacias	<ul style="list-style-type: none"> - Operação e manutenção da infraestrutura hídrica - Monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos - Elaboração de projetos sobre recursos hídricos - Implantação dos instrumentos de gestão participativa dos recursos hídricos
Universidades	- Ensino, Pesquisa e Extensão
Nome	Programas/Ações com Potencial de Integração

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA	
Instituto Federal de Educação (IFCE)	<ul style="list-style-type: none"> - Curso técnico, superior, pós-graduação e extensão - Incubadora (oportunidades de geração de renda) - Produções tecnológicas - Projetos sociais - Laboratórios
Centro de Zoonoses	- Programa de Controle de Zoonoses

Quadro 34: Instituições Públicas com Atuação Regionalizada.

Fonte: Relatórios e Consulta às Instituições, 2010/2011.

21.2.2 Iniciativas do Governo Estadual com Potencial de Integração

A definição das atividades, projetos e operações especiais do PPA 2008-2011 do Estado do Ceará está respaldada na Lei Estadual n.º 12.896 (de 28 de abril de 1999) e na Lei Complementar Estadual n.º 18 (de 29 de dezembro de 1999), que estabeleceram 08 macrorregiões de planejamento.

É importante registrar o esforço que vem sendo feito, tanto por parte de segmentos do poder público, quanto por parte de segmentos da sociedade civil no sentido de qualificar os mecanismos e instrumentos de articulação e integração das ações sociais públicas na perspectiva de aproximá-las da realidade do Território e, sobretudo, na perspectiva de superação dos seus principais gargalos.

Um exemplo desse esforço remete ao diálogo estabelecido pelo governo estadual com o governo federal e municípios, via Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CEDR), no sentido da materialização da articulação e integração a partir dos instrumentos de planejamento das diferentes esferas de governo (ilustrando PDRS – PTDRS – ICNDRSS), além do esforço de territorializar o estado do Ceará, apoiando diretamente essa iniciativa em 06 (seis) territórios, inclusive o território Litoral Leste.

O Quadro 35 oferece uma primeira aproximação dos programas ofertados pelo governo estadual, no PPA 2008-2011, por eixo prioritário e Secretaria de Estado, ao tempo que indica as possibilidades de articulação e

negociação com as proposições inscritas no PTDRS no horizonte temporal de curto, médio e longo prazo.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<p>Secretaria da Educação Básica (SEDUC)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas - Qualidade da Educação Básica na Zona Rural e Urbana - Gestão Democrática da Educação Básica - Cooperação entre Estado/Município - Atenção à Pessoa com Deficiência - Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude - Valorização do Servidor - Gestão de Tecnologia da Informação – SEDUC <p>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ceará Digital - Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico <p>Secretaria da Saúde (SESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundários e Terciário - Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde <p>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção Social Básica - Proteção Social Especial - Programa de Apoio as Reformas Sociais – PROARES - Segurança Alimentar e Nutricional - Desenvolvimento Empreendedorismo e Artesanato - Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade <p>Secretaria da Cultura (SECULT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação Social - Biblioteca Cidadã 	<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - Democratização do Acesso a Terra - Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária - Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza - Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos - Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II <p>Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial - Fortalecimento dos Setores Econômicos e Inovação Tecnológica <p>Secretaria das Cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e Integração Regional - Estruturação e Requalificação Urbana - Saneamento Ambiental - Habitacional <p>Conselho de Gestão e Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção dos Recursos Ambientais - Gestão Ambiental Estratégica - Biodiversidade Probio - Educação Ambiental do Ceará – PEACE - Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE <p>Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais - Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<ul style="list-style-type: none"> - Ceará no Circuito Cultural da América Latina - Incentivo às Artes e Culturas do Ceará - Memória Cultural <p>Secretaria do Esporte (SESPORTE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esporte Educacional e Escolar - Esporte de Rendimento - Atenção à Pessoa com Deficiência - Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas <p>Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança Moderna e com Inteligência - Ronda - Gestão de Tecnologia da Informação <p>Secretaria da Justiça e Cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN 	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos <p>Secretaria do Turismo (SETUR)</p> <ul style="list-style-type: none"> - PRODETUR II - Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos <p>Secretaria da Infra-estrutura (SEINFRA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III - Telecomunicações do Estado - Rodoviário do Estado do Ceará - Infra-estrutura e Logística - Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica - Modernização da Gestão Pública
RESULTADOS ESTRATÉGICOS ESPERADOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento econômico com sustentabilidade - Redução das desigualdades regionais - Sociedade com renda melhor e mais distribuída - Ceará competitivo nas suas vocações e novas oportunidades - Economia rural fortalecida - Infraestrutura estratégica ampliada - Educação básica ampliada e com qualidade - Educação superior com ênfase nas potencialidades do Estado - Sociedade com segurança e justiça - Saúde descentralizada com qualidade - Sociedade com garantia de direitos - Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social - Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas - Serviço público qualificado e ágil - Aumento da capacidade de investimentos do Estado - Efetividade dos gastos públicos - População informada 	

Quadro 35: Eixos prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

Já o quadro 36 indica o orçamento revisado do PPA para 2010-2011 para a macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, que compreende 21 municípios dos territórios do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, excluindo os municípios de Cascavel e Pindoretama que estão inscritos na macrorregião Metropolitana de Fortaleza. O referido orçamento indica as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação com o Governo do Estado para a implantação das proposições inscritas no PTDRS, no horizonte temporal do referido Plano.

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA MACRORREGIÃO	449.319.302,00	100
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-SEINFRA	19.056.335,00	4,20
Rodoviário do Estado do Ceará- CEARÁ III	7.059.731,00	
Otimização de Segurança de Trânsito	62.500,00	
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	
Aeroporto	761.728,00	
Rodoviário do Estado do Ceará	7.653.820,00	
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	1.558.556,00	
Modernização da Gestão Pública	1.550.000,00	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL-SSPDS	11.992.590,00	2,70
Ronda	718.000,00	
Defesa Civil Permanente	9.000,00	
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	625.000,00	
Segurança Moderna e com Inteligência	10.076.306,00	
Valorização do Servidor	50.000,00	
Gestão de Tecnologia da Formação	514.284,00	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	90.000,00	0,02
Valorização do Servidor	90.000,00	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA- SEJUS	7.586.000,00	1,70
Infra-estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará- INFRAPEN	6.800.000,00	
Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará- GESPEN	750.000,00	
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso-PROATIVOS	36.000,00	

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	35.582.406,00	7,90
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	21.300,00	
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	6.952.310,00	
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	3.712.517,00	
Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Complexo do Castanhão	17.930.000,00	
Projeto do Desenvolvimento Rural Sustentável- SÃO JOSÉ III	2.843.428,00	
Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER	2.918.709,00	
Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará- PROJETO SÃO JOSÉ II	62.500,00	
Ação Fundiária	1.141.642,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC	47.078.999,00	10,50
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	11.020.780,00	
Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	707.504,00	
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	230.179,00	
Cooperação entre Estado e Município	17.768.335,00	
Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência	112.352,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	46.988,00	
Coordenação e Manutenção Geral	746.405,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	15.316.800,00	
Valorização do Servidor	225.543,00	
Gestão de Tecnologia da informação	904.113,00	
SECRETARIA DE SAÚDE- SESA	25.929.492,00	5,80
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	4.977.203,00	
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada- Empréstimo BID	867.977,00	
Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	19.610.002,00	
Gestão, controle Social e Institucional do SUS	3.300,00	
Vigilância em Saúde	471.010,00	
SECRETARIA DA CULTURA-SECULT	1.505.567,00	0,33
Biblioteca Cidadã	156.667,00	
Programa de Incentivo às Artes e Cultura do Ceará	1.314.000,00	
Memória Cultural	34.900,00	
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS- SRH	34.415.137,00	7,60
Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido- PROÁGUA	13.053.130,00	
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos- PROGERIRH Adicional	14.695.007,00	
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	2.902.000,00	
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	3.765.000,00	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR- SECITECE	6.235.329,00	1,40
Transferência de tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	462.313,00	
Ceará Digital	150.600,00	
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	5.266.316,00	
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	355.100,00	
Programa de Climatologia e Meio Ambiente- PROCLIMA	1.000,00	

SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	99.300.000,00	22,10
Programa de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR Nacional	99.300.000,00	
SECRETARIA DO ESPORTE-SESPORTE	2.397.040,00	0,53
Esporte Educacional	1.447.040,00	
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	950.000,00	
SECRETARIA DAS CIDADES	30.681.780,00	6,80
Estruturação e Requalificação Urbana	906.000,00	
Desenvolvimento Urbano de Pólos REGIONAIS-CIDADES DO CEARÁ II Habitacional	872.335,00	
	2.613.629,00	
Desenvolvimento e Integração Regional	1.397.282,00	
Saneamento Ambiental do Ceará	24.892.534,00	
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS	11.206.772,00	2,50
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará-PROARES-FASE II	2.640.000,00	
Segurança Alimentar e Nutricional	41.070,00	
Proteção Social Básica	2.026.497,00	
Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade	3.958.910,00	
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	621.000,00	
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	61.310,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	
Proteção Social Especial	76.285,00	
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- CEDE	13.000.000,00	2,90
Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	13.000.000,00	
CONSELHO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE-CONPAM	108.000,00	0,02
Programa de Gestão Ambiental Estratégica	108.000,00	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	103.153.855,00	22,90
Encargos Gerais do Estado	103.153.855,00	

Quadro 36: Orçamento PPA 2010-2011 por Secretaria de Estado e Programa
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2009.

A adequada localização do gasto permite maior controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas, ao tempo evidencia a focalização, os custos e os impactos da ação governamental.

Nessa direção, vale destacar que do total do orçamento previsto (R\$ 449.319.302,00), 66,4% são de investimentos, inversões e despesas correntes não continuadas (MAPPs), o que representa um volume de recursos na ordem de R\$ 298.594.675,00. Outro elemento a considerar refere-se ao percentual destinado a cada Secretaria de Estado que, neste orçamento, foi dado prioridade aos programas da Secretaria de Turismo (22,10%), seguido da

Secretaria de Educação (10,50%), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (7,90%), Secretaria dos Recursos Hídricos (7,60%), Secretaria das Cidades (6,80) e Secretaria de Saúde (5,80%).

21.2.3 Iniciativas do Governo Federal com Potencial de Integração

Outro espaço de articulação e negociação refere-se à agenda político-institucional do Governo Federal, via Ministérios de Estado e suas vinculadas, cujo planejamento plurianual deve ser acompanhado pelo Território, no sentido da reivindicação e manifestação das demandas priorizadas pelo planejamento territorial, por meio do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), em todas as dimensões e variáveis do desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

O território Litoral Leste apresenta-se inserido nas áreas de atuação de diversas políticas, programas e projetos de âmbito federal, na perspectiva da melhoria das condições de vida da população rururbana. Nesta dimensão do Plano Territorial é apresentada, no Quadro 37, uma amostragem das iniciativas federais com a respectiva unidade executora.

A intervenção do Governo Federal para o território Litoral Leste indica as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação com este governo com vistas à implantação das proposições inscritas no PTDRS, no horizonte temporal de curto, médio e longo prazo.

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
EIXO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)
Programa de Atenção Integral à Família	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)
Serviço Socioeducativo do PETI	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
EIXO: ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO	
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Cresce Nordeste	Banco do Nordeste do Brasil
Nordeste Territorial	Banco do Nordeste do Brasil
Crédito do PRONAF	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Garantia Safra	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
ATER/Agricultores Familiares	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Biodiesel	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro (AEGRE)
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PPA)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais - Quilombolas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios Rurais	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Ampliação do Acesso da População dos Territórios Rurais à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)
Programa Cisternas	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Saneamento nas escolas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA	
Programa Dinheiro Direto na Escola	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
PROINFO Rural e Urbano	Secretaria de Educação à Distância (SEED)
Expansão das Escolas Técnicas	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
Salas de Recursos Multifuncionais	Secretaria de Educação Especial (SEESP)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	Banco do Nordeste do Brasil
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	Secretaria de Telecomunicações (STE)
Programa Arca das Letras	Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA)
EIXO: INFRAESTRUTURA	
FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH
FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
Programa Luz Para Todos	Eletrobrás, concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação
EIXO: INFRAESTRUTURA	
Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL	
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Formação de Agentes de Desenvolvimento	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

Quadro 37: Programas/Ações do Governo Federal com Potencial de Integração

Fonte: Relatórios, 2010 e sites dos Ministérios de Estado e vinculadas.

22 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL

A idéia-conceito Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2007) refere-se ao “processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



Figura 29: Elementos do Processo da Gestão Social
Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2007.

Este marco referencial indica para o território Litoral Leste um duplo desafio, ou seja, (1) dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial e (2) avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

Segundo Arilson Favareto (2007), o Brasil assistiu nos últimos dez anos a um crescimento expressivo do número de instituições e/ou entidades de caráter participativo que, para o IBGE (2001), aproxima-se a 27 mil foros nos 5.507 municípios do país. Este crescimento pode ser explicado por duas razões. A primeira está relacionada à demanda dos setores populares por participação nas instâncias decisórias e de gestão de políticas públicas. A outra razão diz respeito à expectativa dos gestores públicos de que esses “entes” possam ampliar os canais de comunicação e negociação entre Estado e Sociedade civil. Nos dois casos é notória a expectativa de que a participação possa contribuir para a definição de políticas públicas mais amplas, viáveis e justas, com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

22.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

Recente levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sistematizado em relatório por Dias & Favareto (2007) buscou compreender duas questões relativas à criação e a natureza dos colegiados territoriais, ou seja, (1) os colegiados e a articulação que eles representam envolveram estritamente o público-alvo do MDA/SDA ou eles lograram envolver as forças sociais mais influentes do Território para além de parte da agricultura familiar e do poder público local? (2) os colegiados conseguiram construir uma agenda mais ampla do que a mera gestão dos recursos públicos vinculados ao

PROINF ou foram mais uma vez um espaço de fiscalização e controle da aplicação dos recursos de apenas um Programa?

Como resultado desse levantamento pode-se dizer que com os colegiados territoriais houve duas mudanças em relação ao período anterior das políticas de desenvolvimento rural, ou seja, (1) a escala das ações passou do âmbito municipal para o intermunicipal, ainda que muitas vezes a lógica dos investimentos e projetos permaneça municipalizada e (2) houve um maior envolvimento das organizações da sociedade civil num Programa (MDA-PRONAF) que, até então, tinha a preponderância do executivo municipal.

Contudo, se examinado outro componente do desenvolvimento territorial – a intersetorialidade – esta praticamente inexistente nos colegiados estudados. Esta ausência limita o alcance da política à medida que a atuação dessas estruturas colegiadas se restringe ao apoio às atividades já tradicionais entre os agricultores.

Outra questão do levantamento revelou que a dinâmica e a agenda dos colegiados territoriais eram pautadas pela elaboração e negociação do PROINF e, mesmo com a elaboração do PTDRS, a fragilidade da composição dos colegiados e a inexistência de articulação com outras iniciativas afins indicavam que uma eventual descontinuidade na política de desenvolvimento rural com abordagem territorial por parte do governo federal e estadual levaria a uma desmobilização e paralisia dos referidos colegiados.

O certo é que avanços aconteceram e um novo movimento sócio-organizativo vem modificando a teia de relações sociais dos territórios. Porém, duas preocupações continuam ausentes das ações práticas dos colegiados territoriais, ou seja, (1) a idéia de territorialização das iniciativas envolve bem mais do que a ampliação da escala geográfica e dizem respeito mesmo ao reconhecimento das dinâmicas locais e da diversidade de atores que compõem as regiões rurais, sobre o que há pouco entendimento e diálogo nas atuais articulações e (2) a estrutura de governança posta em prática nestes colegiados ainda está longe de sinalizar um sistema de incentivos capaz de costurar e engendrar ações mais consistentes, eficientes e com horizonte estratégico para alterar a realidade dessas referidas regiões rurais.

Assim posto, um grande desafio se coloca para o futuro dos colegiados territoriais, ou seja, passar de um modelo que deu mais empoderamento aos movimentos sociais e populares no controle social dos investimentos públicos, para um modelo capaz de levar à coordenação das forças sociais em direção a um estilo de desenvolvimento que seja incluyente, sustentável e sustentado.

É nesse cenário de avanços, limites e desafios que surge o colegiado territorial do Litoral Leste. Como parte da rede de órgãos colegiados, tem o papel de acompanhar o PTDRS em todas as suas etapas e fases, bem como as outras iniciativas em andamento no Território. É por meio dessa instância que se dá o controle social sobre o uso dos recursos e a implantação da política pública de desenvolvimento rural com abordagem territorial.

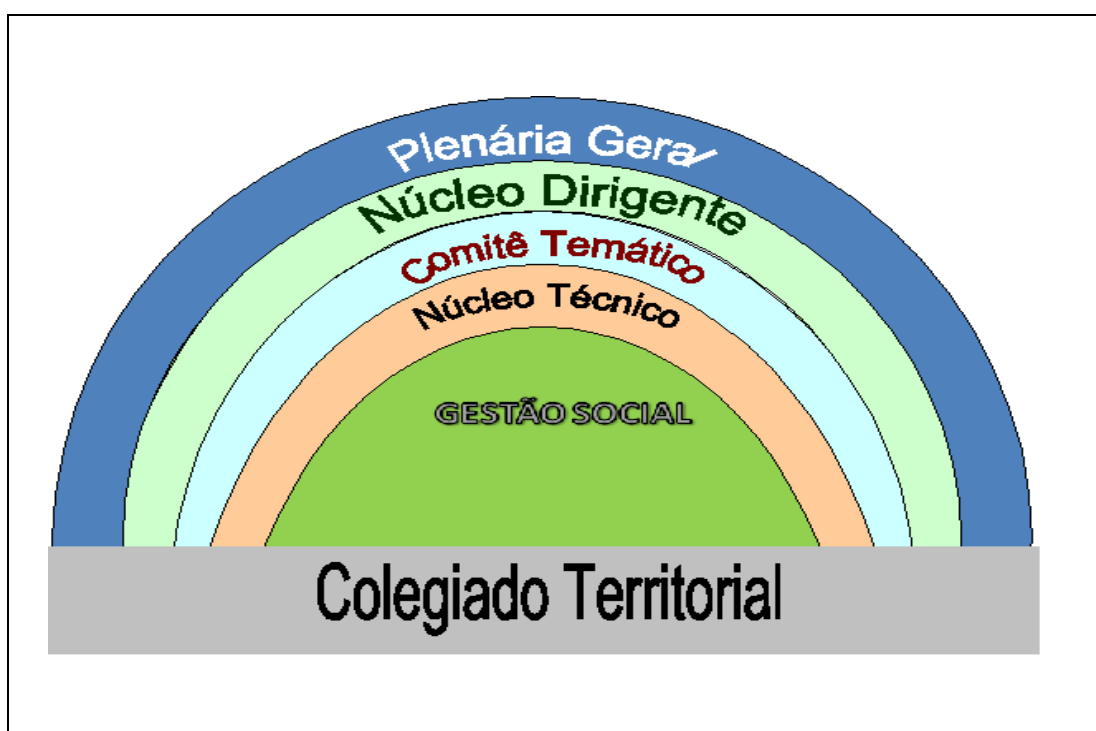


Figura 30: Diagrama Organizacional do Colegiado Territorial

Fonte: Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

O Território Litoral Leste, hoje, está organizado da seguinte forma: 01 (uma) Plenária Geral, 01 (um) Núcleo Dirigente, 01 (um) Assessor Territorial, 09 (nove) Comitês Temáticos.

A Plenária Geral é formada por 140 (cento e quarenta) “entes”, que representam o poder público e a sociedade civil. Nesta instância são tomadas

as decisões das políticas a serem trabalhadas no Território, bem como a eleição do núcleo dirigente e núcleo técnico. É também esta instância responsável por toda e qualquer decisão de âmbito territorial, cabendo a ela resolver todas as situações principalmente no que tange aos planos, programas e projetos, bem como tomar as decisões políticas com vistas a assegurar a defesa dos interesses do Território.

O Núcleo Dirigente tem a função de mobilizar, operacionalizar e acompanhar as decisões tomadas pela Plenária, bem como de convocá-la sempre que necessário, obedecendo às normas definidas pelo Regimento Interno.

O Assessor Territorial tem como função assessorar e acompanhar o desenvolvimento de todas as ações desenvolvidas no território, por qualquer uma das instâncias, bem como de ajudar na mobilização para os eventos.

Os Comitês Temáticos são: Turismo Sustentável, Educação Cultura Esporte e Lazer, Saúde Saneamento e Acesso a Água, Regularização Fundiária e Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável da Produção e Economia Solidária, Infraestrutura e Meio Ambiente, Participação e Controle Social/Gênero Geração e Etnia e Gestão Territorial, e cumprem o papel de pensar suas áreas específicas sem esquecer a intersectorialidade existente entre elas, sempre propondo, programas, ações e projetos a serem desenvolvidos em suas respectivas áreas, submetendo-as a aprovação da Plenária Geral.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento rural com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e pela autonomia política do conjunto das representações colegiadas do Território.

23 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

ELEMENTOS DE ANÁLISE

A capacidade de negociação das instituições existentes no território, já mencionadas, é muito particular e sutil, para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada Gestor Municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, executivo estadual e federal, determina a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o território Litoral Leste.

No que diz respeito à questão dos atores públicos buscarem negociar as suas demandas no colegiado territorial é ainda insatisfatória, tendo estes, pouco participado das plenárias ou sequer enviado representantes, ficando assim as decisões para implantação de projetos prejudicada, pois as instâncias do município que chegam a plenária não tem poder de decisão no próprio município.

As informações do Ambiente interno e Ambiente externo descrevem resumidamente os elementos favoráveis e desfavoráveis da dimensão político-institucional. Acrescenta-se a este resumo um conjunto de proposições indicadas pelo diagnóstico territorial para compor o Plano Territorial, depois de socializadas e validadas pelo Colegiado Territorial.

AMBIENTE INTERNO

Fortalezas	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">- Existência de associações de desenvolvimento comunitário (urbana e rural)- Organizações de produtores, em cooperativas e associações- Melhoria no nível de articulação entre os municípios do território	<ul style="list-style-type: none">- Falta de apoio da APRECE e não participação dos gestores municipais nas ações territoriais- Falta de condições infra-estruturais para funcionamento do escritório do ND do território- Falta de compromisso dos gestores públicos para com as organizações populares- Ausência de planejamento e gestão das ações das organizações populares

AMBIENTE EXTERNO	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de instituições e órgãos de apoio a movimentos e organizações populares nas esferas estaduais e federais - Iniciativas de estímulo a participação nos processos de diagnóstico e planejamento por parte dos ministérios e secretarias - Existência de linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo Federal aos trabalhadores rurais 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de conhecimento das oportunidades de participação nos processos decisórios por parte das organizações e movimentos sociais - A falta de continuidade dos programas e ações no âmbito estadual e federal - Descontinuidade dos programas e ações no âmbito estadual e federal

ESTRATÉGIAS/PROPOSIÇÕES INDICADAS PELO DIAGNÓSTICO

- Ampliação e qualificação da capacidade de articulação e cooperação entre as instituições de base municipal, estadual e federal
- Participação mais efetiva dos gestores municipais, das câmaras municipais e da representação do poder judiciário na construção da estratégia de desenvolvimento territorial
- Fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de contratualidade que oriente a decisão político-institucional quanto aos beneficiários da estratégia de desenvolvimento rural-urbano com abordagem territorial da SDA/CE - vinculadas e parceiros -, suas estratégias e proposições, tendo como referência o Plano Plurianual (PPA), dialogando permanentemente com a realidade do território Litoral Leste
- Valorização e ampliação de políticas públicas de capacitação, inclusive as que apóiam financeiramente a organização dos segmentos comunitário, popular e sindical
- Estruturação do colegiado territorial com a alocação de recursos (financeiro, material, logístico e humano) no sentido de ampliar e qualificar a sua atuação no território
- Estimulo e fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de participação da sociedade civil nos processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e do próprio PTDRS (movimento sindical, movimentos sociais, fóruns temáticos ou de representação, redes sociais de cooperação, ONGs, conselhos municipais)
- Ampliação e diversificação do leque de atores sociais com vistas a ampliar os espaços de representação, legitimidade e participação efetiva dos beneficiários do desenvolvimento rural-urbano, com abordagem territorial

Reconhecimento e valorização da cultura como condição para potencializar as relações entre cultura e desenvolvimento rural sustentável e solidário

- Criação de mecanismos de comunicação e divulgação das dinâmicas territoriais - seus resultados, limites e desafios - com vistas a sensibilizar e valorizar a participação e comprometimento dos financiadores, parceiros, técnicos/as, beneficiários/as, entre outros.

Quadro 38: Análise Interno e Externo da Dimensão política institucional

Fonte: Arquivo territorial, CETREX- Caucaia- CE, 2010.

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta as Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS, bem como a matriz de variáveis do Diagnóstico Territorial e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

24 VISÃO DE FUTURO

O Território Litoral Leste é comprometido com o desenvolvimento sustentável, permitindo, assim, qualidade de vida para as gerações futuras, com as instâncias do colegiado territorial efetivadas, constituídas em espaços de construção coletiva compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, participando dos processos de planejamento, implantação, monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações desencadeadas no território, valorizando a dignidade humana, demandando políticas públicas que garantam educação, saúde, saneamento básico, infra-estrutura, leis ambientais, aproveitamento das potencialidades e vocações locais permitindo assim, o protagonismo democrático dos atores sociais do território.

25 DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçaram-se quatro grandes linhas:

1. Promover a qualidade de condições sociais, econômicas, financeiras, culturais e ambientais para a permanência do trabalhador no campo;
2. Assegurar a atuação dos atores locais, promovendo assim, a qualidade da participação na gestão territorial;
3. Fortalecer a cultura popular no território bem como do fortalecer das comunidades tradicionais, tais como, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores e outros;
4. Promover o conhecimento das populações tradicionais integrando-os às atividades produtivas da sociedade contemporânea, com aplicação dos princípios da economia solidária.

26 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

Dimensões	Objetivos Estratégicos
Sócio cultural Educativa	<ol style="list-style-type: none">1. Assegurar a melhoria da Infra-estrutura e Serviços de Educação do Território;2. Garantir apoio a cultura e ao lazer;3. Assegurar a excelência em saúde e qualidade de vida através da saúde no território4. Apoiar e valorizar a organização e participação social da população do território no processo de consolidação da cidadania.
Ambiental	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir infraestrutura básica e preservação do meio ambiente e promoção das ações sustentáveis no território.
Socioeconômica	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar a organização fundiária e geração de renda no território;2. Assegurar a geração de renda nas cadeias produtivas;3. Apoiar iniciativas de geração de renda em atividades não agrícolas.
Político Institucional	<ol style="list-style-type: none">1. Fortalecer a institucionalidade colegiada do território;2. Revitalizar os CMDS do território;3. Sensibilizar os gestores públicos a participar da estratégia territorial;4. Mobilizar a sociedade civil para participar da estratégia territorial;5. Capacitar os atores sociais do território em gestão territorial.

Quadro 39: Objetivos Estratégicos

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos três eixos: Educação, Cultura e Lazer; Saúde e Acesso a água Potável; e Geração, gênero, raça, etnia e participação popular.

27.1 Eixo de Educação,Cultura e Lazer

Em Tal eixo foram observados os objetivos estratégico e para eles criados dois Programas, o primeiro de Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território com seis projetos e o segundo Programa de Apoio a cultura e Lazer com cinco Projetos,conforme Quadro 40 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Assegurar a melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território	01. Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território	Projeto 1:aumentar o numero de escolas de ensino médio Projeto 2: Adequação, ampliação e Construção de escolas e creches (educação infantil, fundamental) Projeto 3: Implantar salas multifuncionais Projeto 4:Interiorizar equipamentos de ensino profissional Projeto 5: Implantação de universidade federal no

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		território Projeto 6: Fortalecimento dos programas de educação de jovens e adultos
02. Garantir apoio a cultura e ao lazer;	02. Apoio a cultura e lazer	Projeto 1: Articular junto aos municípios para o lançamento de editais municipais de apoio a cultura Projeto 2: Construção de centros de modalidades esportivas Projeto 3: Apoio a grupos informais de cultura Projeto 4: Apoio a realização de eventos culturais Projeto 5: Incentivo a produção artística cultural (incubadora de grupos culturais)

Quadro 40: Eixo Educação, Cultura e Lazer

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.2 Eixo Saúde e acesso a água potável

O atual eixo apresenta o Programa de Capacitação Profissional visando a melhoria do atendimento nas urgências e emergências, com cinco projetos pensados para atuação, conforme Quadro 41 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar a excelência em saúde e qualidade de vida através da saúde no território	1. Capacitação Profissional visando a melhoria do atendimento nas urgências e emergências	Projeto 1: Reforma, ampliação e reapearelhamento do hospital regional em Aracati incluindo instalação específica para atendimento materno infantil e centro de imagens Projeto 2: Construção

		<p>de cisternas na zona rural</p> <p>Projeto 3: Abastecimento de água potável para as comunidades do território(adutoras)</p> <p>Projeto 4: Aparelhamento e capacitação para efetivar ações de fiscalização e vigilância sanitária</p> <p>Projeto 5:Construção, modernização das unidades básicas de saúde</p>
--	--	--

Quadro 41: Eixo Saúde e acesso a água potável

Fonte: Oficinas Territoriais,2011.

27.3 Eixo: Geração, gênero, raça, etnia e participação popular

O atual eixo apresenta o Programa de Organização e participação social com sete projetos pensados conforme Quadro 42 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Apoiar e valorizar a organização e participação social da população do território no processo de consolidação da cidadania.	1. Organização e participação social	<p>Projeto 1:Escolas contextualizadas nos Assentamentos Rurais;</p> <p>Projeto 2: Delegacias Regionais de mulheres;</p> <p>Projeto 3:Atualização do Inventário Social da Região para identificar as questões de raça e etnia.</p> <p>Pojeto 4: Criação de um Fundo para garantir a sociedade civil nos instrumentos de Participação Popular com adesão de todos os municípios do território.</p> <p>Projeto 5:Criação de</p>

		um fundo, regulamentação e efetivação de trabalhadores da defesa Civil Projeto 6: Apoio as comunidades quilombolas Projeto 7: Criação de Núcleos comunitários de Defesa Civil;
--	--	--

Quadro 42: Eixo Gênero, Geração, Raça, Etnia e Participação Popular

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.4 Eixo do Meio Ambiente

O objetivo traçado para a Dimensão Ambiental gerou o programa de Infraestrutura Básica e preservação do Meio Ambiente com dez projetos pensados conforme o Quadro 43 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir infraestrutura básica e preservação do meio ambiente e promoção das ações sustentáveis no território.	1. Infraestrutura básica e preservação do meio ambiente	Projeto 1: Construção de aterros sanitários consorciados com Implantação do projeto de resíduos sólidos que contemple projetos de coleta seletiva do lixo, usinas de reciclagem de lixos, oficinas de reaproveitamento e aterros sanitários consorciados. Projeto 2: implantação de sistemas de saneamento básico nos municípios (zona urbana e rural); Projeto 3: Construção de abatedouros públicos consorciados com padrão SIE. Projeto 4: Reflorestamentos de áreas degradadas (coqueirais, caatinga, margens de rios

		<p>e açudes, manguezais, carnaubais);</p> <p>Projeto 5: constituição de cooperativas ligadas à prestação de serviços ambientais;</p> <p>Projeto 6 :multiplicadores ambientais</p> <p>Projeto 7: Implantação/Ampliação do horto florestal</p> <p>Projeto 8: Apoiar a Criação ou atualização da PMMA – Política municipal de meio ambiente.</p> <p>Projeto 9: Criação de laboratório que estude o bioma caatinga.</p> <p>Projeto 10: Apoio a criação de uma área de marinha protegida.</p>
--	--	--

Quadro 43: Eixo do Meio Ambiente

Fonte: Oficinas territoriais,2011.

Na Dimensão Socioeconômica estabeleceu-se três eixos conforme mostram os Quadros 44, 45 e 46 a seguir.

27.5 Eixo de Ação Fundiária

O eixo da Ação Fundiária apresenta o Programa de Organização fundiária e geração de renda com seis projetos pensados para o mesmo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Apoiar a organização fundiária e geração de renda no território;	1. Organização fundiária e geração de renda;	Projeto 1:Criação de programa específico de atendimento(socio econômico, técnica, ambiental, gestão) pós titulação; Projeto 2: Incentivo a exploração de atividades não agrícolas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		sustentáveis (extrativismo, turismo , artesanato); Projeto 3: Implementar ações de convivência com o semi árido; Projeto 4: Viabilizar água para atividades agrícolas e pecuárias nos assentamentos. Projeto 5: Perenização do riacho Araibú, Rio Palhano e Rio Campo Grande. Projeto 6: Construção de barragens subterrâneas, cisternas calçadão, quintais produtivos e mandalas.

Quadro 44: Eixo de Ação Fundiária
Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.6 Eixo da Organização sustentável da produção

O atual eixo apresenta dois programas, um de Geração de renda nas cadeias produtivas com seis projetos e o outro de Geração de renda na cadeia da Aqüicultura e Pesca, conforme o Quadro 45 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar a geração de renda nas cadeias produtivas	1. Geração de renda nas cadeias produtivas	Projeto 1: Apoio a comercialização da agricultura familiar(feiras) Projeto 2: lei de isenção para a comercialização de produtos da agricultura familiar; Projeto 3: Universalizar a assistência técnica no território; Projeto 4:Trabalhar os

		<p>arranjos produtivos da cajucultura, mandiocultura, cana de açúcar, apicultura, bovinocultura, ovino caprinocultura e hortifrutigranjeiro;</p> <p>Projeto 5: Viabilizar água para irrigação em áreas vocacionadas (fertilidade).</p> <p>Projeto 6: Implementar os projetos São José (SISAR) e KFW para garantir água potável na zona rural pela CAGECE (especialmente para projetos antigos que foram entregues para as associações);</p>
	<p>2. Geração de renda na cadeia da aqüicultura e pesca</p>	<p>Projeto 1: Programa de preservação e recuperação de mata ciliar do Rio Jaguaribe, Pirangi, Choró e Palhano;</p> <p>Projeto 2: Criação de laboratório de estudo da vida marinha;</p> <p>Projeto 3: Organização dos arranjos produtivos de aqüicultura e pesca;</p> <p>Projeto 4: Implantação de Galpões de recebimento do pescado;</p> <p>Projeto 5: Fomento a construção de atratores artificiais (marambais) coletivas para os atores da pesca no território.</p>

Quadro 45: Eixo da Organização Sustentável da Produção

Fonte: Arquivo Territorial, 2011.

27.7 Eixo do Turismo Sustentável

O atual eixo apresenta um programa de Geração de renda de atividades não agrícolas com seis projetos conforme o Quadro 46 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Apoiar iniciativas de geração de renda em atividades não agrícolas.	1. Geração de renda de atividades não agrícolas	Programa 1: Programa de capacitação, educação e formação das comunidades para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis; Programa 2: programa de fortalecimento do empreendedorismo; Projeto 3: Realização de feiras de divulgação e comercialização de produtos do território; Projeto 4: Implantar centros de informação ao turista (portal das cidades); Plano de marketing com definição de roteiros turísticos de âmbito territorial - Realização de um calendário integrado de eventos no território; Projeto 5: Centro de eventos Projeto 6: Articular a implantação dos Conselhos Municipais de turismo do território;

Quadro 46: Eixo do Turismo Sustentável.

Fonte: Arquivo Territorial, 2011.

27.8 Eixo da Gestão Territorial

O atual eixo apresenta o programa de Articulação Político Institucional com três projetos pensados para o mesmo e com quatro possíveis ações.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETOS
Fortalecer a institucionalidade colegiada do território;	1:Articulação político institucional	Projeto 1:Criação de fundo de apoio as instâncias do colegiado para infra-estrutura e logística.
		Projeto 2: Reformulação dos CMDS
		Projeto 3: Capacitação sobre gestão social
		AÇÕES:
		Ação 1:Mobilização da sociedade civil pelas suas representações institucionais
		Ação 2:Envolvimento dos gestores públicos através de suas representações regionais(amull, amuvale, micro região)
		Ação 3:Ampliação do programa território da cidadania
Ação 4: Fortalecimento dos comitês temáticos		

Quadro 47: Eixo Gestão Territorial

Fonte: Oficinas Territoriais,2011.

28 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda.

PROJETOS PRIORIZADOS
1. Reforma, ampliação e reaparelhamento dos Hospitais Pólo do Território (Aracati e Cascavel), incluindo instalação específica para atendimento materno infantil e centro de imagens;
2. Trabalhar os arranjos produtivos da cajucultura, mandiocultura, aqüicultura e pesca, cana de açúcar, apicultura, bovinocultura, ovino caprinocultura e hotigranjeiro;
3. Envolvimento dos gestores públicos através de suas representações regionais.

Quadro 48: Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território

Fonte: Oficina de Validação Territorial, 2010.

Parte IV

GESTÃO DO PLANO

GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um intrínseco e outro extrínseco. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de

espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

➤ De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.

➤ De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.

➤ De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle

social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Assegurar a melhoria da Infra-estrutura e Serviços de Educação do Território, garantir apoio a cultura e ao lazer, assegurar a excelência em saúde e qualidade de vida através da saúde no território, apoiar e valorizar a organização e participação social da população do território no processo de consolidação da cidadania, garantir infraestrutura básica e preservação do meio ambiente e promoção das ações sustentáveis no território, apoiar a organização fundiária e geração de renda no território, assegurar a geração de renda nas cadeias produtivas, apoiar iniciativas de geração de renda em atividades não agrícolas. Fortalecer a institucionalidade colegiada do território, revitalizar os CMDS do território, sensibilizar os gestores públicos a participar da estratégia territorial, mobilizar a sociedade civil para participar da estratégia territorial, capacitar os atores sociais do território em gestão territorial.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARENDETT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Contém as emendas posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial

Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em:< www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

_____. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoreamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em: <www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Lima, Maria do Céu de. Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: mariscando resistências. In: Silva, José Borzacchiello da; Cavalcante, Tércia Correia; Dantas, Eustógio Wanderley Correia (orgs), 2007.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998.

Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.
OLIVEIRA, M.L.C.; SOUZA, L.A.C. Causas externas: investigação sobre a causa básica de óbito no Distrito Federal, Brasil. In: Revista Epidemiologia Serviço e Saúde. Brasília – DF, 2007. p. 245-250.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.